



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Gabriel Lopes Dantas

**ENTRE AS PEIXEIRAS, OS “DOUTORES” E AS ARMAS: A ATUAÇÃO POLÍTICA  
DO COMUNISTA CHICO B EM CAMPINA GRANDE – PARAÍBA (1961-1964)**

Campina Grande – Paraíba

2025

**Gabriel Lopes Dantas**

**ENTRE AS PEIXEIRAS, OS “DOUTORES” E AS ARMAS: A ATUAÇÃO POLÍTICA  
DO COMUNISTA CHICO B EM CAMPINA GRANDE – PARAÍBA (1961-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Campina Grande, pertencente à linha de pesquisa História, cultura e cidade e área de concentração História, cultura e sociedade como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires

Campina Grande – Paraíba

2025

D192e

Dantas, Gabriel Lopes.

Entre as peixeiras, os “doutores” e as armas: a atuação política do comunista Chico B em Campina Grande – Paraíba (1961-1964) / Gabriel Lopes Dantas. – Campina Grande, 2025.

205 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2025.

"Orientação: Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires".

Referências.

1. História Política – Campina Grande - Paraíba. 2. Chico B - Trajetória Política. 3. Batista, Francisco Almeida, 1904-1997. 4. Período Histórico (1961-1964). 5. Partido Comunista Brasileiro (PCB). 6. Historiografia Paraibana. I. Aires, José Luciano de Queiroz. II. Título.

CDU 930.2(813.3)(043)

Gabriel Lopes Dantas

**ENTRE AS PEIXEIRAS, OS “DOCTORES” E AS ARMAS: A ATUAÇÃO POLÍTICA  
DO COMUNISTA CHICO B EM CAMPINA GRANDE – PARAÍBA (1961-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Campina Grande, pertencente à linha de pesquisa História, cultura e cidade e área de concentração História, cultura e sociedade como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em: 27 de março de 2025

**BANCA EXAMINADORA**



Documento assinado digitalmente  
**JOSE LUCIANO DE QUEIROZ AIRES**  
Data: 08/04/2025 19:56:45-0300  
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Dr. José Luciano de Queiroz Aires (Orientador)  
UFCG, Campina Grande – Paraíba



Documento assinado digitalmente  
**GERVACIO BATISTA ARANHA**  
Data: 10/04/2025 14:56:06-0300  
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Dr. Gervácio Batista Aranha (Examinador interno)  
UFCG, Campina Grande – Paraíba



Documento assinado digitalmente  
**MARLY DE ALMEIDA GOMES VIANA**  
Data: 13/04/2025 10:41:33-0300  
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Dra. Marly de Almeida Gomes Viana (Examinadora externa)  
UFSCar, São Carlos – São Paulo

Campina Grande – PB

2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Às 14h do dia 27 de março de 2025, na sala de videoconferência do Google Meet, organizada pelo Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, ocorreu a Defesa Pública da Dissertação de Mestrado do discente **Gabriel Lopes Dantas**, intitulada "Entre as peixeiras, os "doutores" e as armas: a atuação política do comunista Chico B em Campina Grande-Paraíba (1961-1964).". Após a apresentação, a Banca Examinadora, composta pelos professores doutores José Luciano de Queiroz Aires - Orientador(a), Gervácio Batista Aranha - Examinador(a) Interno(a) e Marly de Almeida Gomes Viana - Examinador(a) Externo(a), realizou as arguições. Em seguida, reuniu-se para a deliberação e decidiu atribuir ao candidato o conceito "APROVADO". Assinam a presente ata, para os devidos efeitos legais, o Secretário do PPGH, Yaggo Fernando Xavier de Aquino, e a Coordenadora do PPGH, Michelly Pereira de Sousa Cordão.

Parecer: a BANCA DESTACA A CONTRIBUIÇÃO HISTORIOGRÁFICA DO TEMA, O PIONEIRISMO DO MESMO, O SÓLIDO EMBASAMENTO EMPÍRICO. UMA VEZ REALIZADAS AS SUGESTÕES DA BANCA, A MESMA RECOMENDA A PUBLICAÇÃO DO TRABALHO.

**Lista de Presença**

Orientador(a)	José Luciano de Queiroz Aires	 Documento assinado digitalmente <b>JOSE LUCIANO DE QUEIROZ AIRES</b> Data: 27/03/2025 21:16:55-0300 verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a>
Examinador(a) Interno(a)	Gervácio Batista Aranha	 Documento assinado digitalmente <b>GERVACIO BATISTA ARANHA</b> Data: 03/04/2025 17:10:20-0300 verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a>
Examinador(a) Externo(a)	Marly de Almeida Gomes Viana	  <b>MARLY DE ALMEIDA GOMES VIANNA</b> Data: 03/04/2025 08:45:10-0300 verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a>
Secretário	Yaggo Fernando X. de Aquino	  Documento assinado digitalmente <b>YAGGO FERNANDO XAVIER DE AQUINO</b> Data: 04/04/2025 15:33:40-0300 verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a>
Coordenadora	Michelly Pereira de S. Cordão	  Documento assinado digitalmente <b>MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDAO</b> Data: 07/04/2025 11:31:52-0300 verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a>

Campina Grande, 27 de março de 2025.

## DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa a minha filha Dandara Lopes e avó Severina da Costa, ambas são fios que tecem minha vida com amor e esperança.

## AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos na estrutura de um TCC, dissertação ou tese não são obrigatórios. No entanto, acredito fielmente que essa é a parte mais importante de uma pesquisa. Afinal, é uma forma simbólica de, por meio das reminiscências, expressar gratidão às pessoas que, de alguma maneira, contribuíram para o desenvolvimento do trabalho.

Como algo tão essencial pode ser considerado opcional? Essa é uma pergunta que me faço, e que deixo para reflexão.

É evidente que quem escreve uma pesquisa é um ser humano — um ser que, diariamente, vivencia inúmeros atravessamentos em seu corpo e em sua mente. Sobretudo na ótica do capital, viver e ter prazer em estar vivo é algo contraditório. O sistema capitalista coloca em prática, diariamente, a negação de nossa saúde mental. Ela não existe e não existirá enquanto o capital permanecer firme. Evidentemente, refiro-me aqui à realidade da classe trabalhadora, que sustenta este país com a venda de sua força de trabalho.

Dessa forma, não basta apenas ser um ser humano para escrever uma pesquisa — é essencial estar vivo. Por isso, acredito na importância dos agradecimentos, e não abro mão de fazê-lo. Afinal, além de serem uma forma simbólica de reconhecer aqueles que contribuíram para esta pesquisa, são, sobretudo, uma maneira de expressar gratidão àqueles que me ajudaram a seguir firme e forte. São essas pessoas que me fizeram acreditar que o mundo ainda tem cores, mesmo diante do tom acinzentado que o capital impõe.

Nos últimos anos, e até o dia de hoje, enquanto finalizo a escrita desta pesquisa, sigo em uma luta constante contra algo que, terrivelmente, nunca imaginei enfrentar: eu mesmo. Sinto-me representado pela obra *Um Sopro de Vida* (2015), de Clarice Lispector, na qual ela escreve: "Eu mal entrei em mim e assustada já quero sair." E essa tem sido a minha dinâmica de vida. Tenho persistido para seguir firme e não posso ignorar as ajudas que recebi ao longo desta pesquisa, pois foi graças a elas que consegui permanecer de pé para escrevê-la.

Nesse âmbito, meus queridos e mais estimáveis agradecimentos vão para:

À minha filha, Dandara C. Lopes, desde seu nascimento até a atualidade, ela transformou minha vida completamente, fazendo-me enxergar o mundo de outra forma, além de ser uma ótima companhia todos os dias. Dandarinha ilumina minha vida e me inspira a ser uma pessoa melhor a cada dia. Eu te amo filha, e não cansarei de lutar por um mundo, onde sua vivência possa ser mais leve!

À minha vó, dona Severina da Costa, uma das maiores lutadoras que já conheci. Sem ela, eu sequer teria concluído a graduação, não estaria no mestrado e não estaria aqui,

finalizando esta pesquisa. minha vó sempre acreditou em mim, mesmo sem compreender completamente minhas escolhas acadêmicas. sem minha vó, nada disso seria possível. Eu te amo minha vó, obrigado por tudo!

À minha querida namorada, Hava Mariana O. Santana. A mulher com quem decidi compartilhar a vida e que tem sido uma força imensa na minha luta diária. Desde que chegou, fez com que minha vida se tornasse mais leve. Amo-te, e te amarei em todas as vidas possíveis.

Aos irmãos não biológicos que o Grande Arquiteto do Universo me deu. Irmãos que nunca me abandonaram, que sempre estiveram ao meu lado diariamente, me fazendo rir e me fazendo acreditar que a vida pode ser mais leve quando compartilhada com aqueles que verdadeiramente nos amam. Eu amo vocês e sou imensamente grato por tudo: Felipe Cabral, Lucas Barcelos, Thiago Rodrigues, Miguel Farias, Arthur Salviano e José Lucas (Zefinha).

Aos meus grandes amigos, Victor José, Pedro Dias, Paulo Victor, Paola Lima, Karolayne Souza e Allison Lopes.

À minha eterna professora de Língua Portuguesa na ECIT Raul Córdula, Alessandra Miranda, que me incentivou e acreditou que era possível eu ingressar em uma graduação — algo que, até então, parecia distante da minha realidade. E essa é a principal função de um professor, fazer com que seus alunos acreditem nas múltiplas possibilidades que a vida fornece.

Ao Partido Comunista do Brasil – PCdoB, espaço onde iniciei minha atuação política e estou presente até hoje, influenciado por Johnny Willian, um companheiro valioso em minha vida e meu "padrinho" político. Sem as contribuições do PCdoB, eu não teria a visão de mundo que possuo hoje.

Aos meus camaradas da União da Juventude Socialista - Paraíba, Ruan Azevedo, Elias Simões e Kayo Richard que sempre me auxiliaram nas dificuldades, dividiram comigo as melhores experiências da militância, e enxugaram minhas lágrimas diante das adversidades enfrentadas por nossa organização.

À minha querida Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Aragão, que sempre esteve ao meu lado sempre que possível, auxiliando-me da melhor forma. Se o mundo tivesse mais professoras como ela, estaríamos em condições muito melhores. Devo imensamente uma parcela dessa conquista a essa grande professora.

Ao meu orientador Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires, agradeço por nunca ter deixado de acreditar que este trabalho era possível. Agradeço também pela confiança depositada nesta pesquisa.

Ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, agradeço em nome do Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima, um exemplo de docente e militante. Obrigado por suas contribuições para essa pesquisa, foram extremamente valiosas.

À família de Chico B, em especial ao excelentíssimo Ivan Batista, filho de Chico B, que sempre esteve disponível para dialogar sobre seu pai, mantendo contato constante comigo por intermédio de Lucas Farias, meu grande amigo e neto de Chico B. Um grande abraço para toda a sua família! Sou profundamente grato pela oportunidade de escrever sobre um homem tão digno e essencial.

Aos entrevistados desta pesquisa, que abriram as portas de suas casas e me concederam entrevistas, mesmo quando, em alguns momentos, os temas abordados foram extremamente sensíveis, meu mais sincero agradecimento. Muito obrigado por essa oportunidade! O avanço desta pesquisa é fruto da contribuição de vocês.

À Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba. Sem a contribuição dessa grande entidade, que apoia inúmeros pesquisadores paraibanos por meio de incentivo financeiro, esta pesquisa certamente não teria sido possível. Meu mais forte abraço e minha profunda gratidão a todos os trabalhadores dessa instituição, em nome do excelentíssimo presidente, Prof. Dr. Rangel Júnior.

A toda classe trabalhadora brasileira, financiador da universidade pública, que os tempos mudem por meio da luta e que nossa classe possa, enfim, desfrutar do melhor desta terra.

Por fim, e não menos importante, ao Grande Arquiteto do Universo, que me guia e cuida de minha vida nos melhores e piores momentos.

Meus mais sinceros agradecimentos a todos. Desejo uma vida longa e próspera para vocês, e que nossos sonhos se tornem realidade!

Espero que vocês tenham entendido o que está ocorrendo. Estamos felizes e na certeza de que isto é realmente o que queríamos. Não poderíamos viver tranquilos, sossegados na vida do "dia a dia", tendo a consciência de que é preciso fazer alguma coisa para libertar nosso povo da miséria e da exploração. A revolução brasileira está em processo acelerado e não podemos nesta hora nos omitir e deixar de dar nossa contribuição efetiva. Ninguém vai lutar pelo nosso povo a não ser nós mesmos, cabe a nós esta nobre tarefa de ser vanguarda na luta pela libertação de nosso povo e do povo explorado do mundo todo (...) (Telma Regina, 1971).

## RESUMO

Esta pesquisa investiga a atuação política de Francisco Almeida Batista, mais conhecido popularmente enquanto Chico B, entre os anos de 1961 e 1964, na cidade de Campina Grande, Paraíba. A trajetória política de Chico B é compreendida aqui como consequência das condições econômico-sociais do município nesse período. Metodologicamente, este trabalho fundamenta-se no materialismo histórico e dialético, História Vista de Baixo, proposta pelo historiador inglês E. P. Thompson (2012), e com a História a Contrapelo, do filósofo Walter Benjamin (1985). Além disso, será utilizada a metodologia da História Oral, embasada no *Manual da História Oral*, da historiadora Verena Alberti (2005), e na obra *A Voz do Passado*, de Paul Thompson (1998). Trata-se também de uma pesquisa documental, baseada em materiais oriundos dos Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e em jornais da época, como *Diário da Borborema (1961)*, *O Planalto (1963)*, *O Rebate (1961)* e a *Revista Tudo (1988)*. Esta pesquisa busca contribuir para o campo da história política, ressaltando as ações do barbeiro comunista Chico B, por meio de suas candidaturas nas eleições para deputado estadual da Paraíba, em 1962, e para vereador de Campina Grande, em 1963, bem como sua atuação política durante o primeiro ano da ditadura militar, em 1964.

**Palavras-chave:** História Política. Campina Grande. História Vista de Baixo.

## ABSTRACT

This research investigates the political activity of Francisco Almeida Batista, better known popularly as Chico B, between the years 1961 and 1964, in the city of Campina Grande, Paraíba, Brazil. Chico B's political trajectory is understood here as a consequence of the socio-economic conditions of the municipality during this period. Methodologically, this work is based on historical and dialectical materialism, the "History from Below" approach proposed by the English historian E. P. Thompson (2012), and Walter Benjamin's (1985) concept of history "against the grain." Additionally, the methodology of Oral History will be employed, grounded in the *Oral History Manual* by historian Verena Alberti (2005), and *The Voice of the Past* by Paul Thompson (1998). This is also a documentary research project, drawing on materials from the National Archives Information System (SIAN) and newspapers from the period, such as *Diário da Borborema* (1961), *O Planalto* (1963), *O Rebate* (1961), and the magazine *Tudo* (1988). This study aims to contribute to the field of political history by highlighting the actions of the communist barber Chico B through his candidacies in the elections for state deputy of Paraíba in 1962 and city councilor of Campina Grande in 1963, as well as his political activity during the first year of the military dictatorship in 1964.

**Keywords:** Political History. Campina Grande. History from Below.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rua Afonso Campos (Campina Grande – PB). Da esquerda para a direita, a primeira casa era a residência e barbearia de Francisco Almeida Batista.....	89
Figura 2 - Encontro político em Campina Grande - data imprecisa.....	108
Figura 3 - Passeata de Chico B - Campina Grande (1961).....	121
Figura 4 - Passeata de Chico B - Campina Grande - PB (1961) .....	126
Figura 5 - A verdade nua sobre a candidatura de Chico B - Comitê Popular de Chico B - Paraíba (1962) .....	134
Figura 6 - Telegrama de Arnaldo Bonifácio confirmando a filiação de Chico B ao PRT, enviado para o próprio Chico B .....	135
Figura 7 - Vereadores Eleitos em Campina Grande (1959).....	147
Figura 8 - Prontuário de José Pereira dos Santos no Sistema Nacional de Informação (SNI) onde; Peba informa a existência de duas alas comunistas no PSB em 1964 (1983).....	153
Figura 9 - Panfleto de vereador de Chico B - Campina Grande (1963).....	156
Figura 10 - IPM-PB (1964) indicados por subversão na Paraíba. Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) – 1964.....	177
Figura 11 - IPM-PB (1964) indicados por subversão na Paraíba constando o nome de Chico B (Continuação) .....	178
Figura 12 - Motivo pelo qual Chico B foi considerado subversivo no IPM-PB (1964) Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional (1964).....	180
Figura 13 - Nome de Chico B constando como ausente para prestar depoimento no IPM-PB (1964) .....	185
Figura 14 - Conclusão do IPM-PB (1964) .....	187
Figura 15 - Solução do IPM-PB referente a sua conclusão (1964) .....	189

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Municípios Parahybanos com renda superior a 1:000\$000 em 1888.....	41
Tabela 2 - Destino de algodão comercializado em Campina Grande – PB em 1919 até 1924	44
Tabela 3 - Estradas construídas na Paraíba pelo IFOCS no governo de Epitácio Pessoa (1919-1922).....	51
Tabela 4 - Comparativos das Produções de algodão em caroço (em kg) entre os estados da Paraíba e São Paulo de 1935 até 1940.....	53
Tabela 5 - Ranking do 1º ao 3º lugar das cidades que mais arrecadaram impostos na Paraíba – 1941-1944.....	59
Tabela 6 - Arrecadação municipal de impostos em Campina Grande, PB – 1940 até 1945 ....	60
Tabela 7 - Estrutura Agrária de Campina Grande (1950-1960).....	70
Tabela 8 - Votação dos Deputados Estaduais eleitos com esquema eleitoral ou residentes em Campina Grande – 1958.....	107
Tabela 9 - Os Deputados Estaduais eleitos na Paraíba na eleição do dia 03 de outubro de 1958.....	109
Tabela 10 - Deputados Estaduais de Paraíba eleitos majoritariamente com votos de Campina Grande (1962).....	141
Tabela 11 - Vereadores eleitos em Campina Grande – PB (1959).....	145
Tabela 12 - Vereadores eleitos em Campina Grande (1964).....	161

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lista dos Sindicatos atuantes em Campina Grande na década de 1940 e o ano de reconhecimento.....	65
Quadro 2 - População de fato, por sexo e ramo da atividade principal exercida em Campina Grande – 1940 .....	67
Quadro 3 - População de fato, por sexo e ramo da atividade principal exercida em Campina Grande – 1950 .....	69
Quadro 4 - Militantes do PCB de Campina Grande – PB, profissões e células que faziam parte em 1945 .....	101
Quadro 5 - Chefes partidários e seus respectivos partidos procurados pelo Comitê Popular de Chico B de acordo com Josué Sylvestre.....	132
Quadro 6 - Suplentes de vereadores que assumiram mandato durante 1959 até 1963 em Campina Grande – PB .....	146
Quadro 7 - Cassação de mandatos de vereadores e suplentes do estado da Paraíba durante a Ditadura Militar na Paraíba (1964).....	166
Quadro 8 - Indiciados que não foram ouvidos pelo encarregado do IPM-PB (1964).....	183

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

CEVPM-PB	Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba
CNL	Coligação Nacionalista Libertadora
CST	Coligação Social Trabalhista
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
FUNDACT	Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica
IPM-PB	Inquérito Policial Militar da Paraíba
PART	Partido da Aliança Republicana Trabalhista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PL	Partido Libertador
PR	Partido Republicano
PRP	Partido de Representação Popular
PRT	Partido Republicano Trabalhista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SNI	Serviço Nacional de Informações
UDN	União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>2. A FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DE CAMPINA GRANDE – PB: UMA ANÁLISE DAS DINÂMICAS HISTÓRICAS E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DE UM MUNICÍPIO (1940 – 1950)</b> .....	38
2.1. CAMPINA GRANDE EM MUDANÇA CONSTANTE: UMAS ANÁLISE DAS TRANSIÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS DA PECUÁRIA, A ASCENSÃO HEGEMÔNICA DO ALGODOEIRO ATÉ SEU COLAPSO.....	39
2.2. CAMPINA GRANDE EM TRANSIÇÃO ECONÔMICA: O CENÁRIO DA CLASSE TRABALHADORA NA TENTATIVA DA INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA E NO COMÉRCIO DIVERSIFICADO (1940 - 1950).....	56
2.2.1. <b>Trabalho invisível: as relações de trabalho das mulheres em Campina Grande (1940 - 1950)</b> .....	79
2.2. <b>O CENÁRIO SOCIAL E POLÍTICO DE CAMPINA GRANDE (1960)</b> .....	84
<b>3. ENTRE ESPERANÇAS E DESAFIOS: A LUTA POLÍTICA DE CHICO B E SUAS CONSEQUÊNCIAS EM CAMPINA GRANDE - PB (1960-1962)</b> .....	88
3.1. QUEM É CHICO B? A ENTREVISTA À REVISTA TUDO (1988) E AS INFORMAÇÕES DOS ENTREVISTADOS DA HISTÓRIA ORAL A SEU RESPEITO.....	89
<b>3.1.1. Determinismo e experiência: conceitos que moldaram a ideologia de Chico B e o debate sobre sua filiação/atuação no PCB</b> .....	95
3.2. A INDIFERENÇA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DA PARAÍBA: A INAÇÃO NA RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DAS CAMADAS POPULARES DE CAMPINA GRANDE (1960-1962).....	106
<b>3.2.1. O surgimento da "candidatura" de Chico B: o comitê popular de chico b orientado por militantes do PCB entre os problemas e estratégias de "campanha"</b> .....	112
<b>3.2.2. A ruptura da indiferença: a "candidatura" de Chico B é um simples fenômeno passageiro ou um movimento orgânico?</b> .....	122
<b>3.2.3. A demonstração da força da "candidatura" de Chico B nas ruas de Campina Grande – PB e o incômodo dos "donos da vila" (1961)</b> .....	125
<b>3.2.4. "O candidato que nunca foi": o "jogo de empurra" que impediu a candidatura de deputado estadual da Paraíba de Chico B (1962)</b> .....	130
<b>4. CHICO B ENTRE A URNA E O FUZIL: DA DISPUTA PARA VEREADOR EM CAMPINA GRANDE - PB À REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR (1963-1964)</b> .....	142
4.1. A RETIRADA DOS “CORONÉIS” E A ASCENSÃO DOS “DOUTORES”? O CONTEXTO POLÍTICO DA ELEIÇÃO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PB (1959 – 1963).....	143
4.2. "A BANDEIRA DE REBELDIA DE UM POVO": A CANDIDATURA DE VEREADOR DE CHICO B EM CAMPINA GRANDE ENTRE DESAFIOS, ISOLAMENTO E BAIXA VOTAÇÃO (1963).....	149

4.3. A VIOLÊNCIA DA DITADURA MILITAR NA PARAÍBA: CASSAÇÃO DE MANDATOS E TORTURA AOS POLÍTICOS PARAIBANOS CONSIDERADOS “SUBVERSIVOS” (1964).....	163
<b>4.3.1. O inquérito policial militar (IPM) da Paraíba na ditadura militar: Chico B diante dos indícios de sua vinculação ao PCB em Campina Grande – PB e as mudanças de sua vida perante esse cenário (1964).....</b>	<b>176</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>195</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>199</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Para compreender as ações de Francisco Almeida Batista conhecido popularmente como Chico B e, conseqüentemente, as práticas do Partido Comunista do Brasil (PCB) no início da década de 1960 em Campina Grande, é fundamental explicar o contexto espacial das mobilizações abordadas nesta pesquisa. O município é aqui concebido como o epicentro dessas ações — um espaço habitado e constantemente transformado pelas interações humanas, especialmente aquelas mediadas pelas relações materiais e pelo modo de produção.

O recorte espacial desta pesquisa é o município de Campina Grande, situado no estado da Paraíba, enquanto o recorte temporal abrange o período de 1940 a 1964, analisando o município em sua totalidade. Paralelamente, examina-se como as mudanças econômicas e sociais impulsionaram a trajetória e a militância política de Chico B na década de 1960, ou seja, esta pesquisa busca analisar Chico B pela perspectiva do município, um simples barbeiro que não permaneceu indiferente diante das duras condições enfrentadas pela população de Campina Grande.

Logo, diferentemente de inúmeros trabalhos históricos produzidos nas últimas décadas sobre as cidades no Brasil — os quais se dedicam a explorar os espaços de lazer e, conseqüentemente, os momentos fluidos de felicidade oriundos desses espaços<sup>1</sup> —, esta pesquisa compreende o município como um espaço mediador e constituinte das relações sociais, através da base e superestrutura<sup>2</sup>. Essa abordagem tradicional é questionável, pois, enquanto o capital existir, a felicidade integral para a classe trabalhadora permanecerá inexistente como aponta Marcus Gomes em sua obra “*O que é felicidade?*” de 2021.

Considerando a expansão do capital no século XX, que se apropriou e mercantilizou os espaços urbanos, Campina Grande esteve diretamente envolvida nesse processo, transformando-se em um reflexo das dinâmicas capitalistas que moldaram as relações entre seus

---

<sup>1</sup> Um exemplo dessa afirmação é o próprio trabalho utilizado neste balanço bibliográfico: HANGAI, Daniella Karla Portela Guimarães. **Quando o apito tocava no bairro da Liberdade: memórias e representações da Sanbra. 2014.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2014. Nele, a autora debate a felicidade e a socialização dos trabalhadores campinenses na SANBRA.

<sup>2</sup> Marx introduz explicitamente a distinção entre base e superestrutura no prefácio de sua obra: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

habitantes, em decorrência do perfil mercantil adotado pela cidade, como elucidou Pereira (2016, p. 321).

A cidade deixa de ser o recipiente, o receptáculo passivo dos produtos e da produção. O centro da decisão, aquilo da realidade urbana que subsiste e se fortalece na sua deslocação, entra a partir de então para os meios de produção e para os dispositivos da exploração do trabalho social por aqueles que detêm a informação, a cultura, os próprios poderes de decisão (Lefebvre, 2001, p. 138).

Em 1890, Engels escreveu uma carta a Joseph Bloch, na qual pontua que, de acordo com o materialismo histórico, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Para compreender como Campina Grande se transformou em um espaço urbano moldado pela lógica capitalista — profundamente modificado e condicionado pelos meios de produção (base) e pela superestrutura —, é essencial traçar uma breve contextualização da formação econômico-social (entendida como a junção da base econômica e da superestrutura) do município, como será feito no Capítulo 1 desta pesquisa.

Não se trata de compreender o marxismo como uma mera análise economicista, longe disso. O próprio Engels (1890), em sua carta para Joseph Bloch, jamais descartou a influência que a superestrutura exerce sobre a história. No entanto, é fundamental compreender a relação dialética entre base e superestrutura, reconhecendo que ambas se influenciam mutuamente. Ainda assim, não se pode negar que, em última instância, a infraestrutura predomina na dinâmica das relações humanas ao longo da história, pois é a base material que condiciona as formas de organização social, política e ideológica.

Sua atuação e militância política não foram isoladas da realidade, mas sim consequência da materialidade que o cercava, das contradições do sistema capitalista do acirramento das lutas de classe ao longo da histórica campinense. Dessa forma, compreender a trajetória de Chico B significa, também, entender os modos de produção que moldaram Campina Grande.

O materialismo histórico e dialético propõe a compreensão da história de forma diacrônica, ou seja, analisando os processos históricos em sua continuidade e transformação ao longo do tempo. Dessa maneira, é possível compreender que Chico B não surgiu isoladamente, mas foi uma consequência direta da luta de classes em Campina Grande. Sua atuação política e seu engajamento nas disputas sociais refletem não apenas sua experiência individual, mas também o acúmulo histórico das contradições sociais vividas pelas camadas populares do município. Não à toa, pontua: "Minha candidatura é ditada por um determinismo histórico" (O Semanário, 1961).

O objetivo desta pesquisa é evidenciar a importância de Chico B para as camadas populares de Campina Grande, um município que, apesar de ter experimentado períodos de prosperidade econômica, nunca conseguiu converter essa riqueza em políticas eficazes para solucionar os problemas da classe trabalhadora.

A análise dessa realidade será conduzida por meio do estudo das candidaturas de Chico B, demonstrando a relevância de suas campanhas eleitorais na tentativa de romper com a indiferença de parte da população e de questionar a postura dos demais políticos da época, que pouco ou nada faziam pelo povo.

Além disso, a pesquisa se propõe a analisar o contexto político de 1964, com foco na cassação de mandatos de políticos paraibanos durante o golpe militar, destacando, em especial, o caso de Chico B. Dessa forma, busca-se compreender o impacto das perseguições políticas e da repressão sobre lideranças políticas consideradas subversivas.

A problematização desta pesquisa gira em torno de compreender a relação entre o PCB de Campina Grande e Chico B, bem como da importância de sua figura para as camadas populares de Campina Grande. Essa relevância se refletiu no que foi noticiado pelo *Diário da Borborema* (1961) como o “fenômeno Chico B”, um movimento que mobilizou setores da população e evidenciou sua influência política. “De quando em vez, depois de realização de grandes concentrações ou para comentar algum novo manifesto, a imprensa se ocupava do fenômeno “Chico B” [...]” (Sylvestre, 1988, p. 328).

Os jornais da época também o destacavam como o “candidato dos humildes”, reforçando sua identificação com as classes populares e sua tentativa de ocupar o cargo de deputado estadual em 1962. Diante desse contexto, a pesquisa busca problematizar até que ponto Chico B era reconhecido pelo PCB como um de seus militantes e de que maneira sua candidatura refletia as contradições do sistema capitalista.

Como hipótese, esta pesquisa propõe que, com base nas fontes analisadas, a ausência de apoio das direções do PCB ao reconhecerem a potencialidade de Chico B resultou em sua fragilização política. Isso culminou em sua derrota na eleição para vereador em Campina Grande (PB), em 1963. A falta de um trabalho de base contínuo por parte do PCB junto a Chico B e a classe trabalhadora de Campina Grande – PB enfraqueceu sua posição como liderança e representante dos trabalhadores. Em outras palavras, em 1961, Chico B foi “candidato” a deputado estadual da Paraíba com o apoio da base do PCB, mas não de sua direção.

## **QUEM É CHICO B? UM BARBEIRO HUMILDE E DO POVO**

Francisco Almeida Batista, conhecido como Chico B, nasceu em Campina Grande, Paraíba, no dia 30 de maio 1904 e faleceu em 26 de novembro de 1997, filho de Vicente Almeida Batista e Vitoriana Almeida Barreto. Possuía uma vida humilde, profissionalizou-se como barbeiro, dispunha uma barbearia bem localizada no município de Campina Grande na Rua Afonso Campos no centro deste município.

Chico B, ficou extremamente conhecido em Campina Grande durante o primeiro trimestre de 1961 como o “Fenômeno Chico B”, através de suas mobilizações de “candidatura” para ocupar o cargo de deputado estadual da Paraíba, na eleição que ocorreria no ano seguinte. Chico B ocupou ruas de Campina Grande e movimentava multidões ao seu favor, como é possível observar no Programa Diversidade<sup>3</sup> (2010) da TV Itararé disponível em plataforma digital, e por um vídeo disponível no canal do YouTube intitulado; Retalhos Históricos de Campina Grande, que resgatou uma filmagem<sup>4</sup> pertencente ao Pastor José Laidimar.

Os jornais da época também noticiaram a respeito do “candidato dos humildes” que buscava ocupar o cargo de Deputado Estadual em 1962. “De quando em vez, depois de realização de grandes concentrações ou para comentar algum novo manifesto, a imprensa se ocupava do fenômeno “Chico B” [...]” (Sylvestre, 1988, p. 328).

Em entrevista realizada pelo Programa Diversidade (2010), Creusolita A. Cavalcante demarca Chico B enquanto um comunista que defendia fortemente a ideia da socialização dos meios de produção, parte essencial na teoria socialista, rumo ao comunismo.

“Ele era um homem do povo. E como um homem do povo, ninguém pensava que ele aspirava-se chegar a ser vereador de Campina Grande, mas como ele era um líder da comunidade, porque ele pensava na solidariedade humana, ele não era só comunista como se pensava. Mas ele era um homem que pensava no povo, pensava realmente no que se diz hoje; “a socialização dos ganhos”.<sup>5</sup>

O próprio Chico B, em uma entrevista concedida na Revista Tudo em 22 de maio de 1988, apresenta algo pertinente, ele é indagado pelo entrevistador que possui seu nome reduzido apenas as siglas iniciais, postas como RD e conseqüentemente Chico B, á CB;

<sup>3</sup> Esse programa da TV Itararé foi idealizado por Saulo Queiroz um Dramaturgo, radialista e jornalista, diretor e idealizador do programa Diversidade, o foi ao ar pela primeira vez em junho de 2007. In: GUIMARÃES, R.C.S.; SOUZA, A. A.; MELO, C. **O programa diversidade e sua contribuição para a cultura regional**. In: INTERCOM, XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Campina Grande, 2010.

<sup>4</sup> Retalhos históricos de Campina Grande. **Chico B**. YouTube. Campina Grande, 10 de set. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=buJD3vAk9UQ> . Acesso em: 05 abr. de 2024.

<sup>5</sup> PROGRAMA DIVERSIDADE. Chico B. YouTube. Campina Grande, 20 jan. de 2010. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=mwyMD-22Vzs&ab\\_channel=ProgramaDiversidade](https://www.youtube.com/watch?v=mwyMD-22Vzs&ab_channel=ProgramaDiversidade) . Acesso em: 02 abr. de 2024.

RD – Chico, qual o partido pelo qual você iria se candidatar realmente a uma vaga na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba?

CB – Na época, se não me engano, era o PTB ou PSD, por ai assim, já que o PCB não era legalizado como hoje. (Revista Tudo, 1988).

Nessa entrevista, é destacado por Chico B, o partido no qual desejava ser candidato; PCB, partido que estava posto na ilegalidade desde 1947. Chico B continua ao longo da entrevista, pontuando assuntos interessantes a respeito da sua ideologia; “RD – Qual a sua cor preferida? CB – VERMELHO, que é a cor do Partido Comunista” (Revista Tudo, p. 1988).

Em 1962, Chico B não conseguiu lançar sua “candidatura” para o cargo de deputado estadual na Assembleia Legislativa devido à ausência de uma filiação partidária. Diante dessa situação, ele optou por concorrer ao cargo de vereador de Campina Grande nas eleições municipais de 11 de agosto de 1963. Durante o período de 1961 a 1962, Chico B realizou uma intensa mobilização em Campina Grande para sua candidatura a deputado estadual, demonstrando uma forte presença nas ruas do município. Dada essa influência significativa e a curta distância temporal entre as eleições, sua decisão de concorrer à Câmara Municipal de Campina Grande parecia uma escolha lógica. Toda a sua mobilização anterior ainda estava ativa, o que favorecia sua campanha na eleição municipal de 1963.

Chico B se filiou ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para disputar a eleição de 11 de agosto de 1963, aos 57 anos de idade. No entanto, ele terminou na 9ª suplência de seu partido. Com o golpe militar de março de 1964, que instaurou a Ditadura Militar no Brasil, houve um esforço para reprimir as movimentações oriundas da sociedade civil e restabelecer a hegemonia da classe dominante. Em 10 de abril de 1964, sob o comando da Ditadura militar, iniciou-se um processo de cassação de mandatos por meio do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, em seu Art. 10.

## **AS JUSTIFICATIVAS DESSA PESQUISA E SUA IMPORTÂNCIA**

Peço licença para escrever apenas este trecho em primeira pessoa. Sei que isso pode causar certo incômodo, por não haver o uso da primeira pessoa nos trechos anteriores. No entanto, considero necessário fazê-lo neste momento.

A justificativa desta pesquisa origina-se de uma motivação subjetiva da minha parte, despertada pela curiosidade inicial sobre a trajetória política de um militante suspeito de ter sido oriundo do Partido Comunista do Brasil em Campina Grande.

Em 2019, meu amigo Lucas Farias compartilhou uma informação relevante sobre seu avô, em razão da minha atuação política. Até então apontado como comunista, ele teria sido

“candidato” a deputado estadual na Paraíba, mas, devido à recusa dos partidos em aceitar sua filiação, não pôde oficializar sua candidatura. Posteriormente, tornou-se suplente de vereador em Campina Grande, porém sua suplência foi cassada pela Ditadura Militar.

Essas informações foram complementadas por uma entrevista exibida em 2007 pelo Programa Diversidade da TV Itararé (afiliada da Rede Cultura), em uma reportagem de Fernanda Lacerda e Amanda Falcão, com imagens de Charles Dias, Anderson Leal, Gerailton Gomes e Expedito Júnior, e edição de Arthur Macêdo, que abordava brevemente esse contexto.

Ao ser informado sobre Francisco Almeida Batista, surgiu em mim o interesse em pesquisar mais sobre sua trajetória. Além da reportagem do Programa Diversidade, encontrei um texto intitulado “O fenômeno Chico B”, publicado no blog Retalhos Históricos de Campina Grande, escrito por Emmanuel Sousa em 6 de outubro de 2009.

Também na obra de Josué Sylvestre, *Nacionalismo e Coronelismo: fatos e personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954/1964)*, de 1988, há referências à trajetória de Francisco Almeida Batista no capítulo 33, denominado O Fenômeno Chico B. Ambos os materiais serão utilizados nesta pesquisa.

Entretanto, não foi possível encontrar mais informações sobre Francisco Almeida Batista. Foram realizadas buscas em todos os repositórios das universidades públicas da Paraíba, no SciELO e em pesquisas avulsas no Google, sem sucesso. Essa lacuna na história campinense chamou minha atenção.

Tenho uma vivência nos movimentos estudantis, inicialmente no secundarista, a partir de 2016, e, posteriormente, no universitário, em 2018. Nesse mesmo ano, ingressei no Partido Comunista do Brasil, onde sigo ativo até hoje. Durante essa minha curta trajetória de atuação política, Chico B chamou muito a minha atenção. Sobretudo, pela ausência de pesquisas sobre seu nome, pois, querendo ou não, ele protagonizou grandes movimentações em Campina Grande em 1961. Senti que sua história não foi esquecida por mero acaso, mas como se houvesse um interesse real em silenciá-la.

Ao longo da busca por novas fontes e bibliografias, percebi a exclusão que Chico B sofreu. Por mais incrível que pareça, durante essa minha curta militância, percebi que a exclusão é um movimento recorrente dentro da esquerda. A pequena burguesia, que se acomoda nos cargos da estrutura partidária de esquerda — em sua maioria, composta por brancos oriundos da classe média — gosta dos sujeitos pobres, pois eles servem para alimentar seus discursos em defesa da classe trabalhadora. Gostam de escrever sobre esses sujeitos, de bater no peito e afirmar que os defendem.

No entanto, aprendi, muitas vezes da forma mais dura, que há algo que esses companheiros não gostam: estar em pé de igualdade com aqueles mesmos sujeitos que exaltam na teoria. Quando essas pessoas possuem a mesma potencialidade que eles, sentem-se ameaçados, pois, no fundo, não querem abrir mão do seu comodismo. Talvez tenha sido por isso que Chico B me chamou tanta atenção — senti, de certa forma, aquilo que possivelmente ele vivenciou.

Obviamente, nesta pesquisa, afirmei apenas aquilo que as fontes permitiram. Meu sentimento não pode ser expresso em sua totalidade dentro da pesquisa, pois é necessário, até certo ponto, um distanciamento. Mas, não tenho como negar esse sentimento, foi ele que me motivou até aqui.

Isso resultou, inicialmente, no desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "*Minha candidatura é um determinismo histórico: vida e trajetória política de Francisco Almeida Batista em Campina Grande - PB (1961-1964)*", defendido em 2022 no curso de História da Universidade Estadual da Paraíba. No entanto, esse TCC se tornou o ponto de partida para esta pesquisa, que conseguiu avançar significativamente em relação ao trabalho original. Hoje, reconheço que o TCC não abordou completamente as informações necessárias, tornando-se excessivamente descritivo e com pouca problematização, em decorrência de ser uma produção científica inicial.

Sinto que tenho a responsabilidade de romper com a amnésia histórica sobre Chico B. Ao longo da minha trajetória política, vi muitos camaradas abandonarem as trincheiras da luta e seguirem suas vidas. Perdemos, na luta por um país melhor, excelentes camaradas que, agora, já não participam mais da disputa de classes, pois simplesmente não têm mais forças. Alguns foram acusados de terem saído por “individualismo”, outros por “ vaidade”.

Mas eu sabia que, em grande parte, esses rótulos não os definiam completamente. Senti a decepção deles, compartilhei suas dores, enxuguei lágrimas quando foi necessário. Porque, por muitos dias, eu também quase fui um deles. Quase larguei tudo. Afinal, abrir mão de parte da minha adolescência e juventude não tem sido fácil.

No entanto, há algo maior em nós do que meras vontades pessoais, do que a ausência de felicidade e do que nossas dores. Tudo isso tem uma raiz: o capitalismo. E percebi que Chico B também tinha essa compreensão, e meu papel é minimamente deixar nítido para o mundo, que esse senhor pisou nessa terra, e lutou tal qual qualquer outro militante que doou sua vida por um país melhor.

Não é preciso morrer pela causa para ser reconhecido. Aqueles que vivem e lutam, ou que viveram e lutaram, merecem o mesmo respeito. Podem não ter seus nomes gravados em

ruas e monumentos, mas suas ideias são as nossas ideias. Somos a continuidade da luta de Chico B, assim como somos de Carlos Marighella e de tantos outros.

A pesquisa sugere que sua memória foi relegada ao esquecimento. Ao resgatar essa trajetória, este trabalho desafia a detenção do tempo, imortalizando a memória de Chico B e fornecendo novas perspectivas sobre as contribuições políticas do início da década de 1960 em Campina Grande.

## **BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA, REFERÊNCIAL TEÓRICO E AS FONTES**

Esta pesquisa é bibliográfica e documental, adotando como metodologia o Materialismo Histórico e Dialético em consonância com a História Oral. As leituras utilizadas como referencial teórico nesta pesquisa serão baseadas em autores como Edward Palmer Thompson (2014), Walter Benjamin (1985) e Friedrich Engels; Karl Marx (2007).

A metodologia da História Oral temática, estará presente nos capítulos 2 e 3 desta pesquisa. A História Oral é uma forma de investigação utilizada no campo das ciências humanas e sociais. Em 1973, essa abordagem ganhou um forte caráter acadêmico com o surgimento da *Oral History Review*, vinculada à *Oral History Association* (fundada em 1966 nos Estados Unidos) e à revista *Oral History*, da *Oral History Society* do Reino Unido.

Além disso, foram desenvolvidos manuais de História Oral com o objetivo de padronizar e auxiliar o processo de coleta de entrevistas e a análise dos dados. No Brasil, a História Oral foi oficialmente introduzida em 1975, com a criação do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas.

A História Oral tornou-se essencial nesta pesquisa devido à pouquíssimas fontes a respeito de Chico B. Paul Thompson (1998) destacou que essa metodologia pode ampliar o sentido social da história, pois possibilita múltiplas compreensões sobre um determinado fato, especialmente no que se refere àqueles que foram marginalizados pela historiografia.

A História Oral permite ir além da narrativa centrada nos líderes da sociedade, ampliando o campo dos sujeitos históricos — sobretudo daqueles que foram silenciados e negados nos registros oficiais. Como destaca Thompson (1998): "Fontes orais são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas [...]".

Evidentemente, as entrevistas oriundas da História Oral devem ser analisadas com rigor, assim como qualquer outra fonte. Tanto as fontes orais quanto as escritas exigem uma análise

critériora. É importante ressaltar que, no capítulo 2 e 3, as fontes orais não são utilizadas com o objetivo de construir uma “verdade absoluta”. Afinal, as memórias contidas nos relatos orais são formadas por múltiplos fragmentos, oriundos de indivíduos que expressam suas subjetividades. Trata-se de um processo e de um conjunto de práticas que moldam as subjetividades do indivíduo, no qual sua identidade está em constante negociação.

Nesse sentido, as entrevistas realizadas nesta pesquisa foram tratadas a partir da perspectiva de compreender seu significado social. Afinal, o processo de construção da memória está diretamente ligado à percepção de como os fatos ocorreram de forma individual, influenciadas pela realidade histórica do presente.

As entrevistas foram realizadas com base em um roteiro pré-estabelecido e gravadas, sem que os entrevistados tivessem acesso prévio às perguntas. No decorrer das entrevistas, novas questões surgiram espontaneamente, enriquecendo o diálogo. As gravações estão armazenadas em um drive, juntamente com os roteiros e as transcrições. Nesta pesquisa, estão presentes alguns trechos dessas transcrições.

Foram entrevistadas quatro pessoas. Dentre os entrevistados, alguns não se sentiram à vontade para serem identificados nesta pesquisa. Evidentemente, essa decisão foi respeitada e, paralelamente, estendida a todos os participantes. Três entrevistas foram realizadas nas residências dos entrevistados, enquanto uma foi gravada na Universidade Federal de Campina Grande.

Para preservar suas identidades, utilizaremos pseudônimos. Cada entrevistado será referido como "Camarada", seguido da ordem de realização das entrevistas: o primeiro será chamado de “Camarada Um”, o segundo de “Camarada Dois” e assim sucessivamente.

Não é possível apresentar detalhadamente cada indivíduo entrevistado, pois isso poderia comprometer sua identidade oculta. No entanto, algumas informações gerais poderão ser divulgadas.

O Camarada Um foi entrevistado em sua residência no dia 3 de dezembro de 2024. Com 83 anos de idade, ele presenciou as mobilizações de Chico B na cidade de Campina Grande em 1960.

O Camarada Dois foi entrevistado em sua residência no dia 4 de dezembro de 2024. Com 75 anos, conheceu Chico B tanto em sua jornada política quanto pessoal, desde a década de 1960.

O Camarada Três foi entrevistado em sua residência no dia 14 de dezembro de 2024. Com 78 anos, também conheceu Chico B em sua trajetória política e pessoal desde a década de 1960.

O Camarada Quatro foi entrevistado na Universidade Federal de Campina Grande no dia 24 de janeiro de 2025. Com 73 anos de idade, não possuía uma relação de amizade com Chico B, mas o viu em algumas reuniões políticas na década de 1980, em Campina Grande.

Todo o processo de organização das entrevistas, tratamento das fontes orais, metodologia de análise e transcrição foi realizado com base no sociólogo Paul Thompson, especialmente em sua obra *A Voz do Passado* (1998), e nas diretrizes do *Manual de História Oral* (2005), da historiadora Verena Alberti.

Paralelamente, a principal metodologia desta pesquisa é o Materialismo Histórico e Dialético, um método vinculado à tradição marxista e fundamentado nas obras de Karl Marx e Friedrich Engels que pode ser observado tanto na obra da *Ideologia Alemã* (2007) quanto no prefácio da obra *Para a Crítica da Economia Política* (2016).

Esse método está relacionado à leitura da realidade, do mundo e da vida, operando por meio da compreensão da transformação dos fenômenos sociais e dos objetos investigados. Para Marx e Engels, tudo no universo possui existência material e, portanto, pode ser racionalmente conhecido. Para que esse processo de conhecimento ocorra, é necessário ultrapassar a superficialidade, romper com o idealismo e alcançar a essência da materialidade.

A análise consiste em operar simultaneamente em dois níveis: a observação direta e a observação indireta, buscando diferenciar o empírico (realidade imediata) do material (realidade pensada), compreendendo suas contradições. Ou seja, o sujeito-objeto perceberá que o objeto de sua investigação é um produto da ação humana. Dessa forma, Chico B não surgiu do nada; ele é um resultado da ação humana dentro do contexto histórico em que esteve inserido. Sobre essa questão, é possível entender:

A apreensão teórica pelo investigador do movimento real, prático e efetivo do objeto ou fenômeno investigado, por sua vez, não pode ser realizada de forma imediata. O processo de conhecimento para o materialismo histórico-dialético não se dá por intermédio do imediatismo do pensamento. O conhecimento do real não pode se limitar àquilo que é imediatamente dado, pensado ou sentido. Se o pensamento se limita a isso, ele se põe no nível da obviedade, restringe-se a captar o evidente. Além disso, há que se considerar a efetiva distinção entre a aparência e a essência dos processos do real, como assinalou Marx, ao afirmar que se a aparência das coisas se confundisse com sua essência, toda ciência seria supérflua. Dessa maneira é que se pressupõe um caminho de investigação de superação do nível empírico ao nível concreto do real, superação essa que só é possível - para esse método de pesquisa - por meio da análise e da abstração do pensamento do investigador (Martins; Lavoura, 2018).

É importante destacar que, para Marx (2007), a sociedade produz o homem, mas também é produzida por ele. A consciência é uma abstração da vida real, um produto da

atividade humana, sendo a vida sob condições materiais a criadora da consciência — e não o contrário. Ou seja, os homens primeiro existem e, depois, refletem sobre sua existência.

A produção das idéias, de representações e da consciência está (...) direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens, é a linguagem da vida real. São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, etc., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo de vida real (...).

Contrariamente à filosofia Alemã, que parte do céu para a terra, aqui parte-se da terra para atingir o céu. Isto significa que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam, nem daquilo que são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação..., parte-se dos homens, da sua atividade real. É a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das representações ideológicas deste processo vital (...)” (Marx;Engels, 2007, p. 48- 49).

Dessa forma, é impossível analisar Chico B no contexto de Campina Grande sem compreender a dinâmica socioeconômica (totalidade) da cidade e o papel fundamental que essa estrutura desempenhou na formação de sua consciência. Em hipótese alguma, pode-se analisar Chico B de forma engessada, desvinculada das condições materiais e históricas que moldaram sua trajetória.

Nesse contexto, o materialismo histórico e dialético analisa a matéria em seu processo de transformação. A compreensão da história humana não pode ser explicada pela metafísica. Por meio desse método, o homem — e, nesta pesquisa, Chico B, enquanto objeto de estudo — só pode ser compreendido como um ser social e histórico. Embora esteja limitado por contextos econômicos, políticos e culturais, ele é um criador da realidade social, mediado por sua ação política.

Para Marx, a análise da sociedade deve ser feita a partir dos indivíduos reais e de suas condições de existência, considerando a forma como a sociedade se organiza em classes. De um lado, estão os possuidores de capital, das mercadorias e os gerenciadores dos meios de produção; de outro, os trabalhadores, que possuem apenas sua força de trabalho. Ambos são frutos do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista e coexistem como classes antagonicas em relação à manutenção desse sistema.

Desde já, é importante destacar, que o materialismo histórico e dialético não é uma “filosofia da história”, ou seja, não é um sistema acabado para todo sempre, como elucida Engels (1961, p. 283): “Nossa concepção da história, é antes de tudo, um guia para o estudo, e

não uma alavanca destinada a erguer construções à maneira hegeliana”. Lênin (s/d) também concluiu:

“não consideramos (...) a teoria de Marx como algo acabado e intocável (...) esta teoria não faz senão fixar as pedras angulares da ciência que os socialistas devem impulsionar em todos os sentidos (...) essa teoria fornece apenas os princípios diretivos gerais, que se aplicam no particular (...) de modo diferente (Lênin, s/d, p. 35).

Nesse contexto, o Materialismo Histórico e Dialético, ao longo de sua existência, recebeu inúmeras contribuições de grandes autores marxistas que buscaram aprimorar e expandir o marxismo. Alguns desses autores foram utilizados nesta pesquisa e serão destacados a seguir.

Na perspectiva de contribuições para o marxismo, há as contribuições da História Social Inglesa, emergiu no Reino Unido entre as décadas de 1950 e 1960, trazendo uma nova perspectiva para a análise histórica marxista. Essa abordagem combinou a teoria marxista com métodos de pesquisa histórica, ressaltando a importância das estruturas sociais, das relações de classe e das condições materiais na explicação dos processos históricos.

Seu objetivo foi compreender a dinâmica da história por meio da análise das contradições sociais e das lutas de classe, enfocando tanto as mudanças estruturais quanto as experiências individuais dos atores sociais.

A História Social Inglesa é marcada por importantes historiadores, como E.P. Thompson, Eric Hobsbawm, Christopher Hill, Raymond Williams, entre outros. E.P. Thompson, por exemplo, é amplamente conhecido por sua obra “*A Formação da Classe Operária Inglesa*” (*The Making of the English Working Class*), publicada em 1963. Nessa obra, Thompson examina as origens e a consolidação da classe trabalhadora na Inglaterra do século XVIII, analisando a vida cotidiana, as lutas sociais e a formação da identidade de classe.

E.P. Thompson também trouxe uma contribuição essencial para o campo da história ao desenvolver a abordagem da “Lógica Histórica”. Em sua obra “*A Miséria da Teoria (1981)*”, ele destacou a importância desse conceito ao apresentar inúmeras críticas a Louis Althusser e seus seguidores.

A Lógica Histórica, associada ao Materialismo Histórico, chama a atenção para o uso inadequado de determinados conceitos marxistas, que muitas vezes são aplicados de forma engessada, tornando a teoria um instrumento que distorce ou sobrepõe-se à realidade. Por meio dessa abordagem, Thompson argumenta que não basta apenas uma compreensão materialista

da história; é fundamental compreender a própria história em seu movimento — um ponto já enfatizado pelo próprio Marx.

Dessa forma, esta pesquisa incorporou as contribuições de Thompson (2014), adotando também a abordagem do que ele chamou de: história vista de baixo (*history from below*). No prefácio da obra do autor supracitado, *A Formação da Classe Operária (1987)*, Thompson (1987) destaca o caminho metodológico que começou a seguir em sua historiografia:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ e mesmo o iludido seguidor de Joana Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade (...). Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser condenados em vida, vítimas acidentais (Thompson, 1987, p.13).

A história vista de baixo está em consonância com a lógica histórica ambos desenvolvidos por Thompson. Em sua obra *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos (2012)*, o autor debate que a história vista de baixo tem como objetivo resgatar as concepções das classes populares inglesas ao longo da história, mantendo uma orientação e um vínculo com o marxismo militante. Thompson (2012) criticou o método marxista heterodoxo adotado por historiadores ingleses da época, que analisavam a vida das classes populares com categorias de análise alheias à realidade desses sujeitos, permitindo que a teoria se sobrepusesse à realidade histórica material.

Paralelamente, história vista de baixo caracteriza-se por uma análise documental sob uma nova ótica, focando na escrita da história daqueles que, ao longo das produções historiográficas, foram marginalizados, especificamente os indivíduos excluídos da chamada “História Oficial”. Nesse contexto, a História Vista de Baixo não se propõe a construir uma oposição à História Tradicional, mas sim contribuir na historiografia com os sujeitos que foram excluídos.

Dessa forma, escrever sobre a trajetória de Francisco Almeida Batista significa relatar a vida de um simples barbeiro que, durante sua pré-campanha para deputado estadual da Paraíba, mobilizou multidões nas ruas de Campina Grande entre 1961 e 1962. Muitos dos eventos de sua história permanecem registrados apenas na oralidade de sua família e em poucos espaços sociais. Ignorado pela historiografia convencional, sua trajetória deve ser reconstruída a partir da perspectiva da história vista de baixo.

Outro autor marxista de extrema importância para esta pesquisa é Walter Benjamin (1985), filósofo alemão associado à Escola de Frankfurt e à Teoria Crítica. Sua obra “*Teses sobre o Conceito de História (1985)*” representa uma contribuição fundamental para o campo

da historiografia marxista. As Teses sobre o Conceito de História foram o último escrito de Walter Benjamin, publicado pela primeira vez em 1940, após sua morte. Nessas teses, Benjamin (1985) criticou tanto o historicismo burguês quanto os materialistas vulgares.

Discutir os antecedentes das conjunturas políticas e históricas relacionadas às eleições disputadas por Francisco Almeida Batista no início da década de 1960 está em concordância com a tese seis de Benjamin (1985):

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (Benjamin, 1985, p. 224-225).

Esta pesquisa, acima de tudo, carrega a responsabilidade de honrar todos aqueles que tombaram na luta ao longo da história. Nessa perspectiva, relatar a trajetória de Francisco Almeida Batista é fundamental para Campina Grande e serve como exemplo para a classe trabalhadora. Suas palavras denunciavam um sistema falho, que não representava sua classe. Seu nome não deve ser relegado ao esquecimento; sua trajetória de vida não será desprezada. Além disso, esta pesquisa se apoia em uma história a contrapelo, adotando Chico B — um trabalhador — como protagonista da História.

A natureza dessa tristeza se tornará mais clara se nos perguntarmos com quem o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (Benjamin, 1985, p. 225).

Os conceitos utilizados nesta pesquisa partem das contribuições da teoria marxista. Um dos principais é o conceito de luta de classes, fundamental para compreender as mobilizações

emergentes no início da década de 1960. Esse conceito refere-se ao embate entre classes sociais, resultante das relações econômicas inerentes ao capitalismo, onde uma classe se sobrepõe à outra.

Na perspectiva do Materialismo Histórico e Dialético, a contradição gerada pelo sistema capitalista impulsiona as movimentações dialéticas, resultando no confronto entre as classes sociais e, conseqüentemente, na luta de classes. Como afirmam Marx e Engels: "Até hoje, a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história da luta de classes." (Marx; Engels, 2015, p. 21).

Thompson (2012, p. 270–274) ressalta que a classe é uma categoria histórica, desenvolvida por meio de processos sociais ao longo do tempo. Para ele, a classe não pode ser compreendida como uma categoria estática, determinada apenas por condições objetivas imediatas. Ou seja, não é possível afirmar que um trabalhador pertence à classe trabalhadora e presumir, automaticamente, que ele possui consciência de classe ou que se reconhece enquanto tal (mesmo sendo).

(...) "Classe em si" – no nível da base que se traduz em consciência de classe – ou "classe para si" – quando, porventura, desemboca no nível da superestrutura. Se esta não dá origem a uma direção própria, devemos então introduzir o conceito de "falsa consciência". A classe está ali, mas mistificada, não conhece a si mesma nem seus próprios e verdadeiros interesses. (Thompson, 2012, p. 278).

Além disso, é essencial considerar o conceito de consciência de classe apresentado por Thompson (2012), que argumenta que esse termo não deve ser aplicado quando o sujeito não se reconhece como parte de uma classe. Segundo o autor, é incorreto utilizar o conceito de consciência de classe para indivíduos que não possuem essa percepção de si mesmos dentro da estrutura social.

Também é utilizado o conceito de experiência histórica, desenvolvido por Thompson (1981). Para ele, a experiência é um processo contínuo e desempenha um papel fundamental na formação da consciência social. Segundo sua abordagem, é a experiência histórica que determina a consciência social, estabelecendo uma relação dialética com a materialidade.

Outro conceito importante é o de paternalismo. De acordo com Thompson (1988), esse conceito refere-se à perspectiva de um conflito entre classes sociais distintas. O paternalismo surge quando um indivíduo oriundo de uma classe considerada 'superior' se coloca como detentor do poder e do conhecimento, enquanto a classe popular é vista como dependente, na posição de um filho que deve obedecer a seu pai. Esse conceito é utilizado para entender como os políticos tradicionais paraibanos usavam suas terras para exercer influência sobre os

moradores locais e, assim, eleger-se para cargos políticos com a maioria dos votos nas regiões onde suas terras estavam localizadas.

Utilizam-se os conceitos de Propagandista e Agitador, formulados por Lênin e debatidos por Nadejda Krupskaja (1939). O propagandista tem a função de divulgar as campanhas promovidas pelos comunistas, enquanto o agitador busca mobilizar e aglutinar as massas em torno dessa propaganda. Ambos conceitos são essenciais para compreender a importância das ações políticas de Chico B em suas disputas eleitorais.

De acordo com Gramsci (2001, p. 78), a imprensa faz parte da dinâmica da “organização material voltada para defender e desenvolver a frente teórica ou ideológica”. Ele informa que não apenas a imprensa, mas tudo o que emite opinião pública, direta ou indiretamente, cumpre esse papel. Dessa forma, compreende-se que Gramsci (2001) considera os jornais como portadores de uma ideologia de classe.

A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição das ruas. Não se explicaria a posição conservada pela Igreja na sociedade moderna se não se conhecessem os esforços diuturnos e pacientes que ela faz para desenvolver continuamente sua seção particular desta estrutura material da ideologia (Gramsci, 2001, p. 78).

Assim, os jornais devem ser analisados considerando que, ao mesmo tempo em que são fontes, também são objetos de pesquisa. Isso decorre da necessidade de não apenas utilizar a citação do jornal, mas também de analisar o máximo possível sobre o próprio jornal, para compreender sua finalidade em última instância.

Por exemplo, o jornal Diário da Borborema produziu matérias importantes a respeito de Chico B. enquanto comunista. No entanto, o Diário da Borborema foi um dos apoiadores do golpe de 1964. Isso implica dizer que há a necessidade de compreender que uma coisa é a opinião do jornalista ou colunista que escreveu um determinado fato; outra coisa é a ideologia do editorial do jornal, ou seja, a qual classe e interesse esse editorial está vinculado.

Paralelamente, é necessário compreender que o jornal é ideológico. Não se pode analisá-lo de forma ingênua, acreditando que, no caso desta pesquisa, as matérias publicadas sobre Chico B. tinham o objetivo de popularizá-lo. Evidentemente, coube a esta análise compreender os interesses por trás dessas publicações.

Além disso, Gramsci (2001) chama a atenção para a questão econômica da imprensa, destacando como a imprensa moderna pauta a necessidade da venda de seus jornais para

manter-se estável economicamente. Ou seja, as matérias sobre Chico B. poderiam, na época, ter tido um caráter comercial, explorando o fato como algo curioso para atrair leitores.

Tem grande importância o aspecto exterior de uma revista, tanto comercialmente como “ideologicamente”, para assegurar fidelidade e afeição; na realidade, neste caso, é difícil distinguir o fato comercial do ideológico. Fatores: páginas, composição das margens, do espaço entre as colunas (comprimento da linha), densidade das colunas, isto é, o número de letras por linha e do corpo usado em cada letra, do papel e da tinta (beleza dos títulos, nitidez dos caracteres devido ao maior ou menor desgaste das matrizes ou das letras manuais, etc.). Estes elementos não têm importância somente para as revistas, mas para os jornais diários (Gramsci, 2001, p. 249).

Dessa forma, os jornais aqui analisados seguiram a metodologia proposta por Gramsci (2001), analisando o jornal a partir da totalidade e percebendo seus aspectos ideológicos (como o exemplo citado anteriormente), técnicos e mercadológicos, bem como as fontes jornalísticas de forma integral.

Esta pesquisa utilizou como fontes ampliadas matérias de jornais publicadas na década de 1960, incluindo o *Diário da Borborema* (1961), *O Planalto* (1963) que foram encontrados no acervo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida da Universidade Estadual da Paraíba, no Campus I em Campina Grande – Paraíba. A *Revista Tudo* (1988), encontrada no acervo pessoal da família de Chico B em 2022, e o jornal *Novos Tempos* (1963), localizado por meio do site da Hemeroteca Digital.

As fontes oriundas de matérias de jornais; *O Rebate* (1961), *Correio da Paraíba* (1961), *O Semanário* (1961), assim como a carta escrita pelo Comitê Popular de Chico B, intitulada “Ao Povo Paraibano (1962)”, e as fontes iconográficas, como o telegrama de Arnaldo Bonifácio (1961), a passeata de Chico B em Campina Grande (1961) e o “santinho” de sua campanha para vereador em 1963, são todas frutos da pesquisa de Josué Sylvestre, presente em sua obra “*Nacionalismo e Coronelismo: Fatos e Personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954/1964)*”, publicada em 1988. Essas múltiplas fontes fundamentam a presente pesquisa.

As fontes que registram os resultados eleitorais de Campina Grande – PB e do estado da Paraíba, utilizadas nesta pesquisa, foram obtidas por meio dos dados disponíveis no site do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB).

As fontes relacionadas ao Inquérito Policial Militar (IPM) da Paraíba de 1964 foram obtidas por meio do trabalho do Dr. Afonso Celso Scocuglia, presente em sua obra *As Provas da Ditadura na Política e na Educação: O Inquérito Policial Militar (IPM) da Paraíba (1964-1969)*, publicada em 2015. Nessa obra, Scocuglia (2015) transcreveu todos os IPMs da Paraíba

entre 1964 e 1969. Os documentos originais encontram-se sob custódia do Superior Tribunal Militar, em Brasília, tornou-se fundamental para essa pesquisa.

Outras fontes relacionadas ao Inquérito Policial Militar da Paraíba (IPM-PB, 1964) e ao prontuário de José Pereira dos Santos, do Serviço Nacional de Informações (SNI), foram encontradas em formato digital por meio do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), sob responsabilidade do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. A pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “*A formação econômico-social de Campina Grande – PB: uma análise das dinâmicas históricas e das relações de trabalho na construção de um município (1940 – 1950)*”, explora os impactos da formação socioeconômica de Campina Grande, com ênfase no crescimento econômico e nas relações de trabalho ao longo desse período em seu primeiro tópico: *Campina Grande em mudança constante: uma análise das transições econômico-sociais da pecuária, a ascensão hegemônica do algodoeiro até seu colapso*.

No tópico “*Campina Grande em Transição Econômica: O Cenário da Classe Trabalhadora na Tentativa de Industrialização Tardia e no Comércio Diversificado (1940 – 1950)*”, a análise busca compreender a condição da classe trabalhadora de Campina Grande diante da transição econômica vivida pela cidade. O objetivo é fornecer contexto para a experiência que Chico B acumulou até sua candidatura a deputado estadual da Paraíba em 1962, em oposição ao cenário social e político predominante no município.

O tópico “*Trabalho Invisível: As Relações de Trabalho das Mulheres em Campina Grande (1940 – 1950)*” surge com a perspectiva de destacar e registrar o papel das mulheres no mercado de trabalho do município. Isso se faz necessário, visto que, na maioria das análises sobre relações de trabalho, a atuação feminina é frequentemente ignorada.

No último tópico deste capítulo, “*O Cenário Social e Político de Campina Grande (1960)*”, busca-se compreender como os políticos locais lidavam com a realidade adversa enfrentada pelos trabalhadores da cidade.

O segundo capítulo é intitulado: “*Entre esperanças e desafios: a luta política de Chico B e suas consequências em Campina Grande – PB (1960-1962)*”. Neste capítulo, abordará a candidatura de Chico B a deputado estadual em 1961 na Paraíba, com eleição marcada para 7 de outubro de 1962. A análise começará pela compreensão do cenário político de Campina Grande e das razões que levaram Chico B a se candidatar, focando em sua atuação local e nas motivações que impulsionaram sua “candidatura”.

O capítulo examinará a política dos deputados estaduais em relação a Campina Grande, destacando que a candidatura de Chico B foi específica para essa cidade, onde ele tinha forte

apoio. A análise buscará entender a importância de sua candidatura para as camadas populares de Campina Grande e como ele se posicionou frente às estruturas políticas da época. O termo "candidatura" é colocado entre aspas devido à ausência de uma definição objetiva para movimentos eleitorais anteriores aos três meses da eleição de acordo com a Lei Nº 1.164, de 24 de julho de 1950, em vigor até 1965, código eleitoral da época. Embora a "candidatura" de Chico B tenha sido formalizada popularmente em 1961, a legislação não previa um termo específico para tais movimentações.

Finalmente, o capítulo não pretende criar uma imagem messiânica de Chico B. Em vez disso, será enfatizado como suas ideias e sua atuação foram importantes para as camadas populares que o apoiavam, destacando seu papel em lutar contra as estruturas existentes e em defender os direitos dessas camadas.

No último capítulo intitulado: "*Chico B entre a urna e fuzil: da disputa para vereador em Campina Grande – PB à repressão da ditadura militar (1963-1964)*" em seu tópico: "*A Retirada dos "Coronéis" e a Ascensão dos "Doutores"?*" foi abordado o Contexto Político da Eleição Municipal de Campina Grande – PB (1959 – 1963) especificamente a eleição municipal de 1959 em Campina Grande. Esse panorama é fundamental para compreender quais grupos políticos Chico B enfrentaria na eleição de 1963. Ao analisar esse cenário, torna-se possível entender as dificuldades que ele teria de superar para conquistar uma vaga como vereador em Campina Grande.

Em seguida, o capítulo discutiu os desafios enfrentados por Chico B em 1963, desde o isolamento político até os problemas internos do PCB, que impactaram diretamente sua candidatura. Posteriormente, foi analisado de forma mais ampla o impacto da Ditadura Militar de 1964 no estado da Paraíba, com foco na cassação de mandatos em todo o estado.

Por fim, o capítulo examinou as consequências da repressão militar em decorrência da atuação de Chico B no PCB de Campina Grande.

## **2. A FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DE CAMPINA GRANDE – PB: UMA ANÁLISE DAS DINÂMICAS HISTÓRICAS E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DE UM MUNICÍPIO (1940 – 1950)**

Neste capítulo, explora-se as consequências da formação socioeconômica de Campina Grande para classe trabalhadora. É importante entender que nada acontece por acaso; as relações de trabalho desempenharam um papel crucial na moldagem dessa sociedade. Vamos nos concentrar especialmente nas décadas de 1940 e 1950 para compreender o contexto que levou Chico B a se candidatar em 1962 a deputado estadual da Paraíba em oposição ao cenário social e político predominante no município.

Como Marx (2008, p. 47) explicou, "o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual." Ou seja, a candidatura de Chico B não surgiu apenas por vontade própria; houve fatores materiais que o impulsionaram a entrar na disputa. Isso fica evidente nas próprias palavras de Chico B na época, quando ele afirmou: "Minha candidatura é ditada por um determinismo histórico" (O Semanário, 1961).

Desde o comércio pecuário em Campina Grande até a década de 1930, o Brasil seguia um modelo econômico primário-exportador, fundamentado na exploração dos objetos preexistentes por natureza: pau-brasil, gado, açúcar, fumo, ouro, diamante, algodão, café, borracha e cacau, que se tornavam matéria-prima, através do processo de modificação mediada pelo trabalho. Nesse contexto, no século XIX, a economia de Campina Grande baseava-se principalmente na pecuária. Gradualmente, ao longo desse século, houve um investimento no algodão, que se tornou o motor da economia campinense, especialmente no século XX. Evidentemente, o modelo econômico primário-exportador tinham um caráter exportador, um legado herdado da colonização.

Nesse âmbito da exportação e exploração, a base da economia brasileira, temos a terra, fonte original de viveres e por meios já prontos de subsistência para o homem, é na terra que é encontrado os objetivos gerais do trabalho: "a própria terra é um meio de trabalho, mas pressupõe, para a servir como meio de trabalho na agricultura, uma série de outros meios de trabalho é um nível de desenvolvimento relativamente alto de força de trabalho." (GANILH apud ANTUNES, 2013, p. 34). É na terra que o homem efetiva, mediante o trabalho, a transformação do objeto de trabalho em produto, conseqüentemente o produto tornasse valor de uso.

Por fim, este capítulo busca compreender o modelo econômico adotado por Campina Grande entre 1930 e 1940, contextualizando o comércio desde seus primórdios do município.

Analisaremos a realidade enfrentada pela classe trabalhadora, tanto dentro quanto fora do ambiente de trabalho, para entender as condições dessa classe que Chico B queria defender e representar na eleição estadual da Paraíba de 1962.

## 2.1. CAMPINA GRANDE EM MUDANÇA CONSTANTE: UMAS ANÁLISE DAS TRANSIÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS DA PECUÁRIA, A ASCENSÃO HEGEMÔNICA DO ALGODOEIRO ATÉ SEU COLAPSO

Ao longo de sua trajetória histórica, observa-se que Campina Grande desempenhou um papel de servidão aos interesses da elite, inicialmente à elite rural. Esse processo de subordinação se intensificou à medida que a cidade passou por transformações econômicas, que a consolidaram como um polo estratégico para a acumulação de capital e a exploração da força de trabalho.

Em 1769, quando ainda era conhecida como Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, e posteriormente, em 1790, como Vila Nova da Rainha, a localidade funcionava como uma base de produção de subsistência, sustentada pelos recursos naturais preexistentes<sup>6</sup>: mandioca, milho e outros cereais. Nesse primeiro momento, a região da Vila Nova da Rainha se tornou um importante centro comercial graças à mandioca, com suas casas de farinha e engenhos de farinha de pau.

De acordo com Araújo (1985, p. 43), as regiões agreste e sertão, que foram habitadas principalmente devido ao processo de exploração liderado pela família Oliveira Ledo, entre outros, surgiram como uma resposta às contradições inerentes às relações de produção da estrutura escravocrata na região da mata na Parahyba.

Em outras palavras, o desenvolvimento da economia açucareira na Parahyba, junto com a lavoura de subsistência e a pecuária, criou uma dinâmica onde as regiões do agreste e do sertão se tornaram formas de produzirem a subsistência da região da mata “eram produzidos cereais, frutas e legumes, também solicitados pela zona da mata” (Araújo, 1985, p. 45), como resultado das particularidades da divisão do trabalho na época. Este processo não apenas moldou a paisagem econômica, mas também influenciou diretamente as vidas das pessoas que habitavam essas áreas, gerando novas formas de trabalho e organização social.

Conforme descreve Araújo (1985), à medida que as fazendas se expandiam na vila, tornava-se cada vez mais comum a utilização da mão de obra dos chamados moradores de

---

<sup>6</sup> Objetos preexistentes, é um conceito utilizado por Karl Marx para designar sua existência por natureza, como por exemplo: peixe, mandioca e minério. São produtos preexistentes pela própria natureza. (ANTUNES, 2013).

condição<sup>7</sup>, muitos dos quais viviam em condições precárias. Esses moradores passaram a realizar uma variedade de trabalhos nas fazendas como forma de garantir sua própria sobrevivência.

Essa realidade reflete sobre as complexas dinâmicas sociais e econômicas que caracterizavam a vida nas fazendas da região. Por um lado, havia a necessidade premente de trabalho para garantir o sustento diário. Por outro lado, essa dependência econômica muitas vezes perpetuava condições desfavoráveis para os trabalhadores locais, que se viam obrigados a aceitar empregos em troca de uma mínima subsistência.

Desta forma, ocupavam melhor as suas terras, dispunham de braços para as lidas com o gado, o que não exigia tempo integral, sobrando tempo para cuidarem de sua própria subsistência, através de roçados cuja a produção total não lhes pertencia, pois eram expropriados através de formas de trabalho como: a meiação, a terça, o cambão, etc... limitando-se a conseguirem, simplesmente, o necessário para sua sobrevivência e de sua família. Assim, os fazendeiros passavam a embolsar a renda agrária, viabilizada com o abastecimento da zona canavieira (Araújo, 1985, p. 45).

Ao longo do século XVIII, a população da região Agrestina experimentou um crescimento significativo. No entanto, a pecuária, que era a principal atividade econômica, não conseguia absorver toda a mão de obra disponível. Diante dessa situação, surgiram as relações de foreiros<sup>8</sup> e rendeiros<sup>9</sup>, uma espécie de arranjo de trabalho onde os indivíduos recebiam um pedaço de terra de um fazendeiro para cultivar. Essa relação, embora baseada em interesses individuais de lucro, era responsável para abastecer as feiras de Campina Grande e, posteriormente, fornecer produtos para a zona da Mata. Nesse cenário, a Vila Nova da Rainha despertou interesse devido à sua diversificada produção econômica, e também em decorrência da sua localização geográfica, que facilitava o destino até o sertão e o litoral parahybano.

Em 1864, graças ao deputado Irineu Jofilly, a vila foi elevada à categoria de cidade. Foi nesse momento que Campina Grande começou a chamar atenção, principalmente devido ao seu crescimento na produção de algodão “(...) a partir de 1864 ocorre um rápido crescimento populacional, que se deve basicamente ao crescimento do comercio algodoeiro que crescia

---

<sup>7</sup> De acordo com Araújo (1985, p. 43), esse termo era utilizado por grandes proprietários de terra, onde se referiam aos moradores que aceitavam quaisquer tipos de função para sobreviverem.

<sup>8</sup> Foreiro é uma modalidade de propriedade onde existe um proprietário formal, mas os direitos de uso e as obrigações recaem sobre outra pessoa ou instituição. Basicamente, trata-se de um arranjo em que o proprietário do imóvel transfere o domínio útil do espaço para outra parte, por tanto que o lucro da produtividade seja dividido de acordo com o dono da terra.

<sup>9</sup> Rendeiros são pessoas que alugam terras ou propriedades rurais para cultivar ou criar animais. Eles pagam uma renda periódica ao proprietário da terra pelo direito de usá-la. Embora não sejam donos das terras, têm permissão para utilizá-las conforme o combinado no contrato de arrendamento.

concomitantemente à produção algodoeira.” (Pereira, 2016, p. 328). O avanço significativo da economia da cidade de Campina Grande, é perceptível através da tabela 1, abaixo:

Tabela 1 - Municípios Parahybanos com renda superior a 1:000\$000 em 1888

MUNICIPIOS	RENDA (EM CONTO DE RÉIS)
Capital	30:700\$00
<b>Campina Grande</b>	<b>6:110\$000</b>
Guarabira	4:240\$000
Mamanguape	3:660\$000
Areia	3:390\$000
Bananeiras	2:680\$000

Fonte: Joffily, 1982, p. 69.

Percebesse o aumento significativo da arrecadação de impostos, por meio da prefeitura campinense, através da segunda metade do século XIX, a região era considerada uma cidade, e já estava consolidada como principal centro comercial do interior do nordeste, e a segunda maior economia da Parahyba do Norte, como discorre Joffily (1982, p. 387), o desenvolvimento campinense é perceptível através de:

(...) Na segunda metade do século XIX, Campina Grande já estava com quarenta casas de comércio das quais 14 lojas de fazenda (tecido), uma farmácia, e duas boticas. Entre os melhores estabelecimentos comerciais, nota-se o de Cristiano Lauritzen, (um dinamarquês que além de comerciante, torna-se um dos principais chefes políticos do local) recentemente aberto e que tendo de fundo avultado capital. Além de feiras de gêneros alimentícios no sábado e de gado nas quintas-feiras de cada semana aumentando-lhe consideravelmente sobre as demais cidades do interior o seu movimento comercial (Joffily, 1982, p. 387).

No entanto, esse progresso significativo foi impulsionado pela cotonicultura em Campina Grande. Além disso, uma crise econômica no setor açucareiro nos Estados Unidos, principal fornecedor de matéria-prima para o mercado europeu, fez com que países como a Inglaterra buscassem alternativas em outras áreas de produção. Nesse contexto, Campina Grande, por meio da Parahyba, começou a suprir essas novas demandas, através da sua incursão na produção de algodão.

Com a crise, cada região procurava maneiras de encontrar brechas no mercado externo e também de alimentar o mercado interno com produtos de suas próprias terras. Assim, a Paraíba, cuja principal produção agrícola era a cana-de-açúcar, começou a investir na produção de algodão. A Paraíba, que tradicionalmente se destacava pela produção de cana-de-açúcar, redirecionou seus esforços para o cultivo do algodão, atendendo tanto às demandas internas quanto às necessidades do mercado externo como destaca Pereira (2016, p. 324):

A Paraíba, que tinha o açúcar como principal produto de sua economia, ressentiu-se profundamente com a crise da economia açucareira, mas o algodão vem dar nova vitalidade à economia do estado. A pecuária e o algodão, principalmente, assumem participações relevantes na economia do estado. Por não necessitar de uma grande inversão de capitais – devido ao processo de consorciação com outras culturas –, a produção do algodão expande-se intensamente, principalmente no início do século XX (Pereira, 2016, p. 334).

Vale ressaltar que as oligarquias nordestinas algodoeira-pecuária-açucareira, utilizavam-se do Estado e de seus aparelhos tornando-os mecanismos de favorecimento às oligarquias na perspectiva de produzirem seus respectivos produtos. A própria seca em determinados momentos, tornava-se meios de enriquecimento destas oligarquias. Os aparelhos estatais citados, são: A Inspetoria Federal de Obras a Seca – IFOCS, posteriormente Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), o Instituto de Açúcar e do Alcool (IAA) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

A crise açucareira e o impulsionamento da cotonicultura em Campina Grande podem ser atribuídos a vários fatores. Primeiro, houve um crescimento abrupto na utilização da fibra nas indústrias têxteis tanto no Brasil quanto no mundo. Segundo, durante as Guerras Napoleônicas no início do século XIX, o fornecimento de algodão pelas colônias francesas nas Antilhas foi interrompido. Terceiro, a produção de algodão nos Estados Unidos diminuiu durante a Guerra de Secessão na década de 1860. Além disso, o desenvolvimento das indústrias têxteis no Brasil e o aumento da demanda por tecidos devido ao crescimento populacional também foram fatores importantes.

Assim, Campina Grande foi lentamente deixando de ser uma cidade predominantemente produtora e começou a se transformar em um centro mercantil. De acordo com Pereira (2016, p. 326), "o crescimento dessa cultura não impulsionou uma maior absorção de mão de obra, pois utilizavam-se os trabalhadores já estabelecidos em suas propriedades ou que tinham acesso à terra." No entanto, essa dinâmica de absorção de mão de obra foi se modificando gradativamente ao longo do século XX.

Conforme Araújo (1985, p. 47), nas décadas passadas do século XIX, os grandes proprietários rurais buscaram organizar suas plantações usando mão de obra escravizada. No entanto, ao longo do tempo, perceberam que contar com a exploração de meeiros<sup>10</sup> e

---

<sup>10</sup> O meeiro ocupa-se de todo o trabalho, e reparte com o dono da terra o resultado da produção. O dono da terra fornece o terreno, a casa e, às vezes, um pequeno lote para o cultivo particular do agricultor e de sua família. Fornece, ainda, equipamento agrícola e animais para ajudar no trabalho.

arrendatários<sup>11</sup> era mais eficaz para obter renda fundiária. Desta forma na cultura do algodão, a exploração do trabalho tinha características pré-capitalistas, os trabalhadores raramente recebiam seus salários em dinheiro, sendo mais comum formas de remuneração como foro, meação e a presença dos moradores de condição de condição, como destaca Pereira (2016, p. 328):

A meação, a parceria e o arrendamento eram muito comuns em todas as microrregiões, porém no sertão dificilmente se encontrava o arrendatário. Campina Grande contava praticamente com todas as formas supracitadas de relações de produção e de trabalho pré-capitalistas, fato que favoreceu seu crescimento rural e urbano, pois as pessoas envolvidas com o campo, dentro dessas formas citadas, tenderam a mudar-se para o centro urbano (Pereira, 2016, p. 328).

Desta forma, com a consolidação da produção do algodão em Campina Grande no XIX e o estabelecimento de uma economia mercantil, Araújo (1985, p. 47) destaca que a lógica do comércio moldou a regionalização. Isso não foi apenas uma consequência direta do algodão em si, mas sim da dinâmica socioeconômica na qual ele era produzido, caracterizada por um movimento em direção à acumulação capitalista. Fazendeiros, meeiros, sitiantes e posseiros adotaram a cultura do algodão, remodelando as relações de produção para facilitar a acumulação de capital, o que transformou Campina Grande em um centro mercantil de importância significativa e de domínio na região.

A integração do mercado campinense ao cenário global trouxe uma mudança significativa para a economia de Campina Grande no início do século XX, especialmente após 1907, com a chegada da linha férrea ao município. A ferrovia tornou-se essencial para o transporte de mercadorias, especialmente do algodão, estreitando os laços comerciais com Recife e João Pessoa (Cabedelo), cujos portos eram utilizados para a exportação do produto.

Antes da chegada da ferrovia, o comércio em Campina Grande era restrito a mercadorias manufaturadas e produtos agropecuários. Com a implementação do sistema ferroviário, o intercâmbio comercial foi amplamente facilitado, impulsionando o desenvolvimento econômico da região. Araújo (1985, p. 49) elucida que, com o advento da linha férrea, foi possível perceber em Campina Grande um aumento populacional, uma acentuada adoção do trabalho assalariado, além da expansão da produção e da valorização das terras.

É importante lembrar que, nesse período, os países industrializados, especialmente a Inglaterra, enfrentavam uma crise de lucratividade, com uma queda na taxa média de lucro.

---

<sup>11</sup> O proprietário (arrendador) de uma terra cede a um consumidor (arrendatário) o uso desse bem por prazo determinado e recebe em troca uma prestação de serviço.

Uma das alternativas encontradas para contornar essa situação foi a exportação de capitais excedentes para regiões onde as taxas de lucratividade eram mais altas, possibilitando novos investimentos e a ampliação da influência econômica dessas potências.

Pereira (2016, p. 333) destaca que, após 1909, Campina Grande começou a consolidar sua hegemonia comercial, impulsionada pela chegada da linha férrea. Com base em Mariz (1939, apud Pereira, 2016, p. 333), observa-se que, em 1909, Campina Grande possuía 95 estabelecimentos comerciais, superando outras cidades do interior, como Mamanguape, com 85, Alagoa Grande, com 72, e Itabaiana, com 58.

Com a existência da linha férrea, Vasconcelos (1980, apud Pereira, 2016, p. 334) aponta que, em 1925, havia 39 firmas ligadas à produção de algodão. De acordo com Araújo (1985, p. 49), há um consenso de que o advento da linha férrea impulsionou um salto econômico e populacional em Campina Grande. Em 1907, o município possuía apenas 600 casas, número que triplicou até 1918.

Jair Barbosa Araújo (2004, p. 5) apontou que, entre 1907 e 1947, Campina Grande passou por mudanças drásticas, aumentando de 731 edificações para 13.259. O fato é que o "cavalo de aço" – como o trem era popularmente chamado – trouxe consigo o desenvolvimento do município, facilitando o comércio algodoeiro, como pode ser analisado na tabela 1, a seguir.

Tabela 2 - Destino de algodão comercializado em Campina Grande – PB em 1919 até 1924

Ano	Algodão comercializado em C. Grande (toneladas)	Destino João Pessoa (porto de Cabedelo)	%	Destino Recife (porto)	%
1919	5.210	1.793	34,5	3.417	65,5
1920	10.316	3.443	33,3	6.837	66,7
1921	8.976	3.899	43,4	5.077	55,6
1922	10.529	2.643	25,0	7.886	74,9
1923	14.053	1.245	8,8	2.808	91,2
1924	9.104	6.039	66,3	3.065	33,7
<b>TOTAL</b>	<b>58,189</b>	<b>19,063</b>	<b>32,8</b>	<b>39.126</b>	<b>67,2</b>

Fonte: Vasconcelos, 1980 apud Araújo, 2004, p. 6.

De acordo com a Tabela 1, percebe-se a intensidade do comércio em Campina Grande, que chegou a exportar um total de 58.189 toneladas de algodão. Tejo (1984, p. 56) destaca que, em 1919, Campina Grande exportava 81.422 sacas de algodão, e que, em 1923, esse número saltou para 219.587 sacas, com um total de 28 firmas exportadoras atuando no setor.

Ou seja, compreende-se que a linha férrea foi um fator essencial para o crescimento de Campina Grande no mercado externo, consolidando sua posição como um polo econômico estratégico para a exportação do algodão.

Antes da linha de ferro, o comércio campinense era predominantemente composto por produtos agropecuários de pouca expressão fora do agreste da Borborema, mas, com o algodão, diversificou-se seu comércio e foi ampliando sua área de hegemonia (Pereira, 2016, p. 332).

No entanto, é essencial analisar essa questão com mais profundidade. Embora se compreenda que a linha férrea tenha sido crucial para a inserção de Campina Grande no mercado global, é importante destacar que sua função não se limitou à facilitação do transporte de mercadorias. Araújo (1985, p. 48) observa que houve investimentos estrangeiros no Nordeste, especialmente no setor ferroviário, com o objetivo de expandir a economia agroexportadora. A autora também destaca:

É importante não esquecer que, nesse período os capitais investidos, nos países industrializados, particularmente a Inglaterra, passam por uma crise de lucratividade, ou seja, com decréscimo de taxa média de lucro, uma das alternativas seria a de exportar capitais excedentes para áreas onde as taxas médias de lucratividade fossem superiores (Araújo, 1985, p. 48).

Esse investimento do mercado estrangeiro nas linhas férreas de Campina Grande estava diretamente ligado a interesses econômicos, especialmente na apropriação do valor acumulado no campo. O capital estrangeiro extraía essa riqueza por meio de uma relação desigual, na qual produtos primários eram vendidos a preços baixos e, posteriormente, reimportados como bens manufaturados a custos elevados. Esse ciclo econômico resultava em uma remuneração reduzida para os produtores de matérias-primas, que viam o fruto de seu trabalho ser explorado em benefício dos mercados internacionais (Araújo, 1985, p. 48).

Nesse contexto, um novo competidor na mobilidade das mercadorias em Campina Grande surgiu em 1920: o caminhão. Rapidamente, ele se tornou uma febre no município, tanto que, em 1928, Campina Grande já contava com três agências de automóveis: uma da *Chevrolet* e duas da *Ford*, focadas principalmente na venda de caminhões.

Essa expansão do transporte rodoviário foi impulsionada por um fator determinante: o investimento na construção de estradas de rodagem. Em 1915, o presidente do Brasil, Venceslau Brás, decretou a construção da estrada de rodagem entre Campina Grande e o município de Soledade, totalizando cerca de 60 quilômetros.

Já em 1919, com a posse do paraibano Epitácio Pessoa na presidência do Brasil, houve um novo impulso para essa infraestrutura. Através da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca, seu governo promoveu a construção de diversas estradas de rodagem na Paraíba, ampliando ainda mais a conectividade da região e fortalecendo o transporte rodoviário como alternativa à ferrovia.

Essas estradas surgiram como resposta ao declínio da linha férrea. Com o advento da Primeira Guerra Mundial, em 1914, a Inglaterra, proprietária das linhas férreas no Nordeste, reduziu significativamente os investimentos na manutenção e expansão ferroviária.

Diante desse cenário, os Estados Unidos passaram a ampliar sua influência econômica no Brasil, investindo no setor de transportes por meio de suas agências de automóveis e bancos. Esse movimento consolidou o caminhão como uma alternativa viável à ferrovia, acelerando a transição do modal de transporte de mercadorias.

Como os Estados Unidos não sofreram danos de guerra territorialmente, foram paulatinamente assumindo a hegemonia dos investimentos no Brasil. Nesse período são instaladas no Brasil (principalmente no Sudeste brasileiro) agências de veículos, bancos etc. Assim, transportes ferroviários, como também o surgimento de uma “mentalidade rodoviária” no país. Exemplo dessa mentalidade pode ser observadas pela frase do presidente Washington Luís, em 1926, dizia: “Governar é abrir estradas” (Pereira, 2016, p. 340).

No contexto da disputa pelo capital estrangeiro na mobilidade das mercadorias, havia uma atividade tradicional que remontava aos primórdios da fundação de Campina Grande: a dos tropeiros. Esses trabalhadores eram responsáveis pelo transporte de mercadorias, utilizando burros e cavalos para levar os produtos até seus destinos finais.

No entanto, com o surgimento da linha férrea e, posteriormente, com a expansão das estradas de rodagem, a função dos tropeiros foi gradualmente marginalizada e sufocada. Antes essenciais para o transporte, esses trabalhadores viram seu papel diminuir progressivamente, à medida que os caminhões passaram a dominar as estradas e os trens se consolidaram como principal meio de escoamento de mercadorias.

A partir desse cenário, os tropeiros passaram a atuar apenas em regiões onde nem a ferrovia nem as estradas haviam chegado, tornando-se uma atividade cada vez mais esporádica e limitada. Diante dessas mudanças significativas nas relações de produção, a necessidade de abandonar essa ocupação e buscar novos meios de sustento tornou-se inevitável. Pereira (1950, p. 340) aponta que a atividade tropeira chegou ao fim na década de 1950, devido ao rápido crescimento do número de caminhões utilizados no transporte de mercadorias, consolidando a substituição definitiva dessa prática tradicional.

Ainda na década de 1920, o capital financeiro começou a atuar em Campina Grande, com o objetivo de fornecer crédito regional<sup>12</sup>. No entanto, sua consolidação efetiva ocorreu apenas na década de 1930. Durante esse período, destacaram-se instituições financeiras como o Banco Auxiliar do Povo (1928), o Banco dos Empregadores do Comércio (1929) e o Banco Industrial de Campina Grande (1933), que atuavam em conjunto com a Caixa Rural e Operária (1930), desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento econômico da região.

Durante a hegemonia algodoeira, pequenas indústrias locais recorriam ao crédito oferecido pelos bancos regionais para sustentar suas atividades e investir na produção de algodão. Pereira (2016) destaca que, nesse contexto, vários servidores públicos abandonaram suas profissões para ingressar no setor algodoeiro, necessitando de capital inicial para iniciar suas atividades.

No entanto, esses bancos não se limitavam apenas à concessão de crédito. Araújo (2004, p. 9) menciona que o Banco Industrial de Campina Grande (1933)<sup>13</sup> realizou negócios financeiros bem-sucedidos, expandindo suas operações para metrópoles do Centro-Sul e consolidando-se como um dos cinco bancos de maior expressão no Norte e Nordeste do Brasil. O autor ainda destaca que essa instituição, representada pela sociedade Araújo Rique & Cia, possuía um capital inicial de 1.500:00\$000 (um mil e quinhentos contos de réis).

Além do investimento de capital estrangeiro por meio de bancos, ferrovias e setor automotivo, durante a fase de ascensão e hegemonia algodoeira (1900–1935), Campina Grande também recebeu aportes significativos de multinacionais voltadas à produção algodoeira local. Essas empresas introduziram tecnologias modernas, como sistemas hidráulicos de alta densidade, e injetaram grandes quantidades de capital na região. Além disso, essas multinacionais desempenharam um papel essencial nas operações de compra, exportação e comercialização do algodão, impulsionando ainda mais a economia local.

Esse influxo de capital, aliado ao investimento de pequenos comerciantes locais, impulsionou o setor industrial e econômico de Campina Grande. No entanto, as multinacionais acabaram consolidando um monopólio algodoeiro, o que prejudicou pequenos agricultores rurais e eliminou a concorrência (Araújo, 2004, p. 7).

Os investimentos das multinacionais tornaram-se ainda mais evidentes em 1919, com a instalação da filial exportadora *Wharton Pedroza & Cia* em Campina Grande, localizada na

---

<sup>12</sup> O crédito regional refere-se a um financiamento concedido a empresas e consumidores de uma determinada região, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico local.

<sup>13</sup> O sucesso do Banco Industrial de Campina Grande é descrito com excelência devido à sua relação estreita com pequenos agricultores e com as multinacionais que se estabeleciam na região. Além disso, o banco era dirigido por uma mesma família, que, conforme Araújo (2004, p. 09), compartilhava os mesmos interesses e objetivos.

Rua Almeida Barreto, próxima ao Açude Velho. A empresa tinha como proprietários o inglês *Wharton* e o potiguar Pedroza, enquanto sua matriz estava situada no município de Natal, Rio Grande do Norte.

Mesmo a Companhia Paraibana de Beneficiamento e Prensagem de Algodão, fundada em 1920 em Campina Grande por sócios locais, decidiu, em 15 de maio de 1932, representar os interesses dos acionistas da *Wharton Pedroza*, fortalecendo ainda mais a presença do capital estrangeiro no município.

Todo o desenvolvimento econômico de Campina Grande gerou a necessidade de uma reforma urbana, pautada na ideia de "modernidade" do município, conforme a gestão municipal de Verginaud Wanderley<sup>14</sup>. Entre 1907 e 1947, Campina Grande passou por mudanças significativas na forma como se compreendia um município desenvolvido.

Nesse contexto, em 1930, a cidade vivenciou uma das maiores reformas urbanas de sua história, conduzida por Verginaud Wanderley. De acordo com Araújo (1999, p. 19): "No discurso desenvolvimentista-modernista, elementos fundamentais foram utilizados para, por meio de decretos, expulsar das artérias centrais do município os pobres, mendigos, loucos, doentes e prostitutas – tudo que, no imaginário da elite local, representava sujeira e desordem." Araújo (2004, p. 5) complementa essa análise:

Todas essas modificações no espaço urbano da cidade estavam relacionadas com o comércio de algodão e ao projeto da burguesia comercial campinense (elite algodoeira), que se formou em detrimento da comercialização do algodão, propiciando a higienização e desodorização do espaço da cidade de Campina Grande (Araújo, 2004, p. 5).

Porém, não era apenas a gestão municipal que atuava em benefício da elite local. Em julho de 1935, o interventor estadual da Paraíba (governador) Argemiro de Figueiredo<sup>15</sup> assinou uma lei de incentivos e isenções fiscais para a instalação de novas usinas de beneficiamento de algodão.

---

<sup>14</sup> Durante sua gestão nos anos de 1935-1938 e 1940-1945, o prefeito Verginaud Wanderley era visto como um líder autoritário que fazia uso máximo dos recursos proporcionados pelo Estado Novo. Utilizando a violência e o medo como ferramentas para implementar suas ideias modernizadoras, ele frequentemente ordenava a demolição de diversos espaços para dar lugar a novas construções consideradas modernas. Seus métodos justificavam os fins almejados, e tudo o que era considerado "antigo" estava sujeito à destruição. Conhecido pelo apelido de "tempestade" e outros, suas ações frequentemente resultavam no desalojamento de moradores, levando muitos deles a buscar indenizações junto ao Ministério Público.

<sup>15</sup> O Governador da Paraíba, eleito indiretamente em 21 de janeiro de 1935 e permanecendo no cargo até 29 de julho de 1940, buscava apoio dos trabalhadores paraibanos através da linha ideológica varguista, promovendo a sindicalização trabalhista. No entanto, nunca poupou esforços para usar das forças repressivas quando, em sua compreensão, as camadas populares fugiam do controle, justificando a repressão em nome da suposta "ordem pública."

Essas medidas foram implementadas em resposta à crise do mercado externo, que abriu novas possibilidades para o mercado interno e para a indústria nacional (Araújo, 1985). Nesse contexto, Campina Grande recebeu investimentos significativos, destacando-se a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA), filial da multinacional argentina Bunge, e a *Anderson Clayton*, filial de um grande conglomerado norte-americano.

A SANBRA possuía uma estrutura gigantesca, capaz de despertar a inveja de qualquer concorrente. Com armazéns, prensas, usinas, fábrica de óleo e um amplo parque para armazenagem e industrialização, suas instalações incluíam até balanças com capacidade para pesar um vagão de trem. Evidentemente, essas empresas trouxeram impactos significativos para a economia local. Araújo (1985, p. 50) aponta que a SANBRA e a *Anderson Clayton* se encarregavam de exportar suas produções, obtendo lucros exorbitantes ao adquirir matérias-primas a preços extremamente baixos.

Além disso, essas multinacionais transferiam suas riquezas para o exterior, impedindo que o valor gerado fosse reinvestido na região. Esse modelo econômico beneficiava exclusivamente essas empresas, enquanto pequenos agricultores locais eram levados à falência. Antônio Pereira de Moraes, que acompanhou a instalação dessas empresas em Campina Grande, destacou:

“(...) Dispondo de muito capital e estando isentas de impostos durante 30 anos, a SAMBRA e a Anderson Clayton prejudicaram o comércio de algodão de Campina Grande. Isto aconteceu porque elas preferiam comprar o algodão ainda na folha. Isto fez com que os produtores encarassem essa prática como sendo uma vantagem, pelo menos no início, que aos poucos foram debandando as vendas de consignação. Mais o pior de tudo isto é que, o dinheiro ganho por essas multinacionais não era investido aqui ia tudo para fora do País. Antes delas chegarem na cidade ocorria o contrário, já que o dinheiro ganho aqui era investido aqui mesmo” (Aranha, 1993, p. 20).

Jair Barbosa Araújo (2004, p. 9) destaca que a elite local também desempenhou um papel fundamental na falência de pequenos agricultores. Seguindo o exemplo das multinacionais, diversas firmas locais passaram a investir na modernização, o que aumentou a concentração de mercado e dificultou a competitividade dos pequenos produtores. Entre essas empresas, destacam-se José Henrique & Cia, Abílio Dantas & Cia, Demóstenes Barbosa & Cia e Araújo Rique & Cia.

Em decorrência do monopólio e da concorrência desleal instaurados na década de 1930, alguns comerciantes locais buscaram diversificar seus negócios, expandindo suas atividades para além da produção de algodão. Assim, passaram a investir em setores como couro, mamona e armazéns de estiva, visando minimizar os impactos da concentração de mercado e garantir sua sobrevivência econômica.

Entre as firmas que adotaram essa estratégia, destacam-se *Dungan Hood & Cia*, Marques de Almeida & Cia e Artiquilino Dantas. Durante esse período, observou-se uma diversificação no comércio, com o fortalecimento dos setores atacadista e varejista, que continuaram a crescer e consolidar sua presença na economia local.

Araújo (1985, p. 52) elucida que a riqueza gerada em Campina Grande no período de 1900 a 1935 teve origem na mais-valia e na renda fundiária, obtidas por meio da exploração da produção mercantil no campo, beneficiando exclusivamente os grandes proprietários de terra. Enquanto a elite latifundiária acumulava riqueza, os trabalhadores rurais – meeiros, arrendatários e outras categorias – enfrentavam o abandono de suas atividades agrícolas, sendo forçados a buscar novas oportunidades na área urbana. Como consequência desse êxodo rural, verificou-se um aumento populacional expressivo em Campina Grande entre 1940 e 1950, com um crescimento de 114%.

Evidentemente, durante todo esse período de intensa produtividade e baixa remuneração trabalhista, marcado por reformas urbanas voltadas para atender à elite local e por melhorias estruturais restritas às áreas próximas às multinacionais, os trabalhadores não permaneceram inertes diante do descaso.

Em resposta, os trabalhadores paraibanos uniram forças, inserindo-se em um movimento nacional que, desde 1931, vinha lutando pelos direitos trabalhistas no Brasil. Esse processo demonstrou que os trabalhadores não eram meros receptores passivos das políticas trabalhistas do governo Vargas e de Argemiro de Figueiredo, mas agentes ativos na reivindicação de melhores condições de vida e trabalho. Dentre as demandas específicas apresentadas pelos trabalhadores paraibanos, destacam-se: “Cumprimento da lei de férias de acidentes de trabalho, jornada de 08 horas, melhores condições de trabalho e transporte mais barato para a classe operária, com a extensão de linha de bondes aos bairros de maior índice proletário [...]” (Santana, 1999, p. 228).

Em Campina Grande, entre os dias 23 e 31 de agosto de 1934, os trabalhadores da fábrica de fiação e tecelagem Marques de Almeida & Cia protagonizaram uma greve motivada pela dispensa de um operário que estava doente. Esse episódio se inseriu em um contexto mais amplo de insatisfação com as condições de trabalho e de vida dos operários da cidade.

Paralelamente, a imprensa local, em especial o jornal *A Batalha*, vinha denunciando as condições sanitárias precárias nos bairros operários, ressaltando a negligência das autoridades diante da situação da população mais pobre. O periódico destacou: “Multiplicam-se as reclamações, os esgotos vivem exalando pestilências que estão matando a população pobre [...]” (A Batalha, 1934, apud Santos, 2022, p. 376).

Além de enfrentarem as duras condições de exploração no trabalho, que serão analisadas posteriormente, os trabalhadores rurais e urbanos de Campina Grande também eram submetidos a condições precárias de habitação. Os avanços da modernização no município beneficiavam exclusivamente a elite local, com o objetivo de impulsionar a produtividade algodoeira e atrair investimentos. Enquanto isso, a classe trabalhadora permanecia marginalizada, sem acesso a infraestrutura básica e melhorias que pudessem garantir condições dignas de vida.

O declínio da produção de algodão em Campina Grande pode ser atribuído a três principais fatores: o avanço das estradas e rodovias, a presença de multinacionais produtoras de algodão na cidade, e a crise do capitalismo. Essas mudanças começaram a ocorrer gradualmente a partir do início da década de 1920, com exceção da alteração do modelo econômico brasileiro que foi iniciada ainda na década de 1930.

Entre 1918 e 1921, o estado de São Paulo temporariamente assumiu a liderança na produção de algodão devido a uma grande seca que afetou a região do Nordeste brasileiro, reduzindo a produtividade da região, especificamente em Campina Grande. No entanto, a década de 1920 é notável não apenas por esse evento, mas também pelas iniciativas de construção de estradas na Paraíba durante o governo do presidente Epitácio Pessoa. Através da Inspeção Federal de Obras Contra a Seca, foram implementadas melhorias significativas na infraestrutura rodoviária, conforme descrito a seguir, poderá ser compreendido a quantidade de estradas feitas:

Tabela 3 - Estradas construídas na Paraíba pelo IFOCS no governo de Epitácio Pessoa (1919-1922)

<b>CIDADE DE INÍCIO</b>	<b>CIDADE FINAL</b>	<b>QUILÔMETROS</b>
Umbuzeiro	Itabaiana	73,3
Sapé	Mamanguape	37,0
Taperoá	Cajazeiras	20,0
Mulungu	Alagoinha	14,8
Borborema	Serraria	7,1
Bananeiras	Moreno	3,2
Cajazeiras	Souza	47,0
Soledade	Patos	111,6
Patos	Pombal	78,5
Umbuzeiro	Campina Grande	98,5
Itabaiana	Campina Grande	72,0
Campina Grande	Boa Vista	49,0
Itambé	Itabaiana	31,0
Alagoa Grande	Esperança	17,3
Bananeiras	Arara	21,0
Borborema	Bananeiras	10,0

Borborema	Pirpirituba	11,9
Pirpirituba	Belém	12,6
Bananeiras	Patronato	1,0
Princesa Isabel	Imaculada	114,0
Parahyba (João Pessoa)	Pilar	50,4
Mamanguape	Jaraguá	9,9
Natuba	Barra de Natuba	17,5
Campina Grande	Cabaceiras	186,0
<b>Total</b>		<b>1.107,4</b>

Fonte: Maia, 1987 apud Pereira, 2016, p. 339.

Sem dúvida, essas estradas<sup>16</sup> demonstradas na tabela 3 desempenharam um papel fundamental no crescimento econômico de Campina Grande, facilitando o transporte de suas mercadorias. Pois ligava o município a outras regiões do estado da Paraíba e estados vizinhos. No entanto, ao longo do tempo, isso também se tornou um desafio crescente. Gradualmente, Campina Grande, antes considerada “privilegiada” por sua localização estratégica, viu sua hegemonia no mercado algodoeiro diminuir devido ao foco nos investimentos em estradas, como apontado por Pereira (2016):

O crescimento das estradas de rodagens e do número de caminhões possibilitou a plena articulação comercial regional, como também favoreceu o declínio relativo da economia algodoeira de Paraíba, pois, com o desenvolvimento dos meios de transporte (caminhões), os centros produtores de algodão (no sertão) passaram a comercializar diretamente com Recife, sem necessariamente passar por Campina Grande (Pereira, 2016, p. 341).

Araújo (2004, p. 10) aponta que surgiram outras empresas algodoeiras na Paraíba que não utilizavam a linha férrea que passava por Campina Grande. Essas empresas optaram pelas rodovias BR-230<sup>17</sup> e BR-104 para transportar suas mercadorias através de caminhões, atravessando o interior do estado. Com prensas de alta densidade, começaram a negociar diretamente com São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Suas bases estavam localizadas em Patos e Cajazeiras, na Paraíba; Iguatu e Quixadá, no Ceará; e Mossoró e Caicó, no Rio Grande do Norte.

<sup>16</sup> Outro aspecto importante a ser destacado é que as novas estradas contribuíram para o aumento da concentração fundiária. Como consequência disso, observou-se um aumento nos preços de algumas mercadorias, conforme apontado por Martha Lúcia Ribeiro Araújo in: **Estudando a História da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos**. [Livro eletrônico] Eliete de Queiroz Gurjão, Damião de Lima (Organizadores). - Campina Grande: EDUEPB, 2021, p. 137.

<sup>17</sup> A BR-230, contribuiu para o escoamento da produção algodoeira foi diretamente para os polos de João Pessoa e Recife, sem haver necessidade de perpassar por Campina Grande, conforme aponta Martha Lúcia Ribeiro Araújo in: **Estudando a História da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos**. [Livro eletrônico] Eliete de Queiroz Gurjão, Damião de Lima (Organizadores). - Campina Grande: EDUEPB, 2021, p. 137.

O que se deve compreender sobre a queda do mercado de Campina Grande, devido às estradas de rodagem avançadas, é que a alegação de que o município tinha uma localização privilegiada por estar conectada a João Pessoa e Recife (e outras cidades) é, na verdade, uma farsa. Contrariamente ao que muitos autores afirmam, se Campina Grande fosse realmente tão privilegiada geograficamente, como tinha perdido espaço com a evolução das estradas e dos caminhos? A verdadeira razão pela qual Campina Grande foi privilegiada não está em sua localização geográfica, mas no padrão de acumulação de capital da época, que a definiu como um ponto essencial.

Outro fator que contribuiu para o declínio da produção algodoeira em Campina Grande foi a atuação das grandes empresas, como SANBRA e *Anderson Clayton*. A política econômica adotada por essas empresas intensificou a concentração da compra, beneficiamento e venda de algodão, o que levou à falência de inúmeros pequenos agricultores e produtores. “A Paraíba, em 1935, tinha mais de 800 descaroçadores pequenos. [...] A cada chaminé da *Anderson Clayton*, da SANBRA e de alguns grupos modernos que se aparelharam ao aparecimento destes, paravam 50 vapores em torno” (Matriz, 1939, p. 169). Araújo (2021), elucida:

A cultura do algodão, a mais importante do estado, não consegue acompanhar as mudanças que estão se processando no Centro-Sul. Mantendo técnicas atrasadas de plantio e de colheita, não há aumento na produção. Além disso, firmas como a SANBRA e CLAYTON, financiavam os pequenos produtores, porém, após a colheita, determinavam os preços, em detrimento dos produtos, desestimulando, assim, a produção (Araújo, 2021, p. 137).

Os pequenos produtores que restavam enfrentavam uma grande instabilidade de preços, já que essas empresas compravam apenas algodão em caroço, pagando um preço mais elevado que o do mercado para o algodão em pluma, e financiavam somente os agricultores em larga escala. Além de serem responsáveis pelo fechamento de pequenas indústrias, essas empresas também influenciaram outros produtores a diversificarem seus investimentos, que antes eram concentrados predominantemente no algodão, a consequência é presente na tabela abaixo:

Tabela 4 - Comparativos das Produções de algodão em caroço (em kg) entre os estados da Paraíba e São Paulo de 1935 até 1940

ANO	PRODUÇÃO DA PARAÍBA	PRODUÇÃO DE SÃO PAULO
1935	48.833.000	176.345.000
1936	35.414.000	215.790.000
1937	37.998.000	245.790.000
1938	32.000.000	287.901.000
1939	35.000.000	295.240.000

1940	50.000.000	307.372.000
------	------------	-------------

Fonte: Pereira, 2016.

De acordo com os números de produtividade da tabela 4, é evidente que Campina Grande perdeu sua hegemonia na produção do algodão, e não há como não responsabilizar as grandes empresas, afinal, foram responsáveis por criarem um oligopsônio<sup>18</sup> no mercado algodoeiro. Em resumo essas empresas construíram um movimento do capital em sua reprodução, concentrando-se e centralizando-se.

Após o declínio da hegemonia na produção de algodão em Campina Grande, que ocorreu após a década de 1940, tanto a SANBRA quanto a CLAYTON continuaram a operar, mantendo-se como os setores de maior relevância para a cidade. No entanto, enfrentaram uma crise que resultou em desemprego, persistindo até a década de 1980, quando ambas foram desativadas.

Nesse âmbito, entramos no último ponto: a crise do capitalismo e a alteração do modelo econômico adotado pelo Brasil, de acordo com a obra de Argemiro J. Brum, intitulada: *Desenvolvimento Econômico Brasileiro* publicada em sua 20ª edição no ano de 1999, o Brasil em 1930 abandona o modelo econômico primário-exportador para uma tentativa de um modelo de desenvolvimento nacional e autônomo, desta forma, sobre a década de 1930 e 1940, Brum (1999, p. 204) elucida:

Nas décadas de 1930 e 40 vivia-se uma fase conturbada do incipiente capitalismo brasileiro. A crise interna era agravada pela crise mundial. A grande depressão dos anos 30 refletia-se no fluxo do comércio exterior. A concentração de gastos era generalizada. Cada país buscava sua própria saída. Na década de 1930 o fluxo comercial do Brasil com o exterior caiu para menos da metade do que havia sido na década anterior. Assim, enquanto o decênio de 1921-1930 as exportações haviam sido de 805,8 milhões e as importações de 674,5 milhões de libra-ouro, no decênio seguinte, 1931-1940, caíram para 337 milhões e 300 milhões de libras ouro, respectivamente (Prado Junior, 1949, p. 330). Essa queda, de certo modo, refletia a crise econômica generalizada – no Brasil e no mundo (Brum, 1999, p. 204-205).

Nesse cenário, Araújo (2004, p. 10) ressalta como a queda das bolsas de valores de Nova York desencadeou uma crise na exportação do café brasileiro, com destaque para a produção paulista. Isso resultou em uma superprodução de café no Brasil. Em resposta, o governo brasileiro, liderado por Getúlio Vargas durante seu mandato de 1930 a 1954, concentrou esforços na diversificação agrícola e na promoção da industrialização nacional e autônoma. Esse movimento impulsionou um importante investimento em São Paulo, já reconhecido como

<sup>18</sup> Um conceito econômico relacionado a um mercado em que há muitos vendedores atuando em um cenário com um número restrito de compradores.

produtor de algodão, mas que assumiu a liderança desse processo, especialmente em 1935. Araújo (1985, p. 55) fornece uma análise esclarecedora desse contexto.

Passada a conjuntura que propiciou o desenvolvimento de uma economia mercantil em Campina Grande, o capital internacional em articulação com o capital monopolista da região sudeste utilizava as relações mais atrasadas para absorver, em seu benefício, a riqueza que se tinha gerado. Inicia-se o processo de empobrecimento da região polarizada por Campina Grande e as cidades litorâneas como Recife e João Pessoa, vão cada vez mais, assumindo a função de homogeneizar o espaço de atuação do capital (Araújo, 1985, p. 60).

Dessa forma, todo o capital acumulado durante o período de hegemonia mercantil do algodão em Campina Grande não foi direcionado para investimentos na produção nem para a renovação dos meios de produção. Nesse período, observou-se uma expansão das fábricas industriais na cidade, voltadas para a produção de agave, óleos vegetais e ração para pecuária, conforme mencionado anteriormente. Essa mudança foi resultado da concentração monopolista das grandes empresas algodoeiras em Campina Grande, que acabou estimulando indiretamente o desenvolvimento de outros setores produtivos, conduzidos por comerciantes menores. Esses comerciantes passaram a investir em segmentos alternativos, uma vez que competir com as empresas de algodão se tornava inviável e desleal.

A produção limitada dessas novas indústrias, como explicado anteriormente, supria uma demanda crescente em outras áreas voltadas para o mercado interno, atendendo tanto aos latifundiários quanto aos comerciantes mais abastados. Dessa forma, aprofundaram-se as contradições nas desigualdades sociais e nas relações de propriedade em Campina Grande.

Campina Grande, na década de 1950, exercia grande influência na política regional e se destacava como um dos municípios mais populosos do estado, contando com 173.206 habitantes, conforme o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1950. Esse número a tornava a cidade mais populosa da Paraíba na época, refletindo os efeitos do processo de urbanização sob a ótica da produtividade mercantil, consolidando-a como um centro de disputa política. O município era composto por oito distritos: Campina Grande, Boa Vista, São José da Mata, Galante, Massaranduba, Lagoa Seca, Queimadas e Fagundes.

Diante desse processo de urbanização e da presença das grandes empresas em Campina Grande, Martha Lúcia Ribeiro Araújo (1985) destaca as dificuldades na organização da luta de classes, em razão das investidas empresariais que moldavam a dinâmica socioeconômica da cidade.

A dificuldade maior referia-se não à criação dos sindicatos, mas a sua organização e desenvolvimento efetivos. As Indústrias de beneficiamento de algodão e do sisal; em

razão da própria dinâmica do processo produtivo, utilizavam uma alta rotatividade da mão-de-obra, o que dificultava o processo de organização.

Além disso, muitas indústrias não ultrapassavam a estrutura de manufaturas, sendo as relações entre patrões e operários mediatizadas pelo paternalismo.

[...] As condições de exploração sobre os trabalhadores, se escondiam atrás da aparente solicitude do patrão em resolver os problemas. Desta forma, os benefícios assegurados por lei, já precários, muitas vezes não era obedecidos, podendo-se dizer que os operários eram duplamente explorados (Araújo, 1985, p. 191-192).

No entanto, o cenário de luta de classe muda e se intensifica com o início da década de 1960. Quando João Goulart assume a presidência do Brasil em setembro de 1961, defendendo fortemente as reformas de base, o que gerou grande inquietação entre a burguesia brasileira, especialmente devido à sua proposta de reforma agrária. Para os setores dominantes, essa medida era considerada uma ameaça, pois mudanças fundiárias no Brasil eram vistas como prejudiciais à manutenção da estrutura agrária tradicional.

No estado da Paraíba, essa contradição do sistema capitalista tornou-se evidente com o surgimento da Liga Camponesa de Sapé<sup>19</sup>, que representavam a luta dos trabalhadores rurais por melhores condições de vida e reforma agrária no Brasil.

Nesse cenário, a contradição inerente ao sistema capitalista torna-se ainda mais evidente. Seguindo a lógica do movimento dialético, o choque entre a antítese (classe trabalhadora) e a tese (burguesia) impulsionava a busca por uma síntese, na qual setores da esquerda brasileira tentavam transformar o socialismo científico em uma realidade concreta no país.

Diante desse contexto, pode surgir o questionamento: o que Chico B tem a ver com toda essa conjuntura exposta até este momento da leitura? A resposta é simples: tudo. Como Marx (2008, p. 47) explicou, "o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual." Assim, a história do município de Campina Grande impactou diretamente as decisões e ações políticas de Chico B.

## 2.2. CAMPINA GRANDE EM TRANSIÇÃO ECONÔMICA: O CENÁRIO DA CLASSE TRABALHADORA NA TENTATIVA DA INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA E NO COMERCIO DIVERSIFICADO (1940 – 1950)

---

<sup>19</sup> As Ligas Camponesas surgem em Sapé, no final da década de 1950, na ideia de organizar os trabalhadores rurais, através da unidade para juntos combaterem as explorações realizadas pelos proprietários de grandes terras. De início, tinha um caráter muito acolhedor e de auxílio aos camponeses, de educá-los, garantir seus direitos e cuidar da sua saúde. Posteriormente, se tornou uma das armas de resistência mais fortes dos trabalhadores rurais, para lutarem contra a opressão que sofriam. Mais contribuições a respeito das Ligas Camponesas, podem ser encontradas em: TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília; MENEZES, Marilda. **As ligas camponesas na Paraíba, um relato a partir da memória dos seus protagonistas.** João Pessoa: Ruris, 2011.

De acordo com Araujo (1985, p. 51), a concentração da produção de algodão contribuiu significativamente para a expansão de outros setores, como já discutido anteriormente na introdução dessa pesquisa. A política econômica concentradora e centralizadora das empresas de produção algodoeira em Campina Grande teve um impacto direto na vida dos trabalhadores dessa cidade. Ao longo das últimas décadas, houve um aumento considerável no número de indústrias em Campina Grande, resultado da tentativa de transformar o capital mercantil em capital industrial. Portanto, é essencial não apenas entender o desenvolvimento econômico dessa cidade, mas também a realidade vivenciada pelos seus trabalhadores.

Para compreender inicialmente a situação de Campina Grande em 1940, é necessário analisar os dados demográficos do município deste ano. Campina Grande tinha uma população de fato<sup>20</sup>, cerca de 126.139 habitantes, dos quais 60.637 eram homens e 65.502 eram mulheres. Em termos de composição étnica, havia 27.304 habitantes brancos, 15.766 negros, 14 amarelos e 58.075 pardos, abrangendo tanto homens quanto mulheres, uma população majoritariamente parda. A religião majoritária e esmagadora desses cidadãos era a católica romana com cerca de 125.737 fiéis, a segunda religião praticada era a protestante com 1.757 fiéis.

Os dados sobre a distribuição populacional em Campina Grande nesta década oferecem um retrato intrigante de onde as pessoas vivem e por quê. A maior parte da população reside em áreas rurais, com cerca de 88.462 habitantes vivendo em 18.292 unidades habitacionais rurais. A moradia em áreas rurais reflete uma forte ligação da economia local com a agricultura. Muitas famílias dependem do campo não apenas como local de residência, mas também como fonte de sustento.

Os subúrbios de Campina Grande nesta década, apresenta um número de 22.864 habitantes espalhados por 5.671 moradias, abrigam uma quantidade significativa de pessoas. No entanto, o crescimento dessas áreas muitas vezes ocorre sem o devido planejamento e apoio governamental, o que pode levar a desafios na infraestrutura e nos serviços públicos, elucidando um crescimento populacional sem acompanhamento.

A menor parte da população de Campina Grande nesta década vive no coração urbano da cidade. Com apenas 16.219 pessoas ocupando 4.356 casas na área central, isso pode refletir uma série de fatores. O custo de vida mais elevado no município pode ser um impedimento para

---

<sup>20</sup> O Censo brasileiro adota o conceito de população residente ou "de direito", o que significa que a população é contabilizada no seu local de residência habitual. Outra alternativa seria o levantamento da população "de fato", ou seja, contabilizar as pessoas no local onde se encontravam na data de referência do Censo. Devido às características continentais do Brasil, é recomendável usar o primeiro conceito. No entanto, de acordo com os dados do Recenseamento Geral do Brasil de 1940, realizado pelo IBGE, a maioria dos dados se refere à população "de fato". Portanto, os dados populacionais serão apresentados de acordo com este conceito.

muitos. Este dado também pode indicar uma divisão econômica por meio da classe, onde a população com maior poder aquisitivo tende a residir em áreas urbanas centrais, enquanto outras buscam alternativas mais acessíveis nos subúrbios ou no campo.

Esses números evidenciam uma dinâmica interessante em Campina Grande. Mesmo sendo um município em crescimento, o campo e os subúrbios continuam a exercer um forte apelo. Destaca uma divisão de classes, onde as diferentes realidades econômicas influenciam fortemente as escolhas de moradia.

A situação educacional e de saúde em Campina Grande na década de 1940, eram preocupantes. Campina Grande contava com apenas 67 unidades escolares para atender a sua população. Dessas, 7.507 alunos estavam matriculados, mas a realidade era ainda mais desanimadora: apenas 5.102 estudantes frequentavam regularmente as aulas.

Essa baixa frequência escolar refletia um problema ainda mais profundo. De acordo com o IBGE em 1940, apenas 26.092 cidadãos eram alfabetizados, enquanto 79.569 permaneciam analfabetos. Isso significava que 63% da população não sabia ler nem escrever, uma taxa alarmante que limitava gravemente as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional dos campinenses.

Neste contexto, é importante destacar as observações de Everton Aparecido Moreira de Souza (2018). Quando Getúlio Vargas assumiu provisoriamente o governo federal do Brasil em 1930, ele tinha a intenção de criar um Estado forte e centralizador. Vargas viu na educação um instrumento para disseminar sua ideologia. Em novembro de 1930, ele estabeleceu o Ministério da Educação e Saúde e nomeou Francisco Campos como seu primeiro chefe. Campos implementou uma série de reformas educacionais, conhecidas como a Reforma Francisco Campos. Essas reformas introduziram uma metodologia educacional específica que se manteve influente até a década de 1940. Essa abordagem educacional, de caráter centralizador e ideológico, é um ponto crucial para entender as políticas educacionais daquele período. Assim, é fundamental considerar a seguinte questão:

A Reforma Francisco Campos tornou o ensino secundário ainda mais elitista, pois sua organização em dois ciclos, fundamental e complementar, somente reforçava a velha tradição bacharelesca das classes dominantes. [...] Assim, é claro, o ensino secundário era restrito aos jovens que tinham origem social nas classes dominantes (Ferreira, 2010, p. 65).

Assim, a educação promovida pelo governo Vargas servia predominantemente aos interesses da classe dominante. Isso se reflete nas condições educacionais observadas em Campina Grande na década de 1940, revelando uma contradição marcante. Apesar do

município enfrentar uma crise na produção de algodão, que era sua principal economia, ela ainda mantinha uma estabilidade relativa, como indicam os percentuais de arrecadação de impostos em comparação com outras cidades da Paraíba (conforme apresentado abaixo). No entanto, Campina Grande não investia adequadamente em educação, evidenciando que esta não estava a serviço do povo, mas sim dos interesses da elite local. Esta discrepância sublinha a falta de priorização da educação como um direito social fundamental, perpetuando desigualdades e limitando o desenvolvimento inclusivo da sociedade.

No que diz respeito à saúde, a situação não era muito melhor. Campina Grande dispunha apenas do hospital Dom Pedro I, com modestos 22 leitos disponíveis para atender toda a população. Além disso, havia somente 3 postos de saúde em operação na cidade. Esta infraestrutura limitada indicava um sistema de saúde que estava longe de ser suficiente para atender às necessidades básicas da comunidade, haja vista, seu quantitativo populacional.

Apesar da situação devastadora enfrentada pela classe trabalhadora de Campina Grande na década de 1940, com sérias deficiências na educação e na saúde, o município não estava mal financeiramente. Curiosamente, durante boa parte da década de 1940, Campina Grande se destacou como líder na arrecadação de impostos no estado da Paraíba, superando outros municípios em termos de receitas fiscais. Este paradoxo entre a prosperidade fiscal e as carências sociais é evidenciado pelos dados da época.

Tabela 5 - Ranking do 1º ao 3º lugar das cidades que mais arrecadaram impostos na Paraíba – 1941-1944

ANO	MUNICÍPIO	ARRECADAÇÃO ESTADUAL – Cr\$ MIL
1941	Campina Grande	11.657.000
1941	João Pessoa	6.354.000
1941	Patos	945.000
1942	Campina Grande	9.950.000
1942	João Pessoa	6.650.000
1942	Patos	839.000
1943	Campina Grande	12.680.000
1943	João Pessoa	6.585.000
1943	Patos	1.170.000
1944	Campina Grande	12.585.000
1944	João Pessoa	8.614.000
1944	Guarabira	1.582.000

Fonte: SYLVESTRE, 1982, p. 23.

Na tabela a seguir, é possível analisar a arrecadação municipal realizada pela gestão Campina Grande, conforme o período temporal mencionado em seu título;

Tabela 6 - Arrecadação municipal de impostos em Campina Grande, PB – 1940 até 1945

ANO	VALOR DA ARRECADACAO - Cr\$
1940	1.745.429,20
1941	2.445.766,90
1942	3.724.830,70
1943	3.415.935,50
1944	4.393.466,30
1945	6.153.017,40

Fonte: SYLVESTRE, 1982, p. 23.

A análise dos dados de arrecadação de impostos presentes nas tabelas (4 e 5) acima revelam que o problema em Campina Grande não é a falta de recursos financeiros. O município apresenta níveis alarmantes de analfabetização e serviços de saúde deficientes, os recursos disponíveis eram substanciais. Esta situação reflete uma questão levantada pela economista Maria da Conceição Tavares em uma entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, em 1995<sup>21</sup>. Tavares afirmou que "uma economia que não se preocupa com justiça social é uma economia que condena os povos." Sua observação ressalta que a gestão tecnocrática, desconectada das necessidades sociais, contribui para a perpetuação das desigualdades e do sofrimento da população trabalhadora, e está, era a situação dos trabalhadores de Campina Grande durante a década de 1940.

Enquanto a classe trabalhadora campinense enfrentava uma situação devastadora em várias instâncias em Campina Grande, os trabalhadores envolvidos nas principais atividades laborais do município vivenciavam condições ainda mais precárias. Isso incluía exploração da mão de obra, condições de trabalho insalubres e frequentes acidentes laborais. Matias (2010) esclarece que desde 1919 já havia preocupação em Campina Grande com os acidentes de trabalho. Os empregadores estavam apreensivos com os valores das indenizações que deveriam pagar em caso de acidente, enquanto os sindicatos lutavam para tornar os iniciais direitos trabalhistas conquistados cada vez mais efetivos.

Nesse contexto, será elucidado o que foi encontrado durante a visita do Sindicato Geral dos Trabalhadores, com base no Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931<sup>22</sup>, que regulamenta a sindicalização das classes patronais e operárias, em alguns locais de trabalho no município de

<sup>21</sup> RODA VIVA. Roda viva com Maria da Conceição Tavares em 1995. YouTube, 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=xKXT\\_gfBbIA&ab\\_channel=RodaViva](https://www.youtube.com/watch?v=xKXT_gfBbIA&ab_channel=RodaViva). Acesso em: 15 de junho de 2021.

<sup>22</sup> Os trabalhadores só poderiam recorrer à justiça se estivessem sindicalizados. Na ausência de sindicalização, ficavam à mercê de sofrer abusos trabalhistas, sem possibilidade de recorrer a qualquer instância ou pessoa.

Campina Grande, principalmente após a primeira publicação em Jornais campinense a respeito de um acidente de trabalho que ocorreu com Maria Miná<sup>23</sup>, abaixo é possível analisar uma citação a respeito das visitas que seriam realizadas, publicada no jornal *Comercio de Campina Grande* (1932);

[...] seu delegado, Sr. Francisco Henriques e mais dois dos seus associados, Sr. José de Lima e Jao Cícero Donato, convidou nos para fazermos parte de uma comissão que teria de visitar diversas fabricas desta cidade e, verificar DE VISÚ, as condições do operariado, no tocante, á lei de sindicalização das classes trabalhadoras.<sup>24</sup>

Na visita realizada à fábrica de tecelagem de Ulisses Silva & Cia, foi encontrado o Dr. Ulisses Silva, chefe da firma, onde o Sr. José de Lima explicou o motivo da visita. Todavia, o chefe da fábrica afirmou: "ter em sua fábrica 3 operárias, não pagar os 15 dias de férias durante um ano, visto não trabalharem duzentos e cinquenta dias no decorrer do mesmo tempo". O Dr. Ulisses Silva ainda destacou que as funcionárias da fábrica de tecelagem podiam se sindicalizar, "porém que não fizessem greve". Nesse caso, percebe-se o controle exercido pelo patrão sobre suas funcionárias, negando-lhes o direito ao pagamento das férias e especialmente controlando-as para evitar greves.

Durante a visita à indústria Srs. Mota & Irmãos, ficou evidente que os trabalhadores estavam submetidos a uma carga horária de 10 horas por dia, desempenhando funções de alto risco de acidente sem contar com seguro de vida. Em relação à jornada de trabalho em Campina Grande, Matias (2010) destaca:

Como podemos perceber pelo exposto e pelo que ainda poderemos ver nesse capítulo, era comum, nas indústrias de Campina Grande, o descumprimento da jornada de trabalho, pois exigia-se que se trabalhasse para além das 8 (oito) horas diárias estabelecidas em lei e não se celebravam contratos de seguros contra acidentes de trabalho com empresas seguradoras entre outras medidas consideradas ilegais e que poderiam gerar reclamações e processos trabalhistas (Matias, 2010, p. 109).

Em 1934, a firma Marquês de Almeida & Cia. obrigou seus trabalhadores a estenderem o expediente até as 23 horas da quinta e sexta-feira, conforme reportado pelo jornal *A União* em 24 de setembro daquele ano. Segundo a dissertação de mestrado de Matias (2010), durante

<sup>23</sup> “Maria Miná da Silva, é operária da fábrica de tecidos de estopa, pertencente a firma Marques de Almeida & Cia. No dia 16 do corrente, às 15 horas, provavelmente a referida operaria, quando trabalhava em uma máquina daquela fabrica, foi vítima de um acidente, que resultou em diversas escoriações no couro cabeludo. O ocorrido foi cientificado pelo Sindicato geral dos Trabalhadores à Delegacia que instaurou o inquérito, o qual está sendo presidido pelo subdelegado do município” in: Sábado, 24 de setembro de 1932 – **O Comercio de Campina**. Já perdendo a cabeça e... a vida.

<sup>24</sup> Comercio de Campina – 10 de setembro de 1932. O Sindicato geral dos Trabalhadores, visita diversas fabricas desta cidade.

a década de 1930 em Campina Grande, houve uma queda drástica na fiscalização do trabalho, praticamente inexistente, especialmente na primeira metade da década, quando a produção de algodão estava em alta. Essa falta de fiscalização permitiu que a exploração dos trabalhadores da indústria se intensificasse, resultando em jornadas extenuantes para atender à demanda da produção em grande escala que iam em contradição com o decreto publicado em 1932 que limitavam a jornada de trabalho.<sup>25</sup> Ou seja, faltava fiscalização efetiva, e as indústrias abusavam da mão de obra do trabalhador em prol de acumulação de capital.

A classe trabalhadora, além de sofrerem com a falta dos já escassos direitos trabalhistas da época, os trabalhadores também enfrentavam condições de trabalho insalubres. Em 4 de junho de 1940, o jornal "*A União*", da Paraíba, publicou uma nota destacando a ligação entre as condições de trabalho e os problemas de pele dos trabalhadores;

O crescente desenvolvimento das indústrias tem causado, aos que nelas se ocupam, inúmeras perturbações na pele. Presume-se, que, anualmente, pelo menos um trabalhador em cada cem torna-se portador de alguma dermatose, em consequência de seus afazeres profissionais. [...] As vítimas dessas manifestações ficam, muitas vezes incapacitadas de trabalhar por semanas, meses e até anos. [...] O perigo aumenta á medida que se descobrem novos processos químicos e na razão da sua crescente aplicação (União, 1940, n.p).

Os trabalhadores de Campina Grande, já enfrentavam uma escassez de serviços de saúde pública nesta cidade, conforme discutido no início deste tópico, eram obrigados a trabalhar em condições insalubres. Essas condições, conforme mencionado anteriormente, muitas vezes resultavam em doenças que os afastavam de suas funções. Hangai (2014), descreve o ambiente de trabalho da SANBRA, uma das indústrias mais lucrativas do estado da Paraíba, quiçá do Nordeste:

Nas primeiras décadas de funcionamento da SANBRA, as condições de trabalho dos operários eram insalubres. É comum nos relatos dos ex-operários, eles mencionarem que não possuíam equipamentos que os protegessem dos possíveis acidentes de trabalho. Muitos trabalhadores relataram que trabalhavam por vezes descalços, e sem máscaras de proteção contra a poeira produzida pelo sisal e pelo algodão. Foi a partir da década de 50, que a fábrica passou a adotar medidas básicas para a prevenção de acidentes muito embora esses equipamentos fossem muitas vezes de má qualidade, ou insuficientes e ineficientes (Hangai, 2014, 71-72).

---

<sup>25</sup> No dia 22 de março de 1932, foi promulgado o Decreto nº 21.186, que estabelecia a jornada de trabalho máxima de oito horas diárias para os empregados em estabelecimentos comerciais. Pouco tempo depois, em 1º de maio de 1932, o Decreto nº 21.364 estendeu essa limitação para os trabalhadores da indústria, garantindo assim que também eles não trabalhassem mais do que oito horas por dia.

Diante da limitada infraestrutura de saúde em Campina Grande, os trabalhadores operários enfrentavam grandes dificuldades para tratar as doenças adquiridas no ambiente de trabalho e os acidentes que poderiam ser graves e até levar à morte. Nem as indústrias nem a administração do município demonstravam preocupação com essa realidade. O foco estava exclusivamente na exploração da mão de obra, deixando os trabalhadores à mercê de condições de trabalho precárias, que muitas vezes comprometiam sua saúde e até sua vida.

Hangai (2014), relata a vivência dos trabalhadores operários da SANBRA em sua dissertação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, intitulada, “*Quando o apito tocava no bairro da Liberdade: memórias e representações da SANBRA*” defendida em 2014, é possível compreender o descaso no ambiente de trabalho existente nos anos iniciais dessa fábrica, como a própria autora relatou na citação posta acima, apenas na década de 1950 a fábrica começou a adotar medidas básicas de prevenção de acidentes.

Nesse âmbito, é possível ver o descaso do ambiente de trabalho, pode-se citar o caso presenciado pelo Adalto Moisinho<sup>26</sup>, um ex-operário entrevistado pela autora supracitada por meio da História Oral, devidamente reconhecido e autorizado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Campina Grande, Adalto Moisinho presenciou um acidente na SANBRA, extremamente horrível:

Esse acidente na SANBRA foi com um rapaz que trabalhava no setor do algodão e tinha entrado de fêria. No primeiro dia que ele voltou das férias, que tava pronto pra se casá. Ele tava se preparando. Tirou dinheiro das férias pra compra os move dele, ai quando chegou o dia de volta, e começou a trabalhá, a máquina ficou engasgada, a máquina de descaroçá algodão. Ai ele foi abaixá pra ajeitá, quando ele abaixou, a máquina pegou ele pelos cabelo e jogou ele na parede com tudo esbagaçado, só o cangaço. O maior pedaço que ficou dele foi a palma do pé, e o resto esbagaço todinho, quebrou a máquina todinha. Ficou aquela coisa mais feia do mundo. Eu vi isso tudim, e apanhei o pé dele, eu com minhas própria mão. Gastar umas oito lata de álcool para lavar essas máquina, pra tirar a catinha, e num tirava de jeito nenhum. Ai nesse dia a SANBRA parou. Passou o dia todim parada (Hangai, 2014, p. 74).

Esse não foi o único acidente presenciado por Adalto Moisinho, ele cita que presenciou outro acidente. Hangai (2014) destaca: “Acidentes como esse se tornaram tão frequentes que passaram a dessensibilizar os funcionários, que viam o perigo iminente de acidentes como algo

---

<sup>26</sup> Relato oral e digitalizado do ex-operário Adalto Moisinho realizado através da Historiadora Hangai, em sua pesquisa de dissertação intitulada “*Quando o apito tocava no bairro da Liberdade: memórias e representações da SANBRA*” defendida em 2014 na Universidade Federal de Campina Grande in: HANGAI, Daniella Karla Portela Guimarães. **Quando o apito tocava no bairro da Liberdade: memórias e representações da SANBRA**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014, p. 74.

que podia acontecer a qualquer um e quando menos se esperasse” (Hangai, 2014, p. 74). A autora supracitada, destaca que quando ocorriam os acidentes os operários recebiam um pequeno recurso financeiro oriundo das empresas, uma forma pífia de demonstrar solidariedade ao trabalhador, que no fim, se acidentava ou até mesmo morria, em decorrência da própria irresponsabilidade das empresas. Evidentemente, não era uma caridade da SANBRA, mas um direito conquistado dos operários que se tornou o Decreto Lei número 13.498 em 1919<sup>27</sup>.

A lógica do capital, que Marx (2017) criticou, é implacável: ela não leva em conta o bem-estar ou a longevidade dos trabalhadores. Em sua análise, Marx (2017) destacou como o sistema capitalista negligencia a vida e a saúde dos trabalhadores em prol da maximização do lucro. Essa dinâmica faz com que os trabalhadores vivam entre a pressão de um trabalho explorador e o risco constante de doenças e morte.

Assim, a produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valor, sucção de mais-trabalho, produz, com o prolongamento da jornada de trabalho, não apenas a debilitação da força humana, que se vê roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atuação. Ela produz o esgotamento e a morte prematuros da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador durante certo período mediante o encurtamento de seu tempo de vida (Marx, 2017, p. 338).

Como observou Marx (2017) ao analisar a duração da jornada de trabalho e a consequente exploração dos trabalhadores: “O capital não tem, por isso, a mínima consideração pela saúde e duração de vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração” (Marx, 2017, p. 342). Assim, compreende-se que os trabalhadores não desfrutavam de uma vida instável em Campina Grande. Enfrentavam as dificuldades decorrentes da dinâmica da cidade, do aumento da desigualdade social e das condições de trabalho deploráveis.

Restava a esses trabalhadores buscar meios de sobrevivência e garantia de seus direitos através das organizações sindicais, que por vezes apresentavam um comportamento ambíguo. Em certos momentos, buscavam sindicalizar os trabalhadores para que estes pudessem recorrer à justiça em caso de violação de direitos. Em outros, apelavam pela humanização dos empregadores, embora nesse o modelo econômico adotado durante o século XX, o objetivo fosse apenas enriquecer a burguesia brasileira. Podemos compreender o comportamento ambíguo, através da citada visita do Sindicato Geral dos Trabalhadores, onde aponta à seguinte conclusão a respeito da vistoria nas indústrias campinenses:

---

<sup>27</sup> Aprova o Regulamento para execução da lei 3724, de 15/01/1919, sobre as obrigações resultantes dos acidentes no trabalho.

Em conclusão, o Sindicato Geral dos Trabalhadores, outro intuito não tem que o de cumprir a lei de sindicalização que se acha em vigor a bem do operariado que tem deveres, porem tem direitos. Os patrões justos voltar-se-ão com benevolencia a humanidade para os interesses daquêles que são o braço produtor de suas industrias e o fator de sua prosperidade.<sup>28</sup>

Como medida de defesa e garantia dos poucos direitos trabalhistas existentes através de decretos na época, os trabalhadores contavam apenas com os sindicatos na existência de alguma denúncia perante a justiça contra o empregador, desta forma os trabalhadores deveriam ser sindicalizados de acordo com o Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931 e o outro meio era a organização da sua própria classe, para organizar reivindicações. A seguir, uma quadro elucidando quais sindicatos existiam no município de Campina Grande:

Quadro 1 - Lista dos Sindicatos atuantes em Campina Grande na década de 1940 e o ano de reconhecimento

<b>NOME DO SINDICATO</b>	<b>ANO DE RECONHECIMENTO</b>
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de Campina Grande	?
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Campina Grande	1945
Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador de Campina Grande	1947
Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Campina Grande	1941
Sindicato do Comércio Varejista de Campina Grande	1944
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Campina Grande	1942
Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Frescas de Campina Grande	?
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Curtimento de Couros e Pelos de Campina Grande	?
Sindicato dos Empregados no Comércio de Campina Grande	1941
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Campina Grande	1946
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação e Confeitaria de Campina Grande	1942

Fonte: Barbosa, 2019, p. 163-164.

<sup>28</sup> Comercio de Campina – 10 de setembro de 1932. O Sindicato geral dos Trabalhadores, visita diversas fabricas desta cidade.

Barbosa (2019, p. 165), elucida que trabalhadores que não estivessem dentro do enfoque da “lei sessenta e dois” dificilmente logravam êxito em suas queixas, como os que trabalhavam na pecuária, uma vez que esses serviços não estão incluídos entre aqueles apreciados pela Legislação do Trabalho. O mesmo acontecia com os trabalhadores avulsos, que normalmente desenvolviam trabalhos “por safra” e que só eram utilizados certa parte do ano, não beneficiando os trabalhadores que prestam” tais serviços, não entendendo como serviços efetivos, fato que dificultava, inclusive, o trabalhador de conseguir outros serviços em outras empresas.

Outro importante instrumento de luta dos trabalhadores e trabalhadoras de Campina Grande era a greve. Às vezes, esses movimentos estavam em consonância com os sindicatos, outras vezes, não. Uma das grandes greves registrada na Paraíba ocorreu em julho de 1934, tanto em João Pessoa quanto em Campina Grande, e foi protagonizada pelos telegrafistas que exigiam aumento salarial, conforme descrito por Waldir Porfírio (2010).

A segunda greve em Campina Grande, já mencionada neste capítulo, ocorreu na firma Marquês de Almeida & Cia. Nessa ocasião, os trabalhadores exigiam a recontração de João Silvestre, um colega que havia sido demitido enquanto estava doente. A greve começou em 23 de agosto e terminou em 31 de agosto, mas infelizmente, a reivindicação dos trabalhadores não foi atendida. No entanto, esse episódio evidencia a solidariedade entre os trabalhadores, que se uniram em defesa da reintegração de um colega demitido de forma injusta.

Em decorrência das mobilizações nacionais, intensas dos trabalhadores brasileiros, em 1º de maio de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452. No entanto, sua publicação oficial no Diário Oficial ocorreu apenas em 9 de agosto, e ela entrou em vigor três meses depois, em 10 de novembro de 1943, foi o ápice da política trabalhista do governo Vargas. Porém, não foram incluídos na CLT, conforme descrito em seu Art. 7º, letra B:

Art. 7º Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam:

- a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não econômica à pessoa ou à família no âmbito residencial destas;
- b) aos trabalhadores rurais, assim considerados e aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais;
- c) aos servidores públicos do Estado e das entidades paraestatais;
- d) aos servidores de autarquias administrativas cujos empregados estejam sujeitos a regime especial de trabalho, em virtude de lei;
- e) aos empregados das empresas de propriedade da União Federal, quando por estas

ou pelos Estados administradas, salvo em se tratando daquelas cujas propriedades ou administração resultem de circunstâncias transitórias.<sup>29</sup>

Ficaram excluídas da CLT inúmeras categorias, especialmente os camponeses, que em Campina Grande constituíam a maior parte da população trabalhadora. Eles enfrentavam condições de trabalho desumanas, muitas vezes caracterizadas como pré-capitalistas. Desta forma, vários trabalhadores rurais, sentiram-se na obrigação de realizar a saída das áreas rurais para as urbanas na busca de trabalho nas indústrias de Campina Grande. Desta forma, na tabela abaixo, poderá ser enxergada os principais trabalhos exercidos em Campina Grande.

Quadro 2 - População de fato, por sexo e ramo da atividade principal exercida em Campina Grande – 1940

<b>Pessoas de 10 anos e mais com atividade no ramo indicado</b>											
Agricultura, pecuária, Silvicultura		Indústrias extrativas		Indústrias de transformação		Comércio de mercadorias		Comércios de imóveis		Transporte e comunicação	
H (1)	M (2)	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
26.782	6.267	73	1	2.242	334	2.417	208	71	9	460	11

<b>Pessoas de 10 anos e mais com atividade no ramo indicado</b>											
Administração, justiça e ensino público		Defesa nacional e segurança pública		Profissões liberais, culto, ensino particular e administração privada		Serviços, atividades sociais		Atividades domésticas e escolares		Condições inativas <sup>30</sup>	
H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
426	93	268	1	133	151	2.160	1.514	2.960	33.586	4.208	4.493

Nota: (1) Mulheres e (2) Homens.

Fonte: Quadro feito pelo autor com base nos dados do IBGE, 1940.

Como dito anteriormente, a maior parte da população campinense eram trabalhadores rurais, conforme o quadro 2, somasse 33.049 trabalhadores rurais que ficaram desassistidos da CLT de 1943 em Campina Grande, restando aos trabalhadores rurais apenas o Decreto nº 979 de 06 de janeiro de 1903 que facultava aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses. Porém, como é possível analisar no Quadro 1, deste capítulo, no mapeamento de sindicatos realizados pelo Arthur Manoel Andrade Barbosa (2019), não existia sindicatos rurais em Campina Grande na década de 1940, ou seja,

<sup>29</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/deceto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

<sup>30</sup> Atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas.

esses trabalhadores ficavam totalmente desassistidos pelo Estado brasileiro, mesmo, sendo a mão de obra que sustentava a maior parte da economia brasileira.

Já na década de 1950, Campina Grande era um município em plena expansão demográfica, com uma população de 173.206 habitantes. Desse total, 82.378 eram homens e 90.828 mulheres. Esse crescimento demográfico é impressionante quando comparamos com os números de 1940, quando o município tinha 126.139 habitantes, conforme os registros do IBGE naquele ano. Em apenas uma década, Campina Grande viu sua população aumentar em 47.067 pessoas. Como elucida, Sylvestre (1988, p. 23), Campina Grande era a “primeira estação” do trem do êxodo rural.

Neste recorte temporal, Campina Grande se destacava como um município mais populosa da Paraíba e ocupava a posição de 13ª município mais populosa do Brasil, segundo o estudo de Sylvestre (1988). O município era composto por 8 distritos: Boa Vista, Fagundes, Galante, Joffily, Lagoa Sêca, Massaranduba, Puxinanã e Queimadas. Além do crescimento populacional, a vida cultural e espiritual de Campina Grande era fortemente influenciada pela religião católica romana. Aproximadamente 168.100 moradores se identificavam como católicos.

Em 1950, Campina Grande contava com uma população de 173.206 habitantes, distribuída entre áreas urbanas, suburbanas e rurais. Destes, 76.843 pessoas viviam na área urbana, 4.489 nos subúrbios e 91.874 na zona rural. Comparando com a década de 1940, nota-se uma transformação significativa na distribuição da população. Em 1940, a área urbana de Campina Grande abrigava apenas 16.219 moradores. Em dez anos, houve um impressionante aumento de 60.624 pessoas, mais do que quadruplicando a população urbana. Esse crescimento reflete o rápido processo de urbanização que o município vivenciou.

Por outro lado, a população dos subúrbios diminuiu drasticamente. Em 1940, os subúrbios tinham uma população considerável, mas na década seguinte, houve uma evasão de 18.375 moradores, deixando apenas 4.489 pessoas nas áreas suburbanas em 1950. Essa migração pode estar relacionada ao movimento das pessoas em direção ao centro urbano, buscando melhores oportunidades de emprego e serviços.

Na zona rural, apesar de ainda ser a área mais populosa, o crescimento foi modesto. De 1940 para 1950, a população rural aumentou em apenas 3.412 pessoas. Esse pequeno incremento contrasta com a explosão populacional da área urbana, consequência do êxodo rural. Essas mudanças demográficas revelam a crescente atração das áreas urbanas e a transformação de Campina Grande de um município predominantemente rural para um município com um forte caráter urbano.

Durante a década de 1950, a educação em Campina Grande ainda era um privilégio acessível apenas a uma minoria, principalmente à elite. Os dados desta época mostram que, do total da população, apenas 3.723 homens e 4.415 mulheres haviam concluído o grau fundamental. No grau médio, os números eram ainda mais baixos, com 773 homens e 872 mulheres com esse nível de escolaridade. No que se refere ao grau superior, apenas 200 homens e 10 mulheres tinham concluído um curso universitário. Além disso, a situação das crianças de 5 a 14 anos também era preocupante. Apesar de representarem 45.001 do total da população de Campina Grande, somente 10.041 sabiam ler e escrever. Esses dados evidenciam que, mesmo com algum progresso de urbanização, a educação no município permanecia elitizada e não atendia às necessidades da maioria da população.

De acordo com Sylvestre (1988, p. 23-24), em 1955, Campina Grande contava com 245 estabelecimentos industriais. Desses, 71 empregavam mais de 5 operários. Segundo o IBGE (1950), o setor industrial do município se dividia entre a indústria extrativa e a indústria de transformação. Na indústria extrativa, havia 100 homens e 14 mulheres empregados. Por outro lado, a indústria de transformação empregava 5.100 homens e 646 mulheres. O quadro 3 abaixo ilustra as principais atividades de trabalho em Campina Grande durante a década de 1950, refletindo o panorama econômico e laboral da época:

Quadro 3 - População de fato, por sexo e ramo da atividade principal exercida em Campina Grande – 1950

Pessoas de 10 anos e mais com atividade no ramo indicado											
Agricultura, pecuária, Silvicultura		Indústrias extrativas		Indústrias de transformação		Comércio de mercadorias		Comércios de imóveis		Transporte, comunicação e armazenagem	
H (1)	M (2)	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
28.564	2.063	100	14	5.100	646	4.021	346	171	23	1.650	42

Pessoas de 10 anos e mais com atividade no ramo indicado											
Administração, justiça e ensino público		Defesa nacional e segurança pública		Profissões liberais		Serviços, atividades sociais		Atividades domésticas e escolares		Condições inativas <sup>31</sup>	
H*	M**	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
424	34	268	1	158	56	392	503	5.109	52.792	6.992	4.511

Nota: (1) Mulheres e (2) Homens

Fonte: (IBGE, 1960).

<sup>31</sup> Atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas.

Ao comparar os dados presentes no quadro 3, com os do quadro 2, observamos um crescimento significativo na contratação de trabalhadores em vários setores industriais e comerciais em Campina Grande na década de 1950 (quadro 3). Na indústria extrativa, houve um acréscimo de 40 trabalhadores, incluindo homens e mulheres. No entanto, foi na indústria de transformação que o aumento foi mais notável, com a contratação de 3.170 novos trabalhadores.

No setor do comércio de mercadorias, o crescimento foi expressivo, com mais 1.742 trabalhadores empregados. O comércio de imóveis também experimentou um incremento, adicionando 114 novos trabalhadores à força de trabalho. Já no setor de transporte, comunicação e armazenagem, o aumento foi de 1.221 trabalhadores.

Por outro lado, o setor agrícola, que por décadas foi um dos pilares econômicos da cidade, enfrentou uma drástica redução. Em 1940, o setor de Agricultura, Pecuária e Silvicultura empregava um total de 33.049 trabalhadores, somando homens e mulheres. Em 1950, esse número caiu para 30.627 trabalhadores. A redução mais significativa ocorreu entre as mulheres: de 6.267 trabalhadoras em 1940, o número despencou para apenas 2.063 em 1950, uma queda alarmante de 4.204 trabalhadoras.

Esses dados refletem uma transformação no perfil econômico e laboral de Campina Grande, indicando um movimento significativo da força de trabalho para setores mais industrializados e comerciais, ao mesmo tempo em que evidenciam um declínio na importância do setor agrícola para a cidade.

Segundo Araujo (1985, p. 122), durante a década de 1950, Campina Grande experimentou profundas transformações sociais e econômicas. Essas mudanças trouxeram à tona contradições significativas, especialmente no que diz respeito à propriedade da terra e às desigualdades sociais. Durante esse período, a concentração fundiária se intensificou, exacerbando as disparidades na distribuição da terra. Isso teve um impacto direto na vida dos trabalhadores rurais, que enfrentaram condições cada vez mais precárias. A tabela abaixo ilustra essas questões, destacando a situação complexa e desafiadora enfrentada pelos trabalhadores rurais e a distribuição desigual das propriedades em Campina Grande na década de 1950:

Tabela 7 - Estrutura Agrária de Campina Grande (1950-1960)

<b>ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS</b>	<b>ÁREA OCUPADA</b>	<b>NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS</b>
Menos de 10 ha	27.101 ha	12. 727
De 10 a 100 ha	30.111 ha	1. 430
De 100 a 1000 ha	32. 689 ha	143

De 1000 a 10000 ha	26. 608 ha	12
Mais de 10.000 ha	20. 000 ha	1

Fonte: (IBGE – Censo 1950-1960 apud ARAUJO, 1985, p. 122).

Na Tabela 7, é possível observar que os estabelecimentos agrícolas com mais de 100 hectares correspondem a 156 propriedades, representando cerca de 58% das terras rurais em Campina Grande. Em contraste, 14.157 estabelecimentos possuem até 100 hectares, ocupando apenas 42% das propriedades agrícolas da região. Esse aumento na concentração fundiária foi impulsionado pela construção de estradas de rodagem, conforme discutido anteriormente, pois facilitou a comercialização, incentivou a pecuária e elevou o preço de produtos de subsistência.

Além disso, outro fator que contribuiu para a concentração de terras foi a facilidade de comunicação, conforme apontado por Araújo (1985, p. 123): “a facilidade de comunicação permitia que as modificações no preço ocorridas nas outras praças fossem logo conhecidas, contribuindo para impulsionar os preços.” Esse cenário levou, ao longo da década, a uma queda considerável na produção dos principais gêneros agrícolas de Campina Grande, como mandioca, algodão e agave.

Não se deve subestimar o impacto da queda na produção agrícola na vida material da população. A principal consequência desse declínio foi o fortalecimento das grandes propriedades rurais, impulsionado pelo capital. Esse processo levou muitos pequenos agricultores a venderem suas terras, resultando em um êxodo rural significativo, que podemos perceber na mudança demográfica debatida anteriormente neste capítulo. Muitos desses agricultores e suas famílias acabaram se mudando para outras regiões e até mesmo para outros estados em busca de melhores oportunidades.

Araújo (1985, p. 124) observa que, de forma paradoxal, o processo de concentração de terras também levou à instalação da agricultura familiar na região. Essa agricultura familiar, no entanto, era em grande parte voltada para o mercado interno e destinada a produzir os excedentes da produção de subsistência local. Além disso, a construção de estradas contribuiu significativamente para o aumento da população, o que, por sua vez, intensificou as demandas por uma divisão mais justa das terras para a agricultura familiar. Esse cenário é compreensível, uma vez que ainda predominavam as relações entre proprietários e moradores, onde as práticas de arrendamento e aforamento eram comuns, porém são funções “trabalhos” essenciais para a manutenção da concentração de terra:

O arrendamento é uma válvula a de escape do sistema, permitindo a sua viabilidade, já que, através de mecanismos de expropriação, a produção do arrendatário favorece a acumulação do setor comercial e industrial e do setor agrícola. A expropriação do

trabalhador- arrendatário se dá em razão de que o preço pago aos pequenos produtores era inferior ao preço do mercado (Araujo, 1985, p. 126).

Dessa forma, é evidente que os trabalhadores rurais em Campina Grande enfrentavam condições de trabalho extremamente precárias. Eles eram explorados, especialmente quando assumiam papéis de arrendatários ou estavam envolvidos no sistema de aforamento. Aqueles pequenos agricultores que se aventuravam a produzir além das necessidades básicas de subsistência enfrentavam um mercado interno hostil. Seus produtos eram comprados por comerciantes a preços muito abaixo dos praticados no mercado, já que não havia regulamentação estatal para fixar os preços.

Essa falta de apoio e proteção significava que os pequenos agricultores, na prática, mal conseguiam garantir sua própria subsistência. O dinheiro que recebiam pela venda de seus produtos era frequentemente insuficiente para cobrir suas necessidades básicas, deixando-os presos em um ciclo de pobreza e dependência. Assim, muitos estavam produzindo literalmente apenas para sobreviver, sem qualquer possibilidade de melhoria em suas condições de vida.

Nesse contexto, as consequências da crise da economia algodoeira em Campina Grande são exemplares, especialmente no que diz respeito ao impacto da produção monopolizadora. Quando os trabalhadores rurais não conseguem garantir nem mesmo sua própria subsistência com sua produção, ocorre uma paralisia econômica e social. A indústria algodoeira local falhou em romper com estruturas arcaicas e, por isso, não conseguiu competir com a produção mais avançada do Sudeste.

A presença das empresas SANBRA e *CLAYTON* em Campina Grande perpetuou o domínio das grandes firmas no mercado nacional de algodão. Essas empresas controlavam os preços do algodão, o que desencorajou a produção local. Para os pequenos produtores, essa realidade significava que, na hora de vender o algodão, eles enfrentavam preços drasticamente reduzidos dos caroços de algodão. Isso resultava em um desestímulo contínuo para a produção agrícola do algodão, exacerbando ainda mais as dificuldades econômicas e sociais da região.

Com o declínio da economia algodoeira, houve uma expansão gradual do setor atacadista. As estradas, frequentemente mencionadas, não só facilitaram o transporte de mercadorias, mas também permitiram vendas diretas com os grandes centros comerciais do Brasil. Com isso, o setor atacadista começou a ganhar importância crescente na região, posicionando-se como um entreposto estratégico e um intermediário crucial no comércio. Isso marcou uma transformação significativa na economia local, onde o atacado emergiu como um pilar fundamental, conectando Campina Grande aos principais mercados do país e impulsionando seu papel no comércio nacional.

Além do crescimento do setor atacadista, Campina Grande também contava com um setor varejista significativo, predominado por lojas de tecidos, armazéns e mercadorias variadas. No entanto, esse setor era mais vulnerável porque dependia fortemente das safras agrícolas, ou seja, da produção rural. Com a crise agrícola que assolou o município durante essa década, o setor varejista enfrentou sérias dificuldades. A instabilidade da produção agrícola causou uma preocupação generalizada entre os comerciantes, já que a majoritariamente a população local tinha condições econômicas limitadas, exacerbando os desafios enfrentados pelo varejo.

A população pobre do município utilizava amplamente a feira de Campina Grande, que se mantém extremamente conhecida até os dias de hoje. Essa feira não só supria as necessidades da população local, mas também atraía pessoas de outras regiões vizinhas, tanto para comprar quanto para vender produtos de subsistência.

Certamente, a diversificação econômica em Campina Grande foi vista como uma alternativa para manter a estabilidade econômica, especialmente para a elite local. No entanto, a persistente concentração de terras continuou a prejudicar a economia da cidade. Paralelamente, essa crise econômica se manifestou de maneira concreta, refletida na queda da arrecadação de impostos. Nas décadas anteriores a 1950, Campina Grande liderava o ranking de arrecadação na Paraíba, mas em 1960, sua contribuição para a receita estadual havia caído para 30%, enquanto em 1951 era de 38%. Esse declínio econômico afetou profundamente os trabalhadores, levando-os a buscarem e defenderem a industrialização como um meio de salvar o município. Campina Grande gradualmente perdeu seu protagonismo mercantil para João Pessoa, sendo urgente revitalizar a economia local e recuperar sua posição no cenário estadual.

Entre 1950 e 1960, Campina Grande vivenciou um período de rápido crescimento, impulsionado pelo acelerado processo de tentativa de uma industrialização e pelo fortalecimento das relações comerciais com outras regiões do Nordeste. Em 1955, conforme mencionado anteriormente, o município já contava com 71 estabelecimentos industriais. O capital investido nessas fábricas geralmente provinha de Campina Grande ou de cidades vizinhas, com algumas exceções notáveis, como a SANBRA e a *Anderson Clayton*, que eram investimentos externos

No final da década de 1940, Campina Grande já se destacava no cenário nacional pela sua busca e debate sobre a industrialização. O município era um centro ativo nesse processo, abrigando a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, um órgão fundamental na liderança e promoção da industrialização não apenas localmente, mas também em todo o estado.

Avançando para o final da década de 1950, Campina Grande novamente mostrou sua importância ao sediar o I Encontro dos Bispos do Nordeste. Esse encontro foi um marco significativo que levou à formação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Este grupo, por sua vez, foi essencial para a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), uma instituição que desempenhou um papel crucial na promoção da industrialização e no desenvolvimento econômico da região.

A SUDENE marcou o início de uma nova era de industrialização no Brasil, com um foco especial no Nordeste. Com o apoio dessa instituição, a região pôde atrair mais investimentos e promover o crescimento industrial, ajudando a equilibrar as disparidades econômicas entre o Nordeste e outras partes do país.

Em meio a esse cenário de debate sobre a industrialização, foi criada a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT) em 1957, por meio da Lei Municipal Nº 48, de 28 de dezembro daquele ano. Liderada por Edvaldo de Souza do Ó e José Lopes de Andrade, a FUNDACT surgiu com uma forte ideologia desenvolvimentista. Seus líderes acreditavam que a industrialização seria a chave para a redenção e o progresso econômico de Campina Grande.

A FUNDACT assumiu um papel crucial no fomento ao desenvolvimento industrial da cidade. A fundação não apenas orientava as indústrias locais, mas também atraía investimentos de outras regiões, ajudando a transformar Campina Grande em um polo de crescimento e inovação industrial. Esse esforço contribuiu significativamente para a consolidação do município como um centro industrial vibrante no Nordeste brasileiro.

Por outro lado, a classe trabalhadora de Campina Grande enfrentava condições de vida e trabalho extremamente difíceis, mesmo com as transformações econômicas e a tentativa de industrialização tardia ocorrendo na cidade. Como discutido anteriormente neste capítulo, a situação dos trabalhadores pouco mudou desde a década de 1940. Apesar da tentativa de crescimento industrial, os trabalhadores continuavam a lidar com fábricas insalubres, a ausência de saneamento básico nos bairros, falta de acesso regular a energia e água potável, e uma elevada taxa de acidentes de trabalho. Essas condições adversas destacam uma desconexão entre o desenvolvimento econômico promovido pela industrialização e a melhoria real na qualidade de vida dos habitantes locais, Matias (2013, p. 123), aponta:

Essa situação, retratada na década de 1950, mostra como era precária a higiene de algumas fábricas de Campina Grande, assim como era a sua vizinhança que sofria com os detritos das indústrias. Também sofriam os operários que, em muitos casos, residiam ao redor das fábricas onde trabalhavam (Matias, 2013, p. 123).

Apesar das tentativas significativas de transformar radicalmente o desenvolvimento econômico de Campina Grande através da industrialização, esses esforços estavam completamente desconectados da realidade da classe trabalhadora. Embora o município tivesse potencial para prosperar economicamente, essa prosperidade não se refletiu na vida dos trabalhadores, que são o verdadeiro motor de qualquer desenvolvimento econômico. Para a classe trabalhadora, restava a dor e o descaso dentro e fora das fabricas e comércios.

Um exemplo evidente das difíceis condições enfrentadas pela classe trabalhadora de Campina Grande na década de 1950 pode ser visto no Bairro da Liberdade. Mesmo possuindo uma fábrica como a SANBRA, uma das maiores indústrias da cidade, o bairro vivia em estado de abandono. Hangai (2013, p. 33) descreve a situação: “a Liberdade ainda não tinha alcançado o patamar de moderno. Ainda não havia abastecimento de água, pavimentação de ruas e nem mesmo energia elétrica. O único meio de transporte era o ônibus, que não passava na Liberdade com frequência.” Essa realidade do Bairro da Liberdade em Campina Grande, elucida uma contradição, haja vista em 1920, Campina Grande já tinha iluminação pública, e em 1926, houve uma tentativa de introduzir bondes movidos a gasolina para melhorar a mobilidade urbana, ônibus já circulavam pelos principais perímetros urbanos de acordo com Severino Cabral (2009).

A difícil realidade enfrentada pelos trabalhadores de Campina Grande não se restringia ao Bairro da Liberdade, embora este seja citado devido à sua importância, abrigando a grande indústria SANBRA desde sua fundação. Mesmo sendo um dos pontos centrais para a economia local, o Bairro da Liberdade sofria com a falta de infraestrutura básica, refletindo um descaso generalizado com as condições de vida da classe trabalhadora. No entanto, essa falta de atenção às condições habitacionais dignas dos trabalhadores também era evidente em outros bairros, conforme descrito pelo jornal *Evolução*<sup>32</sup> de 1959 ao relatar a situação geral dos bairros na época:

As reclamações que nos chegam são insistentes e já denota numa certa revolta por parte dos habitantes da zona suburbana. Uma das principais reivindicações é o calçamento imediato das ruas de cada bairro, especialmente aquelas por onde transitam os transportes urbanos. Com efeito, não se admite que numa cidade como a nossa, considerada como uma das maiores e mais populosas do Brasil, não exista sequer uma rua do bairro com calçamento. Apesar da existência da adutora de Boqueirão o problema da água ainda é angustiante. Milhares de pessoas vivem ainda dependendo das filas intermináveis nos chafarizes escassos da nossa cidade... (Jornal a Evolução, 1959 apud Hangai, 2014, p. 33-34).

---

<sup>32</sup> O Jornal *A Evolução*, que criado em 1958, foi o principal veículo das ideias nacionalistas no município de Campina Grande.

No dia a dia das fábricas, os trabalhadores enfrentavam uma realidade alarmante, onde a relação com seus supervisores era marcada por um paternalismo<sup>33</sup> que, em muitos casos, ultrapassava os limites do paternalismo e beirava o abuso. Os encarregados não apenas supervisionavam, mas também tentavam controlar a vida dos trabalhadores explorados. Um exemplo disso pode ser visto no caso do operário Antônio Pereira da Silva da SANBRA em Campina Grande, que foi demitido simplesmente por apoiar o movimento nacionalista<sup>34</sup>. Foi demitido de maneira autoritária, pois a SANBRA emitiu uma circular proibindo seus funcionários de participarem de qualquer manifestação política, conforme relatado pelo Jornal Evolução em 1958:

Por mais que pareça incrível, a SANBRA expediu uma circular, de número 379, proibindo os seus empregados participarem de qualquer manifestação política, tolhendo assim, as liberdades asseguradas em nossa Constituição. Por não acreditar nessa circular arbitrária e inconstitucional, operário Antônio Pereira da Silva, participou de uma manifestação pública de sentido nacionalista, com a presença do deputado José Joffily, no município de Uirauna, sendo, em consequência, imediatamente demitido (Jornal a Evolução, 1958 apud HANGAI, 2014, p. 78).

Paralelamente a esse comportamento extremamente antidemocrático, a SANBRA aparentemente adotava medidas para contornar certas legislações trabalhistas, buscando assegurar sua exploração sem considerar o impacto na saúde e, principalmente, na vida dos trabalhadores. Um exemplo disso pode ser visto no caso de Severino Tavares da Silva<sup>35</sup>, conhecido como Seu Bodinho, um dos trabalhadores mais antigos da SANBRA:

Trabaiei na SANBRA em 1957, e sai em 1963. Trabaiei na parte do algodão, na fábrica de óleo. Trabaiei lá todo esse tempo. Eu era preenseiro. Eu preparava a prensa para tirá

<sup>33</sup> Na perspectiva de um conflito entre classes sociais distintas, o paternalismo surge, como um indivíduo oriundo de uma classe posta como “superior” sobre posso do poder, como detentor do conhecimento, e o a classe oriunda das camadas populares, como filho que deve obedecer a seu pai. THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 29.

<sup>34</sup> Hangai (2014, p. 78), elucida que os nacionalistas formavam um movimento unido em prol da luta contra as influências estrangeiras e o domínio que consideravam prejudiciais para a economia, política e soberania do Brasil. Esse movimento ganhou força no Estado da Paraíba, exercendo grande influência sobre diversos setores e grupos sociais, incluindo trabalhadores rurais, operários, professores e políticos. Um dos líderes nacionalistas paraibanos na década de 50, o professor Assis Lemos, originário da cidade de Areia, defendia que o nacionalismo buscava libertar os países subdesenvolvidos, como o Brasil, do domínio imperialista das nações mais ricas. In: HANGAI, Daniella Karla Portela Guimarães. **Quando o apito tocava no bairro da Liberdade: memórias e representações da Sanbra**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014.

<sup>35</sup> Relato oral e digitalizado do ex-operário sanbrino Severino Tavares da Silva realizado através da Historiadora Hangai, em sua pesquisa de dissertação intitulada “*Quando o apito tocava no bairro da Liberdade: memórias e representações da SANBRA*” defendida em 2014 na Universidade Federal de Campina Grande in: HANGAI, Daniella Karla Portela Guimarães. **Quando o apito tocava no bairro da Liberdade: memórias e representações da SANBRA**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014, p. 71-72.

o óleo. Aquele tempo era bom demais pra arrumá emprego, e eu gostava demais do meu trabalho. Trabaiei esse tempo todim lá na maior alegria do mundo. Saí da SANBRA, porque na época num podia compietá dez ano, porque tinha uma tal de instabilidade. Ninguém podia completar dez ano direto. Esse tempo eu passei lá nove ano, já extrapolou, porque era sete ano até a instabilidade. E eu passei dois ano e tanto além disso. Com dez ano depois sai e, quando o chefe soube que eu tava parado, ai veio aqui e me chamou pra trabaiaá denovo (Hangai, 2014, p. 71-72).

No relato de Severino Tavares da Silva, há um detalhe intrigante. Quando ele menciona que ninguém na empresa poderia completar 10 anos seguidos de trabalho devido à "instabilidade", na verdade está se referindo à estabilidade garantida pelo Decreto Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho. O Art. 492 dessa legislação afirma que "o empregado que contar mais de dez anos de serviço na mesma empresa não poderá ser demitido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas." Assim, a SANBRA demitia Severino Tavares da Silva e outros funcionários antes que completassem 10 anos, claramente evitando conceder-lhes estabilidade. Hangai (2014, p. 71) confirma que a SANBRA tinha o hábito de demitir seus funcionários antes do prazo de estabilidade e recontratá-los para desempenhar outras funções, uma prática arbitrária que minava o direito dos trabalhadores à segurança no emprego.

Outro fato, são os acidentes nas empresas que continuavam a ser uma triste realidade na década de 1950 em Campina Grande, como demonstrado pelos casos de Antônia Maria dos Santos, Maria Costa da Silva e João Pereira Araújo. Antônia, operária da *Columbian Rope Ltda*, perdeu a vida de forma horrível e instantânea em 18 de agosto de 1958 ao ser atingida por uma polia enquanto trabalhava com sisal em Campina Grande.

Na SANBRA, em 1954, Maria Costa da Silva, após quatro anos trabalhando com agave, foi dispensada da empresa por motivo de doença. Posteriormente, o Dr. José Santos determinou que ela desenvolveu sinusite crônica devido às longas horas de trabalho exposta ao pó de agave ao longo dos anos. Conforme Matias (2013, p. 135-136), o caso de Maria Costa da Silva não chegou à justiça do trabalho, sendo divulgado apenas pelo *Jornal Evolução*. Estes casos destacam não apenas os perigos enfrentados pelos trabalhadores nas fábricas, mas também as lutas muitas vezes invisíveis por justiça e segurança no ambiente de trabalho.

Antes de receber o diagnóstico de sinusite crônica, Maria Costa da Silva retornou ao Instituto de Aposentadoria e Pensões da Indústria quando sua pensão terminou. Lá, foi examinada pelo Dr. Clóvis Borges, médico do instituto, que declarou erroneamente que ela não apresentava problemas de saúde e estava completamente apta para o trabalho. Conforme discutido por Matias (2013, p. 135), "A trabalhadora voltou à SANBRA na esperança de ser

readmitida. No entanto, para sua surpresa e desgosto, foi recusada, pois a empresa alegou que a operária se tratava de 'gente imprestável' para o trabalho."

Outro caso ocorreu com João Pereira Araújo, que trabalhava na empresa de ônibus M. Barros & Cia. Segue o relato do acidente:

Mas não só nas fábricas e construções verificavam-se os acidentes de trabalho em Campina Grande, eles aconteciam com os empregados que atuavam fora delas. Foi o caso do empregado João Pereira Araújo, chamado de "Imprudente" e que trabalhava na empresa de ônibus M. Barros & Cia. Aconteceu que, trabalhando na rua João Pessoa onde a "sôpa" que fazia a linha Estação -Garage-Grande passava, o empregado tentando acompanhar o carro, saiu correndo em direção a ele, que estava em baixa velocidade. Todavia, o empregado perdeu o equilíbrio, caiu debaixo das rodas do carro que atropelou sua perna, tendo uma perna machucada foi recolhido ao Hospital Pedro I, onde foi medicado e a polícia pôde fazer a abertura do inquérito (Matias, 2014, p. 136).

Nos três casos mencionados, são tragédias que expõem a dura realidade enfrentada pelos trabalhadores. Antônia Maria dos Santos, operária da *Columbian Rope Ltda*, perdeu a vida em seu local de trabalho. Maria Costa da Silva, que trabalhava na SANBRA, desenvolveu uma doença crônica devido às condições laborais e foi injustamente estigmatizada como "imprestável". João Pereira de Araújo, da empresa M. Barros & Cia, perdeu uma perna em um acidente de trabalho e foi responsabilizado como "imprudente". Esses incidentes destacam a triste realidade da descartabilidade da mão de obra, que equipara os trabalhadores a máquinas úteis enquanto estão vivos e produtivos para o capital, mas facilmente descartáveis quando não atendem mais às exigências do trabalho. Essa visão desumanizada não apenas negligencia a dignidade dos indivíduos, mas também subestima o impacto profundo dessas tragédias nas vidas dos trabalhadores e de suas famílias.

O capital tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais- -valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou (Marx, 1983, p. 188-189).

Como observado por Marx (2017, p. 246), "[...] as forças de trabalho retiradas do mercado por estarem gastas ou mortas devem ser constantemente substituídas". Para essas empresas, esses funcionários não são vistos como pessoas ou indivíduos, mas como recursos descartáveis que podem ser substituídos conforme necessário. Simultaneamente, é compreendido que o processo de industrialização, visto como uma alternativa para revitalizar a economia de Campina Grande diante da crise algodoeira, falhou. Essa falha foi especialmente

notável em Campina Grande porque “Se deixarmos o capitalismo responder à crise, sua proposta é clara: obrigar a força de trabalho a ir à labuta e assim conhecer os subterrâneos do inferno de Dante” (Antunes, 2020, p.21).

Campina Grande viveu grandes desafios econômicos ao longo de sua história. Inicialmente, o município tentou se apoiar na economia algodoeira, mas essa aposta se mostrou falha. A dependência do capital monopolista, que servia aos interesses de multinacionais e das elites do Sudeste, acabou prejudicando a economia local. Quando o momento chegou para a industrialização, foi tarde demais e, sem incentivos suficientes para desenvolvimento industrial local, essa tentativa também fracassou.

O município conseguiu sobreviver respirando por aparelhos, graças a uma economia diversificada, com destaque para os setores varejista e atacadista. No entanto, esses setores são vulneráveis às constantes oscilações de crise características do capitalismo. O verdadeiro problema, porém, ia além das falhas econômicas. Campina Grande não apenas falhou em suas apostas econômicas, mas também em garantir uma vida digna para sua classe trabalhadora.

A falta de moradia adequada, a ausência de condições de vida dignas e o descaso com os direitos dos trabalhadores revelaram uma triste realidade: a classe trabalhadora, essencial para a economia, foi abandonada e maltratada. Esses trabalhadores, que são o coração de qualquer economia, sofreram com a precariedade e o descaso. Em vez de serem valorizados e protegidos, foram deixados à margem, resultando em uma economia marcada por desigualdade e instabilidade. Campina Grande falhou não apenas em sua estratégia econômica, mas também em reconhecer e valorizar a importância dos trabalhadores que fazem essa economia funcionar. Porém, para o capitalismo prosperar, o trabalhador vende sua mão de obra, para que seja possível – no modelo econômico citado – a prosperidade financeira da elite e auto sustentação do capital, é nesse ambiente hostil para o capitalismo, que sua economia existe.

### **2.2.1. Trabalho invisível: as relações de trabalho das mulheres em Campina Grande (1940-1950)**

Este tópico não abordará diretamente as origens históricas da divisão sexual do trabalho ou do patriarcado<sup>36</sup>. No entanto, é crucial reconhecer que ambas as estruturas estavam presentes durante o período focalizado no título deste tópico, afinal, são estruturas essenciais para

---

<sup>36</sup> Para compreender mais a respeito da origem da divisão sexual do trabalho e do patriarcado, indica-se a leitura da obra: SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

sustentação do capitalismo. Portanto, é fundamental compreender como as trabalhadoras campinenses se situavam no mercado de trabalho nas décadas de 1940 e 1950.

Em 1940, Campina Grande apresentava uma dinâmica demográfica marcada por uma população feminina de 65.502 habitantes e uma população masculina de 60.637 habitantes. Entre as mulheres acima de 10 anos, 7.075 estavam envolvidas nas principais funções trabalhistas da cidade, enquanto 1.514 mulheres dedicavam-se a serviços e atividades sociais, e 33.586 desempenhavam atividades domésticas e escolares. Por outro lado, 4.493 mulheres estavam registradas como inativas. Entre os homens, 32.872 estavam ocupados nas principais funções trabalhistas, 2.160 em serviços e atividades sociais, e 2.960 em atividades domésticas e escolares. Outros 4.208 homens eram considerados inativos.

Em 1950, Campina Grande viu um aumento significativo em sua população feminina, totalizando 90.828 habitantes. Das mulheres acima de 10 anos, 3.171 estavam ocupadas em diversas funções laborais da época. Dessas, 503 dedicavam-se a serviços e atividades sociais, enquanto 52.792 estavam envolvidas em atividades domésticas e escolares. Outras 4.511 mulheres estavam registradas como inativas, conforme os dados do censo do IBGE (1940-1950). No mesmo ano, a população masculina de Campina Grande era de 82.378 habitantes. Dentre esses homens, 40.456 estavam engajados nas principais funções trabalhistas da cidade. Adicionalmente, 392 homens estavam envolvidos em serviços e atividades sociais, e 5.109 desempenhavam atividades domésticas e escolares. Outros 6.992 homens estavam listados como inativos.

Em 1940, observamos uma disparidade significativa na participação das mulheres e dos homens nas principais áreas de trabalho em Campina Grande. Apenas 7.075 mulheres estavam envolvidas nas principais funções trabalhistas da cidade, em comparação com os 32.872 homens que ocupavam essas posições. Enquanto isso, 33.586 mulheres desempenhavam atividades domésticas e escolares, em contraste com os 2.960 homens nessa mesma categoria de trabalho. Em 1950, houve uma mudança nas dinâmicas, com 3.171 mulheres ocupadas em diversas funções laborais da época, enquanto 40.456 homens estavam engajados nas principais funções trabalhistas da cidade. Além disso, 52.792 mulheres estavam envolvidas em atividades domésticas e escolares, enquanto 5.109 homens desempenhavam essas funções, ou seja, mesmo as mulheres sendo maioria em ambas décadas, estavam inferiorizadas em relação ao mercado de trabalho.

É nesse âmbito que é necessário compreender a divisão sexual do trabalho (molda o trabalho internacionalmente) se fundamenta em dois princípios organizativos, conforme descrito por Kergoat (2009, p. 67-68): o princípio da separação, que define quais tipos de

trabalho são considerados apropriados para homens e mulheres, e o princípio da hierarquização, que estabelece que os trabalhos desempenhados por homens são mais valorizados do que os desempenhados por mulheres. Além disso, Kergoat (2009) observa que:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.) (Kergoat, 2009, p. 67).

Quando analisamos os dados das atividades profissionais das mulheres de Campina Grande entre 1940 e 1950, fica evidente que a grande maioria está concentrada nas atividades domésticas. Esse cenário é amplamente influenciado pela divisão sexual do trabalho, que historicamente atribuiu às mulheres a responsabilidade pelas tarefas domésticas. Conforme observado por Kergoat (2009, p. 69), essa divisão foi imposta e organizada de maneira a perpetuar esses papéis tradicionalmente femininos.

Mas, pouco a pouco, as pesquisas se desligaram dessa referência obrigatória para analisar o trabalho doméstico como atividade com o mesmo peso do trabalho profissional. Isso permitiu considerar simultaneamente a atividade realizada nas esferas domésticas e profissional, e pudemos raciocinar em termos de uma divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009, p. 69).

Nessa perspectiva, na década de 1940, 33.586 mulheres, e na década de 1950, 52.792 mulheres ocupavam-se predominantemente do trabalho doméstico, frequentemente de forma não remunerada. Além disso, essas mulheres desempenhavam uma função que a historiadora Bhattacharya (2023) conceitua como "reprodução social"<sup>37</sup> conceito intrínseco ao trabalho doméstico. Ela discorre que, para compreender o capitalismo de maneira abrangente, é necessário também ter uma visão ampla de suas crises, que não se limitam apenas aos colapsos do mercado e ao desemprego em massa, mas também abrangem contradições "não econômicas", das quais a reprodução social é uma parte intensa. O capitalismo necessita do trabalho de reprodução social para formar e sustentar os seres humanos, que são então

---

<sup>37</sup> A reprodução social é um tema amplamente explorado por feministas socialistas e marxistas, tanto no passado quanto no presente. Esse conceito se refere a um tipo de trabalho que o capitalismo, apesar de depender dele para sobreviver, não valoriza e frequentemente esconde. A reprodução social engloba todas aquelas atividades que demandam muito tempo e recursos, necessárias para "dar à luz, cuidar e manter seres humanos" (BHATTACHARYA, 2023, p. 106). Esses esforços são essenciais para sustentar a força de trabalho, mas não recebem o devido reconhecimento ou compensação dentro do sistema capitalista. In: CINZIA et al. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

explorados para a geração de lucro. Na ótica do capital, essa função é atribuída principalmente às mulheres.

(...) uma ordem social institucionalizada que abrange relações aparentemente não econômicas e práticas que mantém a economia oficial. Por trás das instituições oficiais do capitalismo – trabalho assalariado, troca e sistema financeiro – estão os suportes que lhes são necessários e as condições que as possibilitam: famílias, comunidades, natureza; Estados territoriais, organizações políticas e sociedades civis; e, em especial, enormes quantidades e múltiplas formas de trabalho não assalariado e expropriado, incluindo muito do trabalho de reprodução social, ainda executado predominantemente por mulheres e muitas vezes sem compensação. Esses também são elementos constitutivos da sociedade capitalista – e lugares de luta em seu interior (Bhattacharya, 2023, p. 102).

Além do trabalho na fábrica, as mulheres precisam cuidar e sustentar suas famílias. Devido à divisão sexual do trabalho e à estrutura patriarcal, essa responsabilidade recai predominantemente sobre elas. Isso resulta no que atualmente chamamos de dupla jornada de trabalho. Essa realidade era perceptível já na década de 1940, como evidenciado pelo relato da operária sanbrina Joana Maria da Costa, que afirmou: “Minha vida dentro da fábrica era muito trabalho, e em casa eu fazia as obrigações de casa né!” (Hangai, 2024, p. 55).

No âmbito da divisão do trabalho na indústria em Campina Grande era existente no trabalho na SANBRA, de acordo com Hangai (2014, p. 53), esta empresa empregava principalmente mulheres populares para trabalhar com o agave, conhecido como sisal na forma silvestre. Este tipo de trabalho era considerado "trabalho de mulher", resultando em quase todas as operárias sendo destinadas a este setor, com exceção de algumas poucas que trabalhavam com algodão. As tarefas no trabalho com o agave envolviam seleção, revisão, desatamento dos molhos e batimento, sendo este último o único serviço que ocasionalmente envolvia homens, devido à necessidade de mais força física, era considerado “trabalho de homem”. Essa organização do trabalho refletia uma divisão sexual do trabalho onde as mulheres eram direcionadas para funções percebidas como menos qualificadas e mais leves, enquanto os homens eram chamados para tarefas que exigiam maior esforço físico. Essa dinâmica destacava uma hierarquia e separação na valorização das ocupações conforme o gênero.

Hangai (2014, p. 54), pontua que “Os relatos masculinos dos operários e outros funcionários sanbrinos sempre desqualificaram as funções femininas na fábrica, algo que era comum no mundo do trabalho naquela época e mesmo hoje”. Essas práticas partem da divisão sexual do trabalho, que, em seu conceito de organização hierárquica, coloca as mulheres frequentemente em trabalhos considerados "leves" ou semelhantes ao doméstico. Isso está ligado às características impostas pelo patriarcado, onde se espera que as mulheres sejam

delicadas e organizadas. Como resultado, nas indústrias, elas muitas vezes ocupam esses tipos de trabalho e são menos valorizadas por isso.

O que há um ponto de contradição, especificamente ao caso da indústria SANBRA, o trabalho exercido por essas mulheres no agave, era dito como “leve”, mas sua realidade demonstra outro fato, como já citado anteriormente o caso da Maria Costa da Silva, que obteve sinusite crônica trabalhando com agave na SANBRA, há também o caso lamentável da ex-funcionária da SANBRA, Joana Maria da Costa<sup>38</sup> (Hangai, 2014, p. 53):

Oi, eu cortava o agave do suó pinga, aí quando foi um dia esse bicho judiava tanto no mundo que a gente cortava do suó pingá. Ele batia por perversidade mesmo, derramava e a gente catava tudim. Tinha um gerente lá que chamada todo mundo de molóide...Oi, eu trabalhava tanto lá que perdi dois filhos, dois filho né, de tanto trabalhar do suó pingá. Que dizê que num dia na hora do pagamento eu passei má, mas num disse nada e fui embora assim mesmo pra casa, chorando muito. Num falei nada pra Nicolau o que tinha sido né, num tinha mais jeito né! (Hangai, 2014, p. 53).

Nesse contexto, torna-se evidente que não há uma leveza nos trabalhos desempenhados pelas mulheres na SANBRA. Existe uma evidente distinção imposta pela divisão sexual do trabalho e pelo patriarcado, que tende a desvalorizar as funções desempenhadas pelas mulheres. É irônico perceber que apenas as tarefas que exigem força física são consideradas fundamentais e dignas de valorização, enquanto as ocupações atribuídas às mulheres são frequentemente menosprezadas. Isso representa uma visão limitada e inadequada do que realmente é o significado no trabalho no capital. Na dinâmica do sistema capitalista, tanto homens quanto mulheres vendem sua força de trabalho para sobreviver, e nessa perspectiva, o trabalho não é leve; é desgastante e destrutivo para a classe trabalhadora.

Hangai (2014), no seu segundo capítulo de sua dissertação, destaca a presença de mulheres grávidas e expõe a triste realidade das mães que precisavam deixar seus filhos com outras famílias para poderem trabalhar na SANBRA. Não havia compaixão. Mesmo mulheres grávidas, como Joana Maria da Costa, perderam filhos devido às condições de trabalho na SANBRA. Na lógica capitalista, não há humanidade; as pessoas são vistas como máquinas destinadas a produzir. Essas mulheres viviam numa situação desesperadora, precisavam trabalhando nessas condições extremas ou enfrentariam a fome e morte, conforme apontado por Kollontai (1916) em relação a inserção das mulheres grávidas nas indústrias na década de XX:

---

<sup>38</sup> Relato oral e digitalizado da ex-operária sanbrina Joana Maria da Costa realizado através da Historiadora Hangai, em sua pesquisa de dissertação intitulada “*Quando o apito tocava no bairro da Liberdade: memórias e representações da SANBRA*” defendida em 2014 na Universidade Federal de Campina Grande in: HANGAI, Daniella Karla Portela Guimarães. **Quando o apito tocava no bairro da Liberdade: memórias e representações da SANBRA**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014, p. 53.

Aonde já se viu uma mulher da classe trabalhadora receber tratamento especial por estar grávida? Masha e as centenas de milhares de outras mulheres das classes sem propriedade, que são forçadas a venderem suas mãos trabalhadoras, sabem que os proprietários não têm compaixão quando veem mulheres necessitadas; e elas não têm outra alternativa, por mais exaustas que estejam, a não ser trabalhar (Kollontai, 1916, n.p).

A outra realidade enfrentada pelas operárias era um sentimento coletivo compartilhado por operários e operárias, o medo, relacionado aos frequentes acidentes de trabalho que eram uma realidade assustadora nas indústrias de Campina Grande nas décadas de 1940 e 1950. Mesmo com a CLT em vigor, o medo ainda pairava. A funcionária Maria das Dores relata um caso que presenciou: “Um dia uma menina estava numa máquina, batendo agave e a máquina engoliu o braço dela. Corri para ver e era muito sangue... Outra vez, presenciei a morte de outra moça que prendeu o cabelo em uma dessas máquinas de pressão. Depois disso não trabalhei mais”<sup>39</sup> (Hangai, 2014, p. 57). Ou seja, essas operárias saíam de casa para o trabalho sem saber se retornariam vivas das suas jornadas laborais.

Por fim, essa era a dura realidade enfrentada pelas mulheres campinenses: uma realidade marcada pela divisão sexual do trabalho, que faz parte do metabolismo universal do capitalismo. As mulheres eram submetidas à exploração, lidando com a dupla jornada de trabalho e enfrentando a indiferença em relação à sua existência, enquanto o sistema capitalista dependia contraditoriamente do trabalho de reprodução social que elas realizavam.

### 2.3. O CENÁRIO SOCIAL E POLÍTICO DE CAMPINA GRANDE – PARAÍBA (1960)

No início da década de 1960, Campina Grande continuava na tentativa do processo de industrialização tardia, impulsionado principalmente pela criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse órgão incentivava a industrialização na região. É importante destacar que esses fatos não ocorreram de forma autônoma ou acidental. O processo de industrialização em Campina Grande teve envolvimento direto de determinados

---

<sup>39</sup> Relato oral e digitalizado da ex-operária sanbrina Maria das Dores realizado através da Historiadora Hangai, em sua pesquisa de dissertação intitulada “*Quando o apito tocava no bairro da Liberdade: memórias e representações da SANBRA*” defendida em 2014 na Universidade Federal de Campina Grande in: HANGAI, Daniella Karla Portela Guimarães. **Quando o apito tocava no bairro da Liberdade: memórias e representações da SANBRA**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014, p. 57.

setores da política. Não por acaso, em 1959, o empresário Newton Rique<sup>40</sup> lançou sua candidatura a prefeito da cidade.

Nesse período, de 1961 a 1965, a SUDENE aprovou cerca de nove projetos em Campina Grande. Destes, cinco eram para novas indústrias e quatro para a modernização das indústrias já existentes na cidade. Entre os projetos aprovados, destacaram-se dois: a CANDE, uma produtora de plásticos, e a implantação da Wallig Nordeste S/A, uma empresa de grande porte que produzia fogões e gás liquefeito.

De acordo com Damiano Lima (2021, p. 148), em 1960, Campina Grande contava com 212 estabelecimentos industriais, superando a capital do estado, João Pessoa, que contava com 186. Além disso, Campina Grande apresentava um total de 2.588 operários, também superando João Pessoa, que contava com 1.446.

Nesse período, de acordo com o IBGE (1960), Campina Grande tinha uma população de 172.122 habitantes, sendo o município mais populoso do estado. Contraditoriamente, mesmo com o processo de industrialização e modernização, como destaca Silvana Fernandes (2011)<sup>41</sup>, a "Rainha da Borborema"<sup>42</sup> e o "Conselho da Rainha"<sup>43</sup> continuavam a cometer o erro histórico de negligenciar e abandonar aqueles que mais sustentavam a cidade: os trabalhadores.

---

<sup>40</sup> Newton Rique era filho de João Rique Ferreira, um próspero industrial e banqueiro de Campina Grande. Seu primeiro contato com a função pública ocorreu durante a gestão do prefeito Plínio Lemos (1952-1955), quando ocupou por alguns meses o cargo de Secretário de Governo da Prefeitura de Campina Grande. Em 1959, Rique se candidatou a prefeito, mas foi derrotado por Severino Cabral. Newton Rique é lembrado na história política de Campina Grande pelo lançamento de seu plano de governo intitulado "Revolução da Prosperidade", que visava ao desenvolvimento econômico através da indústria e do comércio (SYLVESTRE, 1993). Sua ligação com os Diários Associados começou em 1959, quando se candidatou a prefeito e teve um papel fundamental na fundação da TV Borborema, pertencente a Assis Chateaubriand. A televisão foi instalada no mesmo prédio onde funcionava o banco de propriedade de Rique, que cedeu o espaço físico ao grupo no centro de Campina Grande. Newton Rique foi prefeito de Campina Grande de 30 de novembro de 1963 a 15 de junho de 1964. Além disso, foi ex-presidente da Associação Comercial, ex-diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e, junto com seu irmão, dirigiu o Banco Industrial de Campina Grande, localizado no Edifício Rique. Em 1963, Newton Rique foi eleito prefeito ao derrotar Langstein Almeida com aproximadamente 20.883 votos, o que correspondia a 70,6% dos votos válidos. Vale destacar que o eleitorado do município na época era de "apenas" 45.672 eleitores.

<sup>41</sup> Ver FERNANDES, Silvana Torquato. **Uma outra representação da modernização em Campina Grande: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960/1980)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades – Campina Grande, 2011.

<sup>42</sup> Na Paraíba, é comum referir-se a Campina Grande como a "Rainha da Borborema" devido à sua localização no Planalto da Borborema. Esse título, porém, vai além de uma simples referência geográfica. A denominação de "rainha" reflete o papel histórico e econômico de Campina Grande, que sempre se destacou como um centro economicamente ativo na região. Esse termo é empregado para evidenciar a grandeza da cidade, constantemente associada ao seu vigor econômico e à sua importância no desenvolvimento da região. Evidentemente há contradições, como pode-se analisar no quesito social destacada no primeiro capítulo desta dissertação.

<sup>43</sup> O termo "Conselho da Rainha" é usado de forma irônica para se referir à Campina Grande, intitulada como a "Rainha da Borborema". Nesse contexto, o "Conselho do Rei" se refere aos políticos que têm a responsabilidade de cuidar do município por meio da política, atuando de forma coletiva para o bem-estar e o desenvolvimento de Campina Grande.

Essa negligência pode ser observada na educação da cidade, voltada aos trabalhadores. De acordo com o IBGE (1960), 102.161 habitantes acima de 5 anos de idade em Campina Grande não sabiam ler nem escrever, cerca de 49,94% da população campinense. O governador do estado, Pedro Gondim, promulgou a Lei Estadual nº 2.229, publicada no Diário Oficial em 8 de abril de 1960, que estabelecia a criação da "Escola Normal Estadual". No entanto, essa escola apresentava péssimas condições. Conforme destacado, suas instalações eram emprestadas e consistiam em apenas duas salas: uma para aula, com apenas 25 alunos, e outra para a direção, secretaria e arquivo (Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, 2008, p. 1).

Sobre o quesito educacional, não se deve considerar anacrônico acreditar que a alfabetização da população era uma preocupação nesse período. Afinal, em 1961, Paulo Freire e sua equipe iniciaram as primeiras experiências de alfabetização popular em Pernambuco, que levariam à criação do Método Paulo Freire. Em apenas 45 dias, foram alfabetizados 300 cortadores de cana. Ou seja, a alfabetização era uma realidade em desenvolvimento naquela década. A questão que persiste é: a alfabetização da população era uma prioridade para os políticos responsáveis por proporcionar esse acesso? Para os próprios políticos, sim. Para eles, o acesso à educação, sobretudo à educação superior, era uma prioridade. De acordo com Santos Neto e Shslayder Lira (2017):

A característica quase homogeneizadora desses grupos (políticos) compostos e recompostos de acordo com o contexto político, diz respeito aos redutos de formação letrada, boa parte desses “homens do poder” tiveram uma formação bacharelesca e tomaram para si as bases de sustentação política na Paraíba (Santos Neto; Santos, 2017, n.p).

Outra realidade destacada por Silvana Fernandes (2011, p. 48) é a presença de algumas denúncias dos moradores de Campina Grande presentes em matérias do Jornal Diário da Borborema<sup>44</sup>, que apontavam o abandono das praças públicas e dos logradouros repletos de mato. Esses espaços, que poderiam proporcionar lazer aos trabalhadores, eram negligenciados, refletindo o abandono geral.

Não se deve esquecer do surgimento da primeira favela em Campina Grande, consequência do êxodo rural, da busca por uma vida melhor e da falta de moradia digna (amplamente debatido no primeiro capítulo). Assim, surgiu a Favela da Cachoeira<sup>45</sup> durante a

---

<sup>45</sup> A favela foi extinta em 2006, quando a administração estadual realocou mais de 600 famílias para o Bairro da Glória, construído especificamente para receber os moradores da Favela da Cachoeira.

gestão do prefeito Severino Cabral (1959-1963). Os sem-teto ocupavam terrenos no centro da cidade, o que incomodava a elite campinense que morava nessa área. Para agradar a elite e, ao mesmo tempo, "auxiliar" os sem-teto, o prefeito Severino Cabral destinou um terreno entre os bairros de José Pinheiro e Monte Castelo para que eles pudessem habitar. O prefeito estava tão empenhado em resolver essa situação que até destinou material de construção para que esses moradores pudessem se estabelecer no terreno doado, construindo suas pequenas moradias. De acordo com Hilmaria Xavier e Paulo Passos (2012, p. 5): "O que aconteceu é que essa área também foi usada como artifício político. Quem procurasse a prefeitura em busca de um lugar para morar tinha aquela região indicada", uma medida típica de um populista, afinal, como destacado:

a noção de manipulação, tanto quanto a de passividade popular, precisa ser relativizada, concretizada historicamente, para que possamos entender a significação real do populismo. A imagem, se não o conceito, mais adequada para entendermos as relações entre massas urbanas e alguns grupos representados no Estado é a de uma aliança (tática) entre setores de diferentes classes sociais na qual evidentemente a hegemonia encontra-se sempre ao lado dos interesses vinculados às classes dominantes, mas torna-se impossível de realizar-se sem o atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares, entre as quais a reivindicação do emprego, de maiores possibilidades de consumo e de direito de participação nos assuntos do Estado. Aspirações mínimas, por certo, mas decisivas na política de massas num país como o Brasil (Weffort apud Demier, 2012, p.221).

Além da doação do terreno e dos materiais de construção, nada mais foi feito pela administração de Cabral para melhorar o local. Não havia calçamento, saneamento básico, e a própria geografia do terreno dificultava a construção de casas, já que era localizado em uma área com declínio geográfico. Além disso, a queda d'água que desaguava do Riacho das Piabas, existente na região, fazia com que as casas fossem construídas umas sobre as outras. Ou seja, ocasionou um total descaso com esses moradores, para que Cabral agradece a elite que estava incomodada com a existência desses indivíduos ocupando o centro da cidade.

### 3 ENTRE ESPERANÇAS E DESAFIOS: A LUTA POLÍTICA DE CHICO B E SUAS CONSEQUÊNCIAS EM CAMPINA GRANDE – PB (1960-1962)

Tendo analisado a realidade social e econômica de Campina Grande no capítulo anterior, é necessário agora compreender como esses fatores motivaram a “candidatura” de Chico B a deputado estadual no ano de 1961, referente a eleição que ocorreria no dia 07 de outubro de 1962. Primeiramente, faz-se imperativo entender o cenário político existente e como Chico B decidiu se candidatar a este cargo.

Foi realizado uma análise histórica da política dos deputados estaduais em relação a Campina Grande, considerando que o cargo de deputado estadual não se restringe apenas à cidade, no entanto, Chico B atuou especificamente em Campina Grande, onde possuiu maior apoio. Portanto, a análise foca na sua atuação local (Campina Grande), sem desviar para outras áreas do estado, o que fugiria do escopo desta dissertação.

Posteriormente, foi analisado as motivações que levaram Chico B a se candidatar, buscando compreender sua trajetória e os fatores que o impulsionaram a disputar este espaço de atuação institucional. Assim, será possível entender quem é Chico B e quais foram suas razões para se colocar à disposição para a disputa eleitoral, consequentemente analisando a importância desta candidatura para as camadas populares desta cidade.

Uma breve consideração a respeito do termo: "candidatura" referente a Chico B, que será descrita entre aspas por um simples motivo que será debatido ao longo desta dissertação. A escolha de não ser pontuada agora faz parte de uma estratégia de escrita, mas, de fato, o motivo pelo qual "candidatura" é um termo entre aspas será compreendido mais adiante. O que pode ser destacado por ora é que essa eleição, ocorrida em 1962, era regida pela Lei Nº 1.164, de 24 de julho de 1950<sup>46</sup>, que instituiu o código eleitoral vigente até 1965. Nessa lei, não há a definição de um termo para nenhuma movimentação eleitoral anterior aos três meses antes da eleição, como atualmente, em que qualquer candidatura antes das convenções eleitorais é chamada de "pré-candidatura". Esse termo, no entanto, é recente. A "candidatura" de Chico B foi inicialmente formalizada popularmente em 1961, tendo como horizonte a eleição que ocorreria em 7 de outubro de 1962.

Por fim, destaca-se que, de forma alguma, há qualquer tentativa neste capítulo de transformar Chico B em uma figura messiânica, que iria salvar as camadas populares do

---

<sup>46</sup> BRASIL. Lei Nº 1.164, de 24 jul.1950. **Institui o Código Eleitoral. Casa Civil.** Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1164-24-julho-1950-361738-publicacaooriginal-1-pl.html> acesso em: 10 abr. de 2024.

município de Campina Grande no início da década de 1960. No entanto, compreende-se que Chico B se tornou uma esperança para a parcela das camadas populares que o apoiavam. Sobretudo, ressalta-se a importância não apenas de Chico B, mas de como suas ideias eram essenciais para essa parcela de seus apoiadores oriundos das camadas populares. Ele, enquanto "candidato" a deputado estadual, não iria salvar, mas sim lutar contra as estruturas existentes, como se percebe através de suas falas, e, sobretudo, resguardar e garantir os direitos das camadas populares.

### 3.1. QUEM É CHICO B? A ENTREVISTA À *REVISTA TUDO* (1988) E AS INFORMAÇÕES DOS ENTREVISTADOS DA HISTÓRIA ORAL A SEU RESPEITO

Francisco Almeida Batista, conhecido popularmente como: Chico B, nasceu em Campina Grande, Paraíba, no dia 30 de maio de 1904 e faleceu em 26 de novembro de 1997. Filho de Vicente Almeida Batista e Vitoriana Almeida Barreto, Chico B teve uma vida marcada pela pobreza. Profissionalizou-se como barbeiro e estabeleceu uma barbearia bem localizada na Rua Afonso Campos, em Campina Grande.

Figura 1 - Rua Afonso Campos (Campina Grande – PB). Da esquerda para a direita, a primeira casa era a residência e barbearia de Francisco Almeida Batista.<sup>47</sup>



<sup>47</sup> A seta azul na figura 1, indica a residência que Chico B morou.

Fonte: Blog Retalhos Históricos de Campina Grande, 2012.<sup>48</sup>

Na década de 1960, Chico B desempenhou um papel significativo na política paraibana, especialmente no cenário campinense. Ele já era conhecido como um ótimo barbeiro, e ficou mais conhecido depois do que foi intitulado por Josué Sylvestre (1988), como “Fenômeno Chico-B”, onde Chico B mobilizou o município de Campina Grande para disputar as eleições de 7 de outubro de 1962. Posteriormente, ele também disputou o cargo de Vereador de Campina Grande na eleição de 11 de agosto de 1963.

Logo, é importante compreender seu apelido, evidentemente como é compreensível através do senso comum, popularmente, o apelido “Chico” é denominado a todo Francisco aqui no Brasil. Porém, um fato curioso é a sigla “B” utilizada por Chico. De acordo com Josué Sylvestre (1988, p. 327), Chico B deixava a sigla “B” flexível, adaptando-a conforme o público com o qual ele estava se comunicando. Dessa forma, o nome de Chico se ajustava adequadamente ao contexto da audiência. Sylvestre (1988, p. 327) aponta três possíveis significados para o “B”: o sobrenome “Batista” e, alternativamente, uma referência à sua profissão de barbeiro “e poderia ser B do diminutivo de um termo chulo que identifica o órgão genital feminino” (Sylvestre, 1988, p. 327). De acordo com Emmanuel Sousa, proprietário do Blog Retalhos Históricos de Campina Grande, que escreveu sobre Chico B em uma postagem publicada em 6 de outubro de 2009<sup>49</sup>, a sigla “B” deriva unicamente de “Barbeiro”. Está fato elucidado que em Chico B há uma sagacidade, afinal, ele adequava a continuidade da sigla “B” de acordo com o local que ele estivesse presente.

Chico B, era um típico boêmio de sua época, frequentava inúmeros bares na cidade, em uma entrevista realizada pela Revista Tudo (1988) que foi realizada em Campina Grande, publicada em 22 de maio de 1988, ele descreve sobre sua preferência na cidade:

Eu frequentei grandes bares do passado que marcaram época, como o Alfarrábio de Geraldo Pimentel, o Bar do Miro, o “Beco dos Bebos”, etc... Agora um bar que ficou gravado na minha memória foi o “BAR FANTASMA” do meu saudoso amigo Hélio Guimarães. Esse nome foi criação minha, haja vista que chamava muito esse nome com os amigos, dizendo “deixa de fantasma, rapaz”; até que pegou, e o bar fez um grande sucesso em Campina Grande durante toda a sua existência” (Revista Tudo, 1988).

---

<sup>48</sup> Memória Fotográfica: Praça Clementino Procópio, sem data. Retalhos Históricos de Campina Grande, 2012. Disponível em: <http://cgetalhos.blogspot.com/2012/12/memoria-fotografica-praca-clementino.html> . Acessado 15 janeiro de 2024.

<sup>49</sup> SOUSA, Emmanuel. **O fenômeno Chico B**. Retalhos Históricos de Campina Grande. Disponível em: [http://cgetalhos.blogspot.com/2012/10/o-fenomeno-chico-b.html#.YrS5JCfMI\\_4](http://cgetalhos.blogspot.com/2012/10/o-fenomeno-chico-b.html#.YrS5JCfMI_4) . Acesso em: 18 abr. de 2024.

Chico B destaca em sua entrevista que era um típico boêmio, revelando, inclusive, seu amor por beber cana, especificamente a da Serra Preta. Sobre suas companhias nos bares, Chico B menciona a presença de seus amigos:

A nossa turma que se juntava sempre, era a turma de comunistas, turma do PC<sup>50</sup> partido que vivia na “ilegalidade” na época. Eram integrantes desse partido: Figueiredo Agra, José Peba, Uziel do Vale, Oliveiros Oliveira, finado Louro, José Vasconcelos, Agnello Amorim, afinal, uma turma enorme que não me recorde atualmente os nomes deles que, na sua grande maioria Deus levou. Nessa turma, faltava o “camarada” Chico Lima, que tinha seu bar e restaurante, mas que nas reuniões políticas estava sempre presente. Ali nós discutíamos todos os assuntos de nosso interesse, como política, literatura, futebol, a melhor cachaça, as melhores músicas e o mais importante; “MULHERES” (Risos)” (Revista Tudo, 1988).

Percebesse, que há uma relação de Chico B com a boemia consequentemente, sempre acompanhado de seus amigos, oriundos do PCB. A noite da boemia, não deve ser vista, apenas como um momento de curtição, o Camarada Um ressalta: “(...) A gente se reunia muito era em bar. Aí é verdade. Em bar, aí em bar a gente derrubava todos os castelos medievais e os atuais também. Dependendo da qualidade de cachaça (...)”<sup>51</sup>.

O Camarada Dois, também ressalta essa ligação de amizade e boemia de Chico B com os militantes do PCB:

“Era Louro da Castanha, era o Zé do Vale, era o próprio Peba, o Agnello Amorim, mesmo sendo promotor, mas era muito ligado, muito ligado a Chico B. E tinha outro... outros empresários, amigos de Chico B, que muitas vezes, eles conheciam tanto (...). Mas que eles gostavam tanto de ouvir Chico B que requisitavam a mulher dele a permissão. Pediam a permissão dela pra que Chico B fosse pra determinada fazenda passar o final de semana com eles. Lógico, na boemia, mas para ouvir a conversa dele. E deixavam até a feira já certa a mulher dele, (...). Aí você vê o grau de carisma que ele tinha com os amigos, né?”<sup>52</sup>

Evidentemente, neste momento, Chico B traz à tona suas reminiscências, considerando que a entrevista foi realizada em 1988, e ele se refere a acontecimentos de mais de duas décadas atrás. No entanto, é importante destacar que, nessa mesma entrevista à *Revista Tudo (1988)*, ele menciona que uma de suas maiores felicidades foi se libertar do vício do álcool e do cigarro, ressaltando que ambos estavam destruindo sua vida.

Sobre essa questão dos vícios, o Camarada Três trouxe um fato muito interessante: a contribuição de Chico B nos Alcoólicos Anônimos<sup>53</sup> de Campina Grande. Ele relatou que Chico

<sup>50</sup> PC era a sigla referente ao Partido Comunista do Brasil.

<sup>51</sup> Entrevista concedida no dia 03 de dezembro de 2024.

<sup>52</sup> Entrevista concedida no dia 04 de dezembro de 2024.

<sup>53</sup> Os Alcoólicos Anônimos são uma comunidade de caráter voluntário formada por pessoas que se reúnem com o objetivo de alcançar e manter a sobriedade por meio da abstinência total do consumo de bebidas alcoólicas.

B desempenhou um papel importante ajudando outras pessoas a superar o vício da bebida, demonstrando assim seu compromisso com a transformação social também em nível pessoal.

“Ele era do Alcoólicos Anônimos, recebia maiores homenagem do movimento de Alcoólicos Anônimos que controla, ajuda o alcoólatra. Ele nunca foi alcoólatra, ele era um boêmio mesmo. Gostava da noite, da conversa, do violão. Nunca aprendeu uma música também, dava só uns acordes. Ele era muito interessante, eu admiro muito ele<sup>54</sup>.”

Nessa mesma entrevista na revista supracitada, Chico B aponta aspectos interessantes a respeito de si mesmo. Ele é questionado sobre sua preferência de cor e responde prontamente: “VERMELHO, que é a cor do partido comunista” (Revista Tudo, 1988). Outro fato mencionado na entrevista é a respeito de seus oito filhos. Ele é questionado sobre a veracidade da afirmação de que a maioria de seus filhos recebe o nome de líderes soviéticos, ao que ele responde

"Tenho o Vladimir, em homenagem ao grande líder soviético LENINE; tenho um com o nome de Lenine puro, outro com o nome de Luís Carlos, em homenagem a Luís Carlos Prestes: outro com o nome de Ivan, em homenagem a Ivan, o terrível. Tenho outro chamado Félix, em homenagem a Félix Araújo, que se fosse vivo estaria no nosso partido, quero crer. José Nilson e Litoriane Rosa, em homenagem aos meus familiares” (Revista Tudo, 1988, p. 3).

O Camarada Três<sup>55</sup>, acrescenta um caso curioso, em relação aos nomes dos filhos de Chico B, é o caso do filho chamado de Lenine, o Camarada Três, relatou que no batismo o Padre da igreja recusou-se a registrar esse nome, haja vista, que era uma homenagem direta ao Lênin da União Soviética, o Camarada Três relatou: “Lenine, aí ele chamava Lênin. Lênin, Lenine. Lênin do partido aportuguesado, Lênin o original. E depois ele virou Heleno pra poder ser registrado na igreja. Mas ele se submeteu a isso aí<sup>56</sup>.”

Chico B foi questionado sobre a divisão do Partido Comunista do Brasil, que resultou na formação de dois partidos<sup>57</sup> comunistas em 1962: o Partido Comunista do Brasil, que adotou

---

<sup>54</sup> Entrevista concedida no dia 14 de dezembro de 2024.

<sup>55</sup> Ibid.

<sup>56</sup> Ibid.

<sup>57</sup> Durante as décadas de 1950 e 1960, o Partido Comunista enfrentou sérias crises teóricas devido à linha adotada pelo Comitê Nacional, que buscava um alinhamento com o reformismo. Por outro lado, uma ala comunista defendia a revolução como caminho para a transformação social. Em 1961, a ala reformista alterou o nome do partido para PCB – Partido Comunista Brasileiro, adotando uma linha considerada moderada. Aqueles que discordavam dessa posição, como os comunistas Maurício Grabois e João Amazonas, foram expulsos da legenda. Em 18 de fevereiro de 1962, a corrente que defendia a linha revolucionária e o stalinismo convocou uma conferência extraordinária e reorganizou o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), mantendo-se fiel ao marxismo-leninismo e à luta pelo socialismo.

a sigla PCdoB, e o Partido Comunista Brasileiro<sup>58</sup>, que adotou a sigla PCB. Ao ser indagado sobre sua preferência partidária, ele respondeu: “Eu lamento muito que tenha havido essa divisão, mas fico com o PCB, por achar mais autêntico” (Revista Tudo, 1988, p. 4). É importante destacar que, sobre a dissidência do PCdoB em 1962, Silva (2002, p. 138) afirma que, antes do golpe militar de 1964, não houve nenhuma divisão interna no PCB que pudesse ter dado origem ao PCdoB na Paraíba.

Também estão presentes nesta entrevista algumas curiosidades sobre Chico B. Ele menciona que seu esporte preferido é o bilhar e define o sentimento de amor da seguinte forma: “É a vida em todos os sentidos” (Revista Tudo, 1988, p. 3). O Camarada Dois<sup>59</sup> também pontua sobre Chico B: “Gostava de jogar sua sinuca, gostava de jogar o baralho, que era o buraco. E ensinava aos netos; já a partir dos 5 anos, ele começava a ensiná-los. Então, a família toda gosta de jogar um baralho, gosta de jogar uma sinuca (...)”

Além disso, destaca que seu maior amigo ao longo de sua trajetória foi Hélio Guimarães, proprietário do Bar Fantasma, um local que ele adorava frequentar. Chico B também foi questionado sobre seus filhos e se algum deles demonstrou interesse pela política. Em resposta, informou: “Tenho sim. O Ivan, que resolveu atender a um pedido de Agnelo Amorim e Leidson Farias para disputar uma cadeira na Câmara de Vereadores nas próximas eleições pelo PSB, partido que simpatizo muito e que está em franca ascensão no Brasil” (Revista Tudo, 1988, p. 4).

O filho a que Chico B se referia é Ivan Oliveira Batista, que adotou o nome Ivan Batista para a eleição, em referência ao sobrenome de seu pai. Ele disputou a eleição que ocorreu no mesmo ano da entrevista supracitada, em 15 de novembro de 1988. Ivan Batista foi eleito vereador do município de Campina Grande pelo PSB, com 1.327 votos, o que certamente foi motivo de muito orgulho e felicidade para seu pai.

---

<sup>58</sup> O Partido Comunista do Brasil, com a sigla PCB, foi fundado em março de 1922 como uma organização política nacional. Em agosto de 1961. Desde sua criação, o PCB tinha como propósito principal promover a revolução proletária no Brasil e conquistar o poder político, visando a transição do sistema capitalista para o sistema socialista. Embora seja o partido mais antigo do país, o PCB passou grande parte de sua existência na ilegalidade. Sobreviveu a várias transformações político-institucionais no Brasil desde a década de 1920, assim como a crises internas que, em diversos momentos, levaram à saída ou expulsão de muitos de seus membros. Entre as crises mais notáveis estão a que resultou na fundação do novo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em 1962, as que deram origem a várias organizações de luta armada em 1968, e a que culminou na criação do Partido Popular Socialista (PPS) em 1992, atualmente intitulado de “Cidadania”. Tanto o PCdoB como o PCB da atualidade, reivindicam-se e afirmam-se serem o originário do PCB de 1922. Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil. **Partido Comunista do Brasil**. In *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 13 de julho de 2024.

<sup>59</sup> Entrevista concedida no dia 04 de dezembro de 2024.

Posteriormente, Ivan Batista foi suplente de vereador na eleição de 1992-1996, eleito vereador de Campina Grande em 1996-2000, reeleito em 2000-2004 e 2004-2006. Candidatou-se para Deputado Estadual da Paraíba em 2006, mas não foi eleito. Foi suplente de vereador de Campina Grande na eleição de 2008-2012, eleito vereador de Campina Grande em 2012-2016 e suplente de vereador de Campina Grande nas eleições de 2016-2020 e 2020-2024.

Por fim, Chico B é questionado se ele sentisse um homem realizado, e ele prontamente e risonhamente responde-te:

Sinto-me. Meus filhos estão todos criados, bem encaminhados na vida; sou muito bem casado, apesar de ainda dar meus pulinhos por fora, é que, mesmo com 84 anos de idade, tenho uma "nega", quer dizer, um "xodó" (gargalhada). E assim vou vivendo com muita saúde, fazendo inveja a muitos jovens por aí que não dão mais no couro (há, há, há, há) (Revista Tudo, 1988, p. 4).

Nesse contexto, o Camarada Dois destacou a seguinte questão sobre o perfil de Chico B: “Ah, era a mais aberta possível. Era... era muito aberta, muito. Ele era um homem muito, muito autêntico<sup>60</sup>,” e acrescentou: “(...) Ele, na sua juventude, era um comunista, ainda na época marxista, né? Marxista-leninista, admirador do processo soviético. E isso ele foi botando na cabeça da gente, que o proletário é quem tava certo e que o pobre precisava de apoio<sup>61</sup>.”

Já o Camarada Três pontuou:

“(...) Ele era uma pessoa humilde. Decorrente, nascido de uma família tradicional de Campina, a família Almeida Barreto. Mas ele era uma pessoa muito simples, muito humilde, muito pouco preocupado com... com progresso material. Ele sempre se preocupou muito com a política. Era um comunista romântico, romântico, que defendia aqueles princípios que, na época dele, eram defendidos com mais rigor pelas pessoas que tinham alta inteligência e valor de mais sentido<sup>62</sup>. (...)”

Este é um tópico que pode parecer deslocado, mas faz parte do esforço de honrar a memória daquele que os historiadores esqueceram na história política desta cidade, sobretudo para humanizá-lo. Frequentemente, observa-se uma tendência à idolatria extrema ou ao ódio absoluto em relação a grandes figuras comunistas da história mundial. Parece haver apenas duas escolhas: endeusá-los(as) ou odiá-los(as).

No entanto, muitas vezes se esquece que, por trás desses grandes homens e mulheres que dedicaram suas vidas à classe trabalhadora, existiam seres humanos com seus gostos, amores e aspirações por uma vida digna. Este tópico buscou justamente evidenciar o lado

<sup>60</sup> Entrevista concedida no dia 04 de dezembro de 2024.

<sup>61</sup> Ibid.

<sup>62</sup> Entrevista concedida no dia 14 de dezembro de 2024.

humano desse personagem de Campina Grande, resgatando aspectos que vão além da militância política.

### **3.1.1. Determinismo e experiência: Conceitos que moldaram a ideologia de Chico B e o debate sobre sua filiação/atuação no PCB-PB**

Como foi possível compreender no primeiro tópico desse capítulo, Chico B mantinha uma relação com o PCB sem qualquer vergonha ou medo. Na *Revista Tudo (1988)*, ele se identificava abertamente como comunista. Evidentemente, a revista faz referência às reminiscências de Chico B, considerando que a entrevista foi realizada em 1988. Nela, Chico B relata sua relação com amigos ligados ao PCB em 1961, ano em que se mobilizou para ser candidato a deputado estadual da Paraíba. Ou seja, há um intervalo de 27 anos entre sua tentativa de candidatura e a entrevista.

O PCB, de acordo com Waldir Porfírio (2003, p.13), surgiu em Campina Grande, devido à influência de alguns militantes operários e mecânicos que vieram de Recife para estabelecer uma oficina na cidade, conhecida como a Rainha da Borborema, na década de 1920.

O comunismo vem sendo pregado em Campina desde 1927. Naquele ano a sociedade União Geral dos Trabalhadores funcionava numa casa da Rua Progresso e, dirigida por uns mecânicos e pedreiros do Recife, era ostensivamente marxista de cujas idéias faziam aberta propaganda (Câmara, 1988 apud Porfírio, 2003, p. 2003).

Não há fontes que elucidem com exatidão em que momento Chico B se juntou às fileiras do PCB. Isso ocorre por três motivos. Primeiro, como boa parte da história do partido anterior à "redemocratização" do Brasil, em 1988, o PCB atuava na clandestinidade, o que dificultava a existência de fichas formais de filiação para seus militantes. O segundo motivo refere-se à grande dificuldade, tanto no PCB quanto no próprio PCdoB, de acessar documentações referentes aos filiados das décadas anteriores a 1990 — dificuldade está agravada pelas diversas dissidências que marcaram a trajetória do PCB. O terceiro fator diz respeito a uma mudança no acesso às informações do Tribunal Superior Eleitoral: anteriormente, era possível consultar a certidão de filiação partidária, mas essa possibilidade foi restringida em 19 de junho de 2019, quando o TSE limitou a publicidade da relação de filiados em cumprimento à Lei Geral de

Proteção de Dados (LGPD)<sup>63</sup>. Esse último ponto é especialmente relevante para a verificação de uma eventual filiação de Chico B após 1988.

Durante as entrevistas realizadas por meio da História Oral sobre Chico B, os entrevistados apresentaram declarações divergentes que geraram questionamentos ao longo desta pesquisa. Os principais problemas identificados referem-se à sua filiação ao PCB, especificamente à sua atuação ou possível não atuação no partido. As opiniões dos entrevistados variaram: O Camarada Um, afirmou que Chico B ajudou a construir o PCB, mas acabou sendo expulso. O Camarada Dois, declarou que ele era membro do partido, mas não participava ativamente de sua organização. O Camarada Três, entrevistado disse que Chico B nunca chegou a ser filiado ao PCB. Por fim, o Camarada Quatro informou, que não era de Campina Grande antes de 1980, afirmou desconhecer sua atuação anterior a essa década, mas destacou que Chico B esteve envolvido na reconstrução do PCB nos anos 1980, participando ativamente das reuniões de reconstrução do PCB na cidade.

As variadas fontes, quando analisadas com precisão, podem contribuir significativamente para a construção de um caminho que explique a ligação de Chico B com o PCB. O que merece destaque é a afirmação de que Chico B não era militante do PCB. Ainda assim, é relevante considerar algumas informações oriundas das fontes orais sobre sua atuação ou possível não atuação no PCB, a fim de compreender melhor as diferentes percepções sobre sua trajetória política.

O Camarada Três, pontuou a seguinte questão, em relação a filiação de Chico B ao PCB de Campina Grande:

“Não, ele nunca se filiou a um partido, não. Ele nunca se filiou a partido. Meu pai era um homem independente. Ele não gostava de ter obrigação com nada. Ele era barbeiro, começava a discutir com um cara, se o cara contrariar essa ideia dele, ele mandava o cara terminar a barba dele em outro canto e fechava a conversas com o cara. Mas era muito, muito, muito querido. Muito!”<sup>64</sup>

O Câmara Três, reforçou:

“Ele era uma... aceitava as coisas do... ele acreditava na revolução proletária. Ele não acreditava em outra coisa. Ele só acreditava é que era na revolução que podia resolver o problema dos pobres, mas ele não obedecia a um partido. Ele não aceitava nenhum ato do partido de violência. E você sabe que o partido, antigamente, o Partido Comunista, tinha movimentos muito perigosos, né? Por quê? Porque sofria também

---

<sup>63</sup> **TSE limita acesso a dados de filiados de partidos políticos.** G1. 23 ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/08/23/tse-limita-acesso-a-dados-de-filiados-a-partidos-politicos.ghtml>. Acesso em: 15 maio 2023.

<sup>64</sup> Entrevista concedida no dia 14 de dezembro de 2024.

uma pressão de um partido ilegal. (...) Apesar de que, no meu entender, as perseguições sempre foram mais criações em termos da religiosidade, do que de fato, né? Nunca a gente constatou aqui um ato, assim, do Partido Comunista naquela época, de fechar a igreja, de comer criança. De fazer... isso era uma coisa. Eu tinha uma professora mesmo, que eu não vou dizer o nome dela, ela foi quem fez os dez mandamentos dos comunistas. Era um absurdo os dez mandamentos! Então, eu, realmente, acompanhava tudo isso e ouvia muito. Ele lia a *Voz Operária*, que era o jornal do Partido Comunista. (...) Ele tinha alguns livros, os jornais, ele tinha leituras que falavam sobre o Partido Comunista (...) Ele lia pra mim. Ele era casado com uma mulher altamente religiosa. (...) Mas ela nunca aceitou as ideias, porque ela era religiosa. Ela acreditava que tudo era aquilo que o pessoal dizia naquela época do partido (...)"<sup>65</sup>

A afirmação de que Chico B não teve participação ativa na construção do PCB é refutada tanto por sua própria entrevista à *Revista Tudo (1988)*, na qual ele declara enfaticamente sua atuação no partido, como já analisado, quanto pelos documentos do IPM-PB (1964), mencionados no Capítulo 3 desta pesquisa, que evidenciam sua vinculação ao PCB. Além disso, outras fontes orais também contestam essa afirmação. Curiosamente, o próprio Camarada Três menciona os jornais e livros do partido que Chico B costumava ler e descreve sua forte ligação com amigos comunistas que frequentavam sua casa. São muitas coincidências que reforçam, cada vez mais, sua real atuação dentro do partido.

Em relação a atuação de Chico B ao PCB, o Camarada Dois, pontua:

“Não, essa pergunta eu não sei. Eu sei que ele é do Partido Comunista. (...) ele... ele pregava muito, mas ele... ele não era... ele não participava ativamente. Ele tinha, ele constituiu uma família grande: neto, 8 filhos vivos e 8 morreram. Ele era barbeiro. Então, ele... a gente até criticava um pouco porque ele fazia pregação muito grande, né? Mas fazia em casa, né? Pros amigos que chegava ele não era, acho que ele não era de rua, de tá fazendo movimento de rua. Acho que nunca, não.”<sup>66?</sup>

Já o Camarada Um pontua: “Eu conheci Chico B num bar. Chico já tinha sido excluído do partido, ele não fazia parte do partido, mas ele era comunista, se dizia comunista. Comunista era um homem inteligente, etc., e Chico era um tipo popular.”<sup>67</sup> Ao longo da entrevista, o Camarada Um enfatizou fortemente que Chico B havia sido expulso<sup>68</sup> do partido. Ele, que participou da construção do PCB durante a década de 1950, afirmou que a expulsão de Chico B teria ocorrido antes de sua entrada no partido. Contudo, ele ressalta que desconhece os

<sup>65</sup> Ibid.

<sup>66</sup> Entrevista concedida no dia 04 de dezembro de 2024.

<sup>67</sup> Entrevista concedida no dia 03 de dezembro de 2024.

<sup>68</sup> De acordo com Waldir Porfírio (2003, p.111), houve uma expulsão de militantes do PCB em massa no início da década de 1950, através da direção estadual do PCB da Paraíba, que foi popularizada por meio de um panfleto intitulado "Ao Povo Paraibano". Esse documento oficializou a expulsão dos seguintes militantes: Edvaldo Souto Câmara, Manuel Cavalcanti da Silva, Otávio Leal de Brito, Honório de Oliveira, Felix Araújo, Severino Ribeiro, José de Oliveira Ramos e Adalgício dos Santos.

motivos da expulsão: “Não, eu não sei por que Chico... Eu nasci em 1937, quer dizer, Chico era da Velha Guarda.<sup>69</sup>”

No entanto, o Camarada Quatro traz um fato interessante que pode contribuir para a compreensão das circunstâncias que levaram possivelmente levaram a expulsão de Chico B:

Os outros porque você tinha um sistema de cobrança interna muito grande. Essa organização partidária leninista ela tem um nível de cobrança que é um negócio que, às vezes, abala as pessoas e teve uma época que o PCB nos anos 1950 passou por uma fase de moralismo, moralismo e conservadorismo. Então, quem vivia com uma mulher era obrigado a casar, tinha que ser os padrões, não podia ter homossexual, não podia... E Chico não se enquadrava nos padrões. Tem uma história horrível. Foi o único que me relatou, um militante antigo, um dirigente antigo que relatou que conservou na cabeça dele esse conservadorismo, impressionante como esse negócio era forte, enraizado, foi enraizado ideologicamente. Então, o seu padrão de comportamento familiar/amoroso era ditado pelo partido. Era uma estrutura stalinista centralizada mesmo. Então, eu tenho a impressão que Chico sofreu com isso. Primeiro porque ele não era tarefeiro, ou seja, não era um cara que tava disposto o tempo todo... Vá distribuir panfleto, vá fazer... Porque às vezes o caba chegava: “você vai pra João Pessoa agora fazer a panfletagem lá”. E o caba tinha que ir. Quando eu conversava com ele, ele disse “não, mas, é a tarefa eu recebi a tarefa, eu tenho que cumprir”. “Oxente, Hermano, tá estranhando o quê? Que eu fiz isso? Mas era uma tarefa, eu tinha que fazer”. Sabe? Tinha problema lá em João Pessoa, com a repressão, aí pegava o pessoal de Campina que não era conhecido pela repressão de João Pessoa e mandava pra João Pessoa pra fazer a panfletagem lá e fazia o inverso pegava o pessoal de João Pessoa e trazia pra Campina ou pra Patos, sei lá. Então, havia esse controle mesmo, eu acho, eu tenho a impressão, nunca conversei sobre isso, que um dos problemas com Chico foi esse, os dois problemas que você falou: ele não era tarefeiro, realmente era um bon vivant, namorador, não é, daí o apelido de Chico B.<sup>70</sup>

O Camarada Quatro discorre sobre a rigidez adotada pelo PCB em relação aos seus militantes durante a década de 1950, ao ponto de o partido intervir na vida privada de seus membros, determinando, por exemplo, se deveriam ou não se casar. O entrevistado também descreve que Chico B não se enquadrava no perfil de militante que dedicava total disponibilidade ao PCB, razão pela qual não era considerado um “tarefeiro” — termo utilizado para designar militantes que cumprem inúmeras tarefas dentro do partido.

O Camarada Três, que contraditoriamente afirmou que Chico B não era militante do PCB, destacou que Chico B falava: “Agora, nunca foi, ele dizia que não era tarefeiro. Não fazia tarefa pro partido. Não fazia tarefa pro partido<sup>71</sup>”. Essa questão em relação a ser tarefeiro, perpassa por questões de disponibilidade de tempo. Chico B possuía 8 filhos, e não era oriundo da classe média, e como descrito anteriormente, as camadas populares sofriam inúmeras dificuldades em Campina Grande.

<sup>69</sup> Ibid.

<sup>70</sup> Entrevista concedida no dia 24 de janeiro de 2025.

<sup>71</sup> Entrevista concedida no dia 14 de dezembro de 2024.

Diante disso, existe a possibilidade de essa expulsão ter ocorrido com base nesses dois motivos: ausência de disponibilidade para cumprir as tarefas do partido e uma vida social fora dos padrões estabelecidos pelo conservadorismo do PCB. No entanto, não há fontes empíricas suficientes para afirmar que essa expulsão de fato ocorreu.

De acordo com Waldir Porfírio (2003, p. 111), houve uma expulsão em massa de militantes do PCB no início da década de 1950, promovida pela direção estadual do PCB da Paraíba. Esse episódio foi popularizado por meio de um panfleto intitulado "Ao Povo Paraibano", que oficializou a expulsão de Edvaldo Souto Câmara, Manuel Cavalcanti da Silva, Otávio Leal de Brito, Honório de Oliveira, Felix Araújo, Severino Ribeiro, José de Oliveira Ramos e Adalgício dos Santos, sendo os dois últimos oriundos da cidade de Mamanguape, enquanto os demais eram de Campina Grande. O nome de Chico B não foi encontrado nesse documento, o que pode indicar que ele não foi expulso nessa época. Paralelamente, destaca-se que Chico B era um grande admirador de Felix Araújo, a ponto de batizar seu filho, nascido em 1947, com o nome de Felix Araújo.

A alegação da expulsão de Chico B, contudo, não pode ser contestada nesta pesquisa, pois há indícios de um afastamento, principalmente oriundo da direção municipal do PCB em relação as disputas eleitorais de Chico B. Desde sua tentativa de candidatura a deputado estadual da Paraíba, em 1962, Chico B. não contou com orientação partidária. Sua campanha ocorreu de forma espontânea, sem direcionamento do PCB. No entanto, de forma paradoxal, militantes do partido participaram ativamente da construção de sua candidatura por meio do Comitê Popular de Chico B. Já em sua candidatura a vereador, em 1963, o processo seguiu a mesma lógica: foi uma candidatura espontânea, mas, desta vez, sem o envolvimento de militantes do PCB em sua organização.

Porém, a alegação da expulsão de Chico B do PCB acaba perdendo firmeza, pois é perceptível que ele continuou atuando no partido, como será analisado no último capítulo desta pesquisa. É possível que tenha havido uma ausência de reconhecimento de Chico B enquanto militante do PCB, imposta apenas pelos membros do Comitê Municipal e do Comitê Estadual do partido, ou seja, pelas suas estruturas organizativas. No entanto, dentro das estruturas de base, como as células partidárias, há indícios de que Chico B continuou atuando na construção do partido.

Sobretudo, o que se indica é que, de forma generalizada, havia duras críticas à direção municipal do PCB em Campina Grande, devido às suas posturas autoritárias e burocráticas, conforme apontado por Aued (2006, p. 334). Conforme descrito no Capítulo Três, que pode ser

analisado posteriormente, um documento do Serviço Nacional de Informações (SNI), datado de 1983, contém o prontuário de José Pereira dos Santos.

Nele, é relatado que, em 16 de novembro de 1964, Peba informou sobre a existência de uma Frente Popular Campinense com viés comunista, que integrava o PSB devido à clandestinidade do PCB. Essa frente estava dividida em duas alas: uma liderada pelo próprio Peba e outra por Oliveiros Cavalcanti de Oliveira, ambas compostas por militantes do PCB. Com fortes indícios que Chico B tivesse ligação maior com a ala de Peba, junto com Usiel do Vale, que de acordo com o Camarada Três, Usiel do Vale era praticamente vizinho de Chico B e ambos possuíam uma ótima relação de amizade.

Isso pode indicar que, apesar das divisões internas, o PCB continuava sendo essencialmente o mesmo partido. Não se trata, evidentemente, de um racha, mas sim de um reflexo da falta de centralidade na direção municipal, que, segundo as informações disponíveis, era liderada por Oliveiros Cavalcanti de Oliveira.

No fim, a direção do PCB mantinha-se desconectada do PCB nacional. A própria direção estadual e municipal não seguia as orientações do Comitê Nacional do PCB, o que levanta questionamentos sobre o alinhamento da base do partido em Campina Grande, tornando improvável que houvesse qualquer direcionamento efetivo.

Ao que parece, a postura abstencionista que o PCB adotava nacionalmente nos pleitos eleitorais durante a vigência do Manifesto de Agosto, não encontrou muito eco na sua seção paraibana. No mesmo ano de 1950, quando o PCB optou por votar nulo nas eleições presidenciais, na Paraíba, os comunistas lançaram a candidatura de Luiz Bernardo, do Comitê Estadual, para deputado estadual pela legenda do PSP e apoiaram José Américo para governador do estado (Silva, 2002, p. 128).

Em suma, ao que tudo indica, Chico B pode ter sofrido retalhações no PCB, em decorrência do autoritarismo do Comitê Municipal do Partido, o Camarada Um, pontua:

“Chico era um militante. Agora ao mode dele, o partido era muito rigoroso, muito linha dura, nessa... Não compactuava com a cachaça de Chico, nem Uziel do Vale que era amigo de Chico, foi vereador em Campina aqui pela UDN. O partido, a direção do partido aqui era muito rígida, os stalinistas<sup>72</sup>.”

Mas, possivelmente, essa expulsão não ocorreu efetivamente. Chico B continuou participando da construção do PCB à sua maneira e dentro das possibilidades que lhe eram acessíveis. Em decorrência das possíveis retaliações que Chico B sofria internamente no PCB, é possível que ele tenha se afastado parcialmente do partido, limitando-se a realizar tarefas

---

<sup>72</sup> Entrevista concedida no dia 03 de dezembro de 2024.

dentro de sua célula partidária. Conforme descrito no Capítulo 3, há indícios de que ele estivesse vinculado à Célula Frei José Amorim, em Campina Grande.

Dessa forma, é possível compreender a afirmação do Camarada Dois, citada anteriormente, ao relatar que Chico B. não era tão atuante no partido. No entanto, diante dos fatos apresentados, é impossível desvincular Chico B do PCB. Assim, esta pesquisa reafirma sua participação no partido em Campina Grande.

Agora a questão é, como Chico B conheceu o PCB? Chico B afirma que seus amigos eram: “A nossa turma que se juntava sempre, era a turma de comunistas, turma do PC<sup>73</sup> partido que vivia na “ilegalidade” na época. Eram integrantes desse partido: Figueiredo Agra, José Peba, Uziel do Vale, Oliveiros Oliveira, finado Louro, José Vasconcelos, Agnello Amorim [...]” (Revista Tudo, 1988, p.4), faziam parte do PCB, como pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 4 - Militantes do PCB de Campina Grande – PB, profissões e células<sup>74</sup> que faziam parte em 1945

NOME	PROFISSÃO	CÉLULA
Felix Araújo	Estudante de direito	Frei José Amorim
Oliveiros Oliveira	Comerciário	Frei José Amorim
Agnelo Amorim	Advogado	Frei José Amorim
José Peba	Sapateiro	Frei José Amorim
Cláudio Agra Porto	Advogado	Frei José Amorim
Euclides Carolino	Bancário	Frei José Amorim
Felipe Gusmão	Sapateiro	Frei José Amorim
Uziel Valle	Ourives	Centro
Figueiredo Agra	Advogado	Centro
Evaldo Cunha	-	Centro
Octávio Leal de Brito	Viajante	Centro
Nicodemus Henrique	Comerciante	Centro
Manoel Monteiro	Gráfico	Centro
Francisco de Andrade Lima	Comerciante	Nicolau da Costa*
Francisco Pereira	Comerciante	Nicolau da Costa*
João Cícero	Gráfico	Nicolau da Costa*
José Praxedes	-	Nicolau da Costa*
José Pereira de Araújo	Mecânico	Nicolau da Costa*
Francisco Reis	Técnico de maquinas	Nicolau da Costa*
José Guedes	Mecânico	Nicolau da Costa*
Miúdo Guedes	Mecânico	Nicolau da Costa*

<sup>73</sup> PC era a sigla referente ao Partido Comunista do Brasil.

<sup>74</sup> Sobre o conceito de “célula”, Waldir Porfírio (2003, p. 98), acrescenta: “Uma das coisas que distingue o Partido Comunista do Brasil de outras agremiações partidárias, além dos princípios ideológicos e políticos, é a sua forma de organização. Os comunistas agrupam-se em células instaladas nas atividades profissionais, escolas ou bairros, obedecendo ao centralismo democrático (quando a vontade da minoria é submetida à vontade da maioria e os organismos inferiores – ou instâncias partidárias - são submetidos às decisões e orientações dos órgãos dirigentes superiores).” In: SILVA, Waldir Porfírio da. **Bandeiras Vermelhas: A Presença dos Comunistas na Paraíba de (1900 a 1960)**. A União, 2003.

Joaquim Dantas	Sapateiro	Nicolau da Costa*
Nicomedes Menezes	Comerciante	Miguel Cardoso**
Joaquim Tavares	Alfaiate	Miguel Cardoso**
João da Mata	Pedreiro	Miguel Cardoso**
Edvaldo Solto Câmara	Alfaiate	Miguel Cardoso**
Joaquim do Peixe	Peixeiro	Miguel Cardoso**
Celestino Garçom	Garçom	Miguel Cardoso**
Antônio Bodo	-	Frei Caneca***
Gabriel Nunes	Pedreiro	Frei Caneca***
Orlando Bocaleri	Pedreiro	Frei Caneca***
Carlésio	Alfaiate	Frei Caneca***
Sebastião Gonçalves	-	Frei Caneca***

**Legenda:**

\* Célula localizada no Bairro São José em Campina Grande.

\*\* Célula localizada no Bairro José Pinheiro em Campina Grande.

\*\*\* Célula localizada no Bairro da Estação velha em Campina Grande.

**Fonte:** (Aued, 2006, p. 192).

No Quadro 4, o nome de Chico B não foi encontrado, mas há a presença de militantes que Chico B na Revista Tudo (1988) afirma serem seus amigos e alguns inclusive fizeram parte do seu comitê popular para tentativa da “candidatura” de Deputado Estadual da Paraíba em 1961, como será debatido no próximo tópico deste capítulo. A ausência do nome de Chico B pode ser explicada, José Peba afirmou em entrevista ao Prof. Dr. Faustino Teatino Cavalcanti Neto (2006) que os dados de Aued (2006) não são precisos, pois sua célula possuía mais de 20 membros, mas Aued (2006) mencionou apenas 7 membros (Cavalcanti Neto, 2006, p. 18). Não existindo a data precisa da sua filiação, cabe a hipótese de que Chico B conheceu o PCB através de um espaço de socialização: sua barbearia.

Como é de ciência, Chico B possuía uma barbearia que era localizada na sua própria casa, no Largo da Luz. Cid Pereira (2017), estudou a relação dos barbeiros em Campina Grande durante as décadas de 1960 até 1980, suas memórias, vidas e seus trabalhos. Ele elucida o espaço da barbearia além de um espaço onde homens vão cortar seus cabelos ou fazer a barba, ele inclui:

Assim é a rotina na barbearia: abundância de trabalho e muita conversa. Em dado momento, o ambiente nem parece um espaço de sobrevivência, isto pela quantidade de homens que se dirigem até lá com a intenção de trocar experiências com o barbeiro. Dessa forma, aos poucos, o espaço vai se transformando em um local de sociabilidade, cujo mestre-sala é o velho barbeiro. É ele quem comanda e intermedia a conversa que rola solta o dia todo. Enquanto um trabalha, os demais ficam a observar e, às vezes, tomam até o tempo do barbeiro com perguntas e gracejos (Pereira, 2017, p. 58).

O Camarada Três, pontua a seguinte questão em relação a Barbearia de Chico B:

“(…) ele era barbeiro, (…) Ele tinha uma convivência muito grande com as pessoas que estavam começando a vida. Então, com esse povo ele foi adquirindo. Ele foi

adquirindo com operário, com trabalhadores que tinham as ideias mais solidificadas, de um posicionamento partidário. E foi adquirindo tudo isso, começou a ser conhecido. Ele sempre gostava de conviver com pessoas mais jovens.”

Ou seja, é plausível elucidar que a barbearia tenha sido um dos locais onde Chico B conheceu o PCB, através dos diálogos e conversas com membros do PCB que frequentavam seu estabelecimento, já que ele era um barbeiro bem conhecido no município de Campina Grande. Há outro fato muito importante, que reforça essa hipótese, Josué Sylvestre (1988) destacou Chico B como “conhecido de inclinações esquerdistas e grande curiosidade para ouvir conversas de intelectuais e políticos” (Sylvestre, 1988, p. 327).

Wallace Figueirêdo, escreve para o Jornal *O Rebate*<sup>75</sup> (1960), em 08 de junho de 1961, a seguinte questão, sobre Chico B [...] homens que perde uma noite de sono para estar junto aos intelectuais jovens e cheios de vida, colhendo deles as últimas da ciência, acompanhando-lhes no mergulho ao pego das atrevidas teses socialistas que atraem espíritos puros sedentos de progresso [...] (O Rebate, 1961, n.p).

Chico B sempre estava atento para ouvir e, conseqüentemente, aprender. Isso fortalece a hipótese de que, através da sua barbearia, ele tenha conhecido as ideias marxistas elucidadas por algum ou alguns membros do PCB e tenha se agradado, ao ponto de despertar seu interesse.

Nesse aspecto, surge outra questão a ser considerada: ouvir é fácil, acreditar no que se ouve é outra história. Chico B vivenciou, em sua infância, juventude e fase adulta, todo o processo de desenvolvimento econômico de Campina Grande. Ele presenciou a crise econômica do algodão e as novas medidas de industrialização da cidade. Na década de 1930, por exemplo, Chico B tinha 23 anos. Nessa década específica, Milton Coura descreve em sua publicação no jornal *O Semanário* de 15 de setembro de 1961, como conheceu Chico B: “Eu o conheci desde 1935 e 1936, quando a maior onda de reação fascista conhecida neste país foi descarregada nos ombros dos jovens nordestinos” (O Semanário, 1961, n.p).

A colocação de Milton Coura (1961) elucidada o possível início da atuação militante de Chico B desde sua juventude. Na data citada, Chico B tinha cerca de 28 anos de idade. Esse fato, além de ser o possível início de sua atuação política, aliado à vivência em um município em constante desenvolvimento econômico que não beneficiava as camadas populares, evidencia sua experiência e, conseqüentemente, sua consciência de classe.

Thompson (2012, p. 274) aponta que, em um processo histórico real, os sujeitos percebem a sociedade estruturada por meio das relações de produção, identificando os conflitos

---

<sup>75</sup> "*O Rebate*," um jornal com o subtítulo “Órgão Proletário de Interesses Regionais,” foi fundado por Luiz Gil de Figueiredo, Pedro D’Aragão e Eurípedes de Oliveira em Campina Grande em 1932.

entre os interesses antagônicos das camadas populares e dos detentores dos meios de produção. No caso específico de Campina Grande, Chico B observava como as grandes indústrias de algodão estavam exclusivamente preocupadas com seus lucros, enquanto os trabalhadores enfrentavam condições precárias de trabalho e moradia. Além disso, a gestão municipal, embora fosse recordista na arrecadação de impostos no estado, não destinava os recursos para atender às demandas das camadas populares.

Thompson (2012) argumenta que, por meio da experiência, ao perceberem de forma empírica, inevitável e contínua as condições sociais em que vivem, os indivíduos desenvolvem a consciência de classe. Para o autor, essa consciência representa o último estágio de um processo histórico, ressaltando que sua formação não segue um modelo mecânico ou literal. Isso se alinha à sua afirmação de que a consciência de classe surge na última instância do processo histórico real. Nesse sentido, Marx (2008) discorre:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (Marx, 2008, p. 47).

A experiência e, conseqüentemente, a consciência de classe foram essenciais para Chico B. Afinal, sua realidade concreta — a pobreza e o descaso com as camadas populares de Campina Grande — afetava diretamente não apenas a ele, mas também sua família e seus amigos. Ao se aproximar das teses socialistas, Chico B passou a perceber que o sistema vigente não contemplava os anseios e demandas populares. Além disso, analisou que o contexto no qual estava inserido não oferecia outra perspectiva além da violência sofrida por seu povo (classe trabalhadora) e da política mesquinha, que não promovia mudanças reais para os mais pobres.

A partir da leitura da realidade em que estava inserido, Chico B, ao formar sua consciência de classe e ingressar nas fileiras do PCB, decidiu construir uma resposta coletiva. Assim, colocou seu nome à disposição para representar os mais pobres na Assembleia Legislativa da Paraíba, concorrendo à eleição para deputado estadual em 1962 e, posteriormente, para a Câmara de Vereadores de Campina Grande, na eleição de 1963. Nessa perspectiva, surge seu grande lema, declarado por ele em 1961, quando tentou viabilizar sua

candidatura a deputado estadual da Paraíba, afirmando: “Minha candidatura é ditada por um determinismo histórico” (O Semanário, 1961).

Minha candidatura é ditada por um determinismo histórico. É a ascensão das classes humildes, desprotegidas, sacrificadas, chateadas. Não tenho compromissos com a burguesia. Admiro Deus e respeito a Satanaz”. Meu símbolo é uma tesoura, para rasgar a máscara dos que nada fazem pelo povo (O semanário, 1961).

A partir dessa frase, compreende-se que Chico B expressa o conceito de "determinismo histórico". Mais do que apenas demonstrar uma compreensão do marxismo, é fundamental elucidar o impacto dessa afirmação. Na perspectiva marxista, a história não é determinada de maneira absoluta, mas sim influenciada por fatores materiais e estruturais. O conceito de determinismo está presente nessa análise, conforme elucidado por Friedrich Engels (1890) em uma carta escrita para Joseph Bloch. Nela, Engels (1890) explica:

De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia [...] Nós mesmos é que fazemos a história, mas o fazemos sob condições e suposições definidas. Entre estas, os determinantes econômicos são, ultimamente, decisivos. Mas mesmo as condições políticas, etc., e mesmo tradições que assombram as mentes humanas também desempenham o seu papel, embora não sejam decisivos (Engels, 1890, n.p).

Engels (1890) explica que as condições econômicas constituem a infraestrutura, ou seja, a base da sociedade. No entanto, diversos outros fatores da superestrutura também exercem influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, podem até predominar na determinação de sua forma. Quando Chico B afirma que sua "candidatura" foi "ditada" por um "determinismo histórico", ele sintetiza, ainda que indiretamente, os problemas estruturais de Campina Grande, revelando as contradições e desigualdades que marcavam a realidade da cidade.

A afirmação de Chico B reflete o descaso com os trabalhadores, o abandono dos bairros populares, as condições insalubres de trabalho e, sobretudo, a influência da infraestrutura, caracterizada pela presença de grandes empresas exploradoras, cujas riquezas não eram revertidas para o desenvolvimento da região. Dessa forma, ao enunciar essa frase, Chico B declara que a análise da totalidade foi o que determinou sua “candidatura”.

É importante salientar que essa interpretação sobre o conceito de determinismo histórico feito anteriormente a respeito do conceito para Chico B não se baseia em um deslocamento histórico. Afinal, esta pesquisa mantém um compromisso com a lógica histórica, conforme

apontado por Thompson (2021, p. 47), que destaca a necessidade de cautela na utilização de conceitos, uma vez que estes não podem ser engessados ou aplicados à realidade histórica como se fossem superiores aos acontecimentos. Os conceitos, assim como a teoria, devem ser capazes de abarcar a realidade histórica em sua totalidade, garantindo uma análise que respeite a complexidade do contexto em que foram formulados.

Nesse contexto, a interpretação (do autor) do conceito de “determinismo histórico”, conforme expressado por Chico B, deriva de sua própria leitura da realidade que vivenciou. Como já foi possível compreender, Chico B era, de fato, um comunista, e incluiu que possuía conhecimento das teorias marxistas, como apontou Camarada Dois:

“Ele lia... Ele lia tudo que tinha. E tinha mais uma coisa, quando ele pegava e ele ficava em pé. Lendo em pé, às vezes na frente da televisão. (...) Aí ele ficava lendo. Ele lia muito, ele lia tudo. Ele leu o livro de Gandhi, leu o livro... não sei se ele chegou a ler completo O Capital, de Marx. Não sei! Mas ele... ele lia, ele era um homem que lia e acompanhava todos os movimentos. Que, naquela época, era um dos movimentos muito restritos, né? Muito restritos.”<sup>76</sup>

Paralelamente, Camarada Um afirmou que a frase na qual Chico B emprega o conceito de “determinismo histórico” foi, de fato, dita e elaborada por ele. O entrevistado ainda ressalta: “Chico tinha apreendido e aprendido todos os chavões da dialética.”<sup>77</sup> Dessa forma, compreende-se que Chico B possuía uma noção do termo utilizado, ainda que sua interpretação não possa corresponder exatamente à concepção fornecida por Engels (1890), conforme discutido anteriormente. No entanto, sua formulação seguia a mesma linha de raciocínio, demonstrando uma compreensão própria e contextualizada do conceito.

### 3.2. A INDIFERENÇA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DA PARAÍBA: A INAÇÃO NA RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DAS CAMADAS POPULARES DE CAMPINA GRANDE (1960-1962)

Dentro deste âmbito, questiona-se: onde estava a atuação em Campina Grande dos deputados estaduais da Paraíba? Além da atuação dos vereadores e da gestão de Cabral, questiona-se sobre este fato porque, dos 40 deputados estaduais da Paraíba, 7 foram eleitos com uma forte votação ou eram residentes de Campina Grande, como é possível ver na tabela abaixo:

<sup>76</sup> Entrevista concedida no dia 04 de dezembro de 2024.

<sup>77</sup> Entrevista concedida no dia 03 de dezembro de 2024.

Tabela 8 - Votação dos Deputados Estaduais eleitos com esquema eleitoral ou residentes em Campina Grande – 1958

NOME	VOTOS EM CAMPINA GRANDE	VOTAÇÃO TOTAL
Severino Bezerra Cabral	3.942	4.050
Álvaro Gaudêncio de Queiroz	1.051	3.142
Francisco de Paula Barreto Sobrinho	372	2.995
Petronio Ramos de Figueiredo	1.945	2.943
Manoel Figueiredo	2.199	2.939
Antônio Vital do Rego	1.338	2.691
Raymundo Asfora	1.590	1.972

Fonte: Tabela feito pelo autor com base nos dados de Josué Sylvestre, 1988, p. 155.

Os Deputados Estaduais foram eleitos em 3 de outubro de 1958 para a Assembleia Legislativa da Paraíba, com mandatos que se estenderiam de 1959 a 1963. É crucial analisar a atuação desses deputados em relação a Campina Grande e entender quem eram eles, considerando os diversos problemas enfrentados pelos trabalhadores no município durante esse período.

Dentre esses, destaca-se a típica prática populista de Severino Cabral, que durante sua gestão possuía um escritório na Rua Augusto Severo. Esse escritório tinha como objetivo atender às demandas da sociedade campinense através do "Centro Político Severino Cabral", que, em tese, funcionava como um "fichário". Os campinenses podiam recorrer a esse centro para conseguir algo de interesse, desde que se encaixassem nas características estabelecidas pelo "Centro Político" e possuíssem o título de eleitor.

O fichário apresentava os seguintes campos para ser preenchido: nome da rua, nome do indivíduo, se possuía casa própria, quantos eleitores havia na família, seção e zona eleitoral, acompanhante político (cabo eleitoral) e observações (Sylvestre, 1988, p. 299-203). Quando foi eleito prefeito de Campina Grande em 1959, é perceptível a distribuição de terrenos doados gratuitamente para várias associações, como a Associação de Enfermeiras, a Associação dos Servidores Públicos Municipais, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, o Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar, a Associação de Enfermeiros Práticos e o Centro Social do Tambor (Ibid, 1985, p. 206).

Álvaro Gaudêncio de Queiroz, ex-prefeito de São João do Cariri em 1923, conforme destacado por Moreira (2012, p. 90), era filho do antigo coronel e chefe político Manuel Gaudêncio Correia de Queiroz e de Maria José Correia de Queiroz. Oriundo da Família

Gaudêncio Queiroz, que possuía forte influência no município de São João do Cariri através de uma oligarquia familiar bem estabelecida, ele também obteve votos majoritários em Campina Grande, além de 1.603 votos em seu município natal, São João do Cariri. Sua atuação em Campina Grande, especificamente nesse recorte histórico é nula, há registro de sua aparição possivelmente entre 1961 ou 1962 (data imprecisa), em um encontro político na sorveteria Flórida que ficava na esquina da Venâncio Neiva com a Cardoso Vieira, com a presença de Severino Cabral (sentado à esquerda), o governador da Paraíba Pedro Gondin (de pé) e, por trás, o Major Veneziano Vital do Rego. Álvaro Gaudêncio de Queiroz (o deputado está à direita da foto com metade do rosto cortado pela imagem) como pode ser visto abaixo:

Figura 2 - Encontro político em Campina Grande - data imprecisa



Fonte: Retalhos de Campina, 2012<sup>78</sup>

Petrônio Ramos Figueiredo e Manoel Figueiredo, também nesse recorte temporal, não apresentaram nenhuma realização para auxiliar os trabalhadores de Campina Grande. Contudo, apresentam algo em comum: são primos. Petrônio Ramos Figueiredo era filho de Argemiro de Figueiredo, que na época era ex-governador do estado da Paraíba (1935-1940), deputado federal (1º mandato - 1946 até 1950, 2º mandato de 1950 até 1954) e senador da república (1955-1962). Manoel Figueiredo era seu sobrinho. De acordo com Sylvestre (1988, n.p), Argemiro de Figueiredo divulgou um panfleto na campanha eleitoral em 1958, solicitando votos para seus

<sup>78</sup> Disponível em: <https://cgretalhos.blogspot.com/2010/07/memoria-fotografica-encontro-politico.html> . Acesso em: 20 de mai. de 2024

parentes, “Confio, enfim, que sufragareis os nomes de Manoel Figueiredo e Petrônio Ramos Figueiredo para deputados estaduais. São eles conhecidos de todos os campinenses, com serviços prestados ao povo e de intransigente lealdade à minha pessoa e ao meu Partido”.

Já o deputado estadual Antônio Vital do Rego, era de uma família influente, ele era filho de Veneziano Vital do Rêgo, deputado estadual conhecido como Major Veneziano, e de Vicentina Figueiredo Vital do Rêgo. Sobrinho do ex-governador e senador Argemiro de Figueiredo, e primo de Petrônio Figueiredo. No recorte temporal destacado, também não há relatos de atuação deste deputado em Campina Grande.

De acordo com o Blog Retalhos Históricos de Campina Grande (2011), Raymundo Asfora, em 1952, retornou a Campina Grande e assumiu a Secretaria de Serviço Social na gestão do prefeito Plínio Lemos. Sua atuação na administração municipal o levou a ser eleito vereador pelo PTB em 1955, tornando-se líder da oposição ao prefeito Elpídio Josué de Almeida, com mandato até 1959. Paralelamente ao trabalho legislativo, ele se destacou na prática forense. Considerado um dos maiores tribunos de Campina Grande, foi aclamado como o advogado mais popular em 1957, graças à sua atuação em grandes júris populares. Em 1958, foi eleito deputado estadual pelo PSB. Durante seu mandato, apresentou um projeto de lei que nomeou a Assembleia Legislativa como Casa Presidente Epitácio Pessoa.

Ao analisar esses deputados, eleitos majoritariamente com o apoio dos trabalhadores de Campina Grande, percebe-se que, em sua maioria, foram eleitos e, em alguns casos, reeleitos graças à influência de suas famílias. Essas famílias mantêm ou mantiveram uma relação extremamente contraditória com os trabalhadores urbanos e rurais: atendem a reivindicações mínimas que não podem sequer ser consideradas direitos sociais, baseando-se em uma política que atende a pedidos miseráveis das camadas populares. Isso ocorre porque esses deputados serviam aos interesses da burguesia, mas não queriam perder o apoio das camadas populares.

Na tabela abaixo, pode-se observar, os demais deputados estaduais eleitos na Paraíba na eleição de 1958:

Tabela 9 - Os Deputados Estaduais eleitos na Paraíba na eleição do dia 03 de outubro de 1958

CANDIDATO	PARTIDO/COLIGAÇÃO	VOTAÇÃO	VALIDOS %
José Pires de Sá	PSD	4.900	1,96%
Severino Bezerra Cabral	PSD	4.050	1,62%
Antonio de Paiva Gadelha	CNL	3.855	1,54%
Francisco Souto Neto	PSD	3.567	1,43%
José Pereira da Costa	PSD	3.519	1,41%

Francisco Pereira	CNL	3.488	1,39%
Aloisio Pereira Lima	PSD	3.462	1,38%
José Cavalcanti da Silva	CNL	3.442	1,38%
João Batista de Lima Brandão	CNL	3.353	1,34%
Nivaldo de Farias Brito	PSD	3.339	1,33%
Americo Maia de Vasconcelos	CNL	3.327	1,33%
Manuel Arruda de Assis	PSD	3.265	1,31%
Joaci de Brito Pereira	CNL	3.211	1,28%
Balduino Minervino de Carvalho	PSD	3.177	1,27%
Eduardo de Alencar Ferreira	PSP	3.150	1,26%
Álvaro Gaudêncio de Queiroz	CNL	3.142	1,26%
José Braz do Rego	PSP	3.132	1,25%
Luiz Inácio Ribeiro Coutinho	CNL	3.125	1,25%
Acácio Braga Rolim	PSD	3.125	1,25%
Clovis Bezerra Cavalcanti	CNL	3.124	1,25%
Dirceu Arnaud Diniz	PSD	3.111	1,24%
Francisco Seraphico da Nóbrega Filho	CNL	3.082	1,23%
José Afonso Gayoso de Souza	PSD	3.003	1,2%
Francisco de Paula Barreto Sobrinho	PSD	2.995	1,2%
Gerônimo Stanislau da Nobrega	PSD	2.970	1,19%
João Feitosa Ventura	CNL	2.955	1,18%
Zé Maranhão	PSP	2.947	1,18%
Petronio Ramos de Figueiredo	PSP	2.943	1,18%
Manuel Figueiredo	PSP	2.939	1,18%
Antônio Leite Montenegro	PSP	2.876	1,15%
José Ribeiro de Farias	PSD	2.844	1,14%
Mário Silveira	PSD	2.835	1,13%
Inácio José Feitosa	PSD	2.709	1,08%
José Fernandes de Lima	PSD	2.695	1,08%
Vital do Rêgo	PSD	2.691	1,08%
Heraldo Gadelha	PSB	2.477	0,99%
Antônio D'Ávila Lins	PR	2.428	0,97%
Severino Ismael de Oliveira	PSP	2.332	0,93%
José Teotonio da Silva	PSB	2.042	0,82%
Raimundo Asfora	PSB	1.972	0,79%

Fonte: Tabela feito pelo autor com base nos dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (1958).

Mesmo com um número tão extenso de deputados estaduais<sup>79</sup>, aparentemente eles não apresentavam interesses em solucionar efetivamente os problemas existentes em Campina

<sup>79</sup> Na tabela 10, encontram-se diversos deputados estaduais provenientes de famílias tradicionais da política paraibana, como as famílias Ribeiro, Maranhão, Cunha Lima, Vital do Rêgo, Gadelha/Pires e Maia/Mariz. Para uma compreensão aprofundada do surgimento e da influência dessas famílias ao longo do tempo, recomenda-se a leitura da tese de José Marciano Monteiro, intitulada “**A Política como Negócio de Família: Os Herdeiros e a Força dos Capitais no Jogo Político das Elites na Paraíba (1985-2015)**”. Também se observa a presença das famílias Brito e Gaudêncio, sobre as quais é recomendada a leitura da dissertação de Márcio Macêdo Moreira,

Grande, quando o assunto era: trabalhadores e cidadãos pobres. Pelo contrário, alguns desses deputados mantinham relações a base do clientelismo e assistencialismo barato, na busca de não perder o consenso das camadas populares. Como é o caso de José Fernandes de Lima, deputado estadual da Paraíba eleito em 1958 com 2.695 votos, era membro da família Fernandes de Lima, proprietária da Usina Monte Alegre, localizada na cidade de Mamanguape. É importante destacar que 2.305 dos votos recebidos por Lima foram oriundos de Mamanguape. Segundo Aline Marques da Silva (2016), “[...] os donos da Usina Monte Alegre mantinham um rebanho de gado de leite para garantir que o leite fosse distribuído gratuitamente entre os operários e trabalhadores rurais mais pobres e necessitados [...]” (Silva, 2016, p. 109).

Por fim, compreende-se que majoritariamente esses deputados estavam mais preocupados em permanecerem em seus cargos e conquistarem outros que considerassem importantes. Não havia, pelo menos em Campina Grande, uma efetividade para resolver os problemas das camadas populares. Evidentemente, dentro do sistema capitalista, acreditar que a realidade dos trabalhadores pode ser alterada fortemente, em um sistema que sua força matriz é a base da exploração destes mesmos sujeitos é ilusão. Porém, é importante destacar, que evidentemente é uma função do legislador representar os cidadãos e minimamente solucionar seus problemas, e isto não estava acontecendo.

Esse fato pode ser observado através de um evento ocorrido em 6 de julho de 1961 no Campinense Clube em Campina Grande, onde foi realizado um grande banquete com a presença de vários parlamentares, comerciantes, industriais, juízes, advogados e jornalistas. Conforme a matéria do DB de 6 de julho de 1961, Stênio Lopes, em sua coluna no DB do dia 7 de julho de 1961, trouxe a seguinte informação:

Raymundo Asfora dizia, outro dia, no discurso que pronunciou durante o banquete com quem o homenageou Campina Grande, que, como deputado estadual, nada poderia fazer pela sua cidade, seu estado, sua gente. E desfilou uma série de reivindicações que fizera em favor de interesses e problemas da cidade, sem nenhum atendimento (Diário da Borborema, 1961, p. 7).

O colunista do Diário da Borborema (1961), Antônio Barros Pontes, em sua coluna intitulada "Por este mundo além..." aponta que a candidatura de Chico B emerge de "[...] um protesto aos deputados serranos que nada fizeram por Campina" (Diário da Borborema, 1961, p. 4).

A partir disso, pode-se compreender que, de fato, os deputados estaduais não conseguiam resolver os problemas reais existentes em Campina Grande. Entretanto, esses problemas continuavam a existir, e as camadas populares não eram indiferentes a eles. Por exemplo, em 1962, no distrito de Massaranduba, em Campina Grande, houve um conflito entre os camponeses das Ligas Camponesas de São Miguel, que lutavam para garantir os direitos dos trabalhadores rurais, e os representantes dos proprietários de terra. O confronto resultou na morte do camponês João Avelino da Silva, esse fato elucidou o quão crítico estava a realidade dos moradores pobres do município de Campina Grande. Mas a questão levantada é, apenas por uma questão momentânea, relacionada a ausência dos deputados estaduais, motivaram a candidatura de Chico B? Essa ausência dos deputados, significava o que? Essas questões serão respondidas posteriormente.

### **3.2.1. O surgimento da “candidatura” de Chico B: O comitê popular de Chico B orientado por militantes do PCB entre os problemas e estratégias de “campanha”**

Inicialmente, é essencial compreender a origem do nome de Chico B e as bases de apoio que sustentaram sua tentativa de “candidatura” para Deputado Estadual. É importante destacar que sua “candidatura” não surgiu de um pressuposto individualista, motivada por interesses pessoais, mas sim de um coletivo que acreditava que Chico B era a resposta para as necessidades daquele momento.

Desta forma, será elucidado o que os periódicos da época informavam, a respeito de como o nome de Chico B, foi escolhido em uma reportagem de Milton Coura, intitulada “Um Novo Chico Empolga o Nordeste”, publicada no jornal “*O Semanário*” em 15 de setembro de 1961, é abordado o seguinte:

Tudo começou pelo aumento dos subsídios dos deputados estaduais. Era uma conversa entre estudantes onde se lembrava a atitude dos povos de Pernambuco e São Paulo, elegendo o respectivamente, o Bode Cheiroso e o Cacareco, entrosados hoje na história do Brasil. Um dos 6 ou 7 que estavam à mesa propôs que se repetisse os movimentos anteriores na capital econômica da Paraíba-Campina Grande- onde estavam. E aí surgiu o voto dissidente: «Vamos votar em um homem pobre, conhecido de todos nós. Não vamos votar em animais. Será a melhor solução». E foi então que apareceu o nome de Chico Barbeiro (O Semanário, 1961).

Essa situação referente a voto de protesto, citando por Milton Coura (1961) o caso do Bode Cheiroso em Pernambuco, é referente ao final da década de 1950, em Jaboaão dos Guararapes, a população, desiludida com a política local, decidiu protestar na eleição para a

Câmara de Vereadores ao votar no "Bode Cheiroso"<sup>80</sup>. Esse animal, como uma forma de manifestação política, foi eleito o “vereador” mais votado da cidade, recebendo cerca de 500 votos.

Em São Paulo, uma situação semelhante ocorreu com um rinoceronte chamado “Cacareco”. Incentivado pelo jornalista Itaboraí Martins, do jornal “*O Estado de S. Paulo*”, a população foi encorajada a votar no rinoceronte para a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) nas eleições de 4 de outubro de 1959. O resultado foi surpreendente: Cacareco recebeu quase 100.000 votos, refletindo a revolta popular. Para expressar essa indignação, foi criado um jingle que dizia: “Cansados de tanto sofrer / E de levar peteleco / Vamos agora responder / Votando no Cacareco”, segundo Abrahão de Oliveira<sup>81</sup>.

De acordo com Milton Coura (1961), na reunião em que o nome de Chico B foi escolhido, houve a tentativa de replicar o mesmo movimento que ocorreu em Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, e em São Paulo, capital de São Paulo. No entanto, a proposta foi prontamente rejeitada, com a justificativa de que não era necessário votar em animais. Argumentou-se que a melhor solução seria votar em um "homem pobre, conhecido de todos nós", em vez de em animais (O Semanário, 1961).

Já o economista Stenio Lopes, escreve para sua coluna no *Diário da Borborema*, intitulada “Rosa dos Ventos”, no dia 11 de julho de 1961: “Chico Barbeiro surgiu de uma brincadeira de estudantes - é o que se diz. Pode ter sido assim. Mas Chico Barbeiro hoje está no povo” (Diário da Borborema, 1961). Há uma questão a ser considerada: o que Stênio Lopes considerava uma brincadeira? De acordo com Milton Coura (1961), houve a tentativa inicial de votar em animais na eleição de 1962 em Campina Grande. Será que Stênio Lopes considerava isso uma brincadeira? A proposta de votar em animais, juntamente com as experiências anteriormente citadas, demonstra um incômodo com a situação política e, conseqüentemente, com os políticos. Portanto, seria isso o que Stênio Lopes considerava uma brincadeira? É uma

---

<sup>80</sup> O "Bode Cheiroso" era, de fato, um bode que se tornou famoso na cidade de Jaboatão dos Guararapes, no estado de Pernambuco. O animal recebeu o nome devido ao seu forte odor. Para mais informações sobre o "Bode Cheiroso", recomenda-se a leitura da matéria intitulada "**De olho no passado - A história do Bode Cheiroso, 'eleito' vereador de Jaboatão dos Guararapes**", publicada no blog Passarela Cultural em 10 de fevereiro de 2019. O artigo está disponível em: Passarela Cultural. Além disso, há uma reportagem sobre o assunto publicada pelo Diário de Pernambuco em 1 de novembro de 1955, que pode ser acessada em: Diário de Pernambuco. Também existe uma música sobre o evento, escrita por Elias Soares e M. Fernandes, e interpretada por Luiz Wanderley, gravada em 1960 pela produtora Chantecler. A música está disponível em: YouTube.

<sup>81</sup> Abrahão de Oliveira publicou no G1 São Paulo, em 4 de outubro de 2019, uma matéria intitulada "**'Eleição' da rinoceronte Cacareco para a Câmara Municipal de SP completa 60 anos**". Disponível em: [Eleição' da rinoceronte Cacareco para a Câmara Municipal de SP completa 60 anos | São Paulo | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/eleicao-da-rinoceronte-cacareco-para-a-camara-municipal-de-sp-completa-60-anos-sao-paulo-g1.globo.com). acesso em: 24 maio de 2024.

questão que só ele poderia responder. O que a história aponta é que a tentativa de “candidatura” de Chico B e até mesmo a ideia de votar em animais não eram uma brincadeira.

Já o Josué Sylvestre (1988), o único que escreveu a respeito de Chico B para além dos jornais da época, aponta que Chico B “Foi escolhido por um grupo de profissionais liberais, pequenos comerciantes e líderes estudantis” (Sylvestre, 1988, p. 327). A informação referente à o apoio estudantil, tem consonância com as matérias escritas por Milton Coura (1961) e Stenio Lopes (1961), ditas anteriormente. Acrescenta-se também, a informação discorrida por Chico B, em sua entrevista para Revista Tudo (1988); “Essa minha candidatura, surgiu mais de um grito de rebeldia da juventude daquela época, liderada pelos alunos da Escola Politécnica. Tive apoio de Laelson de Castro, Josemir de Castro, Alfredo Machim e outros”.

O próprio Chico B pontua sobre sua “candidatura”; “Foram os amigos da boemia que criaram a minha “candidatura” e a levaram para conhecimento do povo. Esses amigos eram: Verinha, Ariosto Sales, finado Louro, Zeca Chabo, Uziel do Vale, Laelson de Castro e outros” (Revista Tudo, 1988). Destes, percebe-se Uziel do Vale, militante do PCB da célula Dr. José Amorim, localizada no centro da cidade.

Haja vista os possíveis perfis de apoiadores de Chico B, que decidiram escolher seu nome para a disputa eleitoral de 1962, pode-se afirmar, com base nas informações anteriormente apresentadas, que eles incluíam profissionais liberais, pequenos comerciantes, membros do PCB e lideranças estudantis. Entre os profissionais liberais identificados, estão os advogados Antônio Figueiredo (que emprestava o carro para Chico B usar nos comícios), Agnelo Amorim, Figueiredo Agra e Uziel do Vale ambos militantes do PCB e da célula Dr. José Amorim, localizada no centro do município de Campina Grande.

No que diz respeito ao apoio de pequenos comerciantes, é notável a contribuição de Antônio Borges, um comerciante que cedeu sua fábrica de brinquedos, situada na Travessa Almirante Alexandrinho, conhecida popularmente como "Beco da Pororoca" em Campina Grande. Esse local foi utilizado para a realização de reuniões estratégicas do Comitê Popular de Chico B ao longo do ano de 1961 (Sylvestre, 1988, p. 328).

Relacionado ao apoio do PCB, além dos militantes já citados, podem-se apontar: José Domingos Chabo (Zeca) e os irmãos Lourival (Louro) e Sebastião (Basto) Lima (Sylvestre, 1988, p. 328). Através da entrevista concedida por Chico B à Revista Tudo (1988), é possível acrescentar alguns nomes: Verinha, Ariosto Sales, Uziel Vale e Laelson de Castro (Revista Tudo, 1988). Alguns desses militantes, como mencionado anteriormente, faziam parte da célula do PCB localizada no centro da cidade. Dessa forma, isso indica que, possivelmente, nessa época de 1960, Chico B também compunha essa célula e que o apoio ao seu nome deve ter surgido

desse espaço, haja vista, que Chico B também era morador do centro da cidade, o que facilitaria os encontros e reuniões da célula do PCB.

A presença e apoio dos militantes do PCB, é perceptível, conforme Josué Sylvestre (1988, p. 328) descreve como o “staff<sup>82</sup>” de Chico. Nesse caso, aqui será chamado de “Comitê Popular de Chico B”<sup>83</sup>. Este comitê foi responsável, juntamente com Chico B, por organizar sua “campanha” eleitoral, planejando ações de financiamento e realizando o assessoramento a Chico B, ou seja, não era apenas apoio expresso em palavras, mas no dia-a-dia na formulação e realização de atividades políticas pró-Chico B. A maior parte dos integrantes do Comitê Popular de Chico B, eram militantes do PCB, como já mencionado anteriormente alguns nomes.

Considerando a presença de militantes do PCB no Comitê Popular de Chico B e sua “candidatura” como membro desse partido, pode-se afirmar que sua postulação estava vinculada a uma base do PCB, possivelmente a uma célula na qual ele atuava. No entanto, essa “candidatura” não era oficialmente do próprio PCB, mas sim um movimento que emergia de sua militância e de sua relação com essa base partidária.

Ou seja, a “candidatura” de Chico B, era existente por meio do espontaneísmo, sem orientações da direção municipal e estadual do PCB. Vale destacar que, em 1960, o PCB adotou como orientação organizacional – conforme discutido por Silva (2011)<sup>84</sup> – o centralismo democrático, que, de acordo com Lênin (1961), refere-se a:

O princípio do centralismo democrático e da autonomia das instâncias periféricas significa precisamente plena liberdade de crítica em qualquer instância, na condição de que não viole a unidade na ação concreta, bem como a inadmissibilidade de qualquer crítica que prejudique ou dificulte a unidade em uma ação decidida pelo partido (Lênin, 1961, p. 422).

Lênin (1978, p. 41-42) argumenta que, para que o partido cumpra sua função principal de organizar a classe trabalhadora, é essencial a existência de uma rigorosa centralização e disciplina. Isso se justifica pelo fato de que o centralismo democrático é o mecanismo pelo qual o partido assegura a disciplina do proletariado, tanto em relação ao próprio partido quanto à luta revolucionária. Dessa forma, Chico B e os membros do PCB que apoiavam e construíam

<sup>82</sup> Staff refere-se a um agrupamento de indivíduos responsáveis por assessorar um político.

<sup>83</sup> Esse termo será utilizado, por acreditar-se se o qual era usado na época, como é possível analisar em uma nota escrita sobre essa “disputa” eleitoral realizada por Chico B, possível de ser visto em: SYLVESTRE, Josué. **Nacionalismo & Coronelismo: Fatos e Personagens da História de Campina Grande e Paraíba (1954-1964)**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988, p. 331.

<sup>84</sup> Para melhor compreensão do centralismo democrático no PCB, nos anos de 1958 até 1979, ver: SILVA, Camila Cristina Silva. **Orientações políticas de uma esquerda moderada: o PCB e o “centralismo democrático” (1958-1979)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2011.

sua "candidatura" por meio do Comitê Popular não poderiam, de acordo com o centralismo democrático vigente no partido, adotaram um comportamento espontâneo na eleição de 1962, contrariaria a lógica organizativa do PCB, que exigia disciplina e alinhamento estratégico.

No entanto, faltava centralismo democrático até mesmo para a própria direção estadual do PCB. Um exemplo disso foi o Manifesto para as eleições de 1950, que levou o PCB nacional a optar pelo voto nulo e abstencionista no processo eleitoral. Conforme elucidado por Silva (2002, p. 91), embora o PCB estadual tivesse plena ciência da orientação nacional do partido, optou por desrespeitá-la, não aderindo à diretriz partidária:

Ao que parece, a postura abstencionista que o PCB adotava nacionalmente nos pleitos eleitorais durante a vigência do Manifesto de Agosto, não encontrou muito eco na sua seção paraibana. No mesmo ano de 1950, quando o PCB optou por votar nulo nas eleições presidenciais, na Paraíba, os comunistas lançaram a candidatura de Luiz Bernardo, do Comitê Estadual, para deputado estadual pela legenda do PSP e apoiaram José Américo para governador do estado (Silva, 2002, p. 128).

A atuação das direções do PCB na Paraíba, marcada pela falta de centralidade em relação ao projeto nacional elaborado pelo partido<sup>85</sup>, refletia diretamente nas ações da base comunista no estado<sup>86</sup>. Embora se pudesse justificar um certo distanciamento da linha nacional com base na conjuntura específica da Paraíba, a orientação política do partido já havia sido definida no Manifesto de Agosto de 1950. No entanto, essa diretriz foi severamente rompida no estado, evidenciando a fragilidade do alinhamento entre o PCB paraibano e a estrutura organizativa nacional.

Silva (2002, p. 129) aponta que o PCB na Paraíba nunca deixou de lançar e apoiar candidatos na época de vigência do Manifesto de Agosto de 1950, até a nova reelaboração da participação na política nacional do PCB em março de 1958. A exemplo disto, é o caso de Oliveiros Cavalcanti de Oliveira, o primeiro comunista vereador de Campina Grande em 1955:

---

<sup>85</sup> A afirmação sobre a ausência de centralidade das direções do PCB na Paraíba baseia-se na orientação nacional do partido, em 1950, pelo voto nulo nas eleições para presidente da República, nas quais Getúlio Vargas era candidato. No entanto, no estado da Paraíba, o PCB optou por apoiar o candidato a governador José Américo de Almeida, aliado de Getúlio Vargas no cenário estadual. Essa escolha revela uma desconexão com a linha nacional definida pelo partido, evidenciando a autonomia própria — ou desvio — das direções locais em relação à orientação do Comitê Central. In: SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. **Os comunistas e a democracia: a 'nova política' do Partido Comunista Brasileiro na Paraíba (1954-1964)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

<sup>86</sup> Essa afirmação refere-se ao fato de que a base do PCB refletia, em muitos momentos, uma lógica própria, distinta da direção do partido. Um exemplo disso é o caso de Chico B, que não contou com o apoio da direção do PCB em Campina Grande e, portanto, não foi o candidato oficial do partido para disputar as eleições estaduais de 1962 na Paraíba. Ainda assim, contou com o apoio de militantes da base, como Agnelo Amorim e Uziel do Vale, que participaram ativamente do seu Comitê Popular. Ou seja, esse episódio também revela uma descentralização nas práticas políticas do partido, evidenciando uma dissociação entre a militância de base e a linha adotada pela direção.

[...] o PCB elegeu (em 1955) Oliveiros Cavalcanti de Oliveira o primeiro vereador comunista de Campina Grande. Apesar de ter sido candidato pela Coligação Social Trabalhista, composta por PSD e PTB, Oliveiros era membro do Comitê Municipal do PCB e foi, indiscutivelmente, eleito com os votos desse partido (Santos, 2015, p. 148).

Dessa forma, percebe-se que o PCB perde, cada vez mais, seu caráter de partido de vanguarda, aproximando-se de um partido tipicamente tradicional, conforme conceituado por Mezzaroba (1994), não atoa o Camarada Um afirmou: “Era Chico Lima, Chico Lima, Oliveiros Oliveira, era esse o centralismo, não é? O centralismo<sup>87</sup>.” O PCB da Paraíba, por sua vez, fundamentava-se em uma concepção marcada por desvios pequeno-burgueses<sup>88</sup>, na qual seus dirigentes eram percebidos como agentes motivados por interesses próprios e individuais, ainda que sob o discurso de representar os interesses das massas e da coletividade.

O manifesto do PCB, publicado no jornal "*A Voz Operária*" em 23 de março de 1958, denominado "Declaração Sobre a Política do PCB", também conhecido como "Declaração de 1958". Esse documento apresentou uma análise conjuntural do país e propôs mudanças significativas nas orientações programáticas do partido. Ele abordou três pontos fundamentais: o etapismo, a frente única e o pacifismo, delineando uma nova estratégia política para o PCB, que contrastava com as teses anteriores, conforme pontuado por Perez (2017), ele ainda acrescenta:

A garantia da revolução brasileira, segundo a —Declaração de 1958, passava exclusivamente por meios pacíficos e por uma construção de união nacional, na qual a participação popular era retomada de forma mais contundente em instituições de representações democráticas, como movimentos sociais, sindicatos, eleições e coligações e perpassava pelo fortalecimento e pela legalidade do partido (PEREZ, 2017, p. 29).

Com a Declaração de 1958, houve um incentivo para a participação popular nas eleições e coligações, o que resultou em uma retomada mais contundente dessa participação. Dessa forma, essa medida reforçou a importância do PCB em organizar e participar das disputas eleitorais (rompendo com a Declaração de Agosto de 1950), alinhando-se à orientação nacional do partido. Santos (2015) acrescenta: "Coincidência ou não, o PCB cresceu em Campina Grande a partir do momento (metade da década de 1950) em que passou a defender uma atuação

<sup>87</sup> Entrevista concedida em 03 de dezembro de 2024.

<sup>88</sup> Para melhor compreensão desse termo, recomendasse a leitura de: LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Infantilismo "de Esquerda" e do Espírito Pequeno-Burguês**. Marxists Internet Archive, 1918. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/05/05.htm>. Acesso em: 24 fev. 2025.

pacífica e reformista, valorizando a participação nas instituições democráticas, principalmente no parlamento" (Santos, 2015, p. 147).

De acordo com documento apreendido pelo IPM-PB (1964) no Comitê do PCB da PB, seguia a seguinte orientação para as eleições de 1962 na Paraíba:

As eleições de outubro de 1962 que podem determinar importantes modificações na composição política do parlamento e das assembleias estaduais e muito contribuir para modificar seriamente a correlação de forças políticas no país, com as escolhas de candidatos e sua popularização (Scocuglia, p. 2015, 137).

Ou seja, de fato, o PCB se preparava para disputar as eleições na Paraíba em 1962. Assim, naquele ano, o partido lançou Peba, José Gomes da Silva (de João Pessoa) e Pedro Inácio de Araújo (de Sapé) como candidatos a deputados estaduais pelo PSB, seguindo a orientação partidária, conforme elucidado por Silva (2002, p. 157).

No entanto, dentro desse cenário, há um fato curioso: o caso de Aristides Lúcio Villar Rabelo. De acordo com um documento encontrado no comitê do PCB da Paraíba e apreendido pelo IPM-PB (1964), no dia 5 de julho de 1961, foi enviada a seguinte carta ao CR do PCB, solicitando apoio do partido para a candidatura de Aristides Lúcio Villar Rabelo a deputado estadual na eleição de 1962.

Mostra um levantamento de votos em cidades que tem amigos, familiares e no lugar onde foi candidato à vice-prefeito (CG). Apoio de diversos setores como bancários, médicos, advogados, dentistas, entre outros. Fornecer ajuda em relação a transporte (em troca de votos), vai ter” apoio” influencia por coincidir que seu sogro é dono de um colégio, outro meio de obter votos com os pais de alunos. Finaliza o pedido, visualização uma possível futura candidatura de prefeito de Campina Grande. “Espero que o apelo aqui formulado seja levado na devida consideração desses CR”. Campina Grande, 5 de julho de 1961 e assinatura de Lúcio (Scocuglia, p. 2015, 145).

Não há registros documentais que confirmem o retorno dessa solicitação. No entanto, foi possível verificar que Aristides Lúcio Villar Rabelo foi candidato a deputado federal e não a deputado estadual em 1962, obtendo 653 votos pelo PSB.

Dado que sua candidatura ocorreu pelo PSB, partido no qual os comunistas do PCB estavam presentes, compreende-se que a orientação partidária seguiu no sentido de lançá-lo para o cargo de deputado federal, em vez do cargo estadual inicialmente solicitado. Paradoxalmente, Silva (2002, p. 156) afirma veementemente que o PCB e o conjunto das esquerdas paraibanas apoiaram a candidatura de José Joffily Bezerra de Melo (PSB) para deputado federal em 1962. Esse fato evidencia, mais uma vez, a desorganização do PCB da Paraíba diante do cenário regional.

Outro aspecto relevante dessa questão é que a formalização da candidatura de Aristides Lúcio Villar Rabelo (militante do PCB) ao cargo de deputado estadual em 1962 ocorreu por meio de uma solicitação de apoio feita diretamente ao Comitê Estadual do PCB da Paraíba. Ou seja, o nome não surgiu da base militante, mas de um pedido direto à direção partidária. Isso indica que o PCB não pautava suas decisões com base nas necessidades e reivindicações da militância de base. Pelo contrário, o partido orientava-se por critérios próprios, sem aplicar plenamente o princípio do centralismo democrático — que pressupõe a escuta das bases como fundamento para a formulação de uma linha definitiva de ação política. Pelo menos neste caso concreto, respaldado pela fonte anteriormente citada, tal princípio não foi efetivamente seguido.

Diante desse cenário, Chico B lançou sua "candidatura" nas ruas, e o Comitê Popular de Chico B enfrentou uma série de dificuldades, que serão detalhadas a seguir. A primeira delas foi o fato de que as primeiras mobilizações dessa candidatura ocorreram no primeiro trimestre de 1961, enquanto a eleição estava prevista para o final do terceiro trimestre e início do quarto trimestre de 1962.

Ou seja, o Comitê Popular de Chico B precisava manter essas mobilizações por mais de um ano para garantir que ele fosse eleito. O economista Stenio Lopes já alertava sobre essa situação em sua coluna jornalística no *Diário da Borborema*, intitulada “Rosa dos Ventos”, publicada em 11 de julho de 1961: "Provavelmente não resistirá muito tempo. Como se trata de sua candidatura a deputado, não é fácil que perdure até outubro do próximo ano." (*Diário da Borborema*, 1961, p. 07).

O segundo desafio, foi interno do próprio Comitê Popular, Sylvestre (1988, p. 328) acrescenta:

Como o movimento se prolongou por um período superior a 12 meses, houve defecções e substituições no comando da luta. Alguns integrantes do comitê cansavam, outros eram chamados de “traidores”, de aproveitadores e até de “malversação dos fundos partidários, alguns foram acusados (Sylvestre, 1988, p. 328).

Chico B, em sua entrevista realizada a *Revista Tudo* (1988), acrescenta que alguns membros do eu Comitê Popular, traíram sua “candidatura”:

O finado Louro foi um deles, Zeca Chabo, Verinha e outros. Eles queriam que eu fizesse as vontades deles, mas não tinha compromisso com eles, meu compromisso era com o povo, o povo eu não poderia trair de jeito nenhum, já que minha formação política de comunista não dava para essas coisas; daí o nosso rompimento com essas

“aves de rapina”, que aparecem no momento histórico da vida política campinense (Revista Tudo, 1988).<sup>89</sup>

O Comitê Popular de Chico B enfrentava sérios desafios, incluindo acusações citadas acima. Essas dificuldades refletiam a falta de coesão na organização da “candidatura”, o que foi um ponto crítico, especialmente em uma eleição para a Assembleia Legislativa, onde outros candidatos, já bem estabelecidos na política estadual, contavam com recursos financeiros e redes de apoio influentes. A ausência de um comitê bem estruturado e organizado comprometeu a competitividade de Chico B nesse cenário.

O terceiro desafio estava relacionado à questão financeira. A "candidatura" de Chico B necessitava de recursos, visto que sua atuação era majoritariamente concentrada em Campina Grande, um município com uma população significativa. No entanto, por se tratar de uma disputa por um cargo estadual, Chico B precisava de recursos não apenas para sustentar suas mobilizações em Campina Grande, mas também para expandir sua campanha para outras cidades.

Uma estratégia foi elaborada para arrecadar fundos para a campanha de Chico B. Garrações vazias, alguns de 20 litros originalmente usados para água mineral, foram distribuídos em diferentes pontos estratégicos de Campina Grande, esses garrações foram espalhados para neles serem depositados algum valor financeiro através da população campinense. Esses pontos incluíam o Largo da Flórida (atualmente o Calçadão), Maciel Pinheiro, as entradas dos cinemas Capitólio e Babilônia, e a Praça da Bandeira (Sylvestre, 1988, p. 328). Os garrações eram rotacionados entre esses locais, incentivando a população a contribuir com quantias dentro de suas possibilidades financeiras, demonstrando apoio ao candidato que se apresentava como representante dos mais humildes.

---

<sup>89</sup> Um fato curioso sobre esse destaque de Chico B, Zeca Chabo e Louro, segundo o próprio Chico B — como mencionado em citações anteriores — é que todos eram membros do PCB. Ou seja, esse destaque de Chico B pode revelar um problema interno no próprio PCB, que não foi possível detectar ou analisar devido à falta de documentação sobre o assunto.

Figura 3 - Passeata de Chico B - Campina Grande (1961)



Fonte: Sylvestre, 1988, p. 332

Na figura 3, é uma fotografia de uma passeata de Chico B ocorrida em 1961, no largo situado entre a prefeitura e a câmara municipal de Campina Grande. Chico B está em pé em um carro aberto (carro do advogado Antônio Figueiredo), segurando seu chapéu no alto em uma saudação ao público que se reuniu para vê-lo. Nesta fotografia, destacam-se os garrafões utilizados para arrecadar doações destinadas à campanha eleitoral, sendo visível um homem de óculos escuros (da direita) fazendo sua contribuição. Ao redor, nota-se uma multidão acompanhando a passeata, evidenciando o apoio popular ao “candidato”.

No âmbito da ajuda financeira, Sylvestre (1988, p. 328), destaca que o Lívio Wanderley “era considerado simpático à causa de “Chico B” e “sócio contribuinte”. Lívio Wanderley na época era proprietário dos Cinemas Capitólio e Babilônia de Campina Grande.

O quarto desafio estava relacionado à mobilização e propaganda. O problema era como Chico B e seu comitê popular poderiam tornar seu nome conhecido e reconhecido entre os cidadãos paraibanos. Era crucial que a população tivesse acesso às informações sobre Chico B e suas propostas para que fosse possível conquistar o voto dos eleitores. Apesar das dificuldades, o comitê popular de Chico B conseguiu elaborar algumas estratégias para enfrentar essa problemática. Como descreve Sylvestre (1988):

O movimento foi crescendo e ganhou as ruas do centro da cidade, agitando pelas passeatas e pelos comícios que atraíram centras de pessoas convocados por caminhonetes de propaganda, pelas buzinas dos automóveis que acompanhavam o carro-aberto do candidato e pelos panfletos e manifestos que circulavam quase todas as semanas. Certa ocasião, o grupo dirigente do movimento soltou um folheto de um avião “teco-teco” do aeroclube local (Sylvestre, 1988, p. 328).

Nesse contexto, compreende-se que as mobilizações continuaram concentradas no município de Campina Grande. É possível que houvesse uma falta de recursos para expandir as mobilizações para outras cidades ou, de fato, que o objetivo da "candidatura" fosse focar em Campina Grande, dado o grande número de habitantes da cidade, que poderia potencialmente eleger um candidato. Não há nitidez sobre essa questão em documentos.

Entretanto, destaca-se a presença de passeatas, comícios, caminhonetes de propaganda, panfletos e manifestos que circulavam semanalmente. Chico Maria, em sua coluna "Confidencial" do jornal "*Gazeta do Sertão*" escreveu em 28 de janeiro de 1983, que Chico B discursou nos seguintes locais: Flórida, em Zé Pinheiro, na Liberdade, no Pio XI, no Forró da Coréia e no blues do Alcatrão, todos locais oriundos de Campina Grande.

Além disso, um membro do Comitê Popular lançou um folheto de um avião no aeroclube de Campina Grande, como aponta Sylvestre (1988, p. 328). Isso demonstra que, de fato, houve uma intensa atividade de agitação e propaganda para que a população campinense tivesse acesso às ideias de Chico B, conhecesse quem ele era e, conseqüentemente, fosse conquistada por ele. É notável, inclusive, o grande número de pessoas que acompanhava as mobilizações através de passeatas e comícios.

Por fim, o último problema enfrentado por Chico B e, conseqüentemente, pelo seu Comitê Popular era uma questão que necessitava de resolução urgente: a filiação partidária de Chico B. Como mencionado anteriormente, o PCB estava ilegalizado e atuava clandestinamente. De acordo com a Lei Nº 1.164, de 24 de julho de 1950, que instituiu o código eleitoral em vigor até 1965, no seu Art. 47: "Somente podem concorrer às eleições candidatos registrados por partidos ou alianças de partidos." Para contornar esse problema, a estratégia foi a filiação a outro partido político legalmente registrado e apto a concorrer eleitoralmente. Dessa forma, os comunistas conseguiram se candidatar, mesmo com o PCB em ilegalidade. Será possível compreender se essa questão foi resolvida no último tópico desta dissertação.

### **3.2.2. A ruptura da indiferença: A "candidatura" de Chico B é um simples fenômeno passageiro ou um movimento orgânico?**

Perante os periódicos da época, como os jornais; *Diário da Borborema* (1961), *O Correio da Paraíba*<sup>90</sup> (1961) e *O Rebate* (1961), os colunistas jornalísticos, como Stênio Lopes e Antônio Pontes (*DB*), Wallace Figueiredo (*O Rebate*) e Milton Coura (*O Semanário*),

---

<sup>90</sup> O Correio da Paraíba foi um jornal de circulação diária no estado da Paraíba, Brasil, com edições publicadas pela manhã. Fundado em 5 de agosto de 1953, integrou o Sistema Correio de Comunicação.

destacavam a grandiosidade dos efeitos das mobilizações nas ruas promovidas por Chico B em 1961, como consequência de sua “candidatura”. É importante considerar as afirmações desses colonistas e do próprio Josué Sylvestre (1988). Essas afirmações exigem uma análise histórica e teórica para proporcionar um debate de ideias mais aprofundado.

O fato que merece ser contestado é a afirmação feita por Stênio Lopes na matéria do Diário da Borborema (DB) de 6 de julho de 1961, cujo título é “O Fenômeno Chico B”. Essa afirmação influenciou Josué Sylvestre em sua obra “*Nacionalismo e Coronelismo: Fatos e Personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954/1964)*”, publicada em 1988 pelo Centro Gráfico do Senado Federal do Brasil. No capítulo dedicado a Chico B, Sylvestre também intitula o capítulo como “O Fenômeno Chico B”. Da mesma forma, a matéria publicada no Blog “Retalhos Históricos de Campina Grande” em 2011, por Emmanuel Sousa, também se refere a Chico B como “O Fenômeno Chico B<sup>91</sup>”. Outro termo que foi empregado a Chico B, como aponta Milton Coura (1961), no Jornal *Semanário (1961)* é que Chico B era “revolta”.

O significado de “fenômeno” refere-se a algo “raro” ou “surpreendente”. O problema não está na utilização do termo em si, mas da forma que ele foi imposto. Na época, um pobre barbeiro com um imenso apoio popular, como será demonstrado, realmente poderia ser visto como um fenômeno. No entanto, a questão é a redução de Chico B a uma individualidade e a sua “candidatura” apenas como um mero acaso. É como se Chico B não representasse nada além de si mesmo, algo que surge e desaparece. A utilização desse termo leva a uma compreensão reducionista da importância que Chico B representava. Paralelamente, o termo “revolta” demonstra um mesmo reducionismo.

Na matéria do Diário da Borborema (DB) de 6 de julho de 1961, intitulada “O Fenômeno Chico B”, Stênio Lopes comenta sobre Chico B: “Pode ser um fenômeno passageiro. Provavelmente não resistirá muito tempo.” (Diário da Borborema, 1961, p. 7). Já na reportagem de Milton Coura, intitulada “Um novo Chico empolga o Nordeste”, transcrita do jornal *O Semanário*, em 15 de setembro de 1961, Chico B discorre sobre sua candidatura: “Minha candidatura é a ascensão das classes humildes, desprotegidas, sacrificadas, humilhadas, chateadas. Meu símbolo é uma tesoura para rasgar a máscara dos que nada fazem pelo povo.” (O Semanário, 1961, n.p.). Milton Coura (1961) acrescenta:

Hoje as faixas que o povo de Campina Grande estira pelas ruas, dizem: “Chico não é revolta; é resposta”. E o povo sabe muito bem a quem está sendo dada estas respostas:

---

<sup>91</sup> SOUSA, Emmanuel. O fenômeno Chico B. Retalhos Históricos de Campina Grande. Disponível em: [http://cgetalhos.blogspot.com/2012/10/o-fenomeno-chico-b.html#.YrS5JCfMI\\_4](http://cgetalhos.blogspot.com/2012/10/o-fenomeno-chico-b.html#.YrS5JCfMI_4) . Acesso em: 18 abr. de 2023.

aos latifundiários, aos ladrões do algodão e do agave, aos donos das fábricas que fazem crias de moças para gozo de seus filhos devassos (O Semanário, 1961, n.p).

Neste contexto, é possível entender que Chico B não era um “candidato” por mera vontade ou objetivo individual. Em sua fala registrada na matéria mencionada, evidencia-se a responsabilidade que Chico B carregou, representando um povo, referindo-se às camadas populares de Campina Grande como “desprotegidas, sacrificadas, humilhadas, chateadas” (O Semanário, 1961, n.p.). Esta não é uma situação momentânea, ou seja, não se trata apenas de uma realidade da época, mas de uma realidade histórica, especialmente na história social e econômica de Campina Grande, como destacado no Capítulo 1 desta dissertação. Trata-se de uma realidade cruel que conseqüentemente mobilizou sua candidatura.

Como destacado por Dantas (2022, p. 35) essa parcela das camadas populares campinense que afirmava: “Chico não é revolta; é resposta” (O semanário, 1961), expressa a divisão entre a política dominante e a sociedade civil, indicando uma mudança na base histórica do Estado (Gramsci, 2007, p. 263). Essa “deslocação” provocada pela mobilização popular e, especialmente, pelo sujeito Chico B, sinaliza uma ruptura com o conformismo do senso comum. Esse conformismo, quando submetido ao consenso da burguesia, tende a aceitar o lema de que “é melhor o ovo hoje do que a galinha amanhã” (Gramsci, 2020, p. 21). Esse conformismo gera indiferença, que, segundo Gramsci (2020), se caracteriza por:

A indiferença é o peso morto da história. É a bola de chumbo dos inovadores, é a matéria inerte na qual afundam rapidamente os entusiasmos mais esplêndidos, é o pântano que cerca a velha cidade e a defende melhor que as mais rígidas muralhas, melhor que o peito dos seus guerreiros, porque envolve em seus vórtices lodosos os agressores, dizimando-os e desencorajando-os até que desistam do empreendimento heroico (Gramsci, 2020, p. 31).

Para Dantas (2022, p. 35) é fundamental destacar a ruptura com a indiferença representada pela candidatura de Chico B. Os trabalhadores que apoiavam Chico B, buscavam mudanças concretas por meio das ideias defendidas por Chico B. Para Gramsci (2020), nada é mais revoltante do que o conformismo diante da negação; ele afirma: “Vivo, tomo partido. Por isso odeio quem não o faz, odeio os indiferentes” (Gramsci, 2020, p. 33). Assim, foi a superação da indiferença, simbolizada por Chico B.

Nesse contexto, não se deve reduzir Chico B a um mero fenômeno passageiro. Chico B não estava motivado por ambições pessoais ou desejos próprios, mas sim por uma agenda coletiva oriunda das camadas populares, visando romper com a opressão existente. Gramsci (2022, p. 35) afirma: “O político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos”. Assim, é possível entender que

Chico B se posicionava como porta-voz de um projeto debatido e estabelecido previamente pela sua base no PCB. Mesmo que ele tivesse morrido (fato que não aconteceu) antes da eleição de 1962 ou enfrente qualquer outro obstáculo que prejudicasse sua vida, “as ideias não morrem”<sup>92</sup>.

Chico B não era um simples fenômeno passageiro, pois sua atuação se baseava em um projeto de movimento orgânico. Se for caracterizado como um fenômeno, que seja no sentido conceituado por Gramsci (2022), como fruto de um trabalho orgânico: “Os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente.” (Gramsci, 2022, p. 37).

Essa característica se torna evidente na figura de Chico B, especialmente por meio de sua candidatura. Nesse sentido, Milton Coura (1961) destaca: “O povo sabe muito bem a quem está sendo dada estas respostas: aos latifundiários, aos ladrões do algodão e do agave, aos donos das fábricas que fazem crias de moças para gozo de seus filhos devassos.” (O Semanário, 1961, n.p.). Ou seja, a candidatura de Chico B não se limitava a críticas direcionadas apenas a deputados estaduais e federais, mas sim ao conjunto da classe dominante, articulando uma crítica histórica aos grupos hegemônicos. Não por acaso, seu lema foi: “Minha candidatura é um determinismo histórico.”

### **3.2.3. A demonstração da força da “candidatura” de Chico B nas ruas de Campina Grande – PB e o incomodo dos “donos da vila” (1961)**

Chico B tomou as ruas de Campina Grande em 1961, mobilizando centenas de pessoas a seu favor, como é possível observar no Programa Diversidade (2010)<sup>93</sup> da TV Itararé, disponível no YouTube<sup>94</sup>. Além disso, um vídeo no canal do YouTube "Retalhos Históricos de Campina Grande" resgatou uma filmagem pertencente ao Pastor José Laidimar, que mostra uma passeata realizada por Chico B na cidade. O idealizador do blog "Retalhos Históricos de Campina Grande", Emmanuel S. Nascimento, comenta sobre isso em uma entrevista concedida ao Programa Diversidade (2010).

<sup>92</sup> Frase que Fidel Castro ouviu de um oficial de Batista, durante um momento crítico na luta revolucionária cubana. Após o fracasso do Assalto ao Quartel Moncada, quando os revolucionários estavam prestes a ser fuzilados, o oficial disse: “Não disparem, as ideias não se matam”. In:

<https://www.marxists.org/portugues/sankara/1987/10/08.htm> . Acesso em: 12 de jun 2024.

<sup>93</sup> Esse programa da TV Itararé foi idealizado por Saulo Queiroz um Dramaturgo, radialista e jornalista, diretor e idealizador do programa Diversidade, o foi ao ar pela primeira vez em junho de 2007. In: GUIMARÃES, R.C.S.; SOUZA, A. A.; MELO, C. **O programa diversidade e sua contribuição para a cultura regional**. In: INTERCOM, XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Campina Grande, 2010.

<sup>94</sup> PROGRAMA DIVERSIDADE. **Chico B**. YouTube. Campina Grande, 20 jan. de 2010. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=mwyMD-22Vzs&ab\\_channel=](https://www.youtube.com/watch?v=mwyMD-22Vzs&ab_channel=). Acesso em: 02 abr. de 2022.

“O acesso ao material, foi através de uma pessoa da família, eu consegui o vídeo, ainda em forma de filme, gravado a época, não sei quem fez a gravação, mas foi confiado pelo próprio Chico a um dos seus genros. Ele entregou-lhe para que com toda segurança fosse guardada e repassado a posterioridade”.<sup>95</sup>

Nesta filmagem<sup>96</sup>, Chico B está desfilando no centro do município Campina Grande em um carro semiaberto, em volta dele, há centenas de pessoas, como é possível ver nas fotografias abaixo:

Figura 4 - Passeata de Chico B - Campina Grande - PB (1961)



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande – YouTube (2010)

A figura 4 não está em boas condições, mas é possível perceber que, de fato, há uma grande quantidade de pessoas presentes nessa passeata, e possivelmente há mais pessoas que o enquadramento da fotografia não conseguiu captar. A figura 4, demonstra a força que o nome de Chico B tinha na cidade. No Jornal *Correio da Paraíba* de João Pessoa, diz em sua edição de 11 de julho de 1961:

“Chico Quen, ou Chico Barbeiro” foi alvo de uma manifestação pública somente vista durante os grandes pleitos governamentais naquela cidade. Milhares de pessoas acorreram as ruas, domingo último, para recepção a Chico B, candidato a deputado

<sup>95</sup> Ibid, Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=mwyMD-22Vzs&ab\\_channel=](https://www.youtube.com/watch?v=mwyMD-22Vzs&ab_channel=) . Acesso em: 02 abr. de 2023.

<sup>96</sup> RETALHOS HISTÓRICOS DE CAMPINA GRANDE. **Chico B**. YouTube. Campina Grande, 10 de set. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=buJD3vAk9UQ> . Acesso em: 05 abr. de 2023.

por um grupo de pessoas sem filiação partidária, que desejava levar aquele homem à assembleia” (Correio da Paraíba, 1961, n.p.).

De acordo com uma matéria publicada no Diário da Borborema, é possível identificar mais informações a respeito desta passeata:

"Ontem, por exemplo, às vinte e uma horas, inesperadamente, o Largo da Florida foi dominado por uma pequena multidão que, aos gritos de "Chico! Chico! Quen! Quee! realizou um animado comício e logo após uma concorrida passeata de automóveis, onde o candidato em jeep sem capota acenava convictamente para a legião de admiradores" (Diário da Borborema, 1961).

Pelas informações obtidas nestes periódicos, compreende-se que esta foi uma das maiores mobilizações com mais quantidade de pessoas favoráveis a “candidatura” Chico B no município de Campina Grande, a ponto de ser destacada como algo não visto na cidade, exceto em grandes pleitos eleitorais de governantes. Essa multidão expressa a eficiência do trabalho realizado pelo Comitê Popular de Chico B e pelo próprio sujeito. Porém, Milton Moura (1961)<sup>97</sup>, alerta: “E mais adiante: << Os meios de políticos (leia-se: reacionários) estão espantados com o número de pessoas que o movimento arregimentou para recepcionar o candidato sem partido”. Ele também acrescenta: “O que há, entretanto, naquela cidade chave do Nordeste, é que os donos da vila não estão ainda acostumados a ser enfrentados pela <<canalha>>, isto é, pelo povo” (O Semanário, 1961, n.p).

Wallace Figueirêdo, no Jornal *o Rebate* (1961)<sup>98</sup>, aponta: “Somos, os de imprensa, hoje em dia, homens obrigados a satisfazer toda curiosidade popular! Há dias que me reclamam o fato de dizer quem é C H I C O ao povo, tudo porque a sua candidatura a deputado está assumindo proporções formidáveis” (O Rebate, 1961, n.p).

Logo, observa-se que havia um incômodo entre os "donos da vila", uma referência não apenas aos típicos políticos campinenses que concorriam a vaga de Deputado Estadual que corriqueiramente eram eleitos massivamente pelos habitantes de Campina Grande, mas também à incipiente elite da cidade. Pelos fatos já mencionados, Chico B representava a busca por uma alteração das estruturas estabelecidas em Campina Grande. Era uma disputa baseada no antagonismo de classes.

Quando os jornais apontavam que os deputados estaduais "não faziam nada" por Campina Grande, é preciso entender que esse "não fazer nada" se referia à falta de ações em favor de uma população que historicamente viu seu município enriquecer, mas cujo

---

<sup>97</sup> *Semanário*, 15 de set. de 1961, n.p.

<sup>98</sup> *O Rebate*, 8 de jul. de 1961.

"enriquecimento" não trouxe nenhuma melhoria significativa em termos de bem-estar, dignidade habitacional e combate aos crimes trabalhistas que afetavam a classe trabalhadora. Esses deputados mantinham a opressão e a exploração da camada humilde de Campina Grande. Chico B representava a ruptura dessa manutenção, a classe dominante e seus aliados, não estavam satisfeitos com estes feitos. Esse incomodo desta mesquinha elite campinense pode ser notada por dois fatores: O sujeito Chico B e o "efeito" Chico B.

Chico B, apresentava um perfil, conforme o *Diário da Borborema* (1961):

Barbeiro humilde até então instalado à Rua Venâncio Neiva, de ambições educadas, com cara de barbeiro, pinta de barbeiro, roupa de barbeiro, o Sr. Francisco de Almeida Batista, ou melhor Chico, é hoje o candidato a deputado estadual mais popular do município, tema permanente de bate-papos, esperança de muitos e fenômeno até certo ponto inexplicável para os "experts" de opinião pública (*Diário da Borborema*, 1961).<sup>99</sup>

O Jornal *O Rebate*, escrito em 08 de julho de 1961, por Wallace Figueirêdo, descreve o Chico B da seguinte forma;

Chico eu o conheço de há muito tempo. É um barbeiro desprezioso, alma boa como o olhar de ovelha, de um feio-simpático [...] Chico é, pois, uma figura popular sobejamente querida, ainda quando muito escarnecida pelos candidatos sem originalidade, de unhas polidas, sorriso <<colgate>> e cabeças vasiaas, sem a menor ideia do que seja <<massa popular>> e muito menos do que sejam os problemas da massa...Por isso tudo, eu digo: CHICO É LIDER!" (*O Rebate*, 1961).

O perfil de Chico B já pode ser reconhecido nesta pesquisa, para além das observações feitas pelos periódicos: ele era um comunista ferrenho, que compreendia a própria teoria, indo além de suas palavras. Durante sua "candidatura", Chico B adotou um símbolo, a tesoura, como destacado por Milton Coura (1961)<sup>100</sup>, "Meu símbolo é uma tesoura, para rasgar a máscara dos que nada fazem pelo povo". A tesoura fazia referência à sua profissão de barbeiro, e quando ele afirmava que iria "cortar a máscara daqueles que nada fazem pelo povo", não se referia apenas aos deputados estaduais, mas a qualquer um que se colocasse contra o povo, mas que sutilmente fingisse se preocupar.

Dessa forma, esse perfil incomoda. Não simplesmente por ser um homem pobre, pois Chico B não é o único na história de Campina Grande a disputar um cargo político sendo oriundo das camadas populares. Aliás, para a classe antagonista, ser pobre e disputar um cargo político não é necessariamente um problema. Isso não significa que a elite aprecie, mas

<sup>99</sup> *Diário da Borborema*, 1961, n.p.

<sup>100</sup> *Semanário*, 15 de set. de 1961, n.p.

unicamente ser pobre e disputar não é um problema. Para eles, o problema surge quando o pobre tem consciência de classe, como Chico B demonstra, e, conseqüentemente, consegue não apenas ter essa consciência, mas também assumir-se como oriundo da classe trabalhadora. Como destaca Thompson (2012, p. 270), a classe é uma categoria histórica, formada através dos processos sociais ao longo do tempo.

Por fim, permanece a agitação e propaganda de Chico B em Campina Grande, perceptível por meio de diversas citações já mencionadas, que demonstram como o povo reagia a ele, o seguia e defendia arduamente seu nome, torcendo por sua vitória. No entanto, não era apenas o indivíduo Chico B que essas centenas de apoiadores estavam defendendo; eles clamavam pelas mudanças que ele representava, apoiavam suas ideias e, sobretudo, compreendiam suas críticas. O povo reconhecia que o abandono do município não era resultado apenas da conjuntura política do momento ou da omissão dos deputados estaduais, mas de um processo mais profundo de exploração. Milton Coura (1961) destaca que a população tinha consciência da resposta crítica que Chico B estava dando em Campina Grande.

É nesse contexto que também surge um incômodo na classe antagonista, ou seja, naqueles contra os quais Chico B prontamente se posicionou ao se candidatar para representar o povo na Assembleia Legislativa da Paraíba. A agitação e propaganda de Chico B em Campina Grande não apenas levou seus seguidores a compreenderem a necessidade de mudança apontada por ele, mas também expôs os responsáveis pelo abandono das camadas populares na cidade. Afinal, a mobilização popular gerada por sua campanha teve um impacto significativo. Nesse sentido, o efeito da agitação política era evidente, como expressou Lênin, citado por Krupskaya (1939, n.p): “A agitação ajuda as massas a se organizar – dizia Lênin –, coleciona-as e ajuda-as a atuar em uníssono.”

A análise crítica-histórica, que busca compreender como a realidade das camadas populares é influenciada por aqueles que detêm os meios de produção em Campina Grande, passou a ser debatida por Chico B e assimilada pelo povo. Agora, a população tinha consciência de que os problemas do município não eram meras fatalidades, mas sim resultados diretos das ações dos latifundiários e dos donos das grandes indústrias. Em outras palavras, Chico B conseguiu transmitir essa compreensão às pessoas que o apoiavam, ampliando a percepção coletiva sobre as causas estruturais da exploração e do abandono.

A agitação das massas e a propagação dos reais problemas da cidade, expressadas por Chico B, desempenham um papel fundamental para as camadas populares. No entanto, esse movimento desagradava profundamente a classe antagonista, que vê na mobilização popular uma ameaça ao seu domínio. Afinal, como destaca Kaplan (1977, apud Thompson, 2012, p. 275):

“O proletariado pode tornar-se consciente de si mesmo somente desenvolvendo a consciência de classe, ao passo que a burguesia, contra quem luta, já é consciente de si.”

O termo classe não é estático. O fato de Campina Grande, em 1961, possuir o maior número de operários e a maior população da Paraíba não significa, necessariamente, que esses habitantes, em sua maioria, tinham consciência de classe ou se identificavam com ela. Conforme a compreensão de Thompson (2012), classe e consciência de classe são construções históricas e dinâmicas, que não emergem automaticamente das condições materiais, mas sim do processo de experiência e luta coletiva.

Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mi, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe (Thompson, 2012, p. 274).

Na ausência de uma compreensão sobre a classe à qual pertencem, os trabalhadores vivem em um vazio. Sem essa consciência de classe, as camadas populares não percebem que determinadas situações vivenciadas por elas não são naturais e, sobretudo, não compreendem seus próprios direitos. Podem até intuir que certas práticas não deveriam ser tão dolorosas, já que a realidade enfrentada pelas classes populares do município sempre foi insustentável ao longo da história social e econômica de Campina Grande. No entanto, o maior problema é que, sem consciência de classe, a população explorada não consegue enxergar que a mudança é possível — que existe uma alternativa ao sistema vigente.

Dessa forma, evidencia-se a repulsa da elite campinense e de seus defensores em relação a Chico B. Ele não apenas possuía consciência de classe, mas também contribuía para despertar essa consciência nos demais campinenses. Muitos trabalhadores ainda não se reconheciam como parte de uma classe social específica, inserida em uma realidade onde existe uma classe dominante notoriamente estabelecida e antagonista, preocupada apenas com sua própria lucratividade. Essa classe dominante, por sua vez, pouco se importa com os problemas sociais, desde que esses não interfiram em seus ganhos e privilégios.

### **3.2.4. “O candidato que nunca foi”: o “jogo de empurra” que impediu a candidatura de deputado estadual da Paraíba de Chico B (1962)**

Como já mencionado anteriormente, para que Chico B pudesse concorrer ao cargo de deputado estadual da Paraíba na eleição de 7 de outubro de 1962, era necessário que estivesse filiado a um partido político, conforme estabelecido pela Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950, que instituiu o Código Eleitoral, vigente até 1965. De acordo com o Art. 47 da referida lei: “Somente podem concorrer às eleições candidatos registrados por partidos ou alianças de partidos.” Dessa forma, era imprescindível que Chico B se filiasse a um partido, já que o PCB permanecia na ilegalidade no Brasil. O próprio Chico B, em uma entrevista concedida à *Revista Tudo*, em 22 de maio de 1988, explicou:

RD<sup>101</sup> – Chico, qual o partido pelo qual você iria se candidatar realmente a uma vaga na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba?

CB<sup>102</sup> – Na época, se não me engano, era o PTB ou PSD, por ai assim, já que o PCB não era legalizado como hoje (*Revista Tudo*, 1988).

Desta forma, o maior desafio do Comitê Popular de Chico B foi encontrar um partido ao qual ele pudesse se filiar para efetivar sua candidatura e garantir que seu nome estivesse apto para votação. De forma irônica, Sylvestre (1988, p. 328) descreve que o esforço do Comitê Popular de Chico B para encontrar um partido foi:

“O comando do movimento se modificava, mas, o espírito inicial permanecia: eleger o “Chico B” deputado estadual, como candidato desvinculado das cúpulas partidárias e como representante legítimo dos humildes de Campina Grande. O sonho acabou quando os líderes do movimento foram procurar essas mesmas cúpulas partidárias para as devidas formalidades da legislação eleitoral” (Sylvestre, 1988, p. 328).

Evidentemente, aponta-se uma contradição: Chico B, juntamente com seu comitê, formulou críticas às cúpulas partidárias e, ao mesmo tempo, buscou essas mesmas cúpulas para a filiação e efetivação de sua candidatura. Havia outra saída? Trata-se de uma contradição intrínseca ao sistema, onde a saída é não ter saída. Entretanto, o empenho do Comitê não era se aliar aos demais partidos, mas buscar a filiação e a efetivação da candidatura de Chico B, conforme a obrigação eleitoral existente na época. Assim, o Comitê Popular empenhou-se nessa tentativa de conseguir um partido.

A busca incansável por um partido, não parou. Sylvestre (1988, p.329), aponta: “Enquanto confabulavam com os chefes políticos, intensificavam o movimento e promoviam gestões para que as executivas partidárias fossem pressionadas a conceder legenda ao candidato

<sup>101</sup> Não é possível descobrir quem era o RD, que entrevistou Chico B.

<sup>102</sup> CB era a sigla referente a Chico B.

da tesoura”. Abaixo, será destacado um quadro com os chefes políticos e os partidos que foram procurados pelo Comitê Popular de Chico B, de acordo com Josué Sylvestre (1988, p. 329).

Quadro 5 - Chefes partidários e seus respectivos partidos procurados pelo Comitê Popular de Chico B de acordo com Josué Sylvestre

NOME DO CHEFE POLÍTICO DO PARTIDO	NOME DO PARTIDO
Argemiro de Figueiredo e Petrônio Figueiredo	Partido Trabalhista Brasileiro – PTB <sup>103</sup>
Severino Cabral	Partido Social Democrático – PSD <sup>104</sup>
Álvaro Gaudêncio	União Democrática Nacional - UDN <sup>105</sup>
João Pedrosa	Partido Socialista Brasileiro - PSB <sup>106</sup>
Ismael Marinho	Partido de Representação Popular – PRP <sup>107</sup>

Fonte: Quadro feito pelo autor com base nos dados de Sylvestre, 1988, p. 329.

<sup>103</sup> O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi um partido político de relevância nacional, fundado pelo ex-presidente Getúlio Vargas em 1945. Criado com o intuito de mediar as relações entre os sindicatos e as influências comunistas, o PTB desempenhou um papel crucial na política brasileira até sua dissolução em 1965, pelo Ato Institucional nº 2.

<sup>104</sup> O Partido Social Democrático (PSD) foi um partido político nacional fundado em 17 de julho de 1945, pelos interventores designados por Getúlio Vargas durante o período do Estado Novo. Atuou ativamente em todas as eleições nacionais e estaduais realizadas entre 1945 e 1965. O PSD teve como principal aliado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), embora também tenha formado alianças com a União Democrática Nacional (UDN), sua tradicional adversária. Dominou a Câmara dos Deputados ao longo de sua existência, elegeu dois presidentes da República (em 1945 e 1955), desempenhou um papel fundamental na eleição de Getúlio Vargas em 1950, e conquistou diversos governos estaduais, além de integrar a maioria dos ministérios ao longo do período. Assim como os demais partidos em operação, o PSD foi dissolvido em 27 de outubro de 1965 pelo Ato Institucional nº 2. Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil. **PSD**. In: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965>. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: Acesso em: 13 de julho de 2024.

<sup>105</sup> Fundada em 7 de abril de 1945, a União Democrática Nacional (UDN) surgiu como uma coalizão de partidos estaduais e grupos de opinião que se opunham à ditadura do Estado Novo. O partido se destacou por sua constante oposição a Getúlio Vargas e ao getulismo. Embora inicialmente uma frente, a UDN se estruturou como um partido político nacional, participando de todas as eleições, tanto majoritárias quanto proporcionais, até 1965. O principal concorrente da UDN nas urnas era o Partido Social Democrático (PSD), que tinha uma representação predominante no Congresso. A UDN ocupou a segunda posição na Câmara dos Deputados até 1962, quando foi superada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Além de eleger governadores, principalmente no Nordeste, o partido integrou vários ministérios, incluindo durante o governo Vargas. Apesar de não ter sucesso nas três eleições presidenciais que disputou (1945, 1950 e 1955), a UDN apoiou a eleição vitoriosa de Jânio Quadros em 1960 e a Ditadura Militar de 1964. Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil. **UDN**. In: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: . Acesso em: 13 de julho de 2024.

<sup>106</sup> O Partido Socialista Brasileiro (PSB) foi fundado em 1945 sob o nome de Esquerda Democrática (ED). Reestruturado e renomeado, o PSB desempenhou um papel importante na política brasileira até ser extinto pelo Ato Institucional nº 2, em 1965.

<sup>107</sup> O Partido de Representação Popular (PRP), foi estabelecido em 26 de setembro de 1945 por Plínio Salgado e recebeu registro definitivo em 10 de novembro do mesmo ano. Como os outros partidos em atividade naquela época, foi dissolvido em 27 de outubro de 1965 devido ao Ato Institucional nº 2. Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil. **PRP**. In: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-de-representacao-popular-prp>. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: . Acesso em: 13 de julho de 2024.

O documento intitulado “Ao Povo Paraibano”, com o subtítulo “A Verdade Nua Sobre a Candidatura – CHICO BARBEIRO”, foi elaborado pelo Comitê Popular “Chico Barbeiro” e não possui uma data específica. Segundo Sylvestre (1988, p. 329), a redação deste texto foi predominantemente realizada por Agnello Amorim. Este documento revela que foram contatados mais partidos do que aqueles mencionados por Sylvestre (1988).

Figura 5 - A verdade nua sobre a candidatura de Chico B - Comitê Popular de Chico B - Paraíba (1962)

# = Ao Povo Paraibano =

## A verdade nua sôbre a candidatura — CHICO BARBEIRO

Consumado o esbulho à vontade popular pela oposição dos partidos políticos ao registro da candidatura de Francisco de Almeida Batista (Chico B), se faz necessário denunciar a trama, submetê-la ao exame do povo, que saberá julgar sem compaixão os seus artifícios.

### ANTECEDENTES

Há um ano eclodia, espontaneamente, a candidatura Chico Barbeiro. Surgiu à luz da política binete, despida das limitações a que conduz o profissionalismo político. A descrença popular nos seus representantes gerou o fenômeno. O nome do humilde barbeiro, a quem o povo outorgou de sua prosaica oficina de trabalho para responder à prepotência e incúria dos homens públicos, galvanizou as massas, fê-las tomar consciência de sua força apontando-lhes o curso que os e as cúpulas partidárias, vãos de programa e divorciados das massas. E ante à ameaça do modesto barbeiro aos seus privilégios odiosos, se uniram, mais uma vez, contra o povo.

### O POVO NÃO TEM PARTIDO

Quando os fariseus da política paraibana se aperceberam da liderança que Chico Barbeiro lhes arrebatava, conluíram-se para negar, pelas legendas partidárias que monopolizam, o seu registro no Tribunal Eleitoral. Reuniram em conchavo doloso todas as siglas, PSD, PTB, UDN, PDC, PSP, PRP, PR, PSB, PL; os grandes partidos na liderança do tribofe, trazendo de reboque os pequenos, estes, verdadeiras arapucas para os candidatos multáveis, objetos das negociações mais tórpes. E armaram o jôgo. ASNALdo Bonifácio (que nos perdoem os asnos) comandou como «testa de ferro», a trapaça. Comprometeu-se a registrar a candidatura invencível, e chegou até a enviar um telegrama dando ciência do registro. Puro blefe de jogador sem escrúpulos. O dispositivo anti-popular estava montado e irredutível. O partido do ASNALdo bloqueiou sordidamente a tentativa de registro. Fomos às outras legendas. Não alimentávamos mais ilusões porém

queríamos vêr até que ponto chegava a farsa e o engodo dos «democratas». O senador de Itararé aquiesceu, em princípio, quanto ao registro pela sua legenda, da candidatura popular. Insensível aos anseios coletivos, no espaço de uma madrugada mudou de opinião. O PSD, pelos seus carcomidos chefes e chefetes, negou-se em aceitar a evidencia do pronunciamento do povo. Houve outros entendimentos com demais partidos, todos, porém, manifestaram seu hermetismo ao clamor dos paraibanos. O último a ser consultado foi o dep. Jofilly; o tartufo deixou cair a máscara de líder de massas, e numa dialetica chifrin, opôs-se ao registro.

Assim, mais uma vez ficou provado que o povo não tem partido. As agremiações partidárias são simples instrumentos nas mãos do poder econômico, dos pelêgos e dos trapaceiros.

### A RESPOSTA DO POVO

Uma vez que o povo não tem partido, não dispõe de um organismo a fim de objetivar as suas aspirações, concretizar os seus anseios, não tem obrigação de votar nos seus carrascos. A democracia sob a qual vivemos é uma mentira que a ninguém mais engana. Os candidatos autenticamente populares não têm acesso ao legislativo. Para lá somente vão os profissionais da mistificação. Os fraudadores da vontade do povo. Os magnatas ou os seus sequazes. As massas não...

Advertimos, porém, que o fantasma «Chico Barbeiro» não se diluiu por entre as brumas da noite desta democracia de fanfarraria. O fenômeno não se dissipou ao sopro da traição dos chefes, chefetes, sub-lacaio e arautos dos partidos políticos. É permanente, pois suas causas não desapareceram. O povo continuará sem representantes, sofrendo privações, não podendo educar seus filhos, não tendo lugar para cair vivo, porque para quem morre todo sítio é bom.

Um dia raiará a aurora do povo, e os seus algozes serão justicados. E não está distante esse dia.

ass. COMITÉ POPULAR «CHICO BARBEIRO»

Ninguém deve votar em ninguém. As cúpulas negaram o direito do povo de eleger seu deputado à Assembléia Estaqual e não têm direito de exigir que o povo vote em candidatos que êle não escolheu. Próximo às eleições serão distribuídas por toda Paraíba, chapas de «Chico Barbeiro», a fim de que o povo possa demonstrar nas urnas que pobre pode e deve também ser eleito.

Por meio deste documento, posto na figura 5, pode-se incluir outros partidos que foram procurados pelo Comitê Popular de Chico B, para realizar a filiação deste sujeito e efetivar sua

candidatura, foram os partidos: Partido Democrata Cristão – PDC<sup>108</sup>, Partido Social Progressista – PSP,<sup>109</sup> Partido Republicano – PR<sup>110</sup> e Partido Libertador – PL<sup>111</sup>.

O documento apresentado na figura 5, contém informações que o Comitê Popular de Chico B, procurou cerca de 9 partidos, porém só especifica como foi o processo de diálogo com três partidos; PRT, PSD e PSB. O diálogo com o PRT, representado por seu dirigente estadual, Arnaldo Bonifácio, garantiu que resolveria a questão da filiação de Chico B ao PRT, conforme detalhado no telegrama enviado por ele para Chico B:

Figura 6 - Telegrama de Arnaldo Bonifácio confirmando a filiação de Chico B ao PRT, enviado para o próprio Chico B

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFAS		CARIMBO DA ESTAÇÃO	
NÚMERO DE EXPEDIENTE	23	Indicações de Serviço Assinale e Endereço	RESTAURANTE BOLETA PARA CHICO B
Recebido:			C GRANDE PB
às _____ horas			
por _____			
PRÉAMBULO : < << <93 DE JOAO PESSOSA PB 9737 46 22 171			
O préambulo contém as seguintes indicações de serviço: espécie de telegrama, estação de origem, número do telegrama, número de palavras, data e hora da apresentação.			
Habitue-se a indicar no recibo do seu Telegrama a hora em que se receber. Com essa providência, auxiliará o Departamento na Fiscalização da entrega dos Telegramas.			
< INFIRMO QUE DEI ENTRADA SEU NOME LEGENDA PR TENDO ENTRADO HOJE			
TIRE PARA REGISTRO PT VOCEH SEMPRE REPRESENTANDO NOSSA LEGENDA PRT PT			
PODE FICAR TRANQUILOS EH AVISAR NOSSOS AMIGOS QUE VOCEH ESTA REGISTRADO VG			
TEXTO E ASSI	ABRACOS ARNALDO BONIFACIO PRESIDENTE PRT		
	RESTAURANTE BOLETA PARA CHICO B C GRANDE PB <		

<sup>108</sup> O Partido Democrata Cristão (PDC) foi estabelecido em 9 de julho de 1945, em São Paulo, pelo professor da Universidade de São Paulo (USP) Antonio Ferreira Cesarino Júnior. Embora tenha tido uma influência eleitoral moderada, o PDC contou com membros como Queirós Filho, Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, André Franco Montoro, Plínio de Arruda Sampaio e o ex-presidente Jânio Quadros. O partido foi dissolvido pelo regime militar instaurado em 1964, através do Ato Institucional Número Dois (AI-2), emitido em 27 de outubro de 1965.

<sup>109</sup> O Partido Social Progressista (PSP) foi fundado em junho de 1946 pelo ex-interventor de São Paulo, Ademar de Barros. In: Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil. **PSP**. In: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-progressista-1946>. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: . Acesso em: 13 de julho de 2024.

<sup>110</sup> O Partido Republicano (PR) foi criado essencialmente por Artur Bernardes, ex-presidente da República (1922-1926). O PR surgiu como sucessor do antigo Partido Republicano Mineiro, que foi dissolvido após a implantação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937. In: Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil. **PR**. In: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-pr>. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: Acesso em: 13 de julho de 2024.

<sup>111</sup> O Partido Libertador (PL) foi fundado por Raul Pilla em 10 de novembro de 1945. Como os demais partidos em atividade na época, foi dissolvido em 27 de outubro de 1965 pelo Ato Institucional nº 2. Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil. **PL**. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-libertador-pl-1945-1965>. Acesso em: 13 de julho de 2024.

Fonte: Sylvestre, 1988, p. 331.

O telegrama da Figura 6 não possui data. Porém, discorre a seguinte informação:

“INFORMO QUE DEI ENTRADA SEU NOME LEGENDA PR TENDO ENTRADO HOJE TRE PARA REGISTRO PT VOCEH SEMPRE REPRESENTANDO NOSSA LEGENDA PRT PT PODE FICAR TRANQUILOS EH AVISAR NOSSOS AMIGOS QUE VOCEH ESTA REGISTRADO VG ABRACOS ARNALDO BONIFACIO PRESIDENTE PRT”  
 (...)  
 RESTAURANTE BOLER PARA CHICO.B C GRANDE PB

O telegrama da figura 6 aparentemente aliviou as preocupações do Comitê Popular de Chico B, pois Arnaldo Bonifácio assegurou que o problema estava resolvido e pediu que Chico B informasse aos demais. No entanto, conforme evidenciado no documento da figura 5, o telegrama revelou-se um "puro blefe de um jogador sem escrúpulos". Pouco depois, o PRT desistiu da filiação de Chico B, alegando falta de consenso na comissão executiva do partido (Sylvestre, 1988, p. 329). Claramente, o telegrama parece ter sido uma tática das cúpulas partidárias para enganar Chico B e seu comitê, criando falsas expectativas e desmobilizando qualquer outra possibilidade de filiação a outro partido, enquanto Chico B e seu Comitê permaneciam tranquilos com a ilusão de uma filiação no PRT.

O PSD rejeitou diretamente a candidatura de Chico B quando seus líderes foram abordados. O último partido a ser considerado foi o PSB, O Deputado Federal José Joffily<sup>112</sup>, uma das principais figuras do PSB, foi contatado para discutir uma possível filiação. No entanto, Joffily ofereceu outras propostas, conforme relatado por Sylvestre (1988):

“[...] José Joffily, líder estadual do Partido Socialista e candidato ao Senado e à Câmara<sup>54</sup>, chegou a admitir a candidatura de Chico para deputado federal, o que seus amigos não aceitaram porque toda a mobilização havia sido feita em função da Assembleia Legislativa e eles tinham certeza da vitória (Sylvestre, 1988, p. 329).

Conforme documento apresentado na figura 5, José Joffily não ofereceu nenhuma alternativa além de recusar a candidatura de Chico B, contrariando a afirmação realizada por Sylvestre (1988, p. 329). O documento afirma sobre José Joffily: “O último a ser consultado foi

<sup>112</sup> José Joffily Bezerra de Mello, nasceu em 1914 em Campina Grande – PB. Participou da Revolução de 1930; secretário de Agricultura, Viação e Obras da interventoria Rui Carneiro (1942-1945); deputado constituinte (1946) e deputado federal PB (1946-1963); membro da Frente Parlamentar Nacionalista; nomeado membro do Conselho Nacional de Economia em 1963 e afastado em 1964 por força do AI-I; dedicação à empresa privada e à pesquisa de episódios ligados à história da Paraíba. Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil. José Joffily Bezerra de Mello. In. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-joffily-bezerra-de-melo>. Acesso em: 13 de julho de 2024.

o deputado Joffily; o 'tartufo' revelou sua verdadeira face de líder das massas e, com uma postura contraditória, opôs-se ao registro”. E relação aos demais partidos, o documento constado na figura 5, informa: “Houve outros entendimentos com demais partidos, todos, porém, manifestaram seu hermetismo ao clamor dos paraibanos”. Josué Sylvestre (1988, p. 328) definiu essas movimentações de busca por partido de “jogo de empurra”:

Ai, então, o “jogo de empurra” começou. Todos os chefes partidários procuravam ganhar tempo. No íntimo, todos repeliam aquela candidatura nascida do protesto, do deboche, da contestação e da denúncia aos métodos tradicionais de condução dos partidos. Passavam-se as semanas, o dia fatal se aproximando e o “staff” de “Chico B” numa exaustiva peregrinação, recebendo o “chá de cadeira” nas antessalas dos dirigentes partidários (Sylvestre, 1988. p. 328).

De acordo com as informações contidas no documento da figura 5, esse "jogo de empurra" foi orquestrado e organizado pelas cúpulas partidárias, como efeito do debate anteriormente realizado a respeito do "perfil de Chico B" e sua responsabilidade na ruptura de determinadas estruturas existentes em Campina Grande. Chico B, ao ser alvo desse "jogo de empurra", confirmou-se como uma ameaça para os políticos que mantinham as estruturas vigentes e, conseqüentemente, para a elite, gerando este boicote.

Chico B tinha ciência deste boicote, e afirmou sua existência: “[...] fui boicotado por Drault Ernani<sup>113</sup>. José Joffily e vários políticos da época [...]” (Revista Tudo, 1988). O filho de Chico B, Felix Batista afirma sobre seu pai: Ele não foi eleito porque não obteve naquela época, legenda partidária. Todos os partidos se uniram e negaram a legenda. Mas ele se firmou, é... como uma pessoa popular, uma pessoa que atendia a esses reclames da população no sinal de protesto. (Programa Diversidade, 2010).<sup>114</sup>

O boicote, ocorreu também oriundo da própria direção do PCB, o Camarada Um, afirmou: “O partido foi contra essa candidatura dele<sup>115</sup> (...)”, sobre a campanha de rua oriunda de Chico B, o Camarada um informou que “o Partido comunista achava que aquilo era um

---

<sup>113</sup> Drault Ernani de Melo e Silva oriundo do PSD, nasceu em 5 de julho de 1905, em São José dos Cordeiros, Paraíba, filho de João Olinto de Melo e Silva e Francisca Olinto Holanda. Ele foi o quarto dos 24 filhos gerados por sua mãe, que, após perder muitos deles, recebeu do avô a sugestão de dar nomes incomuns aos próximos filhos, acreditando que isso traria sorte. Foi assim que surgiu o nome Drault, inspirado em um físico francês. Entre seus irmãos, Bivar Olinto de Melo e Silva destacou-se como deputado federal pela Paraíba entre 1963 e 1971, enquanto Adalgício Olinto de Melo e Silva teve um papel importante nas movimentações de 1930, alcançando a patente de major e servindo como prefeito de Patos, Paraíba. Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil. José Joffily Bezerra de Mello. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/drault-ernani-de-melo-e-silva>. Acesso em: 13 de julho de 2024.

<sup>114</sup> PROGRAMA DIVERSIDADE. **Chico B**. YouTube. Campina Grande, 20 jan. de 2010. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=mwyMD-22Vzs&ab\\_channel=PROGRAMA\\_DIVERSIDADE](https://www.youtube.com/watch?v=mwyMD-22Vzs&ab_channel=PROGRAMA_DIVERSIDADE). Acesso em: 02 abr. de 2022.

<sup>115</sup> Entrevista concedida no dia 03 de dezembro de 2024.

desrespeito a representação popular<sup>116</sup>”. Aparentemente, há nessas afirmações, um problema por parte da direção do PCB de Campina Grande, que perpassa o debate político e adentra o pessoal.

Conseqüentemente, o “jogo de empurra” resultou na ausência de filiação partidária de Chico B. Para a felicidade daqueles que repugnavam as ideias defendidas por ele, a falta de uma filiação acabou por dismantelar uma candidatura que estava tão bem estabelecida nas camadas populares de Campina Grande. Sem filiação partidária e, por conseguinte, sem o registro de sua candidatura, Chico B não disputou a eleição para deputado estadual da Paraíba em 1962.

O Camarada Dois, pontuou a seguinte questão, em relação a ausência de filiação de Chico B:

Os partidos não aceitaram, vou lhe repetir, ver se eu coloco melhor. Em 62 o país vivia um clima de instabilidade. Haviam movimentos populares contra a classe dominante, os políticos. Então, o que foi negado a Chico B foi o espaço, porque eles acreditavam na época que só Chico B fosse eleito, fosse votado. Então, os partidos todos queriam. Aí fizeram um pacto que era fácil pra eles e nenhum deu a legenda. Não deram a legenda a ele, deixaram ele ficar sem legenda! Então, houve uma época muito... houve muitas pessoas na época, inclusive políticos, na época, amigos nossos ligados a Chico B tentaram. Mas não teve jeito, não deram a vaga.<sup>117</sup>

Já o Camarada Três, pontuou:

Foi um boicote geral, combinado e realizado de acordo com todos os partidos. Por quê? Porque ele representava uma candidatura de protesto. Ele era um cidadão humilde, barbeiro, de boa... de bom conceito na cidade, como uma pessoa inteligente, uma pessoa que discutia política, que conversava com os jovens. E partiu nesse interesse de fazer uma campanha pra uma pessoa sem nenhuma tradição política, e sem dinheiro, naquela época. Se hoje a política ainda exige dinheiro, ainda exige a compra do voto, imagina naquela época? Então, era um movimento originado em um protesto. Muito mais um protesto do que qualquer coisa. Só que dessa vez com pessoa mesmo, vivo, gente. Já houve protesto até com animais em São Paulo.<sup>118</sup>

Esse boicote, ele não ocorre isolado da realidade existente no Brasil. Segundo Araújo (1985), o contexto político e social entre 1960 e 1964 demonstrava que: “Já que as formas antigas se encontravam enfraquecidas e as novas ainda não conseguiram se impor.” (Araújo, 1985, p. 199). Essa análise se alinha à concepção de Gramsci (2007, p. 184) sobre a crise de hegemonia, na qual: “[...] consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer [...]”.

---

<sup>116</sup> Ibid.

<sup>117</sup> Entrevista concedida no dia 04 de dezembro de 2024.

<sup>118</sup> Entrevista concedida no dia 14 de dezembro de 2024.

Chico B era, definitivamente, uma ameaça. Segundo o Camarada Um, na eleição de 1962: “Ele teve uma pesquisa que indicava que ele poderia ter, na época, 5.000 votos<sup>119</sup>.” Dentro da conjuntura nacional, Chico B representava as ideias de um 'novo' tempo, marcado pela ruptura das amarras históricas que sustentavam financeiramente inúmeras famílias ricas da Paraíba. Essas famílias não apenas detinham o poder econômico, mas também o perpetuavam na esfera política por meio das oligarquias. Dessa forma, Chico B representava ideias que precisavam ser interrompidas para que o "velho" sistema se reestabelecesse, garantindo a continuidade do domínio das elites locais, nesse âmbito, surge o boicote, pela ideologia de Chico B e sua possibilidade de vitória, afinal:

"Chico B" virou moda. O seu nome no "Campo do 13", nos cabarés, na Missa, nos Colégios, nas Oficinas. O menino largava o tabuleiro de pirulito e gritava "Viva Chico B!" O operário deixava de lado a ferramenta e ia saudar "Chico B" (Gazeta do Sertão, 1983, n.p).

Porém, não satisfeitos com o boicote a Chico B, o Comitê Popular de Chico B, conforme descrito na figura 5, tentam boicotar a eleição de 1962:

“Ninguém deve votar em ninguém. As cúpulas negaram o direito do povo de eleger seu deputado à Assembléia Estadual e não têm direito de exigir que o povo vote em candidatos que ele não escolheu. Próximo às eleições serão distribuídas por toda Paraíba, chapas de «Chico Barbeiro», a fim de que o povo possa demonstrar nas urnas que pobre pode e deve também ser eleito.”

É necessário problematizar a postura adotada pelo Comitê Popular de Chico B, especialmente no que diz respeito à formalização do documento que tratava do impedimento de sua filiação a um partido político e à estratégia utilizada para divulgar essa denúncia. Dantas (2022, p. 57) destaca que elaborar apenas um documento denunciando o impedimento e convocando a população para um boicote foi um grande erro tático. Segundo o autor, a maioria das camadas populares da Paraíba não tinha acesso à alfabetização, conforme demonstram os dados do IBGE: “A Paraíba possuía, em 1960, 1.677.167 habitantes, e cerca de 1.120.957 não sabiam ler e nem escrever, de acordo com o IBGE (1960)” (Dantas, 2022, p. 57).

Ou seja, como um impedimento dessa magnitude, que afetava diretamente uma "candidatura" fortemente enraizada nas camadas populares de Campina Grande, poderia ser denunciado apenas por meio de um documento escrito, sendo que a maioria dos apoiadores dessa candidatura era composta por pessoas não alfabetizadas? Havia a necessidade de ocupar as ruas e ampliar a denúncia de forma ativa e combativa, complementando a nota com

---

<sup>119</sup> Entrevista concedida no dia 03 de dezembro de 2024.

manifestações e mobilizações populares. Portanto, houve um erro tático por parte do comitê, que subestimou a importância de utilizar formas mais acessíveis de comunicação e protesto para atingir seu público.

Outro erro estratégico foi o boicote às urnas, conforme relatado no documento da figura 5, que afirma: "Próximo às eleições, serão distribuídas por toda a Paraíba chapas de «Chico Barbeiro», a fim de que o povo possa demonstrar nas urnas que pobre pode e deve também ser eleito." O Comitê Popular de Chico B parecia ainda estar preso à mentalidade e à dinâmica da década de 1950, quando os votos de protesto tiveram grande repercussão, como os casos do Bode Cheiroso, em Pernambuco, e do Cacareco, em São Paulo.

No entanto, ao adotar essa estratégia, o comitê não reconheceu plenamente a potencialidade da própria "candidatura" de Chico B, que eles mesmos haviam ajudado a construir junto com ele. Em vez de reforçar sua campanha, o boicote às urnas minimizou a mobilização popular e enfraqueceu a luta por representatividade real, transformando um movimento legítimo em um protesto simbólico.

Paradoxalmente, dentro do contexto da eleição na democracia burguesa, Chico B foi apresentado como uma alternativa viável de mudança. No entanto, consolidou-se a ideia de que uma transformação poderia ocorrer por meio dele, sem que houvesse um questionamento mais profundo sobre a própria estrutura eleitoral dentro da lógica burguesa. Ou seja, os cidadãos poderiam simplesmente ser levados a acreditar que a solução para seus problemas estaria na escolha de outro candidato, que se assemelhasse ao perfil de Chico B, sem necessariamente questionar as limitações do sistema eleitoral vigente e a reprodução das mesmas contradições estruturais.

Nesse momento do recorte histórico, conforme demonstrado pelas fontes citadas anteriormente, percebe-se que Chico B havia, minimamente, se consolidado perante centenas de cidadãos de Campina Grande como uma possibilidade real de mudança em suas realidades. Esses cidadãos não o enxergavam apenas como um símbolo de protesto eleitoral, mas sim como alguém capaz de promover transformações concretas. Viam nele a condição para uma verdadeira alteração social, e não apenas um voto de revolta a ser depositado nas urnas. No entanto, aparentemente, seu próprio Comitê Popular não teve essa compreensão. Ao adotar uma tática mesquinha, baseada no boicote às urnas, o comitê desperdiçou essa mobilização popular, resultando apenas em: [...] pouquíssimos eleitores depositaram nas urnas células com o nome

de “Chico B” que, de tão raras, não despertaram maiores comentários no recinto das apurações, onde eram anotadas no item dos votos nulos<sup>120</sup> (Sylvestre, 1988, p. 329).

As eleições de 7 de outubro de 1962 transcorreram sem quaisquer problemas. Oriundos de Campina Grande, foram eleitos os seguintes deputados estaduais da Paraíba:

Tabela 10 - Deputados Estaduais de Paraíba eleitos majoritariamente com votos de Campina Grande (1962)

NOME	PARTIDO	VOTOS DE CAMPINA GRANDE	VOTOS TOTAIS
Ronaldo Cunha Lima	PTB	2.057	3.796
Sósthénis Pedro	PSD	1.293	3.287
Langstaine Almeida	PSB	1.808	2.223
Álvaro Gaudêncio	PDC	959	3.933
João Caetano	PR	1.104	2.494

Fonte: Tabela feito pelo autor com base nos dados do TER-PB – 1962.

O PCB perdeu a oportunidade de contribuir efetivamente para a candidatura de Chico B. Restou à organização de base do partido a tentativa de construir sua candidatura, deslocada da orientação oficial do PCB. Possivelmente, a direção do PCB teria conseguido a filiação de Chico B ao PSB, mas não houve essa intenção por parte da liderança do partido. Esse fato demonstra, de maneira evidente, um distanciamento de Chico B ou, ainda, a falta de reconhecimento de sua militância por parte da direção partidária.

Nessa perspectiva, Chico B decidiu disputar a próxima eleição municipal, que ocorreria em 1963. Agora, com o acúmulo político da experiência anterior, sua trajetória nessa nova disputa será apresentada no próximo capítulo.

<sup>120</sup> Os votos brancos foram 14.978 e votos nulos 6.351. PARAÍBA. **Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes> . Acessado em: 05 de maio de 2022.

#### 4. CHICO B ENTRE A URNA E FUZIL: DA DISPUTA PARA VEREADOR EM CAMPINA GRANDE – PB À REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR (1963-1964)

Neste capítulo, aborda-se, inicialmente, o contexto político da eleição municipal de 1959 em Campina Grande. Esse panorama é fundamental para compreender quais grupos políticos Chico B enfrentou na eleição de 1963. Ao analisar esse cenário, torna-se possível entender as dificuldades que ele precisaria superar para conquistar uma vaga como vereador em Campina Grande.

Em seguida, o capítulo analisa os desafios enfrentados por Chico B em 1963, desde o isolamento político até os problemas internos do PCB, que impactaram diretamente sua candidatura. Posteriormente, discute de forma mais ampla o impacto da Ditadura Militar em 1964 no estado da Paraíba, com foco na cassação de mandatos em todo o estado.

Por fim, examina-se as consequências da repressão militar em decorrência da atuação de Chico B no PCB de Campina Grande.

##### 4.1. A RETIRADA DOS “CORONÉIS” E A ASCENSÃO DOS “DOCTORES”? O CONTEXTO POLÍTICO DA ELEIÇÃO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PB (1959 – 1963)

Durante as décadas de 1940 a 1970, o município de Campina Grande foi um território de intensa disputa eleitoral e ideológica, principalmente devido ao seu peso político como a cidade mais populosa da Paraíba. Campina Grande nesta época possuía 8 distritos: Campina Grande, Catolé, São José da Mata, Galante, Massaranduba, Lagoa Seca, Queimadas e Fagundes.

Na eleição municipal de 1963, Chico B concorreu em um pleito com mais de 100 candidatos, conforme noticiado pelo jornal *O Planalto* (1963, p. 13). A maior parte desses candidatos apresentava interesses e posicionamentos ideológicos distintos, podendo ser classificados em três grupos principais: Os nacionalistas<sup>121</sup>, membros da classe média

---

<sup>121</sup> O ano de 1955 foi de extrema importância para Campina Grande, pois marcou o surgimento de uma nova ideologia na cidade: o nacionalismo. Com a carta de suicídio de Getúlio Vargas e o incentivo à luta contra os trustes internacionais, instigado pelo próprio Vargas, o então candidato à Presidência da República em 1954 e deputado federal Juscelino Kubitschek, juntamente com jovens deputados federais do PSD, criou um bloco partidário chamado "Ala Moça". Entre seus membros estava o campinense José Joffily Bezerra, deputado federal. Assim, não demorou para que essa ideologia se propagasse em Campina Grande. Consequentemente, em 1956 foi criada a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), convocada pelo deputado federal Abguar Bastos (PTB-SP) em unidade com alguns políticos dos partidos PTB, UDN, PSP, PR e PSB. Novamente, o campinense José Joffily esteve envolvido, tornando-se um dos fundadores da FPN, junto ao paraibano Jacob Frantz. A FPN

emergente resultante do processo de urbanização pelo qual Campina Grande passava e, por fim, um grupo de políticos que vinha perdendo sua influência e seus cargos na Câmara Municipal. Este último grupo é identificado por Josué Sylvestre, em sua obra *Nacionalismo e Coronelismo: Fatos e Personagens da História de Campina Grande (1954-1964)* de 1988, como os "coronéis". Porém, antes de adentrar a eleição municipal de 1963, é importante destacar o cenário que Chico B enfrentaria, como consequência da eleição de 1959.

Os chamados "coronéis", que tradicionalmente eram eleitos vereadores principalmente pelos distritos rurais de Campina Grande, utilizavam suas propriedades rurais para exercer influência sobre os trabalhadores rurais. Essa influência se dava por meio de práticas paternalistas e exploratórias, onde controlavam tanto a vida social quanto política desses moradores dos distritos campinenses. Em 1959, esse grupo de "coronéis" se dividiu em duas alas com base nos interesses políticos em jogo nas eleições municipais daquele ano. A primeira ala era composta pelos "cabalistas", aliados de Severino Cabral, que se lançou como candidato a prefeito. A outra ala era formada pelos "argemiristas", que apoiavam Argemiro de Figueiredo, que, por sua vez, dava apoio ao candidato à prefeitura Newton Vieira Rique.

No entanto, na eleição de 1959, esse grupo em sua totalidade começou a perder espaço no cenário político do município. Nessa eleição, apenas Salvino Figueiredo Neto<sup>122</sup> (PTB), filho do coronel Joãozinho Figueiredo, chefe político do distrito de Fagundes, e Zacarias Vaz Ribeiro<sup>123</sup> (PTB), representante de uma influente família do distrito de Massaranduba, conseguiram se eleger.

Outros candidatos pertencentes ao grupo dos "coronéis" foram João Jerônimo da Costa (PTB), que exercia influência política no distrito de Lagoa Seca. Em 1955, ele foi eleito vereador em Campina Grande pelo partido UDN com 862 votos. No entanto, nas eleições de 1959, sua votação caiu para 716 votos, o que o levou a perder a vaga na câmara municipal.

Maria Dulce Barbosa (PTB), que tinha forte influência política no distrito de Queimadas, foi eleita pela primeira vez vereadora de Campina Grande em 1947, também pelo UDN, com 947 votos. Em 1959, no entanto, a sua votação diminuiu significativamente, caindo

---

chegou até a Assembleia Legislativa da Paraíba, onde os deputados estaduais José Maranhão, Ronaldo Cunha Lima e Romeu Abrantes, oriundos do PTB, fizeram parte. Já os deputados estaduais Assis Lemos, Langstaine Almeida, Figueiredo Agra e Afásias Almeida, do PSB, também se somaram ao movimento. Em Campina Grande, no final de 1955, as ideias nacionalistas de defesa do patrimônio brasileiro começaram a ser difundidas por meio do Grêmio Literário Machado de Assis. Esse espaço tornou-se um ponto de encontro para debates e reuniões sobre o tema, com a participação de Agnello Amorim, Odimar Agra, Orlando Tejo, Genaro Souto, Edvaldo de Góes, Figueiredo Agra e Fernando Cunha Lima.

<sup>122</sup> Foi sua primeira eleição, obteve 1.155 votos, sendo o mais votado do município de Campina Grande. Em 1962 ficou na suplência para deputado estadual da Paraíba com 2.258 votos.

<sup>123</sup> Foi sua primeira eleição, obteve 729 votos.

para 638 votos, o que a deixou fora da câmara municipal. Gumercindo Barbosa Dunda (PTB), que exercia influência política no distrito de Galante, também perdeu espaço nas eleições de 1959. Ele foi eleito vereador pela primeira vez em 1947 com 638 votos, mas, em 1959, sua votação caiu para 578 votos. Assim, também não conseguiu se reeleger e ficou como suplente. Esses candidatos faziam parte da ala argemirista, um grupo político que perdeu força nas eleições de 1959, com todos ficando na suplência e, portanto, perdendo seus mandatos.

Paralelamente, havia também os "coronéis" ligados à ala cabalista, liderada por Severino Cabral. Um exemplo desse grupo foi José Maria Vital Ribeiro (PSD), que disputava sua primeira eleição e competia pela influência política no distrito de Queimadas com Maria Dulce Barbosa. No entanto, ele obteve apenas 602 votos e não foi eleito vereador.

Outro candidato dessa ala foi Geraldo Ferreira Dantas (PSD), que já estava em sua segunda eleição e disputava a influência política no distrito de Fagundes. Ele obteve 516 votos, ficando na suplência e não conseguindo se eleger. Joaquim Primo de Medeiros (PSD), que também estava em sua segunda eleição, disputava a influência política no distrito de Lagoa Seca com João Jerônimo. Ele obteve apenas 415 votos e, assim como os outros, também ficou na suplência, sem conseguir um mandato.

A maioria desses candidatos a vereadores, ligados à ala cabalista e argemirista, não conseguiram se eleger em 1959, o que mostra a dinâmica de disputa e a perda de força de alguns grupos tradicionais nas eleições daquele ano. A votação relativamente baixa desses candidatos reflete a mudança no cenário político de Campina Grande, onde a competição por poder local se intensificava.

Os candidatos ligados a uma política arcaica, caracterizada pelo paternalismo e assistencialismo, que tradicionalmente impulsionavam seus votos por meio dessas práticas, perderam espaço para a classe média de Campina Grande. Essa classe média emergiu com o processo de urbanização pelo qual a cidade passou ao longo do tempo, como já foi discutido anteriormente. Com o crescimento da urbanização e a mudança no perfil da população, o cenário político passou a ser dominado por "novos grupos", como estudantes, advogados, professores e funcionários públicos.

Como resultado, uma nova geração de políticos foi eleita, pessoas que representavam essa classe média urbana em ascensão conforme aponta Sylvestre (1988, p. 282). Entre os candidatos eleitos pela primeira vez, destacam-se Fernando Silveira (PSD), com 706 votos; Evaldo Gonçalves de Queiroz (PSP), com 926 votos; Everaldo da Costa Agra (PTB), com 832 votos; e Langstaine Amorim de Almeida (PSD), com 1.136 votos.

No final de 1955, em Campina Grande, o Grêmio Literário Machado de Assis se tornou um importante espaço para a disseminação das ideias nacionalistas, especialmente no que se refere à defesa do patrimônio brasileiro. Nesse ambiente, pessoas como Agnello Amorim, Odimar Agra, Orlando Tejo, Genaro Souto, Edvaldo de Góes, Figueiredo Agra e Fernando Cunha Lima se reuniam para discutir e promover essas ideias. Através dessas reuniões, o Grêmio Literário Machado de Assis desempenhou um papel fundamental na difusão de um movimento intelectual que buscava valorizar a cultura e o patrimônio do Brasil, influenciando o cenário local e fortalecendo o pensamento nacionalista em Campina Grande.

Os nacionalistas, que se apresentaram com características de um movimento intelectual, partiram para a eleição de 1959 com o apoio de estudantes, professores e outros membros da sociedade campinense. Contudo, nenhum dos candidatos desse grupo conseguiu se eleger. Eurípedes Cruz (PRT) obteve apenas 373 votos, enquanto José Honório Maia (PSB) conseguiu 773 votos. O comunista Oliveiros Oliveira (PSD), que havia sido o primeiro vereador comunista de Campina Grande em 1955, perdeu sua reeleição, recebendo apenas 417 votos. Outros candidatos, como Odimar Agra (PSD), obtiveram 399 votos, e Euclides Ribeiro (PSD) teve apenas 178 votos. Esse resultado refletiu uma derrota significativa para o grupo dos nacionalistas nas urnas, que não conseguiu se afirmar politicamente na eleição de 1959.

Na tabela abaixo, será descrito os vereadores eleitos em Campina Grande na eleição de 1959:

Tabela 11 - Vereadores eleitos em Campina Grande – PB (1959)

<b>NOME DO VEREADOR</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>QUANTIDADE DE VOTOS</b>
Salvino Figueiredo Neto	PTB	1.155
Langstaine Amorim de Almeida	PSD	1.136
Ronaldo Cunha Lima	PTB	952
Evaldo Gonçalves de Queiroz	PSP	926
Pedro Salvino de Farias	PSD	895
Williams de Sousa Arruda	PSB	863
Sóstenes Pedro da Silva	PSD	859
Everaldo da Costa Agra	PTB	832
Mario de Souza Araújo	PTB	804
José Gaudêncio de Brito	PTB	776
Aldino Lucas Gaudêncio	PSD	766
Zacarias Vaz Ribeiro	PTB	729
Fernando Silveira	PSD	706
Pedro Cordeiro de Sá	PART	648
Augusto Ferreira Ramos	PART	501

**Fonte:** Tabela feito pelo autor com base nos dados do TRE-PB (1959).

No próximo quadro, pode-se observar os suplentes de vereadores de Campina Grande – PB, que assumiram mandato durante os anos de 1959 até 1963:

Quadro 6 - Suplentes de vereadores que assumiram mandato durante 1959 até 1963 em Campina Grande – PB

<b>NOME DO SUPLENTE</b>	<b>PARTIDO QUE FOI ELEITO SUPLENTE</b>	<b>VOTAÇÃO</b>	<b>DATA QUE ASSUMIU MANDATO DE VEREADOR</b>
João Jerônimo da Costa	PTB	716	01 de dezembro de 1959
José Honório Maia	PSB	770	10 de dezembro de 1959
Antônio Pereira Gama	PART	422	11 de dezembro de 1959
Eurípedes Gomes da Cruz	PART	364	14 de dezembro de 1959
Marcelo Figueiredo	PSD	698	11 de janeiro de 1960
Maria Dulce Barbosa	PTB	638	13 de dezembro de 1960
Leonel Amaro de Medeiros	PSP	525	16 de março de 1960
Noaldo Moreira Dantas	PTB	580	11 de agosto de 1960 até 26 de agosto de 1963
José Maria Vital Ribeiro	PSD	602	26 de outubro de 1960
Gumercindo Barbosa Dunda	PTB	578	07 de novembro de 1960 até 06 de dezembro de 1963
Antônio Pereira Neto	PTB	495	22 de novembro de 1960
Deusdedit Luiz Fernandes	PSP	494	11 de dezembro de 1961
Evaldo Cavalcanti da Cruz	PTB	649	07 de dezembro de 1961 até 08 de julho de 1963
Geraldo Ferreira Dantas	PSD	516	21 de julho de 1961
Artur Vilarim	PSD	507	08 de julho de 1963
Gerson Barbosa de Menezes	PSD	470	22 de julho de 1963

Fonte: Quadro feito pelo autor com base nos dados de Sylvestre, 1988, p. 283.

Em relação a esta eleição, e em comparação com ambos quadros acima, é importante destacar que essa nova classe média emergente não representou uma ruptura completa com os métodos arcaicos de exploração do voto, utilizando-se do paternalismo e clientelismo. Na verdade, há uma relação contraditória nesse cenário, onde “novos agentes políticos” da classe média acabam adotando práticas semelhantes às dos antigos "coronéis", embora com características distintas.

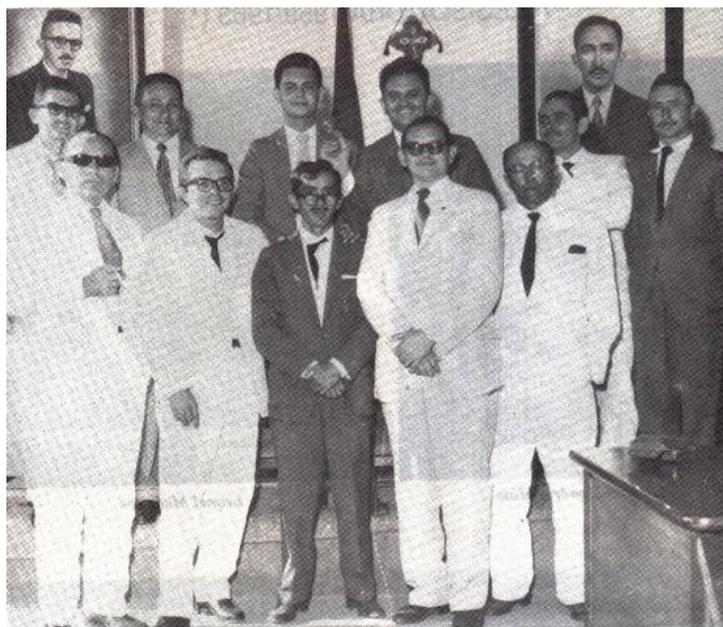
Um exemplo disso é Ronaldo Cunha Lima (PTB), que foi eleito vereador em 1959 com 952 votos e, conforme Sylvestre (1988, p. 282), é visto como uma novidade oriunda da classe média. No entanto, é importante lembrar que a família Cunha Lima tem raízes em uma oligarquia que se estabeleceu em Areia, na década de 1889, e se espalhou por todo o estado da Paraíba, como aponta Junior (2016, p. 35). Ou seja, apesar de ser considerado uma figura nova, Ronaldo Cunha Lima está vinculado a uma tradição de poder oligárquico na região. Outro exemplo é o vereador Zacarias Vaz Ribeiro (PTB), eleito em 1959 com 729 votos. Embora Sylvestre (1988, p. 281) o apresente como uma novidade e uma ruptura com os antigos "coronéis", Zacarias Ribeiro vem de uma família financeiramente poderosa do distrito de Massaranduba, o que o conecta a um sistema de influência política semelhante ao dos coronéis tradicionais.

Esses exemplos demonstram que, embora haja uma mudança na composição da classe política na câmara municipal de Campina Grande, após a eleição de 1959, muitos dos “novos políticos” chamados de “classe média urbana” ainda mantêm relações com as estruturas de poder tradicionais, adaptando-se a elas em vez de romper totalmente com seus métodos.

Paralelamente, observa-se que alguns políticos ligados ao latifúndio e ao voto clientelista, conhecidos como “coronéis”, conforme destaca Sylvestre (1988, p. 281), não conseguiram se eleger vereadores naquele momento. No entanto, isso não significou um afastamento do poder. Como ocupavam posições de suplentes, acabaram assumindo os cargos de vereadores de Campina Grande posteriormente, como é possível analisar no quadro 6. Entre eles estavam João Jerônimo da Costa (PTB), Maria Dulce Barbosa (PTB), Gumercindo Barbosa Dunda (PTB) e Geraldo Ferreira Dantas (PSD). Ou seja, mesmo sem a vitória direta nas urnas, encontraram uma forma de retornar à Câmara, mantendo a influência política de sempre.

Figura 7 - Vereadores Eleitos em Campina Grande (1959)<sup>124</sup>

<sup>124</sup> A Câmara de Vereadores era composta por 15 (quinze), dos quais 11 (onze) estão presentes na foto acima. Eles estão dispostos da seguinte forma: Fila de baixo (da esquerda para a direita): Aldino Gaudêncio, Langstaine Almeida, Williams Arruda, Fernando Silveira e Zacarias Ribeiro. Fila de cima (da esquerda para a direita):



Fonte: Sylvestre, 1988, p. 285

Na eleição de 1959, fica nítido que nenhum candidato proveniente da classe trabalhadora foi eleito. A disputa se concentrou entre os que representavam uma metodologia arcaica, resquícios vinculados ao voto de cabresto da República Velha (1889 – 1930) — os chamados "coronéis" — e uma classe média urbana emergente, que, embora pareça representar uma ruptura com o passado, é, na verdade, fruto de uma continuidade dos interesses dos antigos "coronéis". Essa classe média urbana, em grande parte, não rompe com as estruturas de poder anteriores, mas perpetua os mesmos valores e interesses com uma metodologia diferente. Em vez de representar uma mudança radical, essa nova classe política é, em muitos aspectos, uma continuidade das velhas práticas, adaptadas aos novos tempos, mas com os mesmos objetivos de manutenção do poder de suas famílias sob o clientelismo e paternalismo com a classe trabalhadora.

Neto e Santos (2017, p. 07) apontam que esse movimento tem raízes na Era Vargas (1930 – 1945), surgindo com a ruptura da República Velha (1889 – 1930). Apesar das mudanças políticas, muitos resquícios deste passado político permaneceram, convivendo com uma nova cultura política letrada. Havia uma crença de que os chamados “doutores” — intelectuais, profissionais formados, estudantes do ensino superior, ditos, classe média urbana — seriam mais aptos para organizar e conduzir as classes populares. No entanto, esses mesmos "doutores" muitas vezes eram herdeiros diretos dos antigos coronéis, vindos de famílias ligadas à política

---

Evaldo Gonçalves, Pedro Cordeiro, Ronaldo Cunha Lima, Sóstenes Pedro, Everaldo Agra e Mário Araújo. (SYVESTRE, 1988, p. 285).

agrária, onde o poder se estruturava por meio do paternalismo. Em outras palavras, tratava-se da velha política vestindo uma nova roupagem. Esse padrão pode ser nitidamente observado na eleição de 1959, que refletia essa continuidade disfarçada de renovação, como os exemplos citados anteriormente dos vereadores eleitos em 1959 em Campina Grande, Ronaldo Cunha Lima e Zacarias Vaz Ribeiro.

#### 4.2. A BANDEIRA DE REBELDIA DE UM POVO": A CANDIDATURA DE VEREADOR DE CHICO B EM CAMPINA GRANDE ENTRE DESAFIOS, ISOLAMENTO E BAIXA VOTAÇÃO (1963)

Em 1963, Chico B disputou uma vaga para vereador em uma eleição bastante concorrida, enfrentando mais de 100 candidatos, conforme noticiado pelo jornal *O Planalto* (1963, p. 01). Entre os concorrentes, estavam políticos ligados à política agrária, como João Jerônimo da Costa (PTB), que foi eleito como o segundo mais votado, com 1.032 votos. Outros, como Zacarias Vaz Ribeiro (PTB), que obteve 671 votos, e Gumercindo Barbosa Dunda (PSP), com 578 votos, ficaram na suplência. Já entre os candidatos da classe média urbana, Everaldo da Costa Agra (PTB) se destacou, sendo o mais votado da eleição, com 1.209 votos, tornando-se reeleito.

Ligados ao movimento nacionalista, alguns candidatos disputaram essa eleição, mas não conseguiram se eleger. Entre eles, Eurípedes Gomes da Cruz (PSB) recebeu 522 votos, enquanto Euclides Cavalcanti Ribeiro (PR) obteve 108 votos. Além disso, um novo nome ligado ao movimento nacionalista, que surgiu em 1955 a partir do Grêmio Literário Machado de Assis, também participaram do pleito pela primeira vez, Orlando Tejo (PSB) conquistou 329 votos. No entanto, todos ficaram na suplência.

Entre os vereadores eleitos em 1959, alguns voltaram a disputar a eleição de 1963, mas nem todos conseguiram se reeleger. Mário de Souza Araújo (PTB) obteve 771 votos e ficou na suplência, assim como Aldino Lucas Gaudêncio (PSP), com 505 votos, e Zacarias Vaz Ribeiro (PTB), com 671 votos. Já Pedro Cordeiro de Sá (PSD) foi eleito com 705 votos, e Augusto Ferreira Ramos (PR) também garantiu uma vaga, com 724 votos. Ou seja, Chico B enfrentou uma eleição extremamente concorrida, com um grande número de candidatos à disposição dos eleitores. Além disso, competia diretamente com os nomes já mencionados, muitos deles com experiência política e influência consolidada no cenário local.

Para disputar essa eleição, Chico B não encontrou grandes dificuldades para se filiar a um partido, algo que havia sido um desafio na sua candidatura à Assembleia Legislativa da

Paraíba em 1962. Em 1963, ele conseguiu se filiar ao PTB, o que lhe permitiu oficialmente entrar na disputa. No entanto, ao se filiar ao PTB, ele enfrentou um enorme desafio, além da forte concorrência de candidatos de outros partidos. Segundo a Lei nº 1.164 de 1950, que estabeleceu o Código Eleitoral até 1965, existia indiretamente uma eleição interna dentro dos partidos, era determinada pelo sistema proporcional. Ou seja, um candidato precisava ser um dos mais votados dentro da sua própria legenda para garantir uma vaga na Câmara Municipal de Campina Grande.

No caso do PTB, a chapa proporcional estava bastante competitiva, com nomes fortes como Everaldo da Costa Agra, representante da classe média urbana e candidato à reeleição, João Jerônimo da Costa, um representante da política agrária, e Argemiro de Figueirêdo Filho, filho de chefe político de nível estadual. Além disso, havia candidatos à reeleição como Mário de Souza Araújo e Zacarias Vaz Ribeiro. Nesse contexto, Chico B precisava conquistar uma votação significativa para se destacar entre esses tradicionais nomes da política campinense e garantir sua vaga na Câmara Municipal.

Nesse contexto, Chico B enfrentou outro problema significativo, como é apontado por Sylvestre (1988, p. 329): “No ano seguinte, em 1963, sem conseguir reunir em torno do seu nome os dirigentes de sua campanha no período 1961/1962, Francisco de Almeida Batista candidatou-se a vereador (...)”. Embora essa afirmação seja feita sem apresentar evidências concretas, ela pode ser explorada para entender melhor as dificuldades enfrentadas por Chico B naquele momento. A falta de apoio de líderes e colaboradores de sua campanha anterior certamente representou um obstáculo importante, evidenciando as complexas dinâmicas políticas que ele precisou superar para tentar se firmar novamente como candidato.

Logo, esses obstáculos estão fortemente relacionados à falta de apoio do PCB. Isso demonstra que a candidatura de Chico B a vereador em 1963 ocorreu de forma mais espontânea, sem o respaldo organizacional e estratégico do partido. Ao contrário de sua candidatura anterior para Deputado Estadual da Paraíba, em que contou com o apoio de amigos e militantes comunistas do PCB, desta vez Chico B se viu sem o auxílio daquelas mesmas figuras, que haviam sido fundamentais para sua campanha anterior. A ausência do PCB e de seus aliados mais próximos certamente contribuiu para o desafio ainda maior.

Neste contexto histórico, o PCB em Campina Grande tinha um candidato favorito: Manoel Monteiro. No entanto, havia também outro candidato vinculado ao PCB disputando a eleição de 1963: José Pereira dos Santos. Ambos estavam filiados ao PSB para concorrer à eleição. A preferência por Manoel Monteiro, nesse cenário, é perceptível por vários fatores. Ele possuía um apoio mais consolidado dentro do partido e sua trajetória política era mais

reconhecida, o que o tornava uma figura de maior destaque. A disputa interna no PCB refletia, portanto, um cenário de divisões políticas e de estratégias eleitorais conflitantes, com Manoel Monteiro sendo o candidato preferido, o que indicava uma maior pressão para que ele fosse o escolhido para representar o partido nas urnas.

A pequena-burguesia apoiou Manoel Monteiro, protestando contra a candidatura de José. (...) A discussão das candidaturas ocorreu num clima tenso e de divergência sobre o que seria fundamental e o que deveria ser negligenciado. José admitiu que havia um certo desvio na linha política, aquilo que não deveria acontecer num partido da classe operária. Na decisão, os pequeno-burgueses preferiram apoiar Manoel Monteiro e, com José discordou, foi suspenso do PCB (Aued, 2006, p. 332).

A preferência do PCB por Manoel Monteiro também é evidente através da cobertura do jornal *Novos Tempos*<sup>125</sup>. No semanário, no período de 30 de agosto a 5 de setembro de 1963, após o resultado das eleições municipais, foi publicada uma matéria intitulada "Candidatos nacionalistas vitoriosos em eleições municipais", que destaca os resultados eleitorais da cidade de Campina Grande. A matéria menciona: "Campina Grande - Prefeito: Newton Figueiredo, Vice: Williams Arruda; Vereador: Manoel Monteiro" (NOVOS TEMPOS, 1963, p. 06). Esse destaque no semanário do Jornal *Novos Tempos* reforça a posição favorável do partido em relação a Manoel Monteiro, apresentando-o como um dos principais vitoriosos da eleição de Campina Grande, o que é um reflexo evidente da preferência do PCB por ele na disputa. Em relação a chapa majoritária citada, esta tinha apoio do PCB.

Peba, em entrevista a Aued (2006, p. 333), acrescenta que a preferência pela candidatura do PCB foi dada diretamente a Manoel Monteiro. Consequentemente, a recusa de Peba em desistir da disputa eleitoral resultou na divisão de votos entre os comunistas de Campina Grande. Devido à sua discordância em relação à candidatura de Manoel Monteiro, Peba foi expulso do partido em 1963.

Nas folhas 44 a 46 do Inquérito Policial Militar da Paraíba (IPM-PB) de 1964, Volume 1 (Scocuglia, 2015, p. 78-81), sob a responsabilidade do Major Ney de Oliveira Aquino e do escrivão Capitão Ernani Layme Falcão, encontra-se uma cópia autêntica de documentos apreendidos no escritório de José Gomes da Silva, conhecido como Zé Moscou, do PCB, por ordem do comandante da guarnição de João Pessoa. Entre esses documentos, foi encontrada

<sup>125</sup> Lançado no Rio de Janeiro (RJ) em 28 de fevereiro de 1959, *Novos Rumos* foi um semanário de circulação nacional, editado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que na época era denominado Partido Comunista do Brasil. Esse periódico teve um papel importante na divulgação das ideias e propostas do partido, refletindo o contexto político do Brasil no final da década de 1950 e início da década de 1960, período marcado por tensões políticas e mudanças sociais significativas no país. A publicação teve como objetivo fortalecer a presença do PCB no cenário nacional, oferecendo uma visão marxista sobre os principais eventos políticos da época.

uma ata da reunião do Comitê Executivo do PCB, realizada em 14 de setembro de 1963, em João Pessoa, Paraíba.

A reunião tratou de temas como o balanço eleitoral em relação a eleição de 1963, problemas internos do partido, questões educacionais e resoluções estratégicas. Na ata, destaca-se a fala de Oliveiros Oliveira, que apontou: "Também falou de indivíduos que eram do partido, mas que agiam nas campanhas como se não fossem, como o caso de José Gomes da Silva e Peba" (Scocuglia, 2015, p. 80).

Além disso, Manoel Monteiro, que também participou da reunião, fez uma análise sobre os resultados eleitorais de 1963 em Campina Grande. Ele mencionou que o candidato do partido obteve 578 votos, mas não foi eleito devido ao comportamento divisionista de Peba, que tentou desviar os votos para si. Apesar disso, Monteiro considerou os resultados positivos, destacando que o candidato do PCB (ele próprio) realizou uma campanha aberta em defesa dos ideais comunistas e, dessa forma, conseguiu despertar uma maior conscientização das massas sobre a doutrina do partido. (Scocuglia, 2015, p. 81).

Em um documento do Serviço Nacional de Informações (SNI)<sup>126</sup>, que contém o prontuário de José Pereira dos Santos, datado de 1983, é relatado que, em 16 de novembro de 1964, Peba informou sobre a existência de uma Frente Popular Campinense com viés comunista, que integrava o PSB devido à clandestinidade do PCB. Essa frente estava dividida em duas alas: uma liderada pelo próprio Peba e outra por Oliveiros Cavalcanti de Oliveira, ambas compostas por militantes do PCB, como pode ser analisado abaixo:

---

<sup>126</sup> ARQUIVO NACIONAL. Sistema Nacional de Informação (SNI), Prontuário de José Pereira dos Santos. Informe nº 993, 1983.

Figura 8 - Prontuário de José Pereira dos Santos no Sistema Nacional de Informação (SNI) onde; Peba informa a existência de duas alas comunistas no PSB em 1964 (1983)

NOME JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS (Folha 02) Nº 0109

DATA	FONTE E CLASSIFICAÇÃO	REF. SER.	HISTÓRICO
			- lhadoras etc, o indivíduo JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS gritou em para a multidão:- "MEUS AMIGOS, NÃO VAMOS FAZER UMA PASSEATA NEM CÂNDIDATO E SIM A PASSEATA DA REVOLUÇÃO, TUDO PELA REVOLUÇÃO"
1963 11 Set	1º Opt E RPI - 12	Pasta nº 13 - Fl 103	- JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS (PEBA) é um dos agentes do comunismo de Campina Grande/PB.
1964	DEOPSE/PB	I-003 - Fl 68	- Em uma relação feita pelo DEOPSE/PB consta como comunista de Campina Grande.
1964	Relatório IPM-PB-1	R-007 - Fl 55	- Indiciado no IPM-PB-1 - JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS (PEBA) - Peba conforme suas declarações, depoimentos e farta documentação assinou uma carta dirigida ao Comitê Regional do PCB e outra para o Central.
1964 16 Nov	B Sv E Info	C-003 - Fl 186	- D; uma informação sobre a Frente Popular Campinense (Organização dista-comunista com base no Partido Socialista Brasileiro) que em duas alas do PCB) destaca-se: "... Convencidos da necessidade e acertado o objetivo que era chegar ao poder através dessa Frente ingressaram os diversos grupos esquerdistas tais como: Partido Socialista Brasileiro, fundido nesta cidade em duas alas, uma chefiada por JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS (PEBA) e a outra, liderada por OLIVEIROS CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Todo o PCB local "Frente Popular")....."

Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) – 1983.

A existência dessas duas alas, que reivindicavam as práticas do partido, torna-se evidente quando o próprio Manoel Monteiro chamou Peba de “divisionista” durante a reunião do Comitê Executivo do PCB, realizada em 14 de setembro de 1963, em João Pessoa, Paraíba.

Nesse contexto, entende-se que a Frente Popular Campinense estava relacionada às eleições anteriores a 1964, evidenciando a falta de centralismo do PCB em Campina Grande. Isso sugere uma descentralização da estrutura partidária local. Paralelamente, esse cenário também indica um possível reconhecimento nacional do PCB, conferindo legitimidade à ala liderada por Oliveiros Oliveira. Afinal, ele era membro do Comitê Municipal do PCB em Campina Grande, o que resultou no apoio a Manoel Monteiro durante a disputa eleitoral municipal de 1963.

O PCB em Campina Grande-PB possuía maior força nos “[...] sindicatos mais atuantes na época, que estavam sob a liderança de militantes do PCB, eram os dos trabalhadores na indústria, no comércio e nos bancos.” (Santos, 2015, p. 148). Manoel Monteiro se encaixava

nesse perfil sindicalista, o que pode ter levado o PCB a priorizar seu nome na disputa eleitoral de 1963. Afinal, naquele ano, o Comando Geral dos Trabalhadores da Paraíba assumiu a responsabilidade de guiar as lutas da classe trabalhadora no estado, e Monteiro ocupava a vice-presidência dessa organização.

Por outro lado, Peba também possuía trajetória sindicalista, mas fazia parte de uma ala distinta de comunistas dentro do PSB, com base no PCB. Essa ala aparentemente era minoritária e exercia menos influência no âmbito estadual e nacional do partido. Nesse contexto, Manoel Monteiro ficou na primeira suplência do PSB na eleição municipal de 1963, com 574 votos, apenas 18 votos a menos que o último vereador eleito pelo PSB, Genésio Soares. Já o sapateiro José Pereira dos Santos obteve 144 votos.<sup>127</sup>

Nesse cenário, Chico B permaneceu isolado em relação ao PCB. Há indícios de que ele continuou atuando na construção do PCB nesse período, algo que será analisado posteriormente. Não existem fontes que evidenciem os motivos pelos quais Chico B não se filiou ao PSB, mas há indícios de que sua proximidade era maior com Peba do que com Manoel Monteiro e Oliveiros Oliveira. Se o próprio Peba enfrentou duras retaliações — fato amplamente reconhecido até os dias atuais —, Chico B, por sua vez, acabou relegado ao esquecimento histórico e até mesmo pelo próprio PCB.

Diante dessas informações, Chico B manteve sua candidatura a vereador de Campina Grande em 1963, porém de forma tímida, isolada e com pouca visibilidade em comparação às suas movimentações políticas de 1961 e 1962. Acredita-se que essa candidatura tenha surgido como uma tentativa de consolidar seu nome como vereador, desta vez por meio das urnas, já que não conseguiu se eleger deputado estadual da Paraíba em 1962. Possivelmente, o curto intervalo entre as duas disputas influenciou essa decisão. Ainda assim, havia a expectativa de que a vereança fosse uma meta viável, pois toda a mobilização realizada entre 1961 e 1962 poderia ser retomada e ampliada em 1963 para alcançar esse objetivo.

O sonho de uma grande vitória acabou se transformando em frustração diante da realidade concreta. Na eleição de 11 de agosto de 1963, Chico B recebeu apenas 57 votos, um resultado muito abaixo do esperado. Ele ficou na 22ª posição entre os candidatos do PTB mais votados e alcançou apenas a 9ª suplência do partido. Em uma eleição com 45.672 votos válidos

---

<sup>127</sup> É importante destacar que houve uma tentativa de cassação do registro das candidaturas de Manoel Monteiro e Peba, articulada pelo juiz João Sérgio Maia, conhecido por sua postura anticomunista. No entanto, o advogado Agenlo Amorim, que era promotor de justiça e membro do PCB, conseguiu reverter a decisão por meio do Tribunal Eleitoral. In: AUED, Bernardete Wrublewski. **O Sapateiro Militante: José Peba Pereira dos Santos**. Campina Grande, 2006. p. 332-333.

e 16.471 abstenções, sua votação representou apenas 0,20% do total apurado. O número foi muito inferior às expectativas criadas a partir de sua trajetória política.

Diante dessa realidade, é fundamental destacar os principais fatores que levaram à perda da estabilidade do nome de Chico B entre a classe trabalhadora campinense, enfraquecendo sua posição como um possível representante popular no legislativo municipal, como havia ocorrido anteriormente. Os principais motivos para esse declínio foram: seu isolamento político, a ausência de agitação e propaganda nas ruas e, por fim, a falta de uma organização partidária. Todos esses fatores estão interligados.

Já está evidente que a candidatura de Chico B em 1963 não foi planejada nem organizada pelos militantes do PCB. Pelo contrário, Chico B seguia isolado, como já foi demonstrado anteriormente. O Camarada Dois<sup>128</sup> elucidou: “A realidade é que colegas que apoiaram para deputado estadual se lançaram candidatos. Muitos, muitos. Inclusive o Peba, o Louro da Castanha, diversos, uns 20 naturalmente se candidataram”.

Louro da Castanha, cujo nome completo é Lourival dos Santos Lima, foi um dos principais apoiadores da campanha de Chico B para deputado estadual em 1962. Contudo, em 1963, ele decidiu seguir um caminho independente, lançando sua própria candidatura a vereador pelo PSD. Com 185 votos, Louro Lima ficou na suplência.

Além disso, seu irmão, Sebastião Lima, também um ex-apoiador de Chico B em 1961, foi candidato a vereador em 1963 pelo PSB e obteve 150 votos. Esse cenário ilustra não apenas o isolamento político de Chico B em relação aos antigos apoiadores oriundos do PCB, mas também a ruptura de alianças com ex-aliados, como os irmãos Lima, que, apesar de terem sido parceiros políticos no passado, optaram por seguirem trajetórias distintas.

O isolamento de Chico B teve consequências diretas e significativas para sua candidatura. Diante da conjuntura e das circunstâncias previamente mencionadas, sua campanha tornou-se uma tarefa extremamente difícil. O isolamento político enfraqueceu consideravelmente sua capacidade de agitação e propaganda, que, desta vez, não se refletiu em movimentações nas ruas nem em jornais locais.

A ausência de uma rede de apoio e de uma mobilização mais ampla impediu que sua candidatura alcançasse a visibilidade necessária, tornando-a ainda mais vulnerável diante da competitividade política da época. Esse enfraquecimento foi a principal consequência do isolamento de Chico B e da dissolução de seu antigo Comitê Popular. O Camarada Três<sup>129</sup>, elucidou:

---

<sup>128</sup> Entrevista concedida no dia 04 de dezembro de 2024.

<sup>129</sup> Entrevista concedida no dia 14 de dezembro de 2024.

Foi a campanha cujo candidato a prefeito era Newton Rique. Newton Rique contra Seu Cabral. E ele foi candidato... eu acho que aí ele já conseguiu a legenda, porque ele não era mais um fenômeno. A campanha dele não era mais um fenômeno! Ele era uma pessoa humilde, candidato. E a consequência era lógica: pouca repercussão. Tinha a repercussão, não por ele, mas pelo que ele representava naquela época antes de 63, por aí. Bem antes, ele foi bem... bem próximo da 64, né? Ele foi como desfrutando dos últimos momentos da democracia no Brasil.

Nesse contexto, ao comparar as movimentações da campanha eleitoral de Chico B em 1961-1962, no âmbito da disputa para deputado estadual da Paraíba na eleição de 1962, observa-se uma série de ações de agitação e propaganda que marcaram sua trajetória eleitoral. Entre as estratégias utilizadas, destaca-se a distribuição de folhetos sobre Chico B, lançados de um avião "teco-teco" do aeroclube local em Campina Grande (Sylvestre, 1988, p. 328), além de passeatas e mobilizações para arrecadar fundos para sua campanha. Chico B também teve forte presença nos aparelhos privados de hegemonia, especialmente nos jornais. Publicações como *Correio da Manhã* (1961), *O Rebate* (1961), *Diário da Borborema* (1961) e *O Semanário* (1961) registravam colunas e repercutiam os efeitos de suas mobilizações.

Paralelamente, em 1963, não houve sequer as mínimas ações de agitação e propaganda nas ruas em torno da candidatura de Chico B. Isso resultou no afastamento direto da classe trabalhadora de sua candidatura a vereador. A representação da classe trabalhadora por meio de um cargo institucional não pode se basear apenas em uma idealização ou no simples desejo de "ser representante"; ela precisa estar enraizada na realidade concreta e vinculada diretamente aos trabalhadores.

Para que uma candidatura se coloque verdadeiramente à disposição do povo, é essencial que esteja presente nas principais ruas e espaços de mobilização, onde a conexão com as massas é estabelecida e fortalecida. Esse movimento, no entanto, deve ser contínuo e não restrito ao período eleitoral.

O Camarada Um<sup>130</sup>, relata que o único material de divulgação utilizado por Chico B em sua campanha foi um panfleto, conhecido atualmente como "santinho". Esse material trazia sua fotografia, seu nome completo e seu apelido — este último mais popular do que seu nome de registro. Além disso, o panfleto destacava o apoio de Chico B ao prefeito Newton Rique (PTB) e ao vice Williams Arruda. Por fim, apresentava o lema de sua campanha em 1963: "Bandeira de rebeldia de um povo".

Figura 9 - Panfleto de vereador de Chico B - Campina Grande (1963)

<sup>130</sup> Entrevista concedida no dia 03 de dezembro de 2024.

CAMPINA DETERMINA



« \* »

Prefeito Centenário

NEWTON

\* \*

Para Vice-Prefeito

WILLIAMS

« \* »

**FRANCISCO ALMEIDA BATISTA**  
**(Chico "B")**

Bandeira de REBELDIA de um povo

Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande.

Outra consequência foi o esvaziamento de Chico B nos aparelhos privados de hegemonia, especificamente nos jornais, que desempenhavam um papel central na divulgação e no impulsionamento de campanhas eleitorais e movimentações políticas dos candidatos. Diferentemente do que ocorreu em disputas anteriores, Chico B não estava mais nos holofotes da imprensa paraibana. É importante destacar que a ausência de menções nos periódicos não apenas reduziu sua visibilidade, mas também contribuiu para a fragilização de sua imagem pública, tornando sua candidatura ainda mais apagada no cenário político da época.

Evidentemente, quando Chico B esteve nos holofotes dos jornais em 1961, houve um movimento constante para descredibilizar suas ações políticas, como fez Stênio Lopes em sua coluna no Diário da Borborema (1961). Esse processo revela a disputa pelo debate de ideias e a influência que a imprensa exercia na construção das narrativas políticas.

Já em 1963, a ausência de Chico B na mídia não foi apenas um reflexo de seu isolamento, mas também um mecanismo de silenciamento. A imprensa burguesa, ao negligenciar a divulgação de sua candidatura, desempenhou um papel ativo na marginalização de suas ideias, direcionando a opinião pública a consumir apenas aquilo que era conveniente à ideologia dominante e favorecendo candidaturas alinhadas aos interesses hegemônicos.

A um fato curioso em uma matéria publicada pelo Jornal *O Planalto* (1963), em uma matéria intitulada: “Mais de 100 candidatos na disputa dos campinenses”. A matéria trás os nomes dos candidatos a vereadores de acordo com cada partido. Desta forma, o jornal trás os nomes dos candidatos a vereadores do PTB, neste caso, onde Chico B estava filiado, e a lista de vereadores que consta no jornal é a seguinte:

Partido Trabalhista brasileiro – Antonino de Sousa Coelho, Antonio Francisco Cândido, Antonio Lellis Neto, Argemiro Figueiredo Filho, Castor da Paz, Everaldo da Costa Agra, Francisco de Almeida Barreto, Izac Maia, João Jerônimo, José Arnobio dos Santos, Manoel Brasília Sobrinho, Mário Araújo, Simão Freitas Filho e Zacarias Vaz Ribeiro (O Planalto, 1963, n.p.).

Em comparação com a lista de candidatos do PTB registrada no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (1963), o nome de Chico B foi corretamente registrado como Francisco Almeida Batista (conforme pode ser visto no panfleto acima), o que confirma que sua candidatura não foi formalizada com seu sobrenome “Barreto”. Dessa forma, não há como atribuir ao próprio Chico B uma suposta falha no registro de seu nome no TRE-PB, tampouco existia outro candidato com o mesmo nome concorrendo pelo PTB em 1963. Assim, a única conclusão possível é que o erro cometido pelo jornal *O Planalto* foi proposital.

Embora os motivos dessa distorção não sejam totalmente nítidos, o impacto do equívoco é evidente. Em uma época em que a votação era realizada por meio de cédulas, exigindo que o eleitor marcasse o nome completo do candidato, um erro na divulgação desse nome representava um prejuízo significativo. Afinal, o nome “Francisco de Almeida Barreto” não constava na cédula oficial, tornando impossível que um eleitor que se guiasse pelo jornal encontrasse essa opção no momento da votação. Mesmo que Chico B fosse amplamente reconhecido por seu apelido e o sobrenome “Barreto” fizesse parte do nome materno, não há justificativa plausível para esse erro, exceto a possibilidade de ter sido intencional.

No Jornal *O Planalto* (1963, p. 07), é possível encontrar referências a dois candidatos a vereadores pelo PSB: o professor Eurípedes Gomes da Cruz e Orlando Tejo. Ambos eram identificados como parte do grupo dos nacionalistas de Campina Grande e tinham suas imagens associadas ao povo. O professor Eurípedes Gomes da Cruz foi apresentado como um candidato do “voto consciente”, direcionando sua campanha especialmente para estudantes e bancários.

Já Orlando Tejo adotou um discurso mais combativo, declarando “guerra aos canalhas” e encerrando sua mensagem com a afirmação de que seria o verdadeiro “representante do povo” na Câmara Municipal de Campina Grande. Essa abordagem evidencia o interesse do *Planalto* (1963) em destacar candidaturas de perfil mais popular. No entanto, mesmo compartilhando

essas características, Chico B não recebeu qualquer menção no jornal, além do seu nome completo ser escrito erroneamente.

Por fim, o último fator analisado para a baixa adesão à candidatura de vereador de Chico B está relacionado à ausência efetiva do partido. Como demonstrado ao longo desta pesquisa, o PCB de Campina Grande perdeu o controle sobre sua militância. Embora houvesse comitês municipal e estadual, estes não eram respeitados, reflexo direto da maneira burocrática e autoritária com que conduziam o partido. Contraditoriamente, na Resolução Política do V Congresso do PCB de 1960, em seu ponto vigésimo oitavo ponto, elucida a seguinte questão:

Para que o Partido possa desenvolver-se como um partido de massas, com capacidade de iniciativa e, ao mesmo tempo, combativo e disciplinado, é indispensável a justa aplicação do centralismo democrático. No terreno da organização do Partido, é necessário combater simultaneamente as concepções sectárias e os métodos mandonistas, que entravaram durante muitos anos o seu desenvolvimento, e, de outro lado, as concepções liberais e as tendências anárquicas, que pregam o abandono do centralismo (PCB, 1960, n.p).

O PCB da Paraíba não conseguia centralizar seus militantes de maneira efetiva. Os próprios métodos “mandonistas”, criticados na Resolução Política do V Congresso do PCB de 1960, representam uma crítica direta à fracassada executiva estadual do partido, que, ao longo da década de 1960, permaneceu estagnada em sua mesquinhez política.

Evidentemente, a ausência de um direcionamento partidário para a candidatura de Chico B impactou diretamente a sua falta de adesão por parte da classe trabalhadora. Afinal, Bogo (2010) enfatiza que, para Lênin, o partido deveria ser de um novo tipo, ou seja, uma organização de ação revolucionária, capaz de orientar e conduzir a luta de classes. Sua função seria reunir os revolucionários, organizá-los em torno de tarefas imediatas e, assim, enfraquecer a classe dominante, preparando o caminho para que a classe trabalhadora assumisse o poder.

No entanto, não é anacrônico cobrar do PCB da década de 1960 a postura defendida por Lênin. O principal problema do partido, especialmente nesse período, foi sua posição diante de um contexto histórico crucial. Desde a publicação da Declaração sobre a Política do PCB, divulgada pelo Comitê Central do Partido Comunista do Brasil em março de 1958, o partido mergulhou em um reformismo contraditório, sustentando a ilusão de que a classe trabalhadora poderia alcançar sua emancipação por meio de reformas dentro dos marcos do capitalismo.

Essa visão ignorava a necessidade de uma transformação radical do sistema, tratando soluções superficiais como alternativas viáveis para a libertação da classe trabalhadora. Como

apontou Maurício Grabois (1960, n.p): “Circulam no Partido idéias estranhas ao proletariado sem o necessário combate.”<sup>131</sup>

Não é anacrônico afirmar que a postura do PCB deveria ter sido aquela mencionada anteriormente, pois Lênin já havia pontuado essa questão de forma clara antes mesmo da Resolução de Março de 1958. Como afirmou: “Só um partido orientado por uma teoria de vanguarda pode desempenhar o papel de combatente de vanguarda” (Lênin, 2015, p. 72). Com a Resolução de Março de 1958, o PCB deixou de ser, de fato, um partido de vanguarda, passando a atuar como um defensor do reformismo, propondo mudanças superficiais e insignificantes diante de um cenário que exigia transformações radicais.

O PCB havia aderido a um movimento para a superação do capitalismo por meio de etapas, sendo necessário ultrapassar os “resquícios feudais” presentes na realidade brasileira, os quais impediam a plena realização do capitalismo no país. Havia também um entrave ao desenvolvimento econômico brasileiro capitalista em decorrência da exploração imperialista, visto que o imperialismo era um obstáculo para o avanço do capitalismo no Brasil. Dessa forma, a etapa da revolução brasileira, de acordo com o PCB em 1958, seria principalmente nacional e anti-imperialista, e, secundariamente, favorável ao desenvolvimento das forças produtivas, para que estas superassem as relações feudais e escravistas nas áreas rurais do país.

A ausência de centralidade dos militantes do PCB em Campina Grande resultou na fragilização da candidatura de Chico B. No fim, sua candidatura tornou-se avulsa, sem um objetivo nítido e concreto. Chico B, um militante com potencial para fortalecer o partido, acabou sendo negligenciado em seu papel, quando poderia ter contribuído para a revitalização do PCB e para o fortalecimento de sua base. Afinal, ele representava uma figura capaz de mobilizar e direcionar a militância e a classe trabalhadora, mas foi prejudicado pela ausência de uma direção partidária coerente e sólida.

Afirma-se que esse problema não pode ser resumido apenas à eleição de 1963. Pelo contrário, o PCB perdeu a oportunidade de avançar de forma efetiva em Campina Grande desde as movimentações iniciadas por Chico B em 1961. Naquele ano, pela primeira vez na cidade, um sujeito humilde que almejava ser candidato a deputado estadual da Paraíba mobilizou centenas de pessoas que acreditavam em seu discurso, cujas críticas eram, em sua maioria, direcionadas à burguesia. O PCB falhou em reconhecer o potencial de Chico B e não soube lidar adequadamente com essa possibilidade, desperdiçando a chance de fortalecer suas bases e expandir sua influência na região.

---

<sup>131</sup> GRABOIS, Maurício. **Duas concepções sobre a revolução**. Marxists Internet Archive, 1960. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/grabois/1960/mes/duas.htm> . Acesso em: 12 de jan. de 2025.

A tarefa do partido de vanguarda é exatamente atuar sobre a realidade operária de modo a explicar a todo tempo, a natureza intrinsecamente exploradora e desigual da ordem burguesa, preparando politicamente o conjunto do proletariado para o momento dos embates decisivos que podem emergir tanto por meio das agitações políticas provocadas pelo partido quanto irromper espontaneamente do seio das contradições de classes engendradas na cotidianidade capitalista (Braz, 2011, p. 82-3).

Paralelamente à questão do PCB, há também um problema relacionado ao próprio Chico B, que levou adiante uma candidatura fragilizada e, ao que tudo indica, de maneira espontânea, sem o respaldo ou a orientação do partido, tampouco com uma finalidade estratégica nítida.

É evidente que as eleições, dentro da lógica burguesa, servem para definir quem continuará a oprimir a classe trabalhadora. No entanto, é fundamental reconhecer que a presença de um comunista em um cargo institucional não é meramente simbólica. Pelo contrário, esse espaço, apesar de suas limitações, pode e deve ser utilizado como uma ferramenta de luta, garantindo e ampliando direitos sociais, sempre com o horizonte do socialismo em vista.

Quando um candidato tem isso bem definido, ele compreende que o cargo institucional não é o fim, mas o começo. A revolução não ocorre dentro do Estado, por meio de cargos institucionais, mas sim nas ruas, em conjunto com a classe trabalhadora.

Diante disso, é inevitável questionar uma candidatura comunista que não apresenta uma finalidade bem estruturada. A campanha eleitoral, para um comunista, deve servir como um instrumento para intensificar o debate de ideias e ampliar a consciência de classe. No entanto, essa ampliação deve ser fruto de um trabalho contínuo, que não pode começar nem terminar em ano eleitoral.

Chico B conseguiu realizar esse processo em 1961 e 1962, mas não teve êxito em 1963. Todas essas circunstâncias influenciaram no afastamento de Chico B da classe trabalhadora, resultando em uma votação ínfima — consequência de todos os fatores mencionados anteriormente.

Diante desse contexto, em Campina Grande – PB, na eleição de 11 de agosto de 1963, conforme Sylvestre (1988, p. 457), as apurações começaram na manhã de 12 de agosto e foram concluídas na noite de 16 de agosto, sob a presidência do juiz João Sérgio Maia. O candidato a prefeito apoiado pelo PCB e por Chico B, Newton Rique, obteve a vitória com 20.383 votos, tendo como vice Willians Arruda. A seguir, apresenta-se a lista dos vereadores eleitos:

NOME	PARTIDO	NUMERO DA VOTAÇÃO
Everaldo da Costa Agra	PTB	1.209
João Jerônimo da Costa	PTB	1.032
Raimundo Monteiro Montenegro	PRP	857
Edvan	PR	846
Argemiro de Figueirêdo Filho	PTB	808
Manuel Joaquim Barbosa	PSB	793
Antônio Alves Pimentel	PSD	776
Antônio Bezerra Cabral Sobrinho	PSP	756
Martim Noilton Dantas	PSD	726
Augusto Ferreira Ramos	PR	724
Pedro Cordeiro de Sá	PSD	705
Anésio Ferreira Leão	PSP	701
João Nogueira de Arruda	PSB	638
Severino José de Souza	PR	609
Genésio Soares	PSB	592

**Fonte:** Tabela feito pelo autor com base nos dados do TRE-PB, 1964.

Os conhecidos políticos oriundos da política agrária, como Gumercindo Dunda (PSP), que obteve 578 votos, e Zacarias Ribeiro (PTB), com 671 votos, ficaram na suplência. Por outro lado, os novos representantes da nova classe média urbana de Campina Grande, como o professor Anésio Ferreira Leão (PSP) e o advogado Martim Noilton Dantas (PSD), conseguiram ser eleitos.

O vereador eleito Manuel Joaquim Barbosa (PSB) é citado por Sylvestre (1988, p. 458) como o único com perfil mais popular entre os eleitos, sendo um ex-nacionalista do movimento ligado ao Grêmio Machado de Assis, do qual foi um dos fundadores e presidente. Conhecido como o “enfermeiro do povo”, Barbosa era o único entre os vereadores eleitos do PSB que demonstrava uma identificação ideológica genuína com o regimento interno do partido. Isso contrastava com a situação de João Nogueira de Arruda e Genésio Soares, também eleitos pelo PSB, mas que ocupavam suas cadeiras por motivos estritamente eleitorais, sem uma adesão profunda à linha ideológica do partido.

Os demais candidatos populares, mencionados de forma breve anteriormente, apresentaram os seguintes resultados eleitorais: Manoel Monteiro (PSB) obteve 574 votos, Eurípedes Cruz (PSB) 522 votos, Orlando Tejo (PSB) 329 votos, Sebastião Lima (PSB) 150 votos e Chico B (PTB) alcançou 57 votos. Por uma diferença de apenas 19 votos em relação ao vereador eleito do PSB, Genésio Soares, Manoel Monteiro ficou na primeira suplência pelo PSB.

Sobre os resultados oriundos desta legislatura de 1963, conclui:

Só Manoel Barbosa e Anésio Leão foram eleitos realmente, através do voto “garimpado”, amigo por amigo, naturalmente fruto da simpatia conquistada pela atividade profissional. (...) Os demais devem seu sucesso eleitoral ao apoio dirigido das grandes chefias (Argemiro, Cabral, Newton) ou a investimentos maciços na prática do clientelismo (Sylvestre, 1988, p. 458).

Dado os cenários apresentados, é importante destacar que, após a eleição de 1963, Chico B nunca mais se candidatou, sendo esta sua última tentativa. Quando questionado sobre como Chico B se sentiu diante dos resultados das eleições que disputou, o Camarada Dois<sup>132</sup> respondeu da seguinte maneira:

Não, (...) nunca teve tristeza com nada. (...) era um homem altamente progressista. Ele nunca, não existia tristeza com ele, não. Às vezes ele batia boca pregando o Marxismo dele e (...) às vezes: “vá fazer outra coisa, Chico”. E ele só pregando, pregando, pregando. Mas quando (...) achava que ele tava muito exaltado, de repente ele pegava um violão e ia tocar o violão. Muito tranquilo!<sup>133</sup>

E, no fim, é isso que resta a um comunista: manter-se firme na convicção de que a aurora chegará e, com ela, o brilho da revolução. Chico B não voltou a se candidatar, mas permaneceu atuante, dedicando-se à construção do PCB em Campina Grande e ao apoio a candidaturas populares em Campina Grande. Essa atuação poderá ser analisada no próximo tópico desta pesquisa.

#### 4.3. A VIOLÊNCIA DA DITADURA MILITAR NA PARAÍBA: CASSAÇÃO DE MANDATOS E TORTURA AOS POLÍTICOS PARAIBANOS CONSIDERADOS “SUBVERSIVOS” (1964)

A Ditadura Militar foi instaurada no Brasil em 31 de março de 1964. De acordo com Felipe Demier (2014) e Ricardo Antunes (1992), ambos analisam a ditadura brasileira sob a ótica do bonapartismo<sup>134</sup>, no qual ela é resultado de uma dominação burguesa organizada com o intuito de destruir qualquer organização política oriunda dos trabalhadores, com o viés de

<sup>132</sup> Entrevista concedida no dia 04 de dezembro de 2024.

<sup>133</sup> Na transcrição dessa entrevista, optei por utilizar as reticências neste recorte específico, pois no local em que elas aparecem há um nome que poderia comprometer a identidade do entrevistado. No entanto, vale destacar que a única coisa retirada foi o nome, ou seja, a transcrição segue de forma linear, com as reticências servindo apenas para omitir o referido nome, sem alterar o restante do conteúdo.

<sup>134</sup> Para uma melhor compreensão do golpe de 1964, recomenda-se a leitura: DEMIER, F. **A Ditadura Bonapartista do grande capital: a questão dos regimes políticos nas interpretações históricas**. Outros Tempos, [S. l.], vol. 11, n.17, p. 166-182, 2014 e ANTUNES, R. **A Rebeldia do Trabalho. O confronto Operário no ABC paulista: as greves 1978/1980**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

proteger a ordem burguesa em situações pré-revolucionárias. Ou seja, o bonapartismo resulta na transferência do poder dos representantes da burguesia para a burocracia (sociedade civil: militares), utilizando-se da coerção (força/violência) para eliminar as dissidências internas e fortalecer um ambiente favorável ao desenvolvimento capitalista

Rapidamente, a sociedade política da Paraíba, alinhada aos interesses da classe dominante, começou a operacionalizar o golpe militar no estado. O deputado Clóvis Bezerra, presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, instaurou uma vigília permanente para monitorar os desdobramentos do golpe.

Além disso, manifestou seu apoio aos comandantes do IV Exército e da guarnição de João Pessoa pela destituição do governo constitucional de João Goulart, enviando-lhes a seguinte mensagem telegráfica:

JOÃO PESSOA – General Justino Alves Bastos – Comandante do IV Exército – Recife – A Assembleia Legislativa da Paraíba firme na atitude que assumiu desde os primeiros momentos ao lado do esquema democrático partido de Minas, congratula-se com vossência pela brilhante vitória das Forças Armadas pacificando segundo a melhor tradição do Grande Caxias a família brasileira livre agora de ameaça comunista. Digne-se o eminente compatriota em estender aos chefes vinculados a esse Comando os aplausos cívicos e veemente dos legisladores paraibanos. Saudações – Clóvis Bezerra Cavalcanti – Presidente (O Norte, 1964 apud CEVPM-PB, 2017, p. 113).

Poucos dias após a deflagração do golpe militar no Brasil, em 10 de abril de 1964, a ditadura recém-estabelecida no governo federal deu início ao processo de cassação de mandatos políticos, com o objetivo de “drenar o bolsão comunista no Brasil”. Essa medida foi amparada pelo Ato Institucional nº 1, publicado em 9 de abril de 1964, cujo Artigo 10 determinava:

Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos (Brasil, 1964).

Conforme apontado pelo relatório final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) de 2017, Clóvis Bezerra (UDN), presidente da Assembleia Legislativa, antecipou-se em relação as determinações estabelecidas pelo AI-1:

A Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, por seu presidente Clóvis Bezerra (UDN), e a Câmara Municipal de João Pessoa, presidida por João Cabral Batista, assim como em vários setores da sociedade civil paraibana apoiaram de imediato o golpe civil militar. Ambas as casas legislativas, antecipando-se às determinações estabelecidas pelo Governo Federal no AI-1, procederam à cassação dos mandatos de

parlamentares supostamente envolvidos com atividades e ideologias consideradas subversivas (CEVPM-PB, 2017, p. 537).

Nesse contexto, o deputado estadual paraibano Joacil de Brito Pereira (UDN) apresentou o Projeto de Resolução 3/64, com o objetivo de cassar, inicialmente, os mandatos dos deputados estaduais Assis Lemos<sup>135</sup> e Langstein de Almeida<sup>136</sup>, além dos suplentes Figueiredo Agra<sup>137</sup> e Agassiz de Almeida<sup>138</sup>. A justificativa para a cassação baseava-se na acusação de promoverem “ódio de classe e tentarem, por meios violentos, subverter o regime democrático para implantar uma ditadura no país, enquadrando-os nos crimes previstos na Lei de Segurança Nacional (Lei nº 1.802, de janeiro de 1953)”.

Art. 1º - É declarada a perda dos mandatos dos deputados Francisco de Assis Lemos e Langstein Almeida e dos Suplentes Figueiredo Agra e Agassiz de Almeida, todos da Legenda do Partido Socialista Brasileiro.

Art. 2º - A perda de mandatos declarada no artigo anterior se funda em procedimento incompatível com o decoro parlamentar, por parte daqueles representantes e suplentes, nos termos do art. 21, § 2º, da Constituição do Estado e no art. 120, do Regimento Interno. Parágrafo Único – Para os efeitos da presente Resolução, entende-se por procedimento incompatível com o decoro parlamentar a prática pelos aludidos deputados e suplentes de incitamento ao ódio de classe, a tentativa, por meios violentos, de subversão do regime democrático, para implantação da ditadura, no País,

<sup>135</sup> Conforme relatório final da CEVPM-PB: “Francisco de Assis Lemos de Souza, brasileiro, com 35 anos, [...]. Liderava uma das correntes no Movimento Camponês no Estado, admitindo-se que era executor da política camponesa do Governo João Goulart. [...] É acusado de ser promotor, ou pelo menos, o autor intelectual de invasões de propriedades e depredações”. In **COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA (CEVPM-PB)**. Relatório final. 2022. Disponível em: [https://www.cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb\\_relatorio-final.pdf](https://www.cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb_relatorio-final.pdf). Acesso em: 13 jan. 2025, p. 544.

<sup>136</sup> Conforme relatório final da CEVPM-PB: “Langstein de Amorim Almeida, brasileiro, 27 anos, [...] Participou de uma reunião conjunta do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Frente de Mobilização Popular (FMP) destinada a articular um movimento de pressão ao Governo do Estado. Segundo depoimentos comprometeu-se a trazer camponeses de Campina Grande para participar do movimento. Era atuante”. In **COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA (CEVPM-PB)**. Relatório final. 2022. Disponível em: [https://www.cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb\\_relatorio-final.pdf](https://www.cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb_relatorio-final.pdf). Acesso em: 13 jan. 2025, p. 544.

<sup>137</sup> Conforme relatório final da CEVPM-PB: “Antônio Figueiredo Agra, brasileiro, com 28 anos [...]. Este denunciado, comunista atuante, participou de reunião conjunta no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Frente de Mobilização Popular, realizada em 24 de fevereiro de 1964, destinada a articular um movimento cuja finalidade era pressionar o Governo do Estado, tendo apresentado a proposta de realização de um acampamento na frente do Palácio do Governo. [...] Era esquerdista que pugnava sem descanso pela implantação das Forças Subversivas no Estado”. in **COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA (CEVPM-PB)**. Relatório final. 2022. Disponível em: [https://www.cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb\\_relatorio-final.pdf](https://www.cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb_relatorio-final.pdf). Acesso em: 13 jan. 2025, p. 544.

<sup>138</sup> Conforme relatório final da CEVPM-PB: “Agassiz de Amorim e Almeida, brasileiro, com 28 anos, [...]. Cooperou na coleta de assinaturas em listas do Partido Comunista Brasileiro, com a finalidade de obter sua legalização. Solidarizou-se com manifestação subversiva realizada na Faculdade de Direito, em 3 de março de 1964, consoante telegrama incluso nos autos do IPM que instrui esta denúncia. Era um comunista que defendia com ardor o Partido”. In **COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA (CEVPM-PB)**. Relatório final. 2022. Disponível em: [https://www.cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb\\_relatorio-final.pdf](https://www.cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb_relatorio-final.pdf). Acesso em: 13 jan. 2025, p. 544.

o que constitui crimes previstos na Lei de Segurança (Lei no 1.802, de janeiro de 1953).

Art. 3º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. Sala das Sessões, em 7 de abril de 1964 (CEVPM-PB, 2017, p. 537).

A proposta de cassação, apresentada pelo Deputado Estadual da Paraíba Joacil de Brito Pereira (UDN), foi aprovada por unanimidade, com 29 votos, resultando na perda de mandato dos Deputados Estaduais: Francisco de Assis Lemos de Souza e Langstein de Amorim Almeida, ambos do PSB, além da cassação dos suplentes Agassiz de Amorim Almeida e Antônio Figueiredo Agra, também do PSB. (Diário da Borborema, 1964).

O deputado estadual Assis Lemos, que também presidia a Federação das Ligas Camponesas da Paraíba, além do mandato cassado e foi preso no Recife em 6 de abril de 1964. No momento da prisão, ele estava na residência do ex-deputado paraibano Osmar de Aquino. Assis havia viajado para Pernambuco com a intenção de apoiar uma possível resistência liderada pelo governador Miguel Arraes. Durante o trajeto até o Quartel-General, no Parque 13 de Maio, em Recife, ele relatou ter sido espancado pelos militares (CEVPM-PB, 2017, p. 539-30).

Já Langstein e Agassiz de Almeida foram presos alguns dias antes, em 11 de março de 1964, e enviados, junto com Assis Lemos, para a prisão em Fernando de Noronha. Em depoimentos prestados à CEVPM-PB, os três relataram ter sido submetidos a torturas durante o período de encarceramento. Apesar da violência sofrida, Assis Lemos, Langstein e Agassiz de Almeida conseguiram sobreviver e, após cumprirem pena na ilha de Fernando de Noronha, foram libertados, assim como outros presos políticos paraibanos detidos no local (CEVPM-PB, 2017, p. 540-542).

o Deputado Federal da Paraíba, ex-Ministro da Justiça do governo de Jango e advogado, oriundo da cidade de Itabaiana Abelardo Jurema (PSD), também foi cassado. E não demorou muito, imediatamente pós-golpe, foram cassados por projetos de resoluções da Câmaras de Vereadores os mandatos de oito e vereadores, sete suplentes de vereadores identificados por Nunes (2014, p. 285-304) conforme quadro abaixo:

Quadro 7 - Cassação de mandatos de vereadores e suplentes do estado da Paraíba durante a Ditadura Militar na Paraíba (1964)

<b>NOME</b>	<b>CARGO ELETIVO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>
Alcides Pereira da Silva	Vereador	Rio Tinto
Manoel Pereira Ramos	Vereador	Rio Tinto
Paulo Francisco de Assis	Suplente de Vereador	Rio Tinto

José de Oliveira Ramos	Vereador	Mamanguape
João Germano da Silva	Vereador	Mamanguape
José Duarte Figueiredo	Suplente de Vereador	Mamanguape
Salvador Gomes da Silva	Suplente de Vereador	Mamanguape
Manoel Trajano Maciel	Suplente de Vereador	Mamanguape
João Francelino da Silva	Vereador	Guarabira
Durval Alves de Moura	Suplente de Vereador	Guarabira
Antônio Augusto Arroxelas Macedo <sup>139</sup>	Vereador	João Pessoa
Leonardo Leal	Suplente de Vereador	João Pessoa
José Gomes da Silva <sup>140</sup>	Suplente de Vereador	João Pessoa
Odilon Gomes da Silva	Vereador	Pedras de Fogo
João Alfredo Dias <sup>141</sup>	Vereador	Sapé

Fonte: Nunes, 2014, p. 285-304

No município de Rio Tinto – PB, além dos vereadores e suplentes cassados, também perderam seus mandatos o prefeito Antônio Fernandes de Andrade e o vice-prefeito Durval Francisco de Assis pela legenda do PSB. Todos perderam seus mandatos através da Resolução nº35:

Câmara Municipal de Rio Tinto Resolução nº35

Art. 1º - Antônio Fernandes de Andrade, eleito prefeito do município de Rio Tinto, e Durval Francisco de Assis, eleito vice-prefeito do município de Rio Tinto, pela legenda do Partido Socialista Brasileiro, em eleição realizada no dia 11 (onze) de agosto de 1963, proclamados no dia 14 do mesmo mês e ano, ficam impedidos definitivamente de exercer os cargos para que foram eleitos, em vista as suas manifestações públicas e atentados contra o artigo 141, parágrafo quinto e décimo

<sup>139</sup> Conforme relatório final da CEVPM-PB: “Antônio Augusto Arroxelas de Macedo, brasileiro, com 25 anos, [...] participou de manifestação subversiva realizada na Faculdade de Direito, em 3 de março de 1964, que produziu alteração da Ordem Pública. Compareceu à reunião conjunta do Comando Geral dos Trabalhadores e Frente de Mobilização Popular, em 23 de fevereiro de 1964, cuja finalidade era articular um movimento de pressão ao Governo do Estado.” In **COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA (CEVPM-PB)**. Relatório final. 2022. Disponível em: [https://www.cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb\\_relatorio-final.pdf](https://www.cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb_relatorio-final.pdf). Acesso em: 13 jan. 2025, p. 544.

<sup>140</sup> Conforme relatório final da CEVPM-PB: “José Gomes da Silva, brasileiro, com 42 anos, [...]. Sublocava uma dependência de seu escritório para instalação e funcionamento do “Centro de Estudos Socioeconômico da Paraíba”, nome falso do Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro, em cujo local foi apreendido farta documentação que não deixa margem a dúvida quanta à natureza das atividades do referido “Centro”. Foi ele, denunciado, o instigador da greve geral deflagrada em Rio Tinto, na madrugada de 1º de Abril sob o pretexto de apoio ao Governo João Goulart. Era atuante”. In **COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA (CEVPM-PB)**. Relatório final. 2022. Disponível em: [https://www.cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb\\_relatorio-final.pdf](https://www.cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb_relatorio-final.pdf). Acesso em: 13 jan. 2025, p. 544.

<sup>141</sup> Conforme relatório final da CEVPM-PB: “João Alfredo Dias, brasileiro, com 32 anos [...] Era um agitador. Desempenhava a função de Orador da Liga Camponesa de Sapé, incitando todos a subversão. [...]. Diz-se, abertamente, que fizera cursos de guerrilha na União Soviética e na China, ministrando, em Sapé, essas instruções aos camponeses. Sem qualquer dúvida, era um comunista atuante, agitador violento, a serviço do Comunismo Internacional.” In **COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA (CEVPM-PB)**. Relatório final. 2022. Disponível em: [https://www.cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb\\_relatorio-final.pdf](https://www.cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb_relatorio-final.pdf). Acesso em: 13 jan. 2025, p. 544.

terceiro da Constituição Federal, e ainda contra a segurança nacional, o atual regime, constituição estadual e artigo 71 inciso I da lei 311.

Art. 2º - Pelos mesmos motivos do artigo primeiro, ficam também impedidos definitivamente os vereadores Alcides Pereira da Silva, Manoel Ferreira Ramos, o suplente Paulo Francisco de Assis e todos os demais suplentes eleitos pelo Partido Socialista Brasileiro.

Art. 3º - Considerando que o sr. Prefeito municipal, face as suas atitudes ostensivas contra a segurança nacional, e que a frente do executivo municipal, acompanhado do vice-prefeito, vereadores e suplentes do Partido Socialista Brasileiro, vem se mostrando incapazes de manter a segurança interna do município, resolve esta Câmara aprovar os impedimentos de caráter definitivo de que trata dos artigos 1 e 2 da presente resolução. [...]

Mario Ferreira de Souza – Presidente

Edésio de Jesus Fragoso de Albuquerque – Primeiro secretário

Celso de Lima Catolé – Segundo secretário (CEVPM-PB, 2017, p. 553).

Na Câmara Municipal de João Pessoa, o presidente da casa, vereador João Cabral Batista, declarou que, após diversas reuniões secretas, os parlamentares decidiram, por unanimidade, cassar o mandato do vereador Antônio Augusto de Arroxelas Macêdo. A justificativa para a decisão foi a suposta violação do artigo 48 da Constituição Federal e do artigo 4º do regimento interno da Câmara:

(...)

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cassado o mandato de Vereador do Sr. ANTONIO AUGUSTO DE ARROXELAS MACÊDO, por ter o mesmo desrespeitado o Artigo 48, parágrafo 2º da Constituição Federal e o Artigo 4º do Regimento Interno desta Câmara;  
Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA,

EM 3 DE ABRIL DE 1.964.

JOÃO CABRAL BATISTA – Presidente

ALMIR CORREA – 1º Secretário

EDSON CAVALCANTI – 2º Secretário (CEVPM-PB, 2017, p. 539).

De acordo com CEVPM-PB (2017, p. 543) o vereador comunista de Sapé, João Alfredo Dias<sup>142</sup>, conhecido como (Nego Fuba) sapateiro, camponês e militante do PCB, foi um dos principais responsáveis pela organização da Liga de Sapé. Antes de 1964, enfrentou diversas prisões devido à sua atuação política ao lado dos camponeses. Nas eleições municipais de 1963, foi eleito vereador pelo PSB, sendo o mais votado da legenda e o quarto mais votado no município de Sapé. Após o golpe militar, foi preso e submetido a torturas, permanecendo detido até 29 de agosto de 1964. Seu mandato de vereador também foi cassado, conforme registrado no Projeto de Resolução da Câmara Municipal.

<sup>142</sup> No dia 29 de agosto de 1964, João Alfredo Dias foi liberado do 15º RI, um sábado à noite, contra a vontade dos seus companheiros de cela. Está desaparecido desde essa data e foi o primeiro desaparecido político do regime civil militar. In **COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA (CEVPM-PB)**. Relatório final. 2022. Disponível em: [https://www.cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb\\_relatorio-final.pdf](https://www.cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb_relatorio-final.pdf). Acesso em: 13 jan. 2025, p. 219.

Câmara Municipal de Sapé

Projeto de resolução nº \_\_

Cassa mandatos de vereador e dá outras providências.

Considerando que o vereador João Alfredo Dias, eleito pela legenda do Partido Socialista Brasileiro, defendendo ideologias contrárias ao regime federativo por que se rege a nação brasileira, estando implicado no movimento subversivo que tentava implantar o comunismo no território nacional, o que foi evitado pela patriótica ação das forças armadas e dos governadores que se mantiveram fiéis à legalidade constitucional.

Considerando que esse ato constitui procedimento incompatível com o decoro da casa legislativa a que o mesmo pertence, pois não pode admitir que um vereador pede pela implantação de um regime contraditório ao que estabelece a constituição federal do país. Considerando que a comissão da constituição estadual e das leis ordinárias do Estado e do município, relativamente a perda do mandato por incompatibilidade ao decoro parlamentar, a que se há de aplicar o disposto artigo 48, parágrafo 2º da carta política constitucional do Brasil, lei maior que nos rege.

Resolve: Art. 1º - Fica cassado o mandato do vereador sr. João Alfredo Dias, por ter o mesmo desrespeitado o artigo 48, parágrafo 2º da constituição federal.

[...]

Manoel Coutinho Madruga – presidente Natanael

Irineu da Silva – primeiro secretário

Genival Henriques de Andrade – segundo secretário (CEVPM-PB, 2017, p. 543).

As resoluções mencionadas anteriormente foram as únicas encontradas no relatório final da CEVPM-PB (2017), relacionada aos cassados citados no quadro 7. Em paralelo a esses eventos, o quadro 7 apresenta os mandatos de vereadores e suplentes cassados, o que levanta a seguinte questão: como ficou a situação em Campina Grande diante desse cenário? Não foi possível localizar nenhuma resolução da Câmara Municipal de Campina Grande – PB referente à cassação de mandatos de vereadores ou suplentes no relatório final da CEVPM-PB (2017). Além disso, ao consultar o trabalho de Nunes (2014), também não foi encontrada qualquer menção a esse tipo de resolução ou ocorrido em Campina Grande.

Dantas (2022, p. 71) levanta um questionamento sobre a ausência de dados referentes à cassação de mandatos em Campina Grande em 1964 no relatório final da CEVPM-PB (2017), sugerindo que isso poderia estar relacionado à suposta baixa votação dos comunistas na cidade. No entanto, ele mesmo refuta essa relação, citando o exemplo dos suplentes de vereadores de Mamanguape-PB, que, apesar de terem obtido baixos votos — como José Duarte de Figueirêdo (42 votos), Salvador Gonçalves da Silva (28 votos) e Manoel Trajano Maciel (8 votos), todos do PR — foram igualmente cassados, conforme descrito no quadro 7. Por fim, Dantas (2022, p. 71) aponta uma falta informações sobre a cassação de mandatos levantados pela CEVPM-PB (2017) na Paraíba, em 1964.

Descarta-se, portanto, a hipótese de que a CEVPM-PB (2017) tenha se concentrado apenas nos cassados com vínculos diretos às Ligas Camponesas, como sugere a afirmação: "A

grande maioria dos cassados tinha ligação com as Ligas Camponesas, como se comprova no relato de um dos cassados" (CEVPM-PB, 2017, p. 546). Essa possibilidade seria válida caso a Comissão tivesse se limitado a pesquisar apenas os cassados com relação direta à Liga de Sapé ou à organização de Ligas na Paraíba.

Contudo, essa linha de raciocínio é descartada ao se observar que, como será evidenciado adiante, um dos suplentes de vereadores cassados em Campina Grande, conhecido como Peba, também tinha ligações com a Liga de Sapé, especialmente na tentativa de organizar uma liga na cidade. Tal vínculo é comprovado no prontuário elaborado pelo SNI (1983), do Peba.

Portanto, conclui-se que houve uma falha por parte da CEVPM-PB (2017) ao não investigar de maneira mais abrangente os mandatos cassados na Paraíba em 1964. A Câmara Municipal de Campina Grande cassou mandatos de suplentes de vereadores, assim como ocorreu em João Pessoa e na Assembleia Legislativa da Paraíba, que também se anteciparam e declararam total apoio aos golpistas de 1964. No dia 3 de abril de 1964, a Câmara Municipal de Campina Grande uma nota que foi amplamente divulgada pela imprensa:

#### OS VEREADORES CAMPINENSES E A CRISE NACIONAL

A propósito de notícias inconsistentes que circulam nesta cidade, envolvendo a nossa posição face à crise que envolve toda a Nação Brasileira, informes êstes que visam também intranquilizar a família campinense, vimos público esclarecer o seguinte:

1º) - Reafirmar os nossos propósitos, já anteriormente conhecidos po povo e amplamente divulgados pela Imprensa, de intransigente defesa da Constituição da República;

2º) - Tranquilizar a população campinense na afirmação de que não tramita na <<Casa de Félix Araujo>> nenhum processo de impedimento do Prefeito Newton Rique, que continua a merecer a nossa integral confiança graças ao seu espírito público, à sua grande vocação de servir ao povo campinense e, também, pela sua formação democrática e cristã;

3º) - Que, como membros do Legislativo Municipal, apoiamos as decisões do Congresso Nacional e das Forças Armadas brasileiras, que refletem os mais altos interesses da Nação.

Reafirmamos, na oportunidade, a nossa confiança nos atuais dirigentes brasileiros, certos de que êles saberão conduzir o nosso País nos caminhos do progresso, dá liberdade e da paz.

Campina Grande, em 03 de abril de 1964.

Ass) João Jerônimo da Costa - presidente

João Nogueira de Arruda - vice-presidente

Everaldo da Costa Agra - 1º. secretario

Severino José de Sousa - 2º Secretário

Edvan Pereira Leite

Noilton Dantas

Antonio Alves Pimentel

Argemiro Figueirêdo Filho

Manuel Joaquim Barbosa

Gumercindo Barbosa Dunda

Anésio Ferreira Leão (Diário da Borborema, 1964, n.p).

Sobre essa nota, fica explícito em seu ponto 3º o apoio total aos golpistas das Forças Armadas Brasileiras, por parte dos vereadores de Campina Grande – PB. É importante destacar o ponto 2º, que faz referência ao prefeito eleito na eleição de 1963, Newton Rique. Rique, um banqueiro e industrial, apoiava as reformas de base propostas pelo ex-presidente João Goulart, que sofreu o golpe militar e foi destituído da presidência do Brasil. Como descreve Sylvestre (1988, p. 514):

Newton Rique não escondia a sua aprovação às “reformas de base”. Possuía pensamento próprio quanto à maneira de se executar tais transformações na vida brasileira, ressaltando-se a moderação e o equilíbrio de seu comportamento, apoiava o presidente João Goulart embora não concordasse muito com a impetuosidade do governador Leonel Brizola. (Sylvestre, 1988, p. 514).

A continuidade de Newton Rique na prefeitura de Campina Grande estava ameaçada devido ao seu apoio a João Goulart. Sylvestre (1988, p. 516) relata que os militares de Campina Grande, juntamente com aliados de Rique, sugeriram que ele conversasse com sua base de vereadores para buscar sua cassação. No entanto, a proposta foi rejeitada pelo líder da bancada governista, o vereador Noilton Dantas, que argumentou que não havia motivos para cassar o mandato de Rique, seja por parte da câmara ou dos militares. Mas, os opositores a Rique, não possuíam essa mesma análise de Rique:

Segundo um “cronograma” montado pela liderança argemirista de Campina Grande, a trama para a cassação de Newton Rique, teria sido urdida em nossa cidade e no Rio de Janeiro, através dos Srs. Milton Cabral, Vital do Rego e Drault Ernany como figuras principais, com a colaboração de outras pessoas que, embora com menor participação, tiveram influência decisiva no episódio. Entre essas, estariam os Srs. Severino Cabral e José Leon Nepomuceno. Com base nos murmúrios, o dossiê teria sido preparado por Vital do Rego, assinado por José Leon Nepomuceno, e entregue por Milton Cabral e Drault Ernany, na “Casa dos Pedras” ou na residência do Sr. Adelgício Melo Silva (major Dedé, irmão de Drault) na presença ainda do conhecido líder empresarial campinense a um oficial das nossas Forças Armadas para encaminhamento ao Comando Revolucionário (Sylvestre, 1988, p. 516).

Destes citados por Sylvestre (1988) e que foram entrevistados pela CEVPM-PB, apenas José Leon Nepomuceno assumiu o feito (CEVPM-PB, 2017, p. 558). No fim, ocorreu o que todos temiam, e o que gerou bastante revolta na classe política Paraibana, no dia 13 de junho de 1964, foi publicado no Diário Oficial da União, o ato do presidente da República, Castelo Branco, cassando o mandato e suspendendo os direitos políticos por dez anos do prefeito campinense, Newton Rique.

Os senadores paraibanos Argemiro de Figueiredo (PTB), Ruy Carneiro (PSD) e João Agripino (UDN), que eram aliados do golpe, manifestaram críticas à decisão no Senado Federal. O Deputado Estadual Joacil de Brito Pereira (UDN), também defensor do golpe,

posicionou-se contra a cassação do prefeito de Campina Grande, Newton Rique. Da mesma forma, o presidente da Câmara Municipal de Campina Grande, vereador João Nogueira de Arruda, enviou um telegrama no dia 18 de junho de 1964 ao Marechal Taurino Rezende, membro do Conselho de Segurança Nacional, solicitando que a cassação fosse revista. No entanto, nenhuma ação foi tomada. Rique acabou sendo indiciado no Inquérito Policial Militar da Paraíba (IPM-PB) e foi considerado criminoso por ter recebido apoio em sua candidatura para prefeito em 1963 do PCB.

Retomando a questão previamente abordada sobre os mandatos cassados na Paraíba durante o mês de abril de 1964, com o recém-instalado golpe militar no Brasil, conforme apontado anteriormente no relatório final da CEVPM-PB (2017), destaca-se a ausência de registros sobre as cassações de mandatos em Campina Grande nesse período. No entanto, o jornal Diário da Borborema já antecipava os desdobramentos dessa conjuntura política. Em sua edição de 10 de abril de 1964, o periódico publicou a manchete: “Suplentes de vereadores comunistas também perderão mandatos”, referindo-se diretamente à cidade de Campina Grande, seguida do seguinte texto:

Esboça-se, na cidade, forte movimento visando a cassação dos mandatos de todos os suplentes, das diversas legendas, eleitos para a Câmara de Vereadores no último pleito realizado em 11 de agosto do ano passado.

Sabe-se, embora que, extraoficialmente, que o projeto de resolução já se encontra redigido, faltando, apenas colher as assinaturas exigidas pelo Regimento Interno da Casa de Félix Araujo, para que possa a propositura ter seu curso normal na casa legislativa.

Por outro lado, conseguimos apurar que [palavra não identificada] serão as restrições de alguns setores políticos quanto à supressão dos direitos políticos desses suplentes que são considerados subversivos.

Uma fonte autorizada adiantou à reportagem que os nomes constantes do projeto de resolução conhecidíssimos do povo campinense, não rando a menor dúvida quanto a posição puramente comunista dos nomes.

Dada à nossa insistência, a mesma fonte revelou embora pedisse sigilo, que os suplentes que terão seus mandatos cassados são os srs. Francisco Almeida Batista, do Partido Trabalhista e o Manoel Monteiro e José Pereira dos Santos (Peba), ambos eleitos pela legenda do Partido Socialista Brasileiro (Diário da Borborema, 1964, n.p).

Essa matéria configura-se como um verdadeiro "furo" político, revelando informações sigilosas sobre os bastidores da Câmara Municipal de Campina Grande. O texto indica que já circulava entre os vereadores uma resolução que buscava cassar os mandatos dos suplentes comunistas com base no Ato Institucional nº 1 (AI-1). No entanto, até a data de publicação da reportagem, a resolução ainda não havia sido oficializada, pois aguardava as assinaturas dos parlamentares.

A fonte anônima que repassou as informações para essa matéria do *Diário da Borborema* não apenas revelou a existência da resolução, mas também antecipou os nomes dos suplentes eleitos no último pleito que possivelmente seriam cassados. Entre eles estavam Peba, Manoel Monteiro, do PSB, e Francisco Almeida Batista, conhecido como Chico B, do PTB.

Após a publicação dessa matéria, não demorou para que os vereadores de Campina Grande reunissem as assinaturas necessárias para levar a resolução à votação no plenário. O *Diário da Borborema*, em sua edição de 11 de abril de 1964 (um dia depois), trouxe a publicação oficial da resolução, conforme segue abaixo:

#### O PROJETO

Resolução n. 10/64 — Dispõe sobre a perda de mandatos e dá outras providências.

Art. 1.º — É declarado o cancelamento dos diplomados e conseqüentemente os mandatos dos suplentes de vereador Francisco Almeida Batista (PTB), Manoel Monteiro, José Pereira dos Santos (peba) e Orlando Tejo (PSB).

Art. 2.º — A perda dos mandatos declarado no artigo anterior se funda em procedimento incompatível com o decôro parlamentar, nos termos dos artigos 21, § 2.º, da Constituição do estado, 140, do Regimento Interno da Câmara Municipal e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie.

§ Unico — Para efeitos da presente Resolução, entende-se por procedimento incompatível com o decôro parlamentar, a prática de incitamento ao ódio de classes, tentativa, por meios violentos, de subversão do regime democrático, para implantação de ditadura, o que constitui crime previsto em leis especiais vigentes no País.

Art. 3.º — A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, em 10 de abril de 1964" (*Diário da Borborema*, 1964, n.p).

Nessa perspectiva, o projeto foi aprovado por unanimidade dos vereadores presentes, recebendo 14 votos favoráveis entre os 15 membros da Câmara Municipal. A única ausência foi a de José Leon Nepomuceno (PRP), suplente que havia assumido o mandato de vereador e que, à época, ainda se encontrava no Rio de Janeiro. Diante da matéria publicada pelo *Diário da Borborema* em 10 de abril de 1964, a principal novidade incorporada pela Resolução 10/64 da Câmara Municipal de Campina Grande foi a inclusão do nome do suplente de vereador Orlando Tejo (PSB).

Quando questionado sobre a cassação do mandato de suplente de vereador de Chico B, o Camarada Três foi indagado se Chico B sentiu algum tipo de medo, considerando que a maioria dos cassados posteriormente foram detidos preventivamente. Em resposta, ele afirmou o seguinte: “Porque, pelo que eu sei, ele nem deu importância a isso. Ele sabia que seria cassado. (...) Só pelo fato de o sujeito ter pensado em ser comunista naquela época era motivo já pra ser caçado.”<sup>143</sup>

<sup>143</sup> Entrevista concedida no dia 14 de dezembro de 2024.

Já a Câmara Municipal de Campina Grande, não se limitou à cassação dos suplentes de vereadores. Essa medida foi apenas uma parte do que o *Diário da Borborema* (1964, n.p), em sua matéria intitulada "Comunistas não mais têm vez em Campina Grande: demissão na câmara", publicada em 12 de abril de 1964, denominou como "Operação Limpeza na Câmara Municipal". Trata-se de uma ação que visava atingir todos aqueles com qualquer ligação com comunismo. Nesse contexto, o presidente da Câmara, João Jerônimo, também determinou a demissão do secretário executivo da Câmara Municipal, o Oliveiros Oliveira, que, além de exercer a função, era um dos dirigentes do PCB em Campina Grande, a matéria ainda acrescenta:

Inesperadamente, sem qualquer vereador soubesse, o snr. João Jeronimo da Costa, antes de anunciar suas intenções visando limpar o quadro do pessoal da Casa de Felix Araújo, decidiu-se a baixar portaria, fundamentado nas leis vigentes do país, motivando surpresa a todos os que fazem parte a Camara Municipal.

Entendiam os edis campinenses que o presidente da Casa somente tomaria aquela decisão quando provocado por algum dos vereadores, pois todos se consideravam amigos do snr. Oliveiros Oliveira e achavam que essa amisade não permitira sua demissão de um cargo isolado, de provimento efetivo.

O fato é que o snr. João Jeronimo da Costa, um dos maiores combatentes do comunismo, desde legislaturas passadas, quando foi companheiro do snr. Oliveiros Oliveira como vereador, baseou-se nas leis do país, cortando a chance de permanecer aquele dirigente comunista no seu cargo de secretário executivo da Camara, repercutindo favoravelmente, em todos os circulos da cidade (*Diário da Borborema*, 1964, n.p).

De acordo com a matéria, é possível perceber algumas situações relevantes de serem brevemente debatidas. A primeira delas é que o presidente da Câmara de Campina Grande, João Jerônimo, de fato se alinhou fortemente ao golpe militar, tornando-se uma figura central no fortalecimento da ditadura no município. Ele agiu de forma isolada em sua ação, como exemplificado na demissão de Oliveiros Oliveira, o que reflete sua disposição golpista e autoritária.

A segunda questão diz respeito à postura do *Diário da Borborema* diante do golpe militar no Brasil. O jornal, ao cobrir os acontecimentos, nitidamente se posiciona ao lado dos golpistas, minimizando a atitude antidemocrática de João Jerônimo. A matéria tenta justificar sua ação, afirmando que o presidente da Câmara estava apenas cumprindo as leis vigentes no país, e ainda faz questão de destacar que a demissão de Oliveiros Oliveira foi bem recebida pela cidade. Contudo, essa justificativa não esconde o fato de que João Jerônimo agiu de maneira autoritária, sem consultar os demais vereadores e sem qualquer tentativa de diálogo, demonstrando, assim, seu caráter golpista, e a posição na qual o jornal tinha perante o cenário brasileiro.

Os suplentes mencionados acima não perderam apenas seus diplomas, assim como o secretário executivo da Câmara Municipal não perdeu apenas seu emprego. De acordo com o relato de Langstein Amorim de Almeida para a CEVPM-PB (2017, p. 540), quando foi preso em abril de 1964 e levado para o presídio de Fernando de Noronha, Orlando Tejo já se encontrava no local, o que indica que esse suplente de vereador também havia sido detido.

O suplente Peba foi capturado em 10 de abril de 1964, após ter se escondido na casa de uma sobrinha. Ele foi localizado por uma patrulha do Exército, comandada pelo sargento Camilo, que já estava à sua procura desde 1º de abril de 1964. Peba passou um mês detido no quartel do Exército em Campina Grande, antes de ser encaminhado para o Batalhão Vidal de Negreiros, em João Pessoa. Durante o período da ditadura, foi preso em outras ocasiões e sofreu tortura (CEVPM-PB, 2017, p. 517).

Manoel Monteiro, por sua vez, ficou detido no 15º Batalhão de Infantaria Motorizado (Batalhão Vidal de Negreiros), em João Pessoa, em 1964, conforme registrado no Processo de Anistia. Segundo o CA-MJ (apud CEVPM-PB, 2017, p. 339), ele foi vítima de brutais torturas. Já Oliveiros Cavalcanti de Oliveira foi preso em 1971, no quartel da 5ª Companhia de Infantaria e, posteriormente, ficou detido na Polícia Federal, em João Pessoa. Ele relatou que era privado de sono, o que pode ser considerado uma forma de tortura. Francisco Almeida Batista, Chico B, continuou sendo investigado pelo IPM-PB (1964), o que o levou a mudar alguns hábitos de sua vida. Ele viveu sob o constante temor de que, a qualquer momento, poderia ser preso, assim como ocorreu com os demais.

Retornando à questão iniciada sobre a ausência dos mandatos cassados em Campina Grande no relatório final da CEVPM-PB (2017), de fato, não foi possível identificar especificamente os mandatos cassados na cidade, nem a Resolução nº 10/64 da Câmara Municipal de Campina Grande, embora essa resolução tenha sido confirmada, como já demonstrado na análise da matéria publicada no *Diário da Borborema* (1964).

No entanto, o relatório da CEVPM-PB (2017) apontou os impactos da ditadura militar sobre figuras como Oliveiros Oliveira, Peba e Manoel Monteiro, destacando os danos causados pelo regime em Campina Grande. Por outro lado, Orlando Tejo é mencionado apenas em um relato de prisão feito por Langstein Amorim de Almeida, sem que haja mais informações sobre sua situação no documento. Quanto a Chico B, ele aparece em uma lista do IPM-PB, cuja análise será realizada no tópico a seguir. No entanto, não há menção à perda de seu mandato de suplente, assim como ocorre com Orlando Tejo, na documentação final da CEVPM-PB (2017).

Por fim, todos os mencionados neste tópico foram submetidos a investigações pelo IPM-PB (1964), como já foi sinalizado anteriormente. Alguns deles foram presos e torturados, além

de sofrerem a perda de mandatos. A Ditadura Militar brasileira causou um impacto profundo e duradouro na vida dessas pessoas, de seus familiares e amigos, deixando uma cicatriz que jamais será curada, mesmo para aqueles que já faleceram. A ditadura precisa ser amplamente exposta e marcada como um dos momentos mais sombrios da história do Brasil, para que sua memória sirva como um alerta e para que tal violência nunca mais se repita.

#### **4.3.1. O Inquérito Policial Militar (IPM) da Paraíba na Ditadura Militar: Chico B diante dos indícios de sua vinculação ao PCB em Campina Grande – PB e as mudanças de sua vida perante esse cenário (1964)**

O IPM nº 70/64, mencionado aqui, trata-se de um processo sobre subversão geral na Paraíba, cuja documentação está disponível no Superior Tribunal Militar, em Brasília. O acesso a esse material foi possível por meio da obra *As provas da ditadura na política e na educação: O Inquérito Policial Militar (IPM) na Paraíba (1964-1969)*, publicada em 2015 pelo autor Afonso Celso Scocuglia. Esse IPM-PB foi instaurado em maio de 1964 e finalizado em 1969, compreendendo um total de 5.410 folhas, distribuídas em 23 volumes.

Os 17 primeiros volumes estão organizados em sequência sob a responsabilidade do Major Ney de Oliveira Aquino, sendo considerados a primeira fase do IPM na Paraíba, iniciada no dia 8 de maio de 1964 e concluído parcialmente em 31 de julho de 1964. O volume 18 trata especificamente da Campanha de Educação Popular (Ceplar) de Campina Grande, sob a responsabilidade do Coronel João Viana.

O volume 19 contém um histórico detalhado das várias fases do processo, enquanto os volumes 20, 22 e 23 reúnem documentos anexados que serviram de base para a investigação. Esses volumes ficaram sob a responsabilidade do Major Benedito Cordeiro e compõem a segunda fase do IPM na Paraíba, que deu continuidade à primeira, com início dos trabalhos em 1965. O nome de Chico B é citado especificamente nos volumes 15 e 17 deste IPM-PB (1964), ou seja, na primeira fase do IPM na Paraíba (1964), como pode ser analisado nas figuras:

Figura 10 - IPM-PB (1964) indicados por subversão na Paraíba.

**CONFIDENCIAL**      5009/83

**SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES**  
AGÊNCIA RECIFE

INFORME Nº 1129, 16, ARE, 83



DATA: 31 OUT 83

ASSUNTO: ADALBERTO DE ARAÚJO BARRETO E OUTROS

ORIGEM: -x-

REFERÊNCIA: - x -

AValiação: A/1

DIFUSÃO ANTERIOR: -x-

DIFUSÃO: SS/06

ANEXO: RELATÓRIO E SOLUÇÃO DO IPM

---

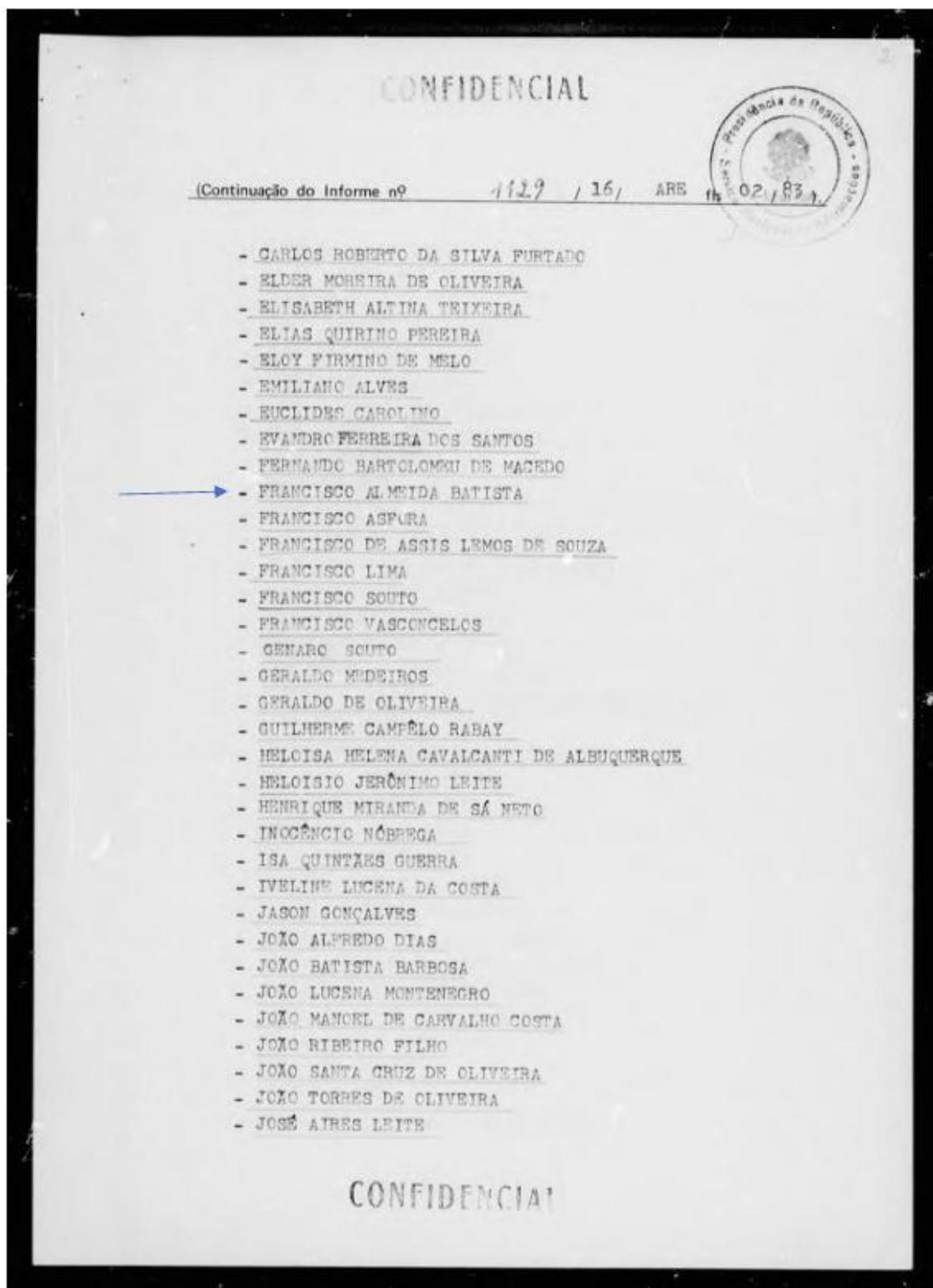
Os abaixo relacionados foram indicados em INQUÉRITO POLICIAL MILITAR Nº 273/60, por atividades subversivas no Estado da PARÁI  
BA.

- ADALBERTO DE ARAÚJO BARRETO
- ADALCINO QUEIROZ DE OLIVEIRA
- ADERBAL VILLAR SOBRINHO
- AGASSIZ DE AMORIM E ALMEIDA
- ALOISIO CABRAL DE BARROS
- ALICE BASÍLIO DOS SANTOS
- AMARO PATRÍCIO DA SILVA
- ANTONIO ARAÚJO FILHO
- ANTONIO AUGUSTO DE ALMEIDA
- ANTONIO AUGUSTO DE AROXELAS MACEDO
- ANTONIO FERNANDES DE ANDRADE
- ANTONIO FIGUEIREDO AGRA
- ANTONIO JOSÉ DANTAS
- ANTONIO TERTO DO NASCIMENTO
- ARISTIDES LÚCIO VILLAR BARBLO
- BENTO DA GAMA BATISTA
- BOANERGES TEMÓTEO DE SOUZA
- BRENO ANDRADE DE MATEOS
- CARLITO SILVEIRA
- CARLOS ALBERTO FARIAS
- CARLOS AUGUSTO DE CARVALHO

**CONFIDENCIAL**

Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) – 1964.

Figura 11 - IPM-PB (1964) indicados por subversão na Paraíba constando o nome de Chico B<sup>144</sup> (Continuação)



Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) – 1964.

<sup>144</sup> Na figura acima, há uma seta azul indicando o nome de Chico B.

O IPM-PB (1964) foi inicialmente conduzido por militares do Grupo de Engenharia e do 15º Regimento de Infantaria do Exército da Paraíba, o IPM em 1965 foi posteriormente transferido para a 7ª Região Militar do IV Exército, em Recife. O processo indicou 52 pessoas, integrantes de diversos partidos políticos e movimentos sociais da época, sendo essas figuras acusadas de envolvimento com a subversão e, em muitos casos, sujeitas a tortura, prisões e outros tipos de repressão.

O arquivo digitalizado do SNI, encontrado no Arquivo Nacional, datado de 1983, contém uma lista com o nome de Chico B, juntamente com outros 102 indivíduos, todos acusados de atividades subversivas na Paraíba. Este arquivo específico faz parte do relatório do IPM-PB, conforme registrado na documentação do Arquivo Nacional (1983, p. 02). Esse documento reflete a continuidade da repressão durante a Ditadura Militar, com a inclusão de nomes de pessoas que eram vistas como subversivas, seja por suas atividades políticas ou por suas associações com movimentos sociais e ideologias consideradas subversivas. A menção de Chico B nesse relatório indica que ele também foi alvo de vigilância e perseguição, como outros indivíduos identificados na lista.

No mesmo arquivo citado anteriormente, que contém registros do IPM-PB, encontra-se um relatório com a data de 31 de julho de 1964, digitalizado e disponível no Arquivo Nacional. Esse documento inclui uma lista com o nome de Chico B, junto a outros 102 indivíduos, todos acusados de possíveis atividades subversivas na Paraíba em decorrência de documentos encontrados com os nomes de todos.

O arquivo, parte integrante do relatório do IPM-PB (Arquivo Nacional, 1983, p. 02), foi conduzido pelo Major Ney de Oliveira Aquino, encarregado do processo, e pelo Capitão Ernani Layme Falcão, escrivão. Na folha número 11 desse arquivo, encontra-se a conclusão sobre os 103 indiciados por subversão (Entre eles, Chico B), destacando o seguinte ponto:

Foram colhidas provas de responsabilidade das seguintes pessoas, pelos atos e fatos adiante relatados e que se relacionam com atividades atentatórias contra a segurança nacional ou a ordem política e social vigente no País ou participação em entidades que promoviam a subversão dessa ordem (Arquivo nacional, 1964, p. 11).

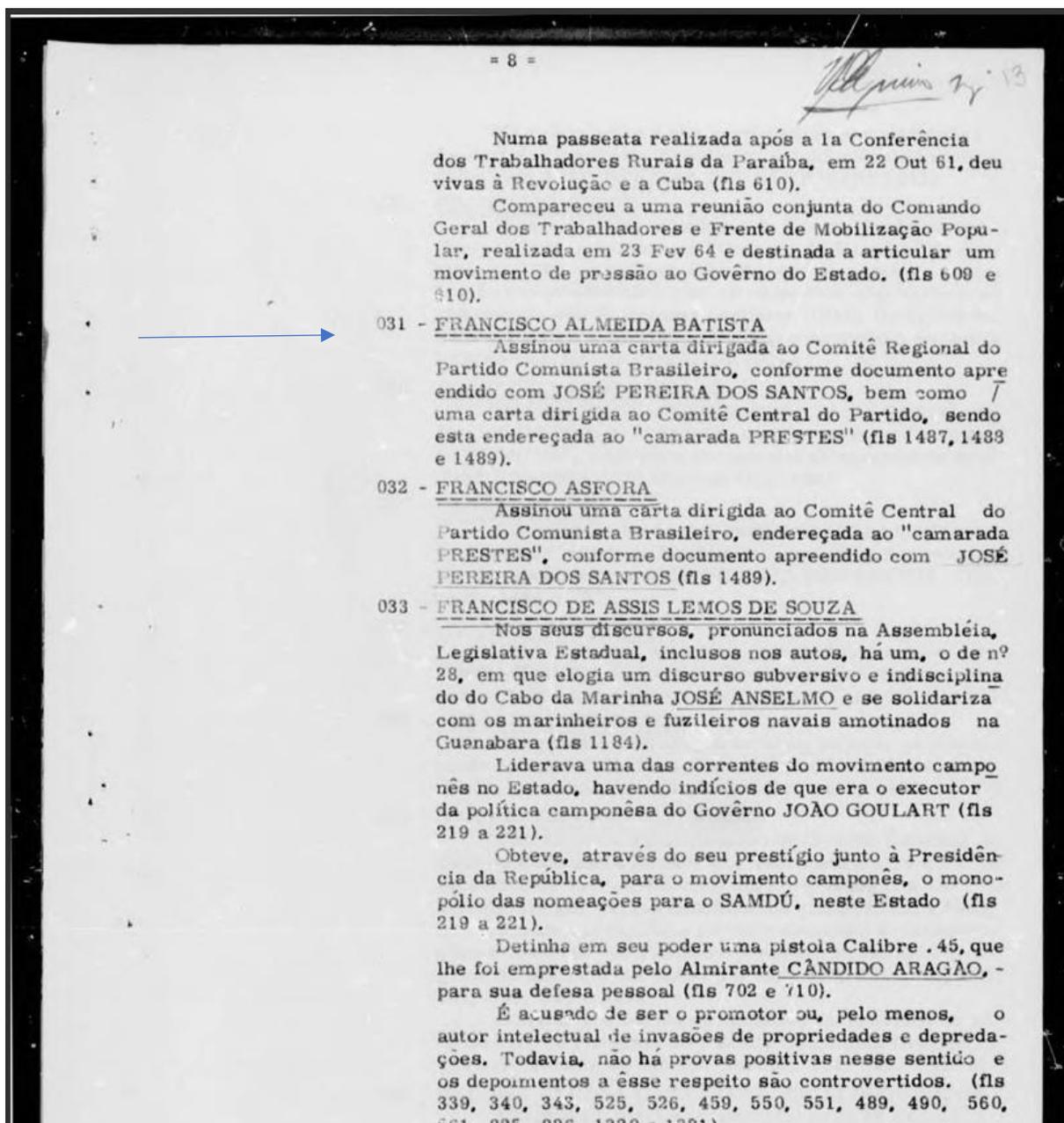
Logo abaixo do trecho mencionado anteriormente do IPM-PB (Arquivo Nacional, 1964, p.11), encontra-se uma lista com os nomes dos 103 indivíduos, acompanhada do motivo individual pelo qual cada um deles estava sendo suspeito de atividades subversivas na Paraíba. De acordo com o procedimento estabelecido, todos os suspeitos eram obrigados a comparecer para prestar depoimento e se justificar. Caso algum dos 103 indivíduos não se apresentasse,

seriam buscados diretamente em suas residências pelos militares. Neste caso, Chico B pertencente a lista dos 103 suspeitos do IPM-PB (1964) em decorrência do seguinte motivo:

Assinou urna carta dirigida ao Comitê Regional do Partido Comunista Brasileiro, conforme documento apreendido com JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS, bem como / uma carta dirigida ao Comitê Central do Partido, sendo esta endereçada ao "camarada PRESTES" (fls 1487,1488 e 1489) (Arquivo nacional, 1964, p. 15).

Como pode ser analisada na figura, retirada diretamente do IPM-PB (1964):

Figura 12 - Motivo pelo qual Chico B foi considerado subversivo no IPM-PB (1964)



Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional (1964).

As “Fls<sup>145</sup>” indicadas no final desta acusação citada acima, é referente as páginas das “provas de subversão” apreendidas pelos militares, anexadas ao IPM-PB (1964), ou seja, através desta numeração é possível encontrar qual material foi assinado por Chico B. Segue abaixo, os materiais:

Fl. 1487 – Cópia de carta enviada pelo CR da Paraíba.

“Estamos através desta chamando a atenção dos companheiros para a necessidade de convocação de um plano (organizativo), pois achamos que no estado, principalmente em Campina Grande, se passa algo que compromete de muito o nosso partido” (Scocuglia, 2015, p. 346).

Essa carta foi escrita por uma instância interna do PCB de Campina Grande e endereçada ao "CR da Paraíba" do PCB. A abreviação "CR" provavelmente se refere ao "Comitê Regional da Paraíba", uma instância de direção estadual do partido. A carta não foi assinada exclusivamente por Chico B. Entre os nomes mencionados na lista com os 102 indiciados (vale destacar que Chico B não está incluído na contagem, razão pela qual o total não chega a 103), foi possível identificar outras pessoas que assinaram conjuntamente, como Alice Basílio dos Santos, Amaro Patrício da Silva, Emiliano Alves e Usiel Vale<sup>146</sup>. Todas elas também foram consideradas subversivas por terem assinado a carta.

O Fl. de número 1488, no qual constava outra prova de que Chico B estava envolvido em atividades subversivas, não se encontra na obra de (Scocuglia, 2015). O autor faz uma transição no número de folhas, pulando do número 1487 para o 1489. No entanto, através do IPM-PB (1964), foi possível identificar as pessoas que assinaram o documento juntamente com Chico B. Esses indivíduos foram: Alice Basílio dos Santos, Amaro Patrício da Silva, Emiliano Alves, Euclides Carolino, Peba e Usiel Vale.

No entanto, a Fl. 1489 refere-se a uma carta assinada por Chico B, endereçada ao Comitê Central do Partido, com a saudação "Camarada PRESTES". Abaixo, segue o conteúdo da carta:

Fl. 1489 – Carta do CR do PCB da Paraíba.

“Aproveitamos a viagem de um amigo nosso ao Rio de Janeiro, para enviar por seu intermédio uma copia de carta enviada aos companheiros do CR da Paraíba, no sentido de fortalecermos a posição do Partido nesta cidade, concentrando o operário vital importância para a Região Nordeste.

<sup>145</sup> "Fls." é a abreviação de "folhas" e "Fl." é a abreviação de "folha" são comumente utilizadas em documentos jurídicos, administrativos e arquivísticos para referenciar páginas dentro de um processo ou dossiê. No caso dos documentos do IPM-PB (1964), essa abreviação indica a numeração das folhas onde determinadas informações foram registradas.

<sup>146</sup> Usiel Vale, 40 anos, funcionário municipal, residente em João Pessoa, filiado do PCB. Acusação: era esquerdista atuante e assinou duas cartas – uma endereçada ao PCB e outra a Luís Carlos Prestes. (Scocuglia, 2015, p. 53).

O pedido que fizemos aos dirigentes do Regional, foi atendido em parte. Mais tarde, tivemos entre nós a presença de um enviado do CC (Malina) com quem não pudemos manter uma discussão de caráter orgânico(...).

Solicitamos, em vista disto tudo, aos companheiros do CC, a maior presteza em enviar um representante da direção nacional, com f ito de estudar a situação política de nosso Estado, que ate o momento se ressentia de uma melhor assistência.

O companheiro enviado traria uma grande ajuda no sentido de melhorar a direção partidária no nosso Estado, especialmente em Campina Grande, pois esta é uma exigência imediata dos que combatem por melhores condições de vida para as classes trabalhadoras” (Scocuglia, 2015, p. 346).

A carta revela uma preocupação em relação à direção partidária no estado, com ênfase em Campina Grande, sendo enviada diretamente para o “CC” (Comitê Central) do PCB, que era a instância nacional e máxima de deliberação partidária. A assinatura de Peba indica a divisão interna no PCB da Paraíba, com duas alas distintas: uma liderada por Peba e outra por Oliveiros Oliveira. Esse fato evidencia uma falta de organização e centralização no partido naquele momento. Além de Chico B, a carta foi assinada por: Euclides Carolino, Francisco Asfora, Francisco Vasconcelos, José Pereira dos Santos (Peba), Usiel Vale e Vanildo Coêlho de Oliveira.

Esses documentos, incluindo as cartas assinadas por Chico B, bem como outros que não envolvem diretamente Chico B, mas estão relacionados ao PCB, foram apreendidos com Peba quando os militares conseguiram localizá-lo. Conforme consta na Fl. 1471 do IPM-PB (1964),

Fls. 1471 – Documentos apreendidos com José Pereira dos Santos (PEBA). Juntada dos documentos apreendidos com José Pereira dos Santos, vulgo PEBA, e relativos a Oliveiros Oliveira, Usiel Vale, Sebastião Borges Sobrinho J. Costa, João Ribeiro Filho, Antonio Pereira, Genaro Souto, Adalberto Barreto, Gutemberg, Francisco Almeida Batista, Emiliano Alves, Alice Basílio dos Santos, Amaro Patrício da Silva, Francisco Asfora, Euclides Carolino, Francisco Vasconcelos, Vanildo Coelho de Oliveira, Bento da Gama, Francisco Lima, Anísio Costa e Odimar Agra (Scocuglia, 2015, p. 345).

Um ponto importante a ser destacado, com base nas informações apresentadas, é que todos os indivíduos que assinaram as cartas apreendidas com Peba o fizeram de forma conjunta, o que indica que pertenciam a um mesmo grupo. Esse grupo, como parte do PCB, parece estar envolvido ativamente na construção e na estruturação do partido em Campina Grande. Afinal, qual seria a legitimação desse grupo para enviar uma carta ao CR do PCB da Paraíba e ao CC do PCB Brasil, caso os signatários não fizessem parte do partido? não faria sentido que indivíduos sem vínculo partidário assumissem tal postura.

Dessa forma, um dado relevante foi encontrado na Fl. 1456 do IPM-PB (1964). Essa folha é um termo de perguntas feitas ao militante do PCB campinense Usiel Vale, pelos

militares, e nela consta o nome do grupo que assinou as cartas mencionadas anteriormente, confirmando que todos os signatários pertenciam a grupo, incluindo Chico B:

Fls. 1456 – Termo de perguntas ao indiciado Usiel Vale. Perguntado qual a razão dele, depoente, ter assinado uma carta destinada aos “Companheiros do CR da Paraíba”, juntamente com José Pereira dos Santos (Peba), Francisco Almeida Batista, Emiliano Alves, Alice Basílio dos Santos e Amaro Patrício da Silva; sobre uma carta dirigida aos “Companheiros do C.C.” a ao “Camarada Prestes” que também assinou, juntamente com Jose Pereira dos Santos (Peba), Francisco Almeida Batista, Francisco Asfora, Euclides Carolino, Francisco Vasconcelos e Vanildo Coelho de Oliveira; se integrou um grupo de pessoas denominado “Jose de Amorim”, em que havia, além do depoente, umas oito pessoas (Chico, Euclides, Otávio, Rita, Asfora, Honório, Cisene e Vieira); se tinha fatos ou provas a declarar que justificassem sua inocência (Scocuglia, 2015, p. 342).

Na Fl. 1456 do IPM-PB (1964), é possível identificar a existência de um grupo denominado “José de Amorim”, ao qual pertenciam, além do depoente Usiel do Vale, também Chico, Euclides, Otávio, Rita, Asfora, Honório, Cisene e Vieira. Entre os nomes citados, com base nos documentos analisados, pode-se identificar que “Chico” se refere a Francisco Almeida Batista (Chico B), “Euclides” a Euclides Carolino e “Asfora” a Antônio Asfora. Todos esses indivíduos assinaram as mesmas cartas que Usiel do Vale enviou ao Comitê Regional (CR) e ao Comitê Central (CC) do PCB, o que confirma sua participação ativa no grupo “José de Amorim”.

Segundo Aued (2006, p. 192), José de Amorim fazia parte de uma célula do PCB já existente em 1945, em Campina Grande, da qual Euclides Carolino também era membro. A análise dos documentos citados anteriormente sugere que Chico B também integrou essa célula, embora não seja possível determinar exatamente desde quando ele passou a fazer parte.

Dos 103 indiciados por subversão na Paraíba, conforme indicado pelo IPM-PB (1964), 18 não foram ouvidos pelo encarregado do IPM-PB, ou seja, não prestaram depoimento e, paralelamente, não foram encontrados em suas residências. Abaixo, segue um quadro informando os nomes dessas pessoas:

Quadro 8 - Indiciados que não foram ouvidos pelo encarregado do IPM-PB (1964)

<b>NOME COMPLETO</b>	<b>CIDADE DOS INDICIADOS</b>
Alice Basílio dos Santos	Campina Grande
Amaro Patrício da Silva	Campina Grande
Antônio Terto do Nascimento	Santa Rita
Carlos Aberto da Silva Furtado	Campina Grande
Eloy Firmino de Mello	João Pessoa
Emiliano Alves	Campina Grande
Euclides Carolino	Campina Grande

Francisco Almeida Batista	Campina Grande
Francisco Asfora	Campina Grande
Francisco Lima	Campina Grande
Francisco Vasconcelos	Campina Grande
Genaro Souto	Campina Grande
Isa Quintães Guerra	João Pessoa
José Anísio Corrêia Maia	João Pessoa
José Francisco da Silva	João Pessoa
Leonardo Moreira Leal	João Pessoa
Maria do Carmo Campos Araújo	Campina Grande

Fonte: Quadro feito pelo autor com os dados retirados do Arquivo Nacional (1964).

Conforme documento na íntegra:

Figura 13 - Nome de Chico B constando como ausente para prestar depoimento no IPM-PB (1964)

- 19 -

*Alpin*

016 - IOLANDO ALVES DE SOUZA
017 - ISNALDO VITOR SOARES
018 - JOÃO ALFRÉDO GUIMARAES CORRÊA DE OLIVEIRA
019 - JOÃO AMILCAR DE MOURA ALEXANDRE
020 - JOAO GALDINO DA SILVA
021 - JOAQUIM DA ROCHA LIMA
022 - JÓRIO DE LIRA MACHADO
023 - JOSÉ RODRIGUES LUSTOZA
024 - JUAREZ DE PAIVA MACÊDO
025 - JULIO ANDREZA
026 - LENITA PEIXOTO DE VASCONCELOS
027 - LUIZ GALDINO DA SILVA
028 - LUIZA ALVES DA SILVA
029 - MALAQUIAS BATISTA FILHO
030 - MANOEL DE DEUS
031 - MARIA JOSÉ LIMEIRA FERREIRA DE CARVALHO
032 - NIZI MARINHEIRO
033 - ODIMAR AGRA
034 - OTÁVIO LEAL DE BRITO
035 - OTTO DI CAVALCANTI VILLAR
036 - PAULO MAIA DE VASCONCELOS
037 - SEVERINO JOSÉ DOS SANTOS I
038 - SEVERINO JOSÉ DOS SANTOS II
039 - ZUILA DE MELLO VILLAR
040 - WILSON BEZERRA GOMES

c. Indiciados constantes do subparágrafo 2. a que não foram ouvidos pelo encarregado do IPM:

(1) Por não terem sido encontrados

01 - ALICE BASÍLIO DOS SANTOS .....	C. Grande
02 - AMARO PATRÍCIO DA SILVA .....	C. Grande
03 - ANTONIO TERTO DO NASCIMENTO .....	S. Rita
04 - CARLOS ROBERTO DA SILVA FURTADO .....	C. Grande
05 - ELOY FIRMINO DE MELLO .....	J. Pessoa
06 - EMILIANO ALVES .....	C. Grande
07 - EUCLIDES CAROLINO .....	C. Grande
08 - FRANCISCO ALMEIDA BATISTA .....	C. Grande
09 - FRANCISCO ASFORA .....	C. Grande
10 - FRANCISCO LIMA .....	C. Grande
11 - FRANCISCO VASCONCELOS .....	C. Grande
12 - GENARO SOUTO ... ..	C. Grande
13 - ISA QUINTÃES GUERRA .....	J. Pessoa
14 - JOSÉ ANÍSIO CORRÊIA MAIA .....	J. Pessoa
15 - JOSÉ FRANCISCO DA SILVA .....	J. Pessoa
16 - LEONARDO MOREIRA LEAL .....	J. Pessoa
17 - MARIA DO CARMO CAMPOS DE ARAÚJO .....	J. Pessoa
18 - VANILDO COELHO DE OLIVEIRA .....	C. Grande

(2) Por conclusão de prazo do IPM

01 - ADERBAL VILLAR SOBRINHO .....	J. Pessoa
02 - CARLOS ALBERTO FARIAS .....	J. Pessoa
03 - CARLOS AUGUSTO DE CARVALHO .....	J. Pessoa
04 - EVANDRO FERREIRA DOS SANTOS .....	J. Pessoa
05 - FRANCISCO SOUTO .....	J. Pessoa
06 - INOCÊNCIO NÓBREGA .....	J. Pessoa
07 - JOÃO TORRES DE OLIVEIRA .....	J. Pessoa
08 - JOSÉ ALVES DE LIRA .....	J. Pessoa

Fonte: Sistema de Informações do arquivo nacional (SIAN) – 1964.

De acordo com o quadro 8 e figura 13, percebe-se que Alice Basílio dos Santos, Amaro Patrício da Silva, Emiliano Alves, Euclides Carolino, Francisco Asfora, Francisco Lima e Francisco Vasconcelos, além de Chico B, são militantes do PCB que assinaram as cartas ao CR e CC do partido em Campina Grande. Todos eles não foram encontrados em seus endereços habituais e, paralelamente, não compareceram para prestar depoimento por vontade própria. Essa ação pode indicar que seguiram uma orientação coletiva. Afinal, dos 18 nomes que não foram encontrados em casa nem prestaram depoimento, 8 são de Campina Grande e foram indiciados por subversão pelo mesmo motivo.

Dessa forma, o IPM-PB (1964) chegou à seguinte conclusão em relação aos nomes listados no quadro 8 e figura 13: “Os indiciados constantes do subparágrafo 2. c. (1) são revéis, pois foi solicitada sua detenção às autoridades competentes ou refeita a convocação por editais e não foram encontrados em sua residência habitual ou não atenderam à convocação” (Arquivo Nacional, 1964, p. 27).

Nesse contexto, os citados no quadro 8 e figura 13, foram considerados revéis. O responsável pelo IPM-PB (1964), Major Ney de Oliveira Aquino, sugeriu que todos os 18 indiciados fossem enquadrados em um novo IPM complementar, utilizando-se das provas recolhidas no IPM-PB (1964), volume 15, que fundamentam suas culpabilidades (Arquivo Nacional, 1964, p. 27).

Na conclusão do IPM-PB (1964), que de acordo com Scocuglia (2015, p. 385), é referente ao volume 17 deste IPM-PB, chegou-se à seguinte conclusão, oriunda do Major Ney de Oliveira Aquino, referente aos citados no quadro 8 e figura 13:

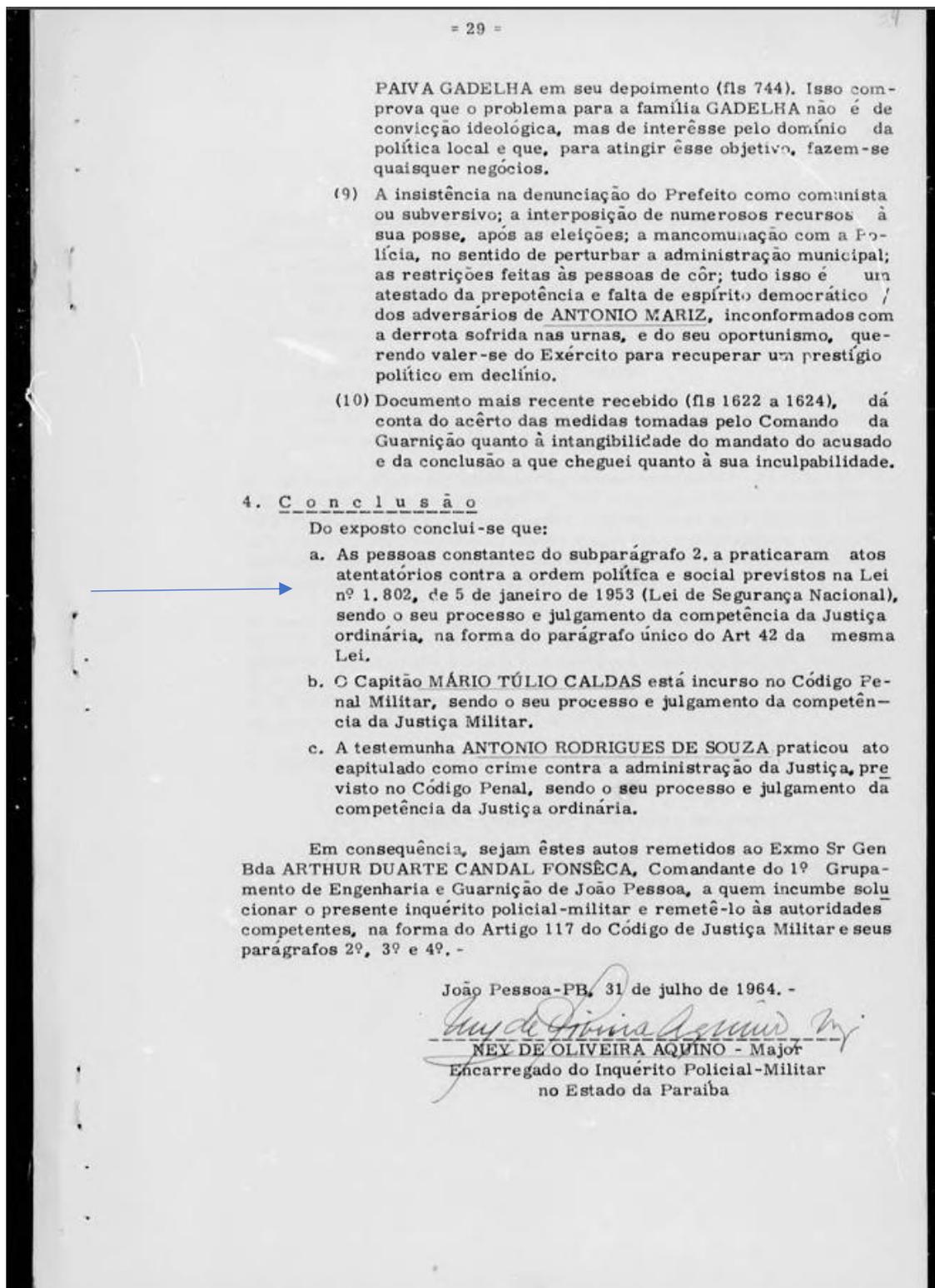
As pessoas constantes do subparágrafo 2. a praticaram atos atentatórios contra a ordem política e social previstos na Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953 (Lei de Segurança Nacional), sendo o seu processo e julgamento da competência da Justiça ordinária, na forma do parágrafo único do Art 42 da mesma Lei (Arquivo Nacional, 1964, p. 36).<sup>147</sup>

Logo, no dia 31 de julho de 1964, o Major Ney de Oliveira Aquino concluiu o IPM-PB (1964), volume 17 (o que pode ser chamado de primeira fase do IPM-PB) e o encaminhou ao General Arthur Duarte Candal Fonseca, comandante do 1º Grupamento de Engenharia e Guarnição de João Pessoa. A ele foi atribuída a incumbência de solucionar o IPM-PB (1964), volume 17, e remetê-lo às autoridades competentes, conforme o Artigo 117 do Código de Justiça Militar, conforme a figura abaixo:

---

<sup>147</sup> Na figura, essa citação pode ser vista através da seta azul.

Figura 14 - Conclusão do IPM-PB (1964)



Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) – 1964.

No dia 7 de agosto de 1964, o General Arthur Duarte Candal Fonseca emitiu a seguinte “Solução” por meio do Boletim de Guarnição, em resposta à solicitação do Major Ney de Oliveira Aquino, referente à conclusão do IPM-PB (1964), volume 17. Especificamente em

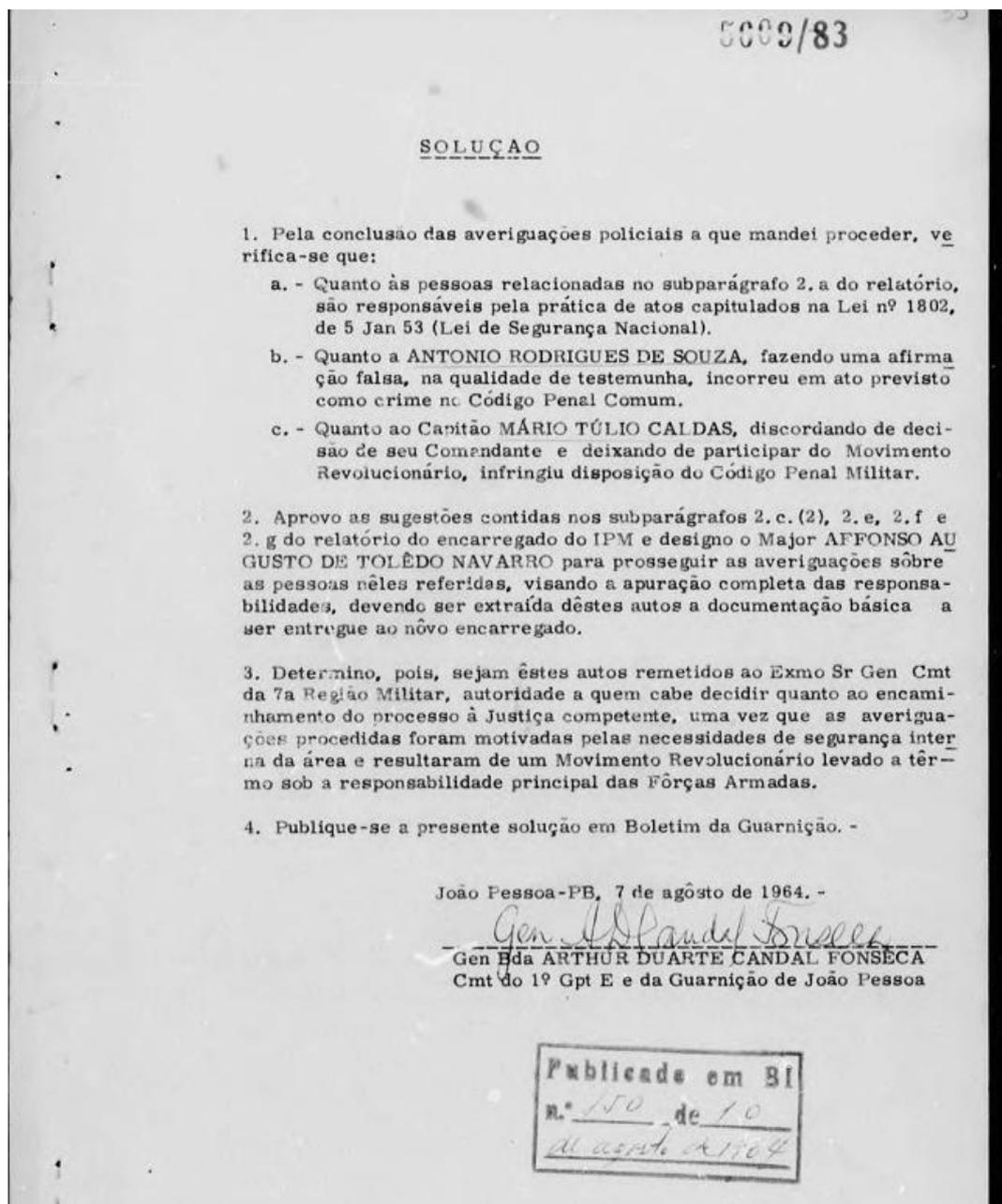
relação aos indiciados que não foram ouvidos nem encontrados em suas respectivas residências, o General reafirmou que todos os citados no quadro 8 e figura 13 “são responsáveis pela prática de atos capitulados na Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953 (Lei de Segurança Nacional)” (Arquivo Nacional, 1964, p. 37) e solicitou que fosse feito:

2. Aprovo as sugestões contidas nos subparágrafos 2.c. (2), 2.e, 2.f e 2.g do relatório do encarregado do IPM e designo o Major AFFONSO AUGUSTO DE TOLÊDO NAVARRO para prosseguir as averiguações sobre as pessoas neles referidas, visando a apuração completa das responsabilidades, devendo ser extraídas dêstes autos a documentação básica a ser entregue ao nôvo encarregado.

3. Determino, pois, sejam estes autos remetidos ao Exmo Sr Gen Cmt da 7a Região Militar, autoridade a quem cabe decidir quanto ao encaminhamento do processo à Justiça competente, uma vez que as averiguações procedidas foram motivadas pelas necessidades de segurança interna da área e resultaram de um Movimento Revolucionário levado a têrmo sob a responsabilidade principal das Fôrças Armadas (Arquivo Nacional, 1964, p. 37).

Diante desse cenário, Chico B e o grupo de 17 pessoas, de acordo com a proposta do General Arthur Duarte Candal Fonseca, seriam investigados por meio de um novo IPM, ou seja, em uma segunda fase do inquérito na Paraíba. Dessa forma, solicitou à 7ª Região Militar, órgão responsável por essa deliberação, que avaliasse a solicitação. Desta forma o general, determinou o nome do Major Afonso Augusto de Toledo Navarro para continuidade às investigações, especialmente no que se refere aos indiciados que não foram ouvidos e que constam no quadro 8 e figura 13, para serem entregues ao novo encarregado do IPM na Paraíba, conforme a figura abaixo:

Figura 15 - Solução do IPM-PB referente a sua conclusão (1964)



Fonte: Sistema de Informações do arquivo nacional (SIAN) – 1964.

Quando o IPM-PB (1964) foi remetido 1964 ao IV Exército, sediado em Recife, o inquérito foi recebido com uma denúncia do Promotor Militar da Auditoria da 7ª Região Militar, sob a alegação de que não houve tempo suficiente para aprofundar as investigações. Ou seja, o IPM-PB (1964) foi desautorizado e reaberto, dando início à segunda fase do IPM-PB (1965), que resultou na elaboração dos volumes 19 a 23, com base nos documentos anteriores. A partir desse momento, a direção do IPM na Paraíba passou para a 7ª Região Militar do IV Exército,

sob o comando do Coronel Hélio Ibiapina, que colocou o Major José Benedito Montenegro dos Magalhães Cordeiro, como encarregado do IPM-PB (1965), retirando a responsabilidade do inquérito do 1º Grupamento de Engenharia e do 15º Regimento de Infantaria do Exército na Paraíba e do Major Ney de Oliveira Aquino.

Diante dessas mudanças de encarregado de IPM-PB e de sua direção, em toda a documentação do IPM-PB, desde sua instauração em 1964 até sua finalização, não há registros das investigações conduzidas pelo Major Afonso Augusto de Toledo Navarro após a conclusão da primeira fase do IPM-PB (1964). Isso se refere, principalmente, às investigações que permaneceram em aberto no processo inicial sob a responsabilidade do Major Ney de Oliveira Aquino, especialmente no que diz respeito à lista dos 18 nomes que não se apresentaram depoimento de forma voluntária ou não foram encontrados em suas residências, conforme solicitado pelo General Arthur Duarte Candal Fonseca. Não há qualquer menção a essas investigações na obra supracitada de Scocuglia (2015) nem nos arquivos digitalizados do Arquivo Nacional. A única referência ao Major Afonso Augusto de Toledo Navarro no relatório final da CEVPM-PB (2017) diz respeito exclusivamente à primeira fase do IPM-PB.

Conforme afirmado por Scocuglia (2015, p. 391), o IPM de 1964, o Major Aquino solicitou a prisão preventiva de vários indivíduos considerados subversivos, sob a vigência do AI-1. Como analisado anteriormente, ele decretou posteriormente a custódia preventiva de 32 pessoas da lista dos 103 nomes. Posteriormente, a Justiça Militar revogou a prisão de vários detidos durante a primeira fase do IPM-PB (1964), sob a influência do Major Ibiapina. Com o início da segunda fase do IPM na Paraíba, o Major Benedito Cordeiro, do 15º Regimento de Infantaria do Exército, indiciou 52 pessoas em 8 de junho de 1965.

Scocuglia (2015, p. 391) acrescenta que o processo recomeçou com novos indiciamentos, mas algumas figuras, como o juiz Hermílio Ximenes, já não estavam mais entre os acusados. Ou seja, da lista inicial de 103 nomes, o número de indiciados foi reduzido definitivamente para 52 pessoas, conforme decisão da 7ª Região Militar de Recife. É interessante destacar que Scocuglia (2015, p. 391) pontua: “Mas o juiz Hermílio Ximenes, entre outros, já não está mais entre os acusados.” A realidade concreta, diante dessa informação, é que a lista dos 18 nomes citados inúmeras vezes aqui não estava mais entre os indiciados, e os motivos para essa exclusão não são apresentados, como já destacado anteriormente.

Os indiciados citados nesse tópico IPM-PB (1964) e considerados subversivos de forma definitiva pela 7ª Região Militar (IV Exército), por meio da segunda fase do IPM-PB (1965), são: João Alfredo Dias (vereador cassado de Sapê), Francisco de Assis Lemos de Sousa (deputado estadual da Paraíba cassado), Oliveiros Cavalcanti Oliveira (secretário executivo da

Câmara Municipal de Campina Grande), Usiel Vale (militante do PCB de Campina Grande), Agassiz de Amorim e Almeida (suplente de deputado estadual da Paraíba), Antônio Figueiredo Agra (suplente de deputado estadual da Paraíba), José Pereira dos Santos (militante do PCB de Campina Grande) e Langstein de Amorim e Almeida (deputado estadual da Paraíba cassado). Chico B, e os outros 17 nomes que estavam na lista do quadro 8 e figura 13 não foram enquadrados novamente.

Ou seja, com as mudanças no comando do IPM, Chico B, que inicialmente havia sido enquadrado na Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953 (Lei de Segurança Nacional) em decorrência da sua atuação no PCB de Campina Grande, por recomendação do Major Ney de Oliveira Aquino e com a concordância do General Arthur Duarte Candal Fonsêca, em 1965 estava livre dessa acusação, não tendo seu nome incluído na segunda fase do IPM-PB (1965). Os motivos para essa exclusão não são apresentados em nenhuma fase do IPM na Paraíba. No entanto, isso não indica um tratamento especial em relação a Chico B, pois, além dele, nenhum dos outros 17 nomes mencionados no quadro 8 e figura 13, foram indiciados novamente.

Paralelamente a isso, os entrevistados pontuam um outro lado em relação ao exército de Campina Grande e sua interação com Chico B, perante a recém instalada Ditadura Militar em 1964, o Camarada Um<sup>148</sup>, pontuou a seguinte questão:

(...) um sargento, Japhet, que era do exército, e ele era eleitor de Chico (...). É tanto que quando houve a repressão Japhet era sargento do exército, quando passou na casa de Chico e Chico tava na porta ele disse: “Chico comunista!” O exército chamando Chico. Os caba disse que Chico olhou pra mulher e disse: “nem o exército acredita que eu seja comunista”. Porque naquele tempo foi... é terrível a repressão, né.

O Camarada Um, deu a entender que Chico B, possivelmente por intermédio do Sargento Japhet, era apenas um brincalhão e não um militante comunista de fato. Além disso, sugeriu que, devido a essa relação, o Exército em Campina Grande pode ter adotado uma postura mais branda em relação a Chico B.

O Camarada Dois, pontuou a seguinte questão, em relação a Chico B e os militares:

Ele disse, ele diz o seguinte: na época de 64, do golpe, alguns colegas dele chegaram a serem perseguidos e ser preso. Mas meu era pai barbeiro, ele tinha um salão com cadeira Ferrante na época, né? E o major, ou era coronel, ou era... era quem mandava aqui no exército de Campina Grande, era o sargento major Rógenes (pela pronuncia o nome parece ser esse), mas era amigo de pai. Aí dizia: “Chico, tu tem cuidado. Tu já tá já sendo preso, Chico”. Mas ele nunca foi preso, não.<sup>149</sup>

<sup>148</sup> Entrevista concedida no dia 03 de dezembro de 2024.

<sup>149</sup> Entrevista concedida no dia 04 de dezembro de 2024.

Mais uma vez, há um reforço de que Chico B mantinha uma boa relação com alguns militares do Exército. No entanto, como discutido anteriormente, não há indícios de que essa relação de amizade pudesse blindá-lo de retaliações ou prisões por parte do Exército. Como se sabe, conforme Cunha (2014), os próprios militares perseguiram e torturaram outros militares dentro da própria corporação. Ou seja, mesmo existindo relações de amizade entre alguns militares que apoiaram o golpe e aqueles que foram perseguidos, isso não impediu a repressão.

No fim, nem mesmo laços de amizade ou parentesco prevalecem diante de um golpe e de seus desdobramentos. Dessa forma, Chico B não deixou de sofrer consequências mais severas por ter amigos no Exército. Afinal, esses possíveis aliados permaneceram na instituição e continuaram apoiando o golpe, que via os comunistas como subversivos, e inimigos da nação brasileira.

Perante o golpe militar e sua ditadura no Brasil, Chico B tomou alguns cuidados, como aponta o Camarada Três:

Livrou-se de tudo que tinha. Inclusive, algum jornal que comentava a minha participação como garoto na campanha de seu Cabral, ele... ele enterrou tudo, perdeu tudo. Os jornais que publicaram todo o movimento dele na campanha dele, antes da revolução, que isso ocorreu antes da revolução. Ele foi candidato oficial, com legenda, na campanha de Newton Rique, quando Newton Rique se elegeu prefeito de Campina e foi caçado. Então, ele enterrou tudo, com medo de ser perseguido. Qualquer, qualquer revista, qualquer coisa que você tivesse e pudesse te prejudicar, você poderia ser denunciado como comunista e ser perseguido, se comprovado que você mantinha livros. Ele tinha alguns livros, os jornais, ele tinha leituras que falavam sobre o Partido Comunista, ele lia. Então, tudo isso, foi... foi enterrado. Ele não guardou, não fez nada. Perdeu, perdeu tudo. Até as coisas que me diziam que eu não tinha nada a ver com isso, foram enterradas. Alguma participação política minha quando era garoto, publicado em um jornal que era o nome de... como era o nome dele? Era Gazeta Campinense, parece, o nome do jornal.<sup>150</sup>

A ação de queimar, descartar ou enterrar livros, jornais ou documentos era um movimento bastante característico dos comunistas brasileiros durante a Ditadura Militar. Possivelmente, Chico B já temia ser procurado pelos militares em sua residência, de forma antecipada, decidiu livrar-se de qualquer material que possuísse em sua casa e que pudesse incriminá-lo. Esses materiais poderiam ser utilizados como provas de sua suposta subversão, conforme acreditavam os militares.

Chico B, também teve que mudar sua dinâmica de vida, perante a Ditadura Militar em Campina Grande, o Camarada Três, afirma que “Ele deixou de beber, tomava Coca-Cola, tomava dois litros de Coca-Cola”.<sup>151</sup> Já aqueles amigos da boêmia, restou a Chico B, ver seus

---

<sup>150</sup> Entrevista concedida no dia 14 de dezembro de 2024.

<sup>151</sup> Ibid.

amigos sofrerem com as crueldades da Ditadura Militar, “Sofreram muita, mesmo antes da revolução de 64. Ele teve muitos amigos, Peba foi um que foi muito perseguido, Uziel do Vale.”<sup>152</sup> Os Camaradas Um, Dois e Três, reafirmaram fortemente que em nenhum momento Chico B sofreu perseguição por parte dos militares em Campina Grande.

Por fim, em 1969, todos os 52 indivíduos que foram considerados subversivos no IPM-PB (1965) receberam seus habeas corpus (nº 29.646, de 1969) no estado da Paraíba. Todos os réus foram absolvidos por inépcia da denúncia. A data de fechamento do IPM foi 07/02/1969, e o processo foi arquivado (autos findos) no Superior Tribunal Militar (Brasília) no dia 23 de abril de 1969.

Como descreveu Scocuglia (2015, p. 456) Embora os 52 indiciados estivessem formalmente livres, muitos carregavam as marcas da repressão: alguns foram mortos, como líderes camponeses, enquanto outros sofreram graves sequelas devido às torturas. Apesar do encerramento do IPM iniciado em 1964, suas vidas e as de suas famílias foram irreversivelmente impactadas.

Durante o período em que ocorreu o IPM-PB (1964-1969), o PCB de Campina Grande sofreu uma grande fragilização, que se estendeu ao longo de toda a ditadura militar no Brasil. Silva (2002) aponta:

Já no início da década de 1970, nova ofensiva foi empregada contra os militantes do PCB paraibano. Oliveiros Oliveira contou que foi seqüestrado em Campina Grande em 1970, sendo preso e levado a depor na Polícia Federal em João Pessoa. Peba304, junto com o comunista pessoense Manuel Alves – que foi candidato a deputado federal pelo PCB em 1945 – e outros militantes do PCB foram seqüestrados em 1971 e levados a uma granja na zona rural do município de Puxinanã, de propriedade de um tal Major Arruda, onde foram submetidos a todo tipo de torturas (Silva, 2002, p. 164).

Nesse contexto, houve uma mobilização na década de 1980 em Campina Grande para a reorganização do PCB no município. Sobre esse momento, o Camarada Quatro afirmou:

Em Campina Grande a gente conseguiu recuperar a maior parte dos antigos militantes, a maior parte, Oliveiros Oliveira, Chico Lima, Chico B. chegou a participar dessas conversas, dessas reuniões, inclusive, na casa dele, eu me lembro que teve na casa dele, tinha mais gente, o cara do correio. E tinha uma parte que ficou com Prestes que era o pessoal liderado por Peba, José Peba Pereira dos Santos.<sup>153</sup>

Na citação acima, percebe-se que o Camarada Quatro afirmou que Chico B participou da reorganização do PCB em Campina Grande e destaca que chegou a frequentar reuniões realizadas na própria casa de Chico B. Além disso, ao ser questionado sobre sua relação de

---

<sup>152</sup> Ibid.

<sup>153</sup> Entrevista concedida no dia 24 de janeiro de 2025.

amizade com Chico B, ele respondeu: "Não. Eu tinha através dos meninos. Agora eu me lembro de ter ido uma ou duas vezes para reuniões, reuniões informais na casa dele."<sup>154</sup>

Na eleição municipal de 1983, Peba foi candidato a vereador de Campina Grande, onde foi eleito com 1.713 votos. De acordo com o Camarada Dois, Chico B contribuiu não apenas presencialmente na campanha de rua, como financeiramente na candidatura de Peba.

(...) Chico B encabeçou a campanha de um colega dele, um comunista também: o Peba, muito conhecido na nossa cidade. E nós participamos. Participamos com nosso... nosso trabalho, nossos carros e conseguimos eleger o Peba. Lá em 82. (...) É tanto que elegemos Peba logo em 82, né? Ia para campanha de rua, gastava. Porque tudo, antigamente se gastava com os candidatos, né?

Por fim, mesmo diante da ameaça constante de prisão em 1964 e da falta de reconhecimento como militante do PCB durante suas candidaturas na década de 1960, Chico B seguiu firme, acreditando no marxismo. Seu compromisso com a luta era tão profundo que homenageou grandes lutadores do povo em nível internacional ao dar seus nomes a seus filhos, além de ensiná-los sobre o marxismo. Mesmo com a idade já avançada (década de 1980 Chico B tinha 75 anos), continuou contribuindo para outras candidaturas e nunca desistiu da luta, adaptando sua militância às condições que lhe eram possíveis.

---

<sup>154</sup> Ibid.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, retornamos às duas questões elaboradas na introdução desta pesquisa: Qual foi a importância de Chico B para Campina Grande? E, posteriormente, por que o nome de Chico B não se sustentou? Essas questões foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa e, neste momento, tornam-se essenciais para a retomada e a reflexão final sobre os achados do estudo.

Chico B desempenhou um papel essencial para os trabalhadores de Campina Grande – PB, especialmente em 1961, quando, em conjunto com seu Comitê Popular, organizou mobilizações eleitorais para sua "candidatura" a deputado estadual da Paraíba. Por meio dessas ações, Chico B mobilizou inúmeros trabalhadores. Como destacou Chico Maria na *Gazeta do Sertão* (1983), ele passou a falar sobre a carestia, tornando-se uma voz ativa nas demandas populares. Milton Coura, no jornal *O Semanário* (1961), pontuou que a população campinense compreendia Chico B como uma resposta direta aos latifundiários e grandes empresários de Campina Grande – PB.

Diante desses fatos, entende-se que Chico B teve um papel significativo como um grande agitador entre os trabalhadores que o apoiavam, contribuindo para a formulação da consciência de classe entre aqueles que ainda não a haviam desenvolvido plenamente por meio das suas mobilizações nas ruas através da sua “candidatura” essas ações demonstraram a importância de Chico B.

Mas, afinal, por que Chico B não se sustentou? Essa questão refere-se especificamente ao contexto eleitoral. Como se sabe, na eleição de 1962 para deputado estadual, ele não conseguiu oficializar sua candidatura.

Isso ocorreu devido à sua ausência de filiação partidária, resultado de um boicote: nenhum presidente de partido na Paraíba aceitou filiá-lo. Afinal, Chico B sustentava um discurso combativo contra uma parcela da classe política paraibana e, além disso, não contava sequer com o apoio da própria direção do PCB. Em 1963, Chico B finalmente conseguiu sua filiação partidária e disputou a eleição municipal em Campina Grande – PB para o cargo de vereador, mas obteve apenas 57 votos.

Nesse contexto, há dois momentos distintos, cada um marcado por conjunturas diferentes. Em 1962, a ausência de filiação partidária de Chico B resultou de um boicote eleitoral promovido pelos presidentes dos partidos existentes na Paraíba. Diante desse cenário, seu Comitê Popular — e, conseqüentemente, o próprio Chico B — adotou uma estratégia equivocada: organizar um boicote às eleições estaduais.

Essa decisão se mostrou falha, pois as mobilizações de Chico B fizeram com que uma parcela das camadas populares campinense acreditasse que, por meio de um candidato (no caso, Chico B naquele momento), seria possível, ainda que minimamente, solucionar demandas e representar os trabalhadores na Assembleia Legislativa. No entanto, como Chico B não conseguiu oficializar sua candidatura, esses mesmos trabalhadores poderiam facilmente transferir sua confiança para outro candidato que se dispusesse a cumprir esse papel. Faltaram, a Chico B e seus companheiros do Comitê Popular, estratégia e tática.

Em 1963, Chico B encontrava-se politicamente isolado, sem o apoio efetivo da base do PCB que havia lhe respaldado na eleição anterior. Isso ocorreu porque, naquela eleição municipal de Campina Grande, praticamente todos os membros do partido lançaram suas próprias candidaturas. No entanto, esse foi apenas um dos fatores que contribuíram para sua falta de sustentação política.

O motivo principal para sua fragilidade eleitoral foi seu distanciamento do dia a dia da classe trabalhadora — aquela mesma que ele havia conquistado anteriormente. Faltou um trabalho de base contínuo para manter o contato e, conseqüentemente, expandir sua influência. Esse erro não foi apenas de Chico B, mas também do próprio PCB. Afinal, o partido possuía em seus quadros um militante de grande potencial, que não foi devidamente aproveitado.

Evidentemente, cabe ao partido que se propõe a ser a vanguarda da luta socialista construir o caminho para o socialismo junto aos trabalhadores, vivenciando suas dificuldades e fortalecendo sua organização. Em uma eleição dentro da democracia burguesa, os votos destinados a candidatos comunistas são reflexo direto do trabalho de base realizado pelo partido e pelos indivíduos que o constroem.

O objetivo desta pesquisa foi evidenciar a realidade vivenciada pelos trabalhadores de Campina Grande, compreendendo que Chico B foi uma consequência direta da disputa de classes, marcada pelo antagonismo social. Não à toa, ele afirmava que sua luta era em defesa dos trabalhadores.

Dessa forma, destacou-se a dura realidade enfrentada pelos trabalhadores, especialmente aqueles das indústrias de Campina Grande, que atuavam em condições precárias, como, por exemplo, na SANBRA. Paralelamente, a ausência de serviços essenciais, como saúde, educação e saneamento básico, agravava ainda mais as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores na cidade durante as décadas de 1940 e 1950.

A metodologia desta pesquisa foi essencial para compreender Chico B como uma consequência histórica de uma cidade que se sustentava com base na exploração desmedida dos trabalhadores. Mesmo possuindo recursos financeiros consideráveis para a época, o município

não garantia o mínimo de estrutura e infraestrutura nos bairros onde esses moradores viviam. Chico B emergiu nesse contexto, buscando romper com esse descaso, no qual os políticos se omitiam e limitavam-se a agir de forma paternalista com a população.

A hipótese desta pesquisa afirmou que a ausência do PCB afetou diretamente o desenvolvimento da figura política de Chico B. Esse fato, já debatido ao longo do trabalho, merece ser novamente ressaltado: Chico B, possivelmente um membro da base, foi ignorado pela própria direção do PCB. Ambas as partes perderam significativamente devido à falta de comunicação e centralidade. No entanto, essa situação foi consequência da própria política e desorganização do PCB em Campina Grande, onde o ego predominava e não havia espaço para a construção de uma verdadeira orientação ideológica.

Um partido comunista é essencial para um comunista. Cabe ao partido a responsabilidade de organizar a estratégia e a tática para a construção da revolução socialista. O partido deve ser a vanguarda desse processo, não apenas estar ao lado do trabalhador, mas atuar junto com ele, construindo uma luta contínua — e não apenas eleitoral. Esse foi o problema do PCB na década de 1960: tornou-se um partido submisso ao jogo eleitoral da democracia burguesa em Campina Grande – PB. O socialismo, então, escapou do horizonte.

Os resultados obtidos nesta pesquisa levantaram novas questões historiográficas para aqueles que estudam a História Política, especialmente para os que analisam o PCB na Paraíba. Chico B nunca foi reconhecido como um militante do PCB, mas, de fato, era. Não à toa, foi indiciado como subversivo no IPM-PB (1964) por ter assinado duas cartas do partido.

Outro ponto relevante é a existência de duas alas comunistas do PCB dentro do PSB na década de 1960: uma liderada por Peba e outra por Oliveiros Oliveira. Esta pesquisa, em nenhum momento, sugere que essa divisão representou um racha no partido. Pelo contrário, não se trata de uma cisão, mas sim de uma falta de centralidade no PCB em Campina Grande. Como já apontado, a própria direção do partido carecia de unidade em relação ao projeto nacional do PCB. Cabe futuras análises sobre essas alas, afinal, isso demonstra a falta de homogeneidade no PCB campinense.

Logo, esta dissertação impôs para pesquisas futuras duas questões específicas a respeito de Chico B: uma relacionada à sua filiação ao PCB em Campina Grande. Durante a pesquisa, não foi possível determinar a década em que ele foi filiado. Apenas foi possível compreender que ele fazia parte da velha guarda do PCB, o que possivelmente indica uma filiação entre as décadas de 1930 ou 1940. No entanto, não há fontes empíricas suficientes para confirmar essa informação.

A outra questão refere-se a uma possível 'expulsão' que Chico B teria sofrido do PCB de Campina Grande. De fato, trata-se de uma hipótese que caminha na tênue linha entre o possível e o impossível, dada a ambiguidade da posição do PCB em relação às disputas eleitorais de Chico B. Ficou evidente nesta pesquisa que, em nenhuma eleição disputada, Chico B foi considerado uma candidatura do PCB especificamente pelo Comitê Municipal e Estadual do partido. Contraditoriamente, na eleição de 1962, militantes do PCB estavam presentes ao seu lado. Trata-se de uma disputa entre a ausência de orientação por parte do Comitê Municipal e Estadual do PCB e os indícios de continuidade da militância de Chico B no partido. De fato, uma grande questão a ser resolvida futuramente.

Diante de todo esse cenário de exclusão, dificuldades políticas e desafios da própria vida, Chico B seguiu firme, defendendo o comunismo. Como apontam as fontes orais, ele ensinou seus próprios filhos sobre os conceitos marxistas. As fontes também indicam que Chico B manteve o sorriso no rosto, mesmo diante das adversidades que enfrentou — seja na vida privada, na política ou dentro do próprio partido. No fim, Chico B nutria um profundo amor pelo seu país e pelo seu povo.

Por fim, desistir da luta nunca foi uma opção para ele. Lutou pelo socialismo à sua maneira, dentro das condições que lhe eram possíveis. Afinal, na década de 1960, Chico B já estava se tornando um idoso. Ainda assim, permaneceu firme na luta pela chegada da alvorada socialista. Seu sorriso, sua força e seu compromisso com o povo podem revelar algo mais: talvez o “B” de Chico “B” fosse, na verdade, o “B” de Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

\_\_\_\_\_. A Rebelião do Trabalho. **O confronto Operário no ABC paulista: as greves 1978/1980**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ARAÚJO, Jair Barbosa. **Breve histórico acerca da representação do algodão no desenvolvimento da cidade de Campina Grande – PB**. In: V Encontro Nordestino de História & V Encontro Estadual de História, Recife, 2004.

ARAÚJO, Martha Lucia Ribeiro. **Campina Grande: poder local e mudança nacional (1945-1964)**. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, Campina Grande, 1985.

ARANHA, Gervásio B. **Campina Grande no espaço econômico regional: estradas de ferro, tropeiros e empórios comercial algodoeiro (1907-1957)**. João Pessoa: UFPB, 1991. Tese (Mestrado em Sociologia Rural).

\_\_\_\_\_. **Trem e empório do algodão em Campina: notas para história de uma cidade (regionalmente) cosmopolita**. Campina Grande: UFPB, 1993, mimeo.

ARRUZZA, Cinzia; BATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

AUED, Bernardete Wrublewski. **O Sapateiro Militante: José Peba Pereira dos Santos**. Campina Grande, 2006.

BARBOSA, Arthur Manoel Andrade. **Justiça do trabalho e classe operária: a relação entre o capital e o trabalho na Paraíba entre 1941-1945**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2019.

BENJAMIN, W. **As Teses sobre o Conceito de História**. In: Obras Escolhidas, Vol. 1, p. 222-232. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BOTEGA, L. R. **Nacionalismo de meios e nacionalismo de fins no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960)**. In: XV Encontro Estadual de História, 2020, Passo Fundo. Anais do XV Encontro Estadual de História. Passo Fundo - RS: ANPUH-RS, 2020. v. 1. p. 1-13.

BOGO, Ademar (Org.). **Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. v I.

BRAZ, Marcelo. In: **LENIN, Vladimir Ilich. Que fazer? problemas candentes de nosso movimento**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

\_\_\_\_\_, Marcelo. **Partido e revolução: 1848-1989**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BRITO, Vanderley de. **Retalhos Históricos de Campina Grande**. 27 de mai de 2013. Disponível em: <https://cgretalhos.blogspot.com/2013/04/o-obelisco-do-acude-novo-uma-homenagem.html> . Acesso em: 10 de mar de 2024.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. Ijuí: UNIJUI, 1999.

CABRAL FILHO, Severino. **Imagens em contraponto: memórias de modernização, trabalho e dor**. VI Simpósio Nacional de História Cultural, 2012, Teresina - PI. Anais Eletrônicos do VI Simpósio Nacional de História Cultural. Uberlândia: GT Nacional de História Cultural, 2012. p. 1-16.

\_\_\_\_\_. **Modernização e imagens: o mundo em Campina Grande**. A cidade revelada: Campina Grande em Imagens e História. Campina Grande: EDUFCEG, 2009.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **O PCB paraibano no imaginário social: O caso Félix Araújo na fase da "redemocratização" (1945-1953)**. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade) - Universidade Estadual da Paraíba, 2006.

DANTAS, Gabriel Lopes. **"Minha candidatura é um determinismo histórico": vida e trajetória política de Francisco Almeida Batista em Campina Grande - PB (1961 - 1964)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.

DEMIER, Felipe Abranches. **Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo**. Mundos do Trabalho, v. 8, 2012. p. 204-229.

\_\_\_\_\_. **A Ditadura Bonapartista do grande capital: a questão dos regimes políticos nas interpretações históricas**. Outros Tempos, [S. l.], vol. 11, n.17, p. 166-182, 2014.

ENGELS, Friedrich. **Carta a Joseph Bloch – 22 de setembro de 1890**. 1890. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>. Acesso em: 18 fev. 2025.

\_\_\_\_\_. Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. Carta a Schmidt (05.08.1890). In: MARX, K; ENGELS, F. **Obras escolhidas**, vol. 3. Rio de Janeiro. Vitória, 1961, p. 283.

FERNANDES, Silvana Torquato. **Uma outra representação da modernização em Campina Grande: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960/1980)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades – Campina Grande, 2011.

FERREIRA Jr., Amarílio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2010.

GRABOIS, Carlos. Duas concepções sobre a revolução. **Marxists Internet Archive**, 1960. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/grabois/1960/mes/duas.htm>. Acesso em: 12 de jan. de 2025.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **Odeio os indiferentes: escritos de 1917**. Tradução e aparato crítico de Daniela Mussi, Álvaro Bianchi. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

\_\_\_\_\_. **Os jornais e os operários. 1916. Disponível em:** <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>. Acesso em: 12 de jan. de 2025.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2001, p. 218.

GUIMARÃES, R.C.S.; SOUZA, A. A.; MELO, C. **O programa diversidade e sua contribuição para a cultura regional**. In: INTERCOM, XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Campina Grande, 2010.

GURJÃO, Eliete de Queiroz et al. (Org.). **Estudando a História da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos**. [Livro eletrônico] Campina Grande: EDUEPB, 2021.

HANGAI, Daniella Karla Portela Guimarães. **Quando o apito tocava no bairro da Liberdade: memórias e representações da Sanbra**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2014.

HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 67-76.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LÊNIN. **Opere complete**. Roma: Riuniti, 1961.

\_\_\_\_\_. **Nosso Programa**. In: Lenin, V.L. **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Livramento, s/d, p. 35.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da "Rainha da Borborema": uma história social da escravidão em Campina Grande - Século XIX**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH, Recife, 2008.

LIMA JÚNIOR, G. P. de. **As origens da família Cunha Lima: sua representatividade política e social no brejo de Areia (1889-1930)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.

MARTINS, L. M.; LAVOURA, T. N. **Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação**. Educar em Revista, Curitiba, v. 34, n. 71, p. 223-239, 2018.

MARIZ, Celso. **Evolução Econômica da Paraíba, 1501-1938**. João Pessoa: A União, 1938.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARX, K.; ENGELS, F. **O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATIAS, Allison Luna. **Vozes dissonantes do “progresso”: cotidiano, exploração e resistência dos operários em Campina Grande (1930-1965)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2013.

MOREIRA, Márcio Macêdo. **Entre Britos e Gaudêncio: cultura política e poder familiar nos cariris velhos da Paraíba (1930-1960)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), João Pessoa, 2012.

NUNES, P. G. A. **Ataque ao parlamento: As cassações de mandatos durante a Ditadura Militar no estado da Paraíba (1964-1969)**. *Sæculum – Revista de História*, [S. l.], n. 31, p. 304, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/285> . Acesso em: 5 jul. 2022.

PARAÍBA. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**. Paulo Giovani Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB). Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro. **Marxists Internet Archive**, 1960. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1960/09/congressohtm> . Acesso em: 12 de jan. de 2025.

PEREIRA, Cid Douglas Souza. **Velhos barbeiros de Campina Grande (1960-1980): memória, trabalho e vida na cidade**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2017.

PEREIRA, Eufrasio Nunes. **Breves notas acerca da formação histórico-econômica de Campina Grande: do gado (século XIX) ao algodão (Século XX)**. *História econômica & história de empresas (ABPHE)*, v. 19, p. 319-347, 2016.

SANTOS, Gilbergues. **Heróis de uma revolução anunciada ou aventureiros de um tempo perdido?** Campina Grande: EDUEPB, 2015.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos; SANTOS, Shslayder Lira. **Elites políticas e partidárias na Paraíba do século XX: subsídios teóricos e metodológicos - encaminhamentos introdutórios de pesquisa**. 2017.

SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. **Os comunistas e a democracia: a 'nova política' do Partido Comunista Brasileiro na Paraíba (1954-1964)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SILVA, A. M. **Relações de poder na história local: um olhar teórico sobre a dinâmica política Mamanguapense/PB (1947-1964)**. In: XVII Encontro Estadual de História ANPUH PB, 2016, Guarabira-PB. História: Conhecimento e Profissão. João Pessoa-PB: Mídia Gráfica e Editora, 2016. v. 17. p. 1106-1115.

SILVA, Hilmaria Xavier. **Histórias de migrantes: modos de viver e trabalhar na periferia de Campina Grande na década de 1960**. In: VI Simpósio Nacional de História Cultural, 2012, Teresina.

SILVA, Waldir Porfírio da. **Bandeiras Vermelhas: A Presença dos Comunistas na Paraíba de (1900 a 1960)**. A União, 2003.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **As provas da ditadura na política e na educação: o inquérito policial militar (IPM) da Paraíba (1964-1969)**. João Pessoa, Editorial da UFPB, 2015.

SYLVESTRE, Josué. **Lutas de vida e de morte; fatos e personagens da História de Campina Grande (1945-1953)**. Brasília, Senado Federal, 1982.

\_\_\_\_\_. **Nacionalismo & Coronelismo: Fatos e Personagens da História de Campina Grande e Paraíba (1954-1964)**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

TEJO, William. **Um pouco da História de Campina Grande**. Jornal da Paraíba, caderno especial, 11 de outubro de 1990.

THOMPSON, E. P. **Patrícios e plebeus. Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 29.

\_\_\_\_\_. **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios**. 2ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria e outros ensaios**. Tradução de Adail Sobral. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

\_\_\_\_\_. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

## FONTES DE SITES ELETRÔNICOS

ARQUIVO NACIONAL. Sistema Nacional de Informação (SNI). **Prontuário de José Pereira dos Santos**. Informe nº 993, 1983.

BENEDITO, Mouzar. **Chico, Chicão e Chiquinho: os vários codinomes dos Franciscos**. Brasil de Fato. 31 jan. de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/01/31/chico-chicao-e-chiquinho-os-varios-codinomes-dos->

franciscos#:~:text=Chico%2C%20em%20espanhol%2C%20significa%20pequeno,enrolavam%20e%20falavam%20S%C3%A3o%20Chico. 04 de julho de 2024.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm) . Acesso em: 18 jan. 2025.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953.** Dispõe sobre crimes contra a segurança do Estado. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jan. 1953. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/11802.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11802.htm) . Acesso em: 18 jan. 2025.

BRITO, Vanderley de. **Retalhos Históricos de Campina Grande.** 27 de mai de 2013. Disponível em: <https://cgretalhos.blogspot.com/2013/04/o-obelisco-do-acude-novo-uma-homenagem.html> . Acesso em: 10 de mar de 2024.

Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil. **PSD.** In: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965>. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: Acesso em: 13 de julho de 2024.

\_\_\_\_\_. **José Joffily Bezerra de Mello.** In. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-joffily-bezerra-de-melo>. Acesso em: 13 de julho de 2024.

\_\_\_\_\_. **Partido Comunista do Brasil.** In: \_\_\_\_\_. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 13 de julho de 2024.

\_\_\_\_\_. **PL.** In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-libertador-pl-1945-1965>. Acesso em: 13 de julho de 2024.

\_\_\_\_\_. **PR.** In: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-pr>. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: Acesso em: 13 de julho de 2024.

\_\_\_\_\_. **PRP.** In: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-de-representacao-popular-prp>. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: . Acesso em: 13 de julho de 2024.

\_\_\_\_\_. **PSP.** In: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-progressista-psp-1946>. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: Acesso em: 13 de julho de 2024.

\_\_\_\_\_. **UDN.** In: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: . Acesso em: 13 de julho de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo paraibano de 1960.** Paraíba: IBGE, 1960.

KOLLONTAI, Alexandra. **Mulher Trabalhadora e Mãe**. In: marxists, 1916. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1916/mes/90.htm> . Acesso em: 19 de junho de 2024.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Acerca do Infantilismo "de Esquerda" e do Espírito Pequeno-Burguês. Marxists Internet Archive, 1918. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/05/05.htm> . Acesso em: 24 jan. 2025.

MEZZARROBA, Orides. O partido político: concepção tradicional e orgânica. Revista de informação legislativa, Brasília, v. 31, n. 122, p. 133-143, abr./jun. 1994. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176215/000487569.pdf?sequence=1> . Acesso em: 25 jan. 2025.

Memória Fotográfica: **Praça Clementino Procópio, sem data**. Retalhos Históricos de Campina Grande, 2012. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2012/12/memoria-fotografica-praca-clementino.html> . Acessado 15 janeiro de 2024.

PARAÍBA. **Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoesanteriores/resultados-de-eleicoes> . Acessado em: 05 de maio de 2023.

PROGRAMA DIVERSIDADE. **Chico B**. YouTube. Campina Grande, 2010. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=mwyMD-22Vzs&ab\\_channel=](https://www.youtube.com/watch?v=mwyMD-22Vzs&ab_channel=) . Acesso em: 02 abr. de 2022.

**TSE limita acesso a dados de filiados de partidos políticos**. G1. 23 ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/08/23/tse-limita-acesso-a-dados-de-filiados-a-partidospoliticos.ghtml> . Acesso em: 15 maio 2024.

## FONTES IMPRESSAS

Campina Social. **O Planalto**. Campina Grande, 6 jul. 1963. p. 7.

Candidatos nacionalistas vitoriosos em eleições municipais da Paraíba. **Novos Tempos**. Rio de Janeiro. 30 de agosto a 5 de setembro de 1963. p. 6.

Cassados os mandatos dos suplentes de vereadores em Campina Grande. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 11 abr. 1961. p. 1.

**Chico Quen ou Chico Barbeiro**. Correio da Paraíba. 11 de jul. de 1961.

Comercio de Campina – 10 de setembro de 1932. **O Sindicato geral dos Trabalhadores, visita diversas fabricas desta cidade**.

Comunistas não mais têm vez em Campina; Demissão na Câmara. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 12 abr. 1963.

COURA, Milton. **Um novo Chico empolga o Nordeste**. O Semanário. 15 de set. de 1961. FIGUEIRÊDO, Wallace. **Chico é líder!**. O rebate. 08 jul. 1961.

LOPES, Stênio. **Chico Barbeiro**. Diário da Borborema. Campina Grande, 11 jul. 1961. p. 7.

LOPES, Stênio. **Desagregação dos Partidos**. Diário da Borborema. 18 jul. 1961. p. 7.

Mais de 100 candidatos na disputa dos campinenses. **O Planalto**. Campina Grande. Nº 13, 6 de jul. de 1963. p. 1.

PONTES, Antônio Barros. **Afronta a democracia**. Diário da Borborema. Campina Grande, 16 jul. 1961. p. 4.

STM. IPM – PB. Relatório do Inquérito Policial Militar sobre a Subversão na Paraíba. 1964. Cópia digitalizada. Acervo da CEVPM-PB.

### **FONTES ORAIS**

Camarada Um. 2024. (Entrevista concedida na residência do camarada).

Camarada Dois. 2024. (Entrevista concedida na residência do camarada).

Camarada Três. 2024. (Entrevista concedida na residência do camarada).

Camarada Quatro. 2025. (Entrevista concedida na residência do camarada).